

ÁFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION ÁFRICAINE
UNIÃO ÁFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: www.África-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima Quarta Sessão Ordinária
29 - 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, ETIOPIA

EX. CL/483 (XIV)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE
SOBRE AS ACTIVIDADES DA COMISSÃO
REFERENTE AO PERIODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2008

I.	SÍNTESE	1 - 7
II.	PAZ E SEGURANÇA	7 - 37
III.	INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO	38
III.1	Integração e Desenvolvimento do Capital Humano	38
1.	Educação	38 - 42
2.	Ciência & Tecnologia	42 - 44
3.	Sociedade de Informação	44
4.	Saúde; e Saneamento	45 - 49
5.	Bem-estar Humano e Social	49 - 55
6.	Criança, Juventude e Desporto	55 - 59
III.2	Integração e desenvolvimento de Interconectividade	59 - 60
1.	Transporte (rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo)	60 - 63
2.	Energia (crise energética);	63 - 67
3.	Telecomunicações, Correios e TIC	67 - 70
III.3	Integração e Alterações Climáticas e Gestão Sustentável de Recursos Naturais	70
1.	Impacto de Alterações Climáticas e Questões Gerais Preocupantes (Gestão dos Recursos Florestais, Gestão dos Recursos Hídricos, Gestão dos Solos, Pecuária)	70 - 72
III.4	Integração e desenvolvimento de Mercados Financeiros e Imobilizações (as Instituições Financeiras...)	73 - 79
III.5	Integração e desenvolvimento de capacidades de produção	79
1.	Agricultura (CAADP, Crise alimentar)	79 - 86
2.	Desenvolvimento Industrial e de Exploração Mineira	86 - 87
III.6	Integração e Capacitação do Comércio	87
1.	Capacitação de acesso ao mercado	87 - 92
2.	Normas e negociações comerciais multilaterais (EPA, OMC...)	92 - 94
III.7	Papel de todos os intervenientes no reforço do processo de integração (Sector Público, Sector Privado, Sociedade Civil, Diáspora)	94 - 97

III.8	Parceria e Relações com o Mundo	97
1.	Parcerias em curso	97 -101
2.	Cooperação Afro-Árabe	101-104
3.	Escritórios de Representação	104-119
4.	Comparticipação da África nas trocas mundiais	119
IV.	VALORES COMUNS	119
IV. 1	Democracia, Eleições e Governação	119 -125
IV. 2	Direitos Humanos	125 -128
IV. 3	Assuntos Humanitários	128 -129
IV. 4	Género e Desenvolvimento	129 -130
IV. 5	Cultura	130
IV. 6	Valores Sociais e Solidariedade	131
IV. 7	Assuntos Jurídicos (Arquitectura Jurídica da União)	131-136
IV. 8	Comunicação e Informação	136-138
V.	REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES	138
V.1	A Comissão	138
1.	Gestão Administrativa e de Recursos Humanos	138-140
2.	Gestão Financeira	141-142
3.	Planeamento, Controlo e Avaliação	143-146
4.	Serviço das Conferências	147-148
5.	Actividades de Auditoria	148-149
6.	Integração da NEPAD	149-152
V.3	O ECOSOCC	152-153
VI.	CONCLUSÃO	153-154

PREÂMBULO

Tenho a honra de submeter à alta consideração do Conselho Executivo e da Conferência o presente relatório que reflecte as actividades principais levadas a cabo pela Comissão durante os seis últimos meses.

O presente relatório é o segundo que levo ao conhecimento da vossa augusta Assembleia desde que assumi as minhas funções a 28 de Abril de 2008. O primeiro que foi apresentado em Sharm El Sheikh, em Julho último, deu uma panorâmica geral da situação de que herdei do meu predecessor, o Professor Alpha Oumar Konaré, a quem gostaria de, mais uma vez, render homenagem. O referido relatório acrescentou também ao debate algumas ideias-chave visando guiar a nossa acção durante o nosso mandato.

Apraz-me, hoje, sublinhar que estas ideias-chave foram requintadas, revistas e actualizadas sob a forma de um novo Plano Estratégico para os próximos quatro (4) anos e que submeto à vossa consideração no presente relatório.

Os quatro (4) principais pilares deste Plano, nomeadamente: Paz e Segurança; Desenvolvimento, Integração e Cooperação; Valores Comuns; assim como Reforço Institucional da União são largamente inspirados das experiências acumuladas, positivas e menos positivas, na implementação do último Plano Estratégico 2004-2007 adoptado pela vossa Assembleia, em Julho de 2004. A nossa iniciativa consiste a colar cada vez mais às realidades do ambiente político, económico e social do continente, de maneira a avançarmos juntos num ritmo contínuo, com todos os Estados-membros, todos os Órgãos da União, todas as Comunidades Económicas Regionais (CER's) e com o apoio de todos os nossos parceiros e os amigos da África, rumo a uma integração continental, com base nas realizações concretas, qualitativas e quantitativas que serão sujeitas a uma avaliação comum mensurável e credível, graças a indicadores precisos de desempenho.

A nossa Organização é dotada, com efeito, de um arsenal muito completo de documentos (textos jurídicos, decisões e recomendações) cobrindo todos os domínios de actividade humana, um arsenal que poderá causar invejas de outros continentes. Não obstante, é absolutamente preciso constatar que a vontade política de que resultou este vasto crédito documentário contendo as nossas boas intenções nem sempre se traduziu nos factos. As nossas populações nas suas aldeias e vilas não beneficiam, então, das referidas boas intenções que muitas das vezes são reduzidas e confinadas ao estado de estudos de viabilidade, nas gavetas dos nossos escritórios.

A Comissão, cuja direcção tiveram a amabilidade de me confiar, vai propor-vos, ao longo do nosso mandato, alguns projectos audaciosos porém realistas, a fim de permitir às nossas populações apropriarem-se da União Africana na sua realidade quotidiana, sob a forma de efeitos positivos palpáveis e, ao invés de um conceito mais ou menos vago, de resto sustentado e fortemente defendido por gerações sucessivas de patriotas Africanos no passado.

Faço voto que a União Africana possa realizar as suas ambições legítimas nos próximos anos. Finalmente, desejaria que no termo da vossa augusta Assembleia, o debate sobre o Governo da União possa culminar com um roteiro consensual, acompanhado por factores de aceleração e pontos de referência precisos, no quadro da marcha irreversível e contínua para a integração do nosso querido continente e o advento dos Estados Unidos da África, objectivo final unanimemente aceite, isto para o benefício das nossas gerações vindouras e para a sua participação legítima, plena e inteira na gestão dos problemas do mundo.

Jean Ping

I. SÍNTESE ANALÍTICO

Introdução

1. O presente relatório que descreve as actividades realizadas de Julho a Dezembro de 2008 é o segundo relatório que tenho o privilégio de dirigir à vossa augusta Assembleia. Como já tinha realçado no meu primeiro relatório de Junho de 2008, dois meses apenas após ter assumido funções na actual Comissão, decidimos investir nas acções concretas e sensibilizar para uma integração física do continente, através dos projectos integradores como as infra-estruturas de desenvolvimento de vocação regional, inter-regional e continental, a implementação efectiva das posições comuns adoptadas pelos nossos órgãos supremos, a auto-avaliação determinada das acções empreendidas em relação aos compromissos livremente assumidos a fim de firmar a nossa credibilidade perante os nossos povos e o conjunto dos nossos parceiros Africanos e internacionais. No seu relatório sobre a auditoria da União, na sua recomendação N^o 3 que foi aprovada pelo Conselho Executivo tanto em Arusha em Maio como em Sharm El Sheikh em Julho de 2008, o Painel de Alto Nível salientou a necessidade de o Conselho e a própria Conferência terem, sobretudo em relação a todas as suas agendas, um relatório sobre a situação da implementação das Decisões tomadas. Trata-se de uma recomendação importante que começámos a implementar a partir das presentes sessões. Isso significa que a tomada de novas decisões sobre os mesmos assuntos deverá necessariamente levar em conta os resultados obtidos na implementação das decisões precedentes.

2. Convém realçar que o presente relatório difere do primeiro, tanto na sua forma, sua apresentação, como no seu conteúdo. Este relatório visa efectivamente esboçar um quadro muito mais integrado de todas as actividades realizadas à volta dos quatro pilares definidos no nosso projecto de Plano Estratégico 2009-2012 que são:

- A paz e a segurança;
- A integração, o desenvolvimento e a cooperação;
- Os valores comuns; e
- O reforço das instituições da União.

Paz e Segurança

3. A União Africana dispõe actualmente de uma arquitectura muito bem propagada a nível do pilar Paz e Segurança, com todas as instituições criadas entre as quais o Conselho de Paz e Segurança que é a pedra angular de todo esse sistema e que goza de uma legitimidade crescente no seio da comunidade internacional. Dispomos já de alguns mecanismos e meios, embora ainda modestos, que nos permitem projectar muito rapidamente e de forma determinada no calor do momento, embora isso não baste para extinguir os focos de tensão existentes no nosso continente ou para prevenir novos focos de crise.

Integração, Desenvolvimento e Cooperação

4. No domínio do desenvolvimento há grandes expectativas. Devemos desenvolver uma arquitectura semelhante para o desenvolvimento integral do nosso continente. Temos os meios. Os nossos parceiros sabem-no e isso explica a proliferação das parcerias com eles. Sabem com efeito que no continente abundam imensos recursos, em grande parte inexploradas, uma população jovem e em grande número e outras potencialidades que, reunidas, podem mudar o curso da história da humanidade, como vemos nos outros continentes que dispõem no entanto de recursos menos importantes. O Africano deste início do século deve aceitar este imenso desafio para restituir o orgulho a este continente. Esta arquitectura do desenvolvimento deve apoiar-se nos planos de acção concretos e mais realistas, com base no princípio de complementaridade entre os Estados Membros, as CER's e a União Africana e devem congregiar as acções realizadas nos domínios da integração económica, das infra-estruturas, do desenvolvimento dos recursos naturais, das trocas comerciais, da investigação científica e tecnológica, do desenvolvimento social e do capital humano e de outros domínios pertinentes.

5. O nosso continente dispõe de uma população mais jovem do que em outro lugar, o que representa uma maior vantagem na evolução actual do mundo. Precisamos desenvolver de forma racional este precioso capital humano, adoptando políticas e realizando acções concretas na plena realização das promessas da Segunda Década da Educação e seu Plano de Acção, para que não fique estagnado nas gavetas dos nossos Ministérios como é o destino reservado à maior parte dos nossos planos e posições comuns. Durante os últimos meses, a Comissão envidou esforços para a criação de redes de Universidades Pan-africanas a fim de promover a ciência e a tecnologia, a investigação científica e a inovação ao serviço do desenvolvimento do continente. Neste sentido, uma campanha de mobilização foi levada a cabo tanto a nível dos Estados Membros como dos parceiros de desenvolvimento. Promessas de apoio já foram obtidas da parte de alguns deles que poderão participar no financiamento das referidas Universidades Pan-africanas cuja distribuição se fará numa base regional e cuja especialização se fará na base das disciplinas académicas previamente identificadas após uma vasta consulta entre todos os intervenientes e os parceiros. Trata-se de uma acção concreta que pode contribuir para a integração do saber e para os intercâmbios científicos e tecnológicos a níveis regional e continental. Ao mesmo tempo e no quadro da implementação das recomendações de COMEDAF e de AMCOST, a Comissão, em colaboração com a UNESCO e a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África, encoraja a adopção pelos Estados Membros de instrumentos adequados para facilitar a integração dos sistemas de ensino e por conseguinte favorecer os intercâmbios de programas e de professores.

6. No domínio do desenvolvimento social, o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose continuam a espalhar a consternação nas famílias Africanas, apesar de alguns avanços modestos na sua prevenção e tratamento. Em conformidade com o Plano Africano sobre a Produção de Medicamentos em África adoptado pela Cimeira de Abuja de Janeiro de 2005, estudos estão em curso para a identificação dos pólos de produção de medicamentos essenciais à escala regional e continental, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, entre os quais a UE. Isso está em vias de se realizar nomeadamente nas zonas da Comunidade da África Oriental e na SADC.

7. Apraz-me por outro lado salientar a adopção de políticas sociais comuns durante os últimos meses, particularmente o Quadro de Política Social adoptado pela Conferência dos Ministros Responsáveis do Desenvolvimento Social em Windhoek, Namíbia, no passado mês de Novembro. Os Estados Membros são convidados a se inspirarem nesse quadro para promover os seus programas de protecção social.

8. Do mesmo modo, um quadro de política para o desenvolvimento duradouro dos desportos foi adoptado pelos Ministros dos Desportos em Acra em Outubro de 2008, que deverá igualmente inspirar os nossos Estados Membros para um desenvolvimento integrado do desporto no continente. A próxima Copa do Mundo na África do Sul em 2010 constitui uma ocasião propícia para todo o continente capitalizar este evento histórico em todos os nossos estádios e apoiar o desempenho dos desportistas Africanos que, por falta de apoio consequente e de infra-estruturas dignas desse nome nos nossos países, emigram cada vez mais para os países mais desenvolvidos para o desenvolvimento dos seus talentos fora do continente. Neste capítulo da emigração, se não merecer a devida atenção, a África arrisca-se a perder todos os seus melhores talentos formados com os nossos poucos recursos, através das políticas cada vez mais acentuadas de imigração chamada « selecta », em detrimento do seu desenvolvimento.

9. No que diz respeito à interconectividade continental, a escolha do Tema para esta Cimeira « Desenvolvimento das Infra-estruturas » augura uma maior tomada de consciência dos líderes Africanos de que não há integração que não comece pela integração física dos meios de transporte multimodal (estradas, caminhos de ferro, transporte aéreo e marítimo, infra-estruturas portuárias e aeroportuárias), energéticas das comunicações e telecomunicações. A Comissão conferiu à preparação desse tema uma atenção especial durante os últimos meses, mobilizando ainda os Estados Membros e todos os nossos parceiros de desenvolvimento para uma revisão da topografia infra-estrutural continental a fim de identificar as lacunas e explorar todos os recursos que podem financiar os investimentos essenciais para o futuro do continente. É um apelo urgente para todos os Estados Membros e suas CER's, encravados ou não, para a realização do plano director das infra-estruturas à escala regional e continental. Uma vez instalada essa infra-estrutura, será mais fácil para as nossas populações criar novas riquezas na base de economias de escala nos mercados mais vastos, circular mais livremente com mais bens e capitais para apoiar o comércio intra-africano, além da comunhão humana que tais trocas vão engendrar que permitirão consolidar uma melhor compreensão e uma solidariedade activa e estimulante entre os nossos povos.

10. A Comissão está igualmente consciente do papel insubstituível da salvaguarda do nosso ambiente e da gestão racional dos numerosos recursos naturais que o continente possui. É por esta razão que participámos activamente em todos os fóruns sobre o desenvolvimento duradouro, a questão lancinante das alterações climáticas que afectam gravemente o continente, a protecção do nosso ambiente e das nossas florestas que se destroem a um ritmo desenfreado e também em relação à protecção dos nossos recursos hídricos bem como as nossas potencialidades de pastagem. Neste âmbito, participámos activamente na Cimeira de Brazzaville sobre o desenvolvimento sustentável e iremos assegurar um seguimento apropriado dos resultados e dos compromissos no combate ambiental crucial para a sobrevivência da humanidade.

11. A Comissão acompanhou igualmente com toda a atenção necessária a crise financeira que ocorre no mundo. Em estreita colaboração com o BAD e a CEA, ela co-organizou a reunião dos Ministros Africanos das Finanças e dos Governadores dos Bancos centrais que se realizou em Tunes a 12 de Novembro de 2008 a fim de encontrar uma resposta africana para a crise financeira mundial. Exortámos que a União Africana seja associada à preparação das reformas que estão previstas neste quadro, nomeadamente a sua participação nas reuniões do G20 a 15 de Novembro em Washington e a prevista para Março de 2009 em Londres. É também por esta razão que a crise financeira foi proposta como subtema desta Cimeira para que os nossos Líderes possam dar a sua contribuição para a análise das medidas a implementar para salvaguardar os interesses da África.

12. Convém sublinhar a importância da África aumentar as suas capacidades produtivas, a começar pela produção da sua alimentação a fim de depender menos das importações e das ajudas alimentares. Ao adoptar o CAADP, a nossa Organização quis aproveitar os nossos imensos recursos agrícolas para afastar para sempre o espectro das crises alimentares cíclicas. Apesar dos esforços desenvolvidos, pode-se constatar que o continente continua muito frágil e não chega a alimentar de maneira adequada as nossas populações. Daí a necessidade de concentrar as nossas actividades na promoção da agricultura e dos factores de produção agrícola e a formação a fim de garantir a auto-suficiência alimentar. Apelamos a todos os Estados Membros que ainda não elaboraram os planos de acção tais como estabelecidos no programa CAADP, a tomar as medidas necessárias para que sejam mobilizados todos os meios de desenvolvimento e de reabilitação da nossa agricultura.

13. É com um desenvolvimento acelerado de todos esses recursos de primordial importância, apoiado por infra-estruturas físicas de qualidade que a África poderá participar vantajosamente nas competições das negociações comerciais globais como os APE e as da Ronda de Doha da OMC. Nesta perspectiva, convém criar zonas de comércio livre e uniões aduaneiras sob a égide das CER's que devem doravante desenvolver políticas mais articuladas e harmonizadas para alcançar os objectivos estipulados no Tratado de Abuja.

14. Em todos esses esforços, a contribuição do sector privado deve ser revalorizada de modo a desenvolver um pólo de Africanos que dirigem indústrias em que a parceria e a associação com o sector privado permitirão incentivar as nossas economias e criar empregos a favor dos nossos numerosos jovens que duvidam cada vez mais do seu futuro e que tentam a sorte no exterior, enquanto há muito que fazer com os nossos enormes recursos se fossem geridos de forma racional. Neste contexto, convém naturalmente associar os membros da sociedade civil, as mulheres, os jovens e também a diáspora que é chamada a progressivamente tornar-se numa sexta região da África. A Cimeira da África do Sul que se realizará nos próximos meses foi preparada com muita seriedade. Tratar-se-á para nós beneficiarmos de uma contribuição de qualidade que podem trazer esses Africanos que continuam fiéis ao seu continente de origem.

Valores Comuns

15. Para contribuir para a emergência de uma sociedade decididamente voltada para o desenvolvimento integral do seu ambiente, devemos construir o nosso continente com valores comuns e submeter-nos aos mecanismos de avaliação pelos pares. Trata-se do terceiro pilar do nosso Plano Estratégico. Os valores extraídos do mais profundo das nossas tradições mais nobres e das aspirações legítimas dos nossos povos, são dinâmicos e evolutivos para acompanhar as exigências do tempo presente e aceitar os desafios de amanhã num mundo cada vez mais globalizado. Esses valores são nomeadamente : boa governação e estado de direito, democracia, eleições livres e credíveis, respeito dos direitos humanos, transparência e obrigação de prestar contas na gestão dos nossos Estados e dos nossos Órgãos, respeito das nossas culturas e da riqueza das nossas diversidades, etc. Impõe-se aqui a edificação de uma arquitectura continental da governação democrática, uma vez que a paz e a segurança que proclamamos para todos e para cada um só podem expandir-se num ambiente são, livre da pobreza, das doenças, da ignorância e da opressão.

16. Deve-se realçar, para se congratular, que avanços notáveis nos processos democráticos foram registados durante os últimos anos, com globalmente eleições que se realizam regularmente e num ambiente de serenidade e de transparência. Contudo, é também preciso exprimir a nossa preocupação com alguns processos eleitorais mal organizados que conduzem infelizmente a contestações violentas e à instabilidade política. A Conferência incumbiu-nos de ocupar dessas situações para que todos os dirigentes e actores políticos nos nossos países possam, à volta de uma plataforma democrática consensual, organizar eleições livres, credíveis e transparentes, penhor da paz e da segurança para todos. O Painel dos Sábios analisa activamente este dossier e as conclusões a que chegará serão sem dúvida de um grande interesse para todos os Órgãos da União Africana para tirar os ensinamentos que se impõem e levar todos os estados Membros a instituir mecanismos nacionais que podem garantir a liberdade das eleições que devem constituir uma base convincente para a estabilidade dos nossos regimes políticos.

17. A este respeito, normas à escala continental foram definidas particularmente através da Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação adoptada pela Conferência em Janeiro de 2007. Gostaria de lançar neta ocasião um apelo urgente aos Estados Membros que ainda o não fizeram, a assinar e ratificar sem demora este instrumento essencial, que poderá ser um utensílio precioso para o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, para uma avaliação por nós mesmos dos progressos realizados no reforço dos valores geralmente definidos em benefício das nossas necessidades.

18. As crises humanitárias que afectam o continente constituem igualmente motivos de grande preocupação. Entre essas crises, as deslocações forçadas de numerosas populações Africanas devem mobilizar toda a comunidade Africana e internacional. Para o efeito, a Cimeira Especial convocada este ano para tratar desta questão preocupante retém toda a nossa atenção para que sejam definidos os mecanismos de intervenção apropriados para fazer face de forma eficaz aos espantosos sofrimentos das populações vítimas das deslocações forçadas muitas vezes provocados pelos conflitos ou crises que se poderia ter evitado de maneira concertada.

19. Os direitos humanos constituem um outro domínio crucial de preocupação legítima. A nossa União dispõe de uma Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, de uma Carta Africana dos Direitos e do Bem-estar da Criança a nível nacional, regional e continental. Significa que o momento é de acção, para pôr todo esse arsenal jurídico ao serviço efectivo da protecção permanente dos direitos humanos em todo o continente, sem esperar que os outros nos dêem lições humilhantes nesse domínio. A Comemoração, a 10 do passado mês de Dezembro, do 60º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi a ocasião para a nossa Organização e todos os Estados Membros reafirmar o nosso total compromisso na promoção e na protecção dos direitos humanos. Congratulamo-nos que uma Grande Africana, Senhora Navanethem Pillay, que saudamos calorosamente, tenha sido escolhida há alguns meses, como Alta Comissária para os Direitos Humanos, para orientar a defesa dos direitos humanos à escala internacional. Isso constitui seguramente uma grande marca de orgulho e um reconhecimento pelo nosso continente. Assim, podemos partilhar com a humanidade inteira os nossos valores de respeito dos direitos humanos, de solidariedade humana e de tolerância para a promoção da paz e a compreensão entre os povos em toda a sua diversidade. Devemos implantar ainda mais profundamente esses valores na vivência quotidiana das nossas cidades e aldeias.

Reforço das Instituições da União

20. Por fim, todas estas boas ideias só podem ser concretizadas se forem fortemente apoiadas e supervisionadas pelas instituições reforçadas e mecanismos adequados de implementação. Quanto à Comissão, é evidente que a boa governação que nós enaltecemos acerca dos nossos Estados Membros, deve ser posta em prática de forma concreta, tanto a nível da gestão dos recursos humanos e financeiros postos à sua disposição, como a nível da implementação eficaz, eficiente e transparente das decisões tomadas pelos Órgãos Supremos da União. É nisso que a nossa Comissão está empenhada. Desde que assumimos as funções, decidimos realizar reuniões da Comissão uma vez por semana para que, no quadro do princípio da colegialidade, possamos definir e avaliar em conjunto todas as acções empreendidas e também dar o impulso político necessário ao conjunto do pessoal da Comissão tendo com palavras de ordem : uma melhor coordenação e participação a todos os níveis, uma melhor gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, um compromisso de apresentação de resultados nos prazos exigidos, uma comunicação aberta e transparente na Sede e nos Escritórios no exterior, a organização das reuniões mensais entre os departamentos a nível dos Directores e a todos os outros níveis nos vários Departamentos, para um melhor enquadramento e um envolvimento e participação de todo o pessoal na implementação dos programas e das actividades da União.

21. No que diz respeito aos outros Órgãos da União, é evidente que sem um apoio adequado dos Estados Membros, eles não poderão cumprir as suas missões de forma satisfatória, nomeadamente o Parlamento Pan-africano, o Tribunal Africano de Justiça e dos Direitos Humanos que aguarda o seu lançamento com o número suficiente de ratificações após a adopção do Protocolo sobre a fusão entre o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, o Conselho Económico, Social e Cultural e o Comité de Peritos Africano sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança.

22. No quadro da implementação da Decisão Assembly/AU/Dec.206 (XI) sobre o Governo da União, a Comissão realizou múltiplas consultas a fim de apresentar um relatório sobre o assunto. Este relatório é agora submetido à Conferência para análise. É imperioso que a Conferência, após várias reuniões, consultas e reflexões sobre um assunto tão crucial para o continente, tome uma decisão definitiva para que todas as iniciativas futuras da União sejam concentradas na implementação dos programas e projectos geralmente aceites.

23. O dossier da integração do programa NEPAD nas estruturas e nos processos da União mereceu também toda a nossa atenção como atesta o relatório a meio percurso elaborado pela Comissão para o efeito. Esperamos que este processo que deve começar desde agora pela integração das estruturas e do orçamento desse programa nos processos da União Africana, possa conhecer enfim uma integração definitiva antes do fim de 2009, em conformidade com as decisões tomadas pela Conferência por ocasião das várias sessões dos últimos anos.

24. O dossier da racionalização das CER e o papel crescente que elas devem assumir na aceleração do processo de integração regional e continental devem igualmente ser tomados em consideração em todas as nossas iniciativas. Com efeito, concentrámo-nos na nossa missão de trabalhar muito estreitamente com as CER's, participando muito activamente nas suas Cimeiras de modo a avançarmos juntos para um programa mínimo de integração que pode permitir avaliar regularmente os progressos realizados sobre estas diligências para a integração.

II. PAZ E SEGURANÇA

25. A situação da paz e da segurança no continente foi particularmente contrastada ao longo dos últimos seis meses. De facto, embora se constate uma progressão metódica na edificação da arquitectura continental de paz e segurança, tal como se depreende mais abaixo, a carta geopolítica da África continua a trazer as marcas de numerosas crises em estado latente, assim como as de múltiplos conflitos declarados com que se defrontam os esforços de paz, quando não são pura e simplesmente afectados por apostas feitas, aqui e ali, na lógica de confrontação e de relações de forças, em detrimento de concepções mais receptivas às exigências de soluções pacíficas fundamentadas no diálogo e no compromisso.

26. Uma das principais tendências deste período está relacionada com o ressurgimento do flagelo dos golpes de estado, que a África julgava jamais rever, com as mudanças anticonstitucionais ocorridas na Mauritânia, a 6 de Agosto de 2008, e na Guiné, a 24 de Dezembro de 2008, a que convém acrescentar o ataque contra a residência do Chefe de Estado da Guiné-Bissau, no dia a seguir às eleições legislativas de 16 de Novembro de 2008. Trata-se, evidentemente, de uma evolução particularmente preocupante, que marca uma verdadeira regressão política e, como tal, exige uma resposta firme por parte das instâncias competentes da nossa União, que deve começar pela etapa de trabalhar mais decididamente para acelerar a entrada em vigor da Carta da Democracia, Eleições e Governança, cujas disposições sobre as mudanças

anticonstitucionais do Governo são susceptíveis de dissuadir todos os que estariam tentados a tomar o poder pela força.

27. No que diz respeito mais especificamente às situações de crise, deve-se realçar os acontecimentos preocupantes a Leste da República Democrática do Congo (RDC), a deterioração da situação na Somália, um país confrontado, há quase duas décadas, com uma violência indiscriminada e a destruição das suas estruturas estatais, e a falta de progressos significativos na resolução da crise de Darfur. As relações entre Djibuti e Eritreia, caracterizadas por uma forte tensão desde o surgimento de um diferendo fronteiriço no passado mês de Abril, não tiveram nenhuma melhoria. O impasse mantém-se persistente no processo de paz entre a Etiópia e a Eritreia, impasse que simboliza a retirada da missão de manutenção da paz das Nações Unidas, assim como no dossier do Sahara Ocidental, onde várias rondas de negociações iniciadas no quadro das resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas ocorreram sem evidenciar nenhum vislumbre de resolução. O Acordo de Paz final que deve concluir o processo de paz no Norte da Uganda não foi assinado, devido a recusas sucessivas do dirigente de LRA. No Zimbabué, a esperança de saída da crise resultante do acordo assinado pelas partes em Setembro de 2008 não se concretizou, enquanto que a situação humanitária e socioeconómica continua particularmente preocupante.

28. De forma mais encorajadora, as relações entre o Sudão e o Chade estão no processo de normalização. Apesar das dificuldades inerentes a esses processos e os riscos que as caracterizam, as iniciativas de consolidação da paz e da reconstrução pós-conflito prosseguiram no Burundi, nas Comores, na Libéria, na República Centro-Africana (RCA) e no Sul do Sudão, no quadro do Acordo de Paz Global entre o Governo do Sudão e o Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão (SPLM/A). Após vários anos de crise, Cote d'Ivoire parece, enfim, caminhar, lenta mas seguramente, para uma saída da crise, cujo impacto positivo se fará sentir para além das fronteiras de Cote d'Ivoire.

1. Estabelecimento da arquitectura continental de paz e de segurança

29. Em conformidade com o Protocolo relativo à criação do Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA), a arquitectura continental de paz e de segurança apoia-se nomeadamente no Sistema Continental de Alerta Prévio, no Grupo de Sábios e na Força Africana em Estado de Alerta (FAA). Durante o período considerado, progressos significativos foram registados na operacionalização dessas estruturas.

(a) O Grupo de Sábios

30. Durante o período em análise, e em conformidade com o seu programa de trabalho para 2008, o Grupo de Sábios realizou três reuniões: em Adis Abeba a 17 de Julho, em Argel de 12 a 14 de Outubro, e em Nairobi a 29 e 30 de Novembro de 2008.

31. A primeira das referidas reuniões foi precedida de um debate sobre os conflitos relacionados com as eleições, que levou à organização de um seminário em Nairobi, em Dezembro de 2008, para elaborar recomendações a submeter à Conferência da União. O Grupo analisou igualmente a situação da paz e da segurança em África, incluindo a evolução das iniciativas de mediação da SADC no Zimbabué e a situação no Sudão, à luz

da petição do Procurador do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) para a emissão de um mandado de prisão contra o Presidente Omar Hassan Al Bashir.

32. Por ocasião da sua 2ª reunião em Argel, o Grupo foi recebido em audiência pelo Presidente Abdelaziz Bouteflike. Ele fez o ponto de situação dos conflitos e das crises no continente incidindo de forma mais particular as suas discussões nas situações na Somália, em Darfur e na RDC.

33. A 3ª reunião debruçou-se sobre as situações na Somália, na RDC e em Zimbabué. Relativamente à Somália, o Grupo encontrou-se com o Primeiro-ministro do Governo Federal de Transição (TFG) e o Presidente do Comité Central da Aliança para a Re-libertação da Somália (ARS). Esta reunião foi precedida pelo seminário sobre os conflitos relacionados com as eleições, que contou com a participação das Comunidades Económicas Regionais (CER), Nações Unidas e várias outras instituições Africanas, incluindo a sociedade civil. O Grupo pretende submeter, através das instâncias competentes, as suas recomendações à Conferência da União na sua sessão de Junho/Julho de 2009.

(b) Sistema Continental de Alerta Prévio (CEWS)

34. A Comissão prosseguiu os seus esforços no sentido de implementar o Quadro para a Operacionalização do CEWS, tal como aprovado pelo Conselho Executivo em Janeiro de 2007. A este respeito, e para reforçar a recolha de dados e a capacidade analítica do CEWS, a Comissão continuou a aperfeiçoar os instrumentos existentes e a desenvolver novos, nomeadamente o módulo de indicadores e o Portal de CEWS. A Comissão finalizou as disposições para a aquisição dos equipamentos necessários para apoiar a infra-estrutura de TI do CEWS, bem como assegurar a conectividade dos sistemas de alerta prévio dos Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos à Sala de Monitorização da UA através de VSAT. Finalmente, e no quadro dos esforços para a melhoria da coordenação e da colaboração com os Mecanismos Regionais, a Comissão, conjuntamente com o Mercado Comum dos Estados da África Oriental e Austral (COMESA), organizou a segunda reunião técnica com estas instituições, em Lusaka, de 15 a 17 de Outubro de 2008.

(c) Força Africana em Estado de Alerta (FAA)

35. Ao longo do período em análise, a Comissão dedicou-se à tarefa de implementação das conclusões da 2ª reunião dos Ministros Africanos da Defesa e da Segurança, realizada em Adis Abeba, a 28 de Março de 2008, tais como endossadas pelo Conselho Executivo, em Sharm El Sheikh. Neste quadro, a Comissão organizou, aos 30 e 31 de Julho de 2008, em Adis Abeba, uma reunião dos Mecanismos Regionais para a Prevenção, a Gestão e a Resolução de Conflitos, que adoptou o 2º Roteiro da FAA relativo ao período de 2008-2010. Este incluiu o Plano de formação da FAA, que foi posteriormente revisto por um seminário sobre a formação da FAA, realizado em Adis Abeba, de 17 a 19 de Dezembro de 2008.

36. Progressos significativos foram registados tanto a nível regional como continental na implementação do Roteiro. O mesmo se passa em relação à criação das componentes

civil e da polícia da FAA, com a realização em Kampala, de 10 a 12 de Julho de 2008, e em Argel, de 18 a 20 de Outubro de 2008, de seminários respectivamente sobre a componente civil e a componente da polícia da FAA.

37. Apraz-me igualmente realçar que a região Norte, que acusava até aqui um certo atraso na criação desses instrumentos de base, tomou várias medidas que visam operacionalizar a sua brigada. Para o efeito, convém salientar o estabelecimento em Trípoli, em Dezembro de 2008, do Secretariado Executivo e de PLANELM da brigada do Norte, assim como a adopção pelos Ministros da Defesa da região do Quadro de Efectivos e de Dotação (TED) e do Plano de Formação Regional aquando da sua reunião realizada em Trípoli, de 21 a 23 de Dezembro de 2008.

38. Na sequência da validação pelos Ministros da Defesa e da Segurança, por ocasião da reunião acima referida em Adis Abeba, do estudo sobre a capacidade de desdobramento rápido, a Comissão organizou seminários técnicos em Nairobi, a 8 e 9 de Outubro de 2008, com vista a desenvolver as componentes regionais da capacidade de instalação rápida. Outros seminários são previstos em 2009 para as regiões do Oeste, Centro e Norte.

39. Gostaria, finalmente, de informar o Conselho que, no quadro do plano de formação da FAA, a Conferência de inicialização do programa EURORECAMP/AMANI ÁFRICA foi lançada em Adis Abeba, a 21 de Novembro de 2008, na presença de representantes dos países membros dos Troikas da UA e da UE. Recorde-se que o programa EURORECAMP foi posto pela UE à disposição da UA para facilitar a operacionalização da FAA.

2. Prevenção estrutural dos conflitos – Implementação do programa fronteiriço da UA (PFUA)

40. Durante o período em análise, a Comissão prosseguiu os seus esforços de implementação do Programa Fronteiriço da UA. Um relatório separado é submetido ao Conselho Executivo sobre esta questão.

3. Evolução da situação no terreno

41. Os parágrafos seguintes descrevem sucintamente a evolução das diferentes situações de conflito e pós-conflito no continente assim como outros acontecimentos afins. Tratam igualmente dos esforços empreendidos desde a última sessão ordinária do Conselho Executivo em Sharm El Sheikh, para promover a paz, a segurança e a estabilidade no continente. Neste contexto, gostaria de indicar que desloquei-me a Asmara, em Outubro de 2008, a convite das autoridades eritreias. Esta visita permitiu proceder a uma troca de pontos de vista sobre a situação na região e outras questões de interesse comum.

a. Comores

42. O período que se seguiu às sessões do Conselho Executivo e da Conferência da União, realizadas em Sharm El Sheikh, foi marcado pela realização de iniciativas que

visam consolidar os avanços registados no processo de reconciliação nacional, após a restauração da autoridade do Estado em Anjoão. O Conselho lembrar-se-á que isso foi no seguimento da operação «Democracia nas Comores» lançada a 25 de Março de 2008 sob a autoridade da UA.

43. É assim que o meu Enviado Especial para as Comores, o Ministro Francisco Madeira, se deslocou ao arquipélago em Agosto e Setembro de 2008, para discutir com as autoridades comorianas e as outras partes interessadas sobre as modalidades de organização de uma Conferência Inter-Comoriana que deve particularmente analisar a questão da racionalização da actual estrutura institucional do país. Destaca-se dessas discussões que as partes comorianas têm pontos de vista divergentes tanto sobre a agenda como sobre as modalidades da realização dessa Conferência. Por um lado, e reiterando o seu compromisso de respeitar a autonomia das ilhas e o princípio da «rotatividade», ao fim do qual a Presidência da União deverá caber a Mohéli em 2010 no fim do seu mandato, o Presidente da União pretende aproveitar a oportunidade da Conferência para lançar um processo de estabelecimento de um novo conjunto institucional onde os privilégios do Estado seriam preservados.

44. Por outro lado, os Presidentes das Ilhas Autónomas de Ngazidja e de Mohéli, apoiados pelo Presidente da Assembleia Nacional e por alguns partidos políticos da oposição, que afirmam temer uma eventual contestação dos princípios fundamentais da Constituição actual, solicitam primeiramente que o Governo da União se comprometa a não inscrever as reformas constitucionais na agenda da Conferência. A verdade é que em caso de fracasso das discussões inter-comorianas, o Presidente da União considera a possibilidade de recorrer a um referendo constitucional em Março-Abril de 2008. Nesta perspectiva, solicitou uma assistência da UA.

45. Gostaria igualmente de informar o Conselho que no termo do mandato da Missão de Assistência Eleitoral e de Segurança (MAES) da UA destacada no local desde 2006, o contingente tanzaniano realizou uma retirada definitiva das Comores a 28 de Outubro de 2008. Pelo seu lado, o contingente sudanês saiu de Comores a 4 de Dezembro de 2008. Gostaria de aproveitar desta ocasião para renovar o meu apreço a esses dois países pelo seu envolvimento e apoio nos esforços de reconciliação nas Comores.

46. A longa crise política que afectou as Comores teve sérias repercussões socioeconómicas, agravadas pela crise económica mundial. Apraz-me no entanto registar que as Comores beneficiam actualmente de um apoio renovado da comunidade internacional. É assim que o Arquipélago beneficia do Fundo das Nações Unidas de Consolidação da Paz, bem como do programa pós-conflito do Fundo Monetário Internacional. Além disso, o Banco Africano de Desenvolvimento decidiu recentemente apurar uma parte substancial da dívida das Comores para esta instituição. Quanto ao Banco Mundial, este estuda a possibilidade do restabelecimento do seu apoio institucional interrompido com a crise.

47. Neste contexto, finalmente favorável ao desenvolvimento do país, reitero o meu apelo às partes comorianas para que demonstrem um espírito de compromisso com vista a superar as suas divergências actuais e procedam à necessária renovação do quadro institucional do arquipélago. Exorto os parceiros internacionais a continuar a conceder o

seu apoio aos esforços que visam consolidar os progressos notáveis realizados nas Comores nos últimos meses.

b. **Somália**

48. O período em análise foi caracterizado por progressos significativos registados nas negociações entre o Governo Federal de Transição (TFG) da Somália e a Aliança para a Re-libertação da Somália (ARS). A 19 de Agosto de 2008, as duas partes assinaram o Acordo de Djibuti, que, *inter alia*, estipula a cessação de confrontos armados; a submissão de um pedido às Nações Unidas para a autorização e envio de uma força de estabilização internacional; o TFG deve proceder em conformidade com a decisão tomada pelo Governo Etíope de retirar as suas tropas da Somália após o destacamento de um número suficiente de forças das NU; bem como o estabelecimento de um Comité Misto de Segurança (JSC) e um Comité de Alto Nível (HLC), para o seguimento da implementação de mecanismos de segurança e questões relacionadas com a cooperação política entre as partes, justiça e reconciliação.

49. A 26 de Outubro de 2008, as partes assinaram um Acordo sobre as Modalidades para a Implementação da Cessação de Confrontos Armados. No mesmo dia, o TFG e a ARS emitiram uma declaração conjunta que prevê a criação de um Governo de Unidade, e um Parlamento inclusivo e alargado. Um mês depois, o HLC, reunido em Djibuti, chegou a um acordo sobre várias directrizes como uma base para o reforço dos compromissos das partes em relação à cooperação política. OJSC, reunido em Naivasha, Quénia, de 20 a 24 de Novembro de 2008, reafirmou o Acordo obtido em 26 de Outubro de 2008 e a determinação das partes de continuar a trabalhar para a sua rápida implementação. No entanto, e no quadro dos esforços para apoiar o processo de Djibuti no terreno, a direcção da ARS tomou medidas para se estabelecer na Somália.

50. Contudo, a situação política geral foi agravada pela intensificação da crise que surgiu entre o Presidente do TFG, Abdullahi Yusuf Ahmed, e o Primeiro-ministro Nur Hussein 'Adde'. Isto ocorreu após a decisão tomada numa reunião do Gabinete presidida pelo Primeiro-ministro de afastar Mohamed Dheere do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Mogadishu e Governador da região de Benadir, com a alegação de má administração de fundos.

51. Devido à falta de progressos na implementação do acordo obtido em Adis Abeba, a 26 de Agosto de 2008, pela direcção das Institucionais Federais de Transição (TFIs), sob os auspícios do Governo Etíope, para ultrapassar este impasse político, a 13ª Cimeira Extraordinária de IGAD reuniu-se em Nairobi a 29 de Outubro de 2008. A Cimeira exprimiu a sua profunda preocupação em relação ao marasmo político na Somália e estabeleceu várias medidas a ser implementadas pelas TFIs, incluindo a designação de um gabinete e o estabelecimento da administração de Benadir. Reunida em Adis Abeba a 18 de Novembro de 2008, a 30ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros de IGAD manifestou a mais profunda consternação com a incapacidade da direcção do TFG de proceder ao estabelecimento de um novo gabinete e a formação da administração de Benadir. Os Ministros reafirmaram a necessidade de implementar as decisões aprovadas em Nairobi, e decidiram impor sanções específicas, nomeadamente interdição de viagem

e congelamento de bens, contra todos os que criaram dificuldades para a realização da paz, e apelaram a UA e o Conselho de Segurança das NU a fazer o mesmo.

52. É neste contexto que, a 14 de Dezembro de 2008, o Presidente Abdullahi Yusuf anunciou a sua decisão de demitir o Primeiro-ministro Nur 'Adde'. Esta comunicação foi rejeitada pelo Primeiro-ministro. Depois, o Parlamento Federal de Transição (TFP) aprovou o gabinete proposto pelo Primeiro-ministro, enquanto, ao mesmo tempo, iniciava um processo de impugnação contra o Presidente de TFG. A 29 de Dezembro de 2008, este anunciou a sua renúncia.

53. Um dos factos mais importantes durante o período em análise refere-se à decisão do Governo Etíope de retirar as suas tropas da Somália nos finais de 2008. Numa nota que me foi enviada a 25 de Novembro de 2008, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Etiópia realçou que a presença das tropas etíopes na Somália há quase dois anos nunca foi planeada, mas sim ditada por um desejo de evitar um vazio na segurança. Na minha resposta ao Ministro Seyoum Mesfin, reconheci os imensos sacrifícios feitos pela Etiópia. Escrevi igualmente ao Presidente da União e ao Presidente do CPS, bem como ao Secretário-geral das NU e, através dele, ao Conselho de Segurança, para lhes comunicar a decisão tomada pela Etiópia, exprimindo a esperança de que medidas seriam tomadas no sentido de garantir que a retirada das tropas etíopes não resulte numa ruptura total da ordem pública na Somália. Em seguida, enviei o Comissário de Paz e Segurança, Emb. Ramtane Lamamra, a Nova York, onde teve encontros com os membros Africanos e os membros permanentes do Conselho de Segurança, bem como o Secretariado das NU, sobre a situação na Somália e a melhor via para a sua resolução.

54. Face à decisão da Etiópia de retirar as suas tropas da Somália, é imperioso intensificar os esforços que estão a ser empreendidos para reforçar AMISOM, cujo contingente sob mandato é de 8.000 efectivos militares. Em meados de Outubro de 2008, o segundo batalhão do Burundi foi mobilizado para a Somália, totalizando o contingente da Missão para 3.450 efectivos. Esforços continuam igualmente a ser envidados para a mobilização da componente policial de AMISOM e a criação de forças adicionais. Entre outras coisas, a 10 de Dezembro de 2008, enderecei notas aos Chefes de Estado e de Governo dos membros do CPS e de outros países Africanos, solicitando contribuições urgentes para a manutenção de AMISOM. Apraz-me informar que o Presidente Abdelaziz Bouteflika da Argélia me escreveu a comunicar o apoio do seu país, particularmente a concessão do transporte aéreo para o envio de contingentes adicionais à Somália. O Presidente Mohamed Hosny Mubarak do Egipto enviou-me uma nota confirmando a disponibilidade do seu país de conceder algum apoio logístico a AMISOM. Além disso, tanto Uganda como Burundi confirmaram a sua disponibilidade de contribuir com tropas adicionais, desde que o necessário apoio financeiro e logístico seja mobilizado.

55. Não se registaram progressos durante o período em análise no que diz respeito ao destacamento de uma operação de manutenção de paz das NU ou uma força de estabilização internacional. A 17 de Novembro de 2008, o Secretário-geral submeteu ao Conselho de Segurança propostas sobre uma eventual força de estabilização internacional para apoiar a implementação do Acordo de Djibuti. O Secretário-geral revelou ainda que tinha abordado alguns países e uma organização internacional para que contribuíssem para a força multinacional proposta. Ao mesmo tempo, o Secretariado

das NU continua a analisar o seu plano de contingência para uma possível operação de manutenção da paz. A 19 de Dezembro de 2008, o Secretário-geral endereçou uma nota ao Presidente do Conselho de Segurança, salientando várias medidas para a resolução da situação na Somália tendo em conta a retirada das forças etíopes, incluindo pacote de apoio para AMISOM.

56. No entanto, a situação de segurança geral no Sul e Centro da Somália deteriorou-se seriamente. Al Shabab e seus aliados estão a controlar a maioria das cidades estratégicas do Sul Shebelle e as áreas imediatas do Nordeste de Mogadíscio. Além disso, a 29 de Outubro de 2008, uma onda de atentados com carros-bomba foi perpetrada nas duas regiões de Somalilândia (Hargeysa) e Puntland (Bosasso), que até aqui tinham estado relativamente estáveis, que mataram várias pessoas e feriram muitas outras. Houve também novos ataques contra AMISOM e agentes humanitários. Devido à insegurança prevalecente, a situação humanitária na Somália continua a ser precária. A população civil sofreu enormes perdas com a escalada dos conflitos durante os últimos meses.

57. O período em análise passou igualmente por um aumento de actos de pirataria e assalto à mão armada no alto mar na costa da Somália. Esta situação provocou várias iniciativas. A 2 de Dezembro de 2008, e na sequência de decisões anteriores, o Conselho de Segurança das NU adoptou a resolução 1846 (2008), com vista a reforçar os esforços internacionais no combate à pirataria na costa da Somália. Além disso, a 20 de Novembro de 2008, por iniciativa do Governo do Egipto, uma reunião consultiva de alto nível dos Estados que fazem fronteira com o Mar Vermelho realizou-se no Cairo. Em 11 e 12 de Dezembro de 2008, uma outra conferência internacional sobre a pirataria na Somália realizou-se em Nairobi, a nível ministerial.

58. Mais uma vez, Somália está numa encruzilhada. Alguns dos acontecimentos mais recentes levaram a um colapso total de todos os esforços empreendidos nos últimos meses para promover a paz e a reconciliação no país. Por outro lado, houve medidas encorajadoras que, se forem concretizadas e efectivamente apoiadas, podem dar um novo impulso à busca da paz, segurança e estabilidade.

59. É neste contexto que a 163ª reunião do CPS, realizada em Adis Abeba, a 22 de Dezembro de 2008, analisou a situação na Somália. Em particular, o CPS encorajou o TFG e a ARS a intensificar os seus esforços para a implementação dos Acordos que firmaram, e exortou as partes, que ainda não o fizeram, a aderir ao processo de paz. O CPS reiterou ainda a sua séria preocupação com as divisões no seio do TFG e aprovou as sanções impostas pelo IGAD. O CPS decidiu também prolongar o mandato de AMISOM por mais dois meses, a partir de 16 de Janeiro de 2009. Lançou um apelo aos Estados Membros no sentido de contribuírem com tropas e outro pessoal necessário para que a Missão atinja o efectivo do seu contingente conforme o mandato, e solicitou os Estados Membros da UA e os parceiros a concederem maior apoio financeiro e logístico. Ao mesmo tempo, o CPS reiterou a principal responsabilidade do Conselho de Segurança das NU para a manutenção da paz e segurança internacional, exortando este órgão a, imediatamente e sem nenhuma demora, tomar as medidas esperadas, particularmente a autorização do destacamento de uma força de estabilidade internacional e, posteriormente, a de uma operação de manutenção da paz para o reforço da AMISOM.

Enquanto aguarda a mobilização dessa operação, o CPS solicitou o Conselho de Segurança a autorizar um pacote de apoio para AMISOM, tendo em conta as disposições do Capítulo VIII da Carta das NU.

60. Neste âmbito, apraz-me notar que, a 16 de Janeiro de 2009, o Conselho de Segurança adoptou a Resolução 1863 (2008), através da qual expressou, entre outros, a sua intenção de enviar uma Operação de manutenção da paz na Somália, no quadro do acompanhamento da AMISOM, carecendo de uma decisão posterior até 1 de Junho de 2009, e saudou as recomendações contidas na carta do Secretário-geral, datada de 19 de Dezembro de 2008. Esforços estão em curso com os países dispostos a enviarem contingentes e com os parceiros internacionais, incluindo as Nações Unidas, no sentido de mobilizar recursos adicionais com vista a aumentar a eficácia da AMISOM e reforçar as capacidades da Polícia somali e as forças paramilitares conjuntas em Mogadíscio. Para além disso, a UA está activamente empenhada no processo político visando a extensão do Parlamento, a eleição de um novo Presidente e a constituição de um Governo de Unidade Nacional.

c. **Processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia**

61. Na última Sessão Ordinária, informei o Conselho sobre a evolução do processo de paz entre Etiópia e Eritreia. Sublinhei nomeadamente a falta de progressos na demarcação da fronteira entre os dois países e as restrições impostas pela Eritreia em relação à Missão das Nações Unidas na Etiópia e Eritreia (UNMEE), que obrigaram UNMEE a transferir temporariamente o seu pessoal e equipamento militares da Eritreia e a suspender a implementação das suas operações nesse lado da fronteira. A este respeito, salientei que, em virtude da situação, o Secretário-geral das NU submeteu ao Conselho de Segurança, a 7 de Abril de 2008, várias opções para o futuro de UNMEE. Estas referem-se nomeadamente a: reforço de UNMEE; se a Eritreia deve reconsiderar a sua posição; ou pôr termo ao mandato da Missão na falta de condições necessárias para a realização do seu mandato.

62. A 30 de Julho de 2008, o Conselho de Segurança das NU, tendo considerado o relatório especial submetido pelo Secretário-geral e ainda as comunicações entre o seu Presidente e Etiópia e Eritreia, decidiu pôr termo ao mandato de UNMEE com efeito a partir de 31 de Julho de 2008, realçando que esta decisão não prejudica as obrigações dos dois países nos termos dos Acordos de Argel de 2000. O Conselho de Segurança solicitou que a Etiópia e a Eritreia cumprissem totalmente as suas obrigações, demonstrassem a máxima restrição e não fizessem nenhuma ameaça ou uso da força contra um ao outro, e evitassem actividades militares de provocação. O Conselho de Segurança exprimiu igualmente o seu forte apoio aos esforços do Secretário-geral e da comunidade internacional de colaborar com a Etiópia e a Eritreia para as ajudar a implementar os Acordos de Argel, normalizar as suas relações, promover a estabilidade e lançar as bases para uma paz alargada e duradoura entre os dois países.

63. Em consequência destes acontecimentos, a UA teve de pôr termo ao mandato da sua Missão de Ligação na Etiópia e Eritreia (OLMEE). Convém recordar que a OLMEE foi estabelecida pelo Órgão Central do Mecanismo da OUA para a Prevenção, a Gestão e a Resolução de Conflitos em 2000, com o mandato de complementar, assistir e cooperar

com a UNMEE, cuja mobilização se realizou sob os auspícios da OUA. Gostaria de prestar homenagem ao pessoal da OLMEE, bem como a todos os Estados Membros que contribuíram para a Missão, pelo seu compromisso para a busca de uma paz duradoura entre a Etiópia e a Eritreia.

64. A Comissão não pode deixar de reiterar a preocupação da UA com o impasse contínuo no processo de paz de Etiópia-Eritreia e as suas implicações para a paz, a segurança e a estabilidade na região em geral. Mais uma vez, convém salientar a necessidade de um maior apoio e coordenação de esforços para ajudar as partes a superar o actual impasse e a normalizar as suas relações. Como no passado, a UA está disposta a ajudar a Eritreia e a Etiópia nessa iniciativa.

d. **Relações entre o Djibuti e a Eritreia**

65. Na sua sessão em Sharm El Sheikh, a Conferência abordou a situação na fronteira entre a República de Djibuti e o Estado de Eritreia e as relações entre os dois países. Na sua decisão em relação ao relatório do CPS sobre as suas actividades e a situação de paz e segurança em África, a Conferência exprimiu a sua profunda preocupação com a situação prevalecente na fronteira entre o Djibuti e a Eritreia e a tensão nas relações entre os dois países. A Conferência condenou veementemente o uso da força, reiterou a obrigação de respeitar a soberania, integridade territorial e independência dos Estados Membros, e apelou para o regresso à situação existente na fronteira comum entre os dois países antes da actual tensão, incluindo a retirada imediata de todas as forças estacionadas ali desde 4 de Fevereiro de 2008. Esta decisão seguiu o comunicado adoptado pela 140ª reunião do CPS, que se realizou em Sharm El Sheikh a 29 de Junho de 2008.

66. Um dos principais acontecimentos desde as reuniões em Sharm El Sheikh relaciona-se com o envio pelas NU da missão de investigação à região. De acordo com as consultas realizadas pelo Conselho de Segurança a 24 de Junho de 2008 sobre a situação entre Djibuti e Eritreia, a missão visitou Djibuti e Etiópia de 28 de Julho a 6 de Agosto de 2008. A missão não obteve aprovação das autoridades da Eritreia para visitar a Eritreia. O relatório da missão, que foi enviado ao Conselho de Segurança a 11 de Setembro de 2008, sublinhou a necessidade de tomada de medidas políticas urgentes para pôr termo à crise e lançou um apelo para a desmilitarização da fronteira e o regresso às posições anteriores como em Fevereiro de 2008, realçando, a este respeito, que o exército de Djibuti já tinha recuado e que portanto as forças da Eritreia deviam fazer o mesmo tal como foi solicitado pelo Conselho de Segurança.

67. A 23 de Outubro de 2008, o Conselho de Segurança, a pedido de Djibuti, realizou uma reunião dedicada ao diferendo da fronteira entre a Eritreia e o Djibuti. Nessa ocasião, o Presidente Ismail Omar Guelleh afirmou que, “na sequência da ocupação abrupta, inexplicável e imponderada de parte do território de Djibuti pelas forças da Eritreia”, o seu país adoptou uma política de calma e prudência e solicitou os bons ofícios de várias organizações internacionais, incluindo a UA. Convidou o Conselho de Segurança a exortar a Eritreia a honrar os seus compromissos internacionais e a cooperação com as NU com vista a aceitar o seu apoio para a resolução da crise. Ele ainda salientou que a prioridade do seu país consistia em realizar a desmilitarização da área de conflito e o

restabelecimento de confiança mútua através da reactivação do mecanismo bilateral existente ou pela criação de um mecanismo de arbitragem para demarcar a fronteira. Concluiu dizendo que a inacção do Conselho de Segurança não só encorajará como compensará a atitude da Eritreia, e sublinhou que o conflito representa “ um buraco negro financeiro e um enorme encargo nos (seus) escassos recursos e uma dispersão dos (seus) objectivos de desenvolvimento”.

68. O representante permanente da Eritreia salientou que não houve novos acontecimentos desde “o breve incidente em Junho que foi instigado pelo ataque infundado desencadeado pelo Djibuti contra a nossa unidade no interior do nosso próprio território”. Ele continuou a realçar que, apesar das campanhas negativas, Eritreia tinha escolhido o tempo todo a via de contenção e perseverança. Afirmou que, contrariamente às reivindicações feitas, a Eritreia não se apoderou de nenhuma terra que pertença ao Djibuti e não tem ambições territoriais. Observou que o desejo do seu país é a restauração e o estabelecimento de boas relações de vizinhança com o Djibuti na base de respeito mútuo total pela integridade territorial e soberania.

69. A Comissão esclareceu às partes que está disposta a contribuir para a difusão da tensão prevalecente e apoiar na abordagem das causas fundamentais da situação actual, que é incompatível com as boas relações existentes há muito tempo entre o Djibuti e a Eritreia.

70. A 14 de Janeiro de 2009, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1862 (2009), através da qual, entre outro, instou o Djibuti e a Eritreia a resolverem pacificamente o seu diferendo fronteiriço; reiterou o seu apreço pelos esforços envidados pelo Secretário-geral da ONU, pela UA e pela Liga Árabe no sentido de exortar ambas as partes; e exprimiu a sua satisfação pelo facto de que o Djibuti retirou as suas forças ao «*status quo ante*.» O Conselho de Segurança solicitou também à Eritreia a retirar as suas forças e todo o equipamento à posição do «*status quo ante*», a reconhecer o seu diferendo fronteiriço com o Djibuti, empenhar-se activamente no diálogo a fim de desanuviar a tensão, bem como nos esforços diplomáticos visando uma solução mutuamente aceitável, e cumprir as suas obrigações na qualidade de membro das Nações Unidas. Por seu turno, a Comissão indicou às partes que estava disposta a apoiá-las para desanuviar a tensão prevalecente e combater as causas fundamentais na origem da situação actual, que não é compatível às boas relações de longa data entre o Djibuti e a Eritreia.

e. **Burundi**

71. Durante o primeiro semestre do ano de 2008, o processo de implementação dos Acordos assinados entre o Governo do Burundi e o PALIPEHUTU-FNL, respectivamente a 18 de Junho e 7 de Setembro respectivamente, alcançou progressos significativos, que suscitam deste modo a esperança de uma resolução definitiva do conflito. Mas esta esperança não se concretizou, e surgiram atrasos, depois bloqueios, que entravaram o desenvolvimento normal do processo. Esses bloqueios incidiam nomeadamente sobre a transformação do PALIPEHUTU/FNL em partido político sob a sua designação actual, embora a Constituição e a lei sobre os partidos políticos proibam qualquer referência à

etnia, bem como sobre a posição do Governo segundo a qual a aplicação dos Acordos de 2006 deve inscrever-se no estrito respeito da Constituição.

72. Preocupado com esta situação, escrevi ao Presidente Pierre Nkurunziza e ao Chefe do PALIPEHUTU-FNL, Agathon RwAAS. Nessas correspondências, encorajei os intervenientes burundeses a consolidar os avanços alcançados no processo de implementação dos Acordos de 2006. Escrevi igualmente ao Facilitador, Sr Charles Nqakula, Ministro sul-africano da Defesa, ao qual reiterei o apoio da Comissão. Em seguida, sob a influência do Facilitador, o Presidente Nkurunziza e o Sr RwAAS decidiram encontrar-se duas vezes por semana, a partir de 19 de Agosto de 2008, a fim de apresentar soluções para os problemas que o Directório Político e o Mecanismo Conjunto de Verificação e de Seguimento (MCVS) não conseguem resolver. As três primeiras reuniões levaram à Declaração de Ngozi de 29 de Agosto de 2008 segundo a qual as partes se comprometeram nomeadamente a trabalhar para a conclusão do processo de implementação dos Acordos de 2006 nos prazos estabelecidos.

73. Os esforços incessantes do Directório Político, em que o meu Representante assegura a Vice-presidência, e do Facilitador não permitiram criar as condições da implementação da Declaração de Ngozi. As actividades do Directório Político e do MCVS foram então suspensas. Em virtude desse novo bloqueio, a iniciativa regional enviou, a 6 de Novembro de 2008, uma missão ministerial a Bujumbura para entregar às partes a seguinte mensagem: a data efectiva de 31 de Dezembro de 2008 para a conclusão do processo de paz é mantida; o PALIPEHUTU-FNL deve proceder ao envio dos seus combatentes às zonas de concentração por causa de DDR; o Governo deve criar um espaço para a integração dos quadros do PALIPEHUTU-FNL nas instituições; o PALIPEHUTU-FNL deve desistir da conotação étnica da sua designação. No que diz respeito às partes, cada uma reiterou a sua posição inicial.

74. É neste contexto que se realizou, em Bujumbura, a 4 de Dezembro de 2008, a Cimeira da Iniciativa Regional, em que participei. Na declaração emitida pela Cimeira, consta, entre outros, que o PALIPEHUTU-FNL reconhece que, com esta designação, não pode ser inscrito como partido político. Neste sentido, comprometeu-se a realizar no seu seio as concertações necessárias para encontrar uma nova designação em conformidade com a Constituição. O Presidente Nkurunziza prometeu conceder 33 postos aos dirigentes do PALIPEHUTU-FNL; também reiterou a sua decisão de libertar todos os prisioneiros políticos e os prisioneiros de guerra. As duas partes concordaram com a necessidade de dar início imediatamente ao processo de DDR. Depois foram criadas equipas técnicas conjuntas que trabalham na aplicação das decisões tomadas. No entanto, subsistem dificuldades que as partes interessadas se esforçam por superar.

f. **República Democrática do Congo (RDC)**

75. Com a assinatura dos Actos de compromisso *que* aprovaram a Conferência sobre a paz, a estabilidade e o desenvolvimento nas Províncias de Kivu, realizada em Goma de 6 a 23 de Janeiro de 2008, e o início da sua implementação através do Programa AMANI, o processo de normalização no Leste da RDC parecia ter tomado uma direcção encorajadora. Convém lembrar aqui que os principais objectivos do Programa AMANI são preservar o cessar-fogo acordado entre as partes nos vários conflitos que afectam a

região, proceder ao desengajamento dos grupos armados, favorecer a integração no seio das Forças Armadas da RDC (FARDC) dos antigos combatentes que assim o desejarem e promover o desenvolvimento económico dos Kivus.

76. Desde o mês de Fevereiro, o Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP) dirigido pelo General dissidente Laurent Nkunda, uma das partes nos Actos de compromisso, denunciou a lentidão na implementação do Programa AMANI, antes de suspender a sua participação nos trabalhos do Programa durante quatro meses. A 28 de Agosto de 2008, o CNDP lançou uma ofensiva militar de envergadura contra as FARDC no território de Masisi. Os combates estenderam-se em seguida aos outros territórios da Província do Norte de Kivu, onde o CNDP tomou o controlo de importantes localidades, e instalou uma administração paralela. O CNDP denunciou formalmente o que denominou «o fracasso» do Programa AMANI e lançou um apelo para uma revolta nacional contra o poder do Presidente Kabila. Exigiu igualmente negociações directas com o Governo congolês «em território neutro».

77. É neste quadro que me desloquei a KinshAAS de 10 a 12 de Outubro, onde tive encontros com o Chefe de Estado e outros intervenientes congolezes, e com os representantes da comunidade internacional em KinshAAS. Reiterei a posição da UA em prol de uma solução pacífica. Exortei igualmente a RDC a restabelecer as suas relações diplomáticas com os seus vizinhos. No prolongamento desta visita, enviei um emissário a KinshAAS, na pessoa do Sr Ibrahim Fall, antigo Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a Região dos Grandes Lagos. Participei, por outro lado, nos trabalhos da Cimeira Regional realizada em Nairobi, a 7 de Novembro de 2008. Em seguida, o Comissário para a Paz e Segurança deslocou-se a KinshAAS e Kigali. Além disso, a Comissão participou, através do Vice-presidente e meu emissário para a Região dos Grandes Lagos, na reunião dos Ministros dos países da região, realizada em Nairobi a 20 de Dezembro de 2008. Na mesma ordem de ideias, procedi à abertura de um escritório da UA em Goma, local de encontro privilegiado da Facilitação internacional envolvida no seguimento da implementação dos Actos de Compromisso. Pelo seu lado, o CPS analisou a situação a Lesta da RDC por ocasião da 155^a e 163^a reuniões, realizadas respectivamente a 31 de Outubro e 22 de Dezembro de 2008.

78. Várias outras personalidades, que representam os países e organizações internacionais que são parceiros no processo de paz na RDC, foram a KinshAAS e a outros países da região a fim de contribuir para os esforços que visam obter a cessação dos combates. Face à mobilização da comunidade internacional, incluindo a UA, as Comunidades Regionais pertinentes (SADC e CEEAC), as Nações Unidas e a União Europeia (EU), o CNDP proclamou um cessar-fogo unilateral, a 29 de Outubro de 2008, no momento em que as suas tropas estavam muito perto de Goma. No que se refere mais especificamente às Nações Unidas, o Secretário-geral designou um Enviado Especial para a Região dos Grandes Lagos, na pessoa do Sr Olusegun ObAASnjo, para ajudar a encontrar uma solução duradoura para a crise. Desde 8 de Dezembro de 2008, o Governo congolês e o CNDP encetaram negociações em Nairobi, com a facilitação do Enviado Especial do Secretário-geral das Nações Unidas e do Mecanismo de Seguimento criado pela Cimeira Regional realizada em Nairobi a 7 de Novembro de 2008. Após as duas sessões de trabalho quase consagradas às questões processuais, as duas partes suspenderam as negociações e decidiram retomá-las a 8 de Janeiro de 2009. Entretanto,

a 20 de Novembro de 2008, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da resolução 1843, autorizou o aumento temporário dos efectivos autorizados da MONUC.

79. Além disso, e com a preocupação de apaziguar a tensão criada pela situação militar no terreno, os Governos da RDC e do Ruanda inauguraram, no mês de Novembro, um ciclo de concertações bilaterais através da «Comissão 4 + 4». Reunidos em Goma no âmbito desta Comissão, em 4 e 5 de Dezembro de 2008, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dois países concordaram, entre outros, sobre um plano militar que visa desmantelar as Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR). O Ministro congolês solicitou ao Ruanda que fizesse uso da sua autoridade moral sobre Laurent Nkunda para o tornar a trazer à mesa das negociações. Comprometeu-se, além disso, a reabrir as Embaixadas do seu país no Ruanda, na Uganda e no Burundi, no início de 2009. Os dois Ministros decidiram também realizar uma reunião em Bujumbura para relançar a Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL). As concertações entre os dois países prosseguem a nível dos responsáveis dos serviços de segurança.

80. A 14 de Dezembro de 2008, os Governos da RDC e do Uganda, bem como o do Sul do Sudão (GoSS), lançaram uma operação militar conjunta contra as bases do LRA (Exército de Resistência do Senhor), movimento rebelde ugandês dirigido por Joseph Kony, no Parc de la Garamba, no Nordeste da RDC. Em reacção a esta operação, o LRA perpetrou uma série de crueldades, nomeadamente incêndios em grande escala e massacres de populações, nas localidades congolêsas.

81. Apesar dos esforços constantes empreendidos pela comunidade internacional, a situação no Leste da RDC continua a ser precária. Estou vivamente preocupado com a situação humanitária que prevalece no terreno e pelas crueldades múltiplas cometidas contra as populações civis. Importa, desde então, redobrar esforços para acelerar a resolução duradoura da crise e a restauração da autoridade do Estado no Leste da RDC. Neste sentido, a consolidação da acalmia que prevalece no terreno reveste-se de uma importância particular. Lanço um apelo a todas as partes interessadas para que cheguem rapidamente a um acordo que permita pôr um termo à instabilidade no Leste da RDC e consolidar os avanços notáveis registados na promoção da paz, da segurança e da estabilidade na RDC.

g. **Sudão**

i. *Sul do Sudão – Implementação do Acordo de Paz Global (GPA)*

82. Durante o período em análise, a Comissão continuou a seguir de perto a implementação do Acordo de Paz Global (GPA). Apraz-me informar que, apesar dos muitos problemas que enfrentaram, as partes continuaram a fazer progressos na implementação dos seus compromissos no âmbito do Acordo.

83. A situação de segurança em geral permanece calma. De acordo com as disposições do GPA a Comissão Política do Cessar-fogo e seus órgãos associados, incluindo o Comité Misto de Controlo do Cessar-fogo (CJMC) e o Comité Misto de Controlo da Área (AJMC), continuam a funcionar normalmente.

84. A 13 de Outubro de 2008, a Assembleia Nacional Provisória (INA) realizou a sua 7ª e última sessão. As principais legislações foram discutidas e aprovadas, incluindo a Lei de Segurança Nacional e a Lei de Imprensa e Media. A INA sancionou ainda o Conselho dos Partidos Políticos e aprovou o orçamento nacional. A Assembleia Legislativa do Sul do Sudão (SSLA) também continua a reunir-se e a aprovar as leis necessárias. Além disso, a 22 de Outubro de 2008, o Conselho de Estados, que normalmente se reúne em Cartum e integra INL, e a SSLA realizaram a sua primeira sessão conjunta em Juba. Numa declaração emitida no final da sessão, os dois órgãos afirmaram a necessidade de realizar o desenvolvimento alargado para todo o país. Sublinharam igualmente a importância dos resultados do censo e a necessidade de garantir que há eleições livres e justas no Sudão.

85. O GPA estipula que as eleições gerais sudanesas devem ser realizadas até 9 de Julho de 2009. Neste sentido, a promulgação da Lei Eleitoral Nacional do Sudão, pela INA, realizou-se a 7 de Julho de 2008. Após a promulgação da Lei Eleitoral Nacional, a Comissão Eleitoral Nacional (NEC), que devia ter sido criada no período de um mês, foi finalmente aprovada pela INA a 17 de Novembro de 2008. Os nove membros da NEC, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente, foram nomeados pela Presidência e aprovados pela INA.

86. O GPA prevê que, no fim do período provisório de seis anos, deverá haver um referendo controlado a nível internacional, organizado conjuntamente pelo Governo da Unidade Nacional (GoNU) e SPLM/A, para o povo do Sul do Sudão ou confirmar a unidade do Sudão ou votar pela secessão. A INA foi, por conseguinte, incumbida de promulgar uma Lei do Referendo em Julho de 2007. Contudo, no momento da finalização do presente relatório, a Lei do Referendo ainda não tinha sido aprovada.

87. Uma das principais componentes do GPA é o Protocolo relativo à Partilha da Riqueza através do qual o GoNU continua a partilhar a riqueza do Sudão, particularmente o rendimento do petróleo, com o GoSS e outros estados produtores de petróleo no país. A 6 de Agosto de 2008, os membros do Comité Misto de Controlo, Cálculo e Partilha do Rendimento do Petróleo proporcionou uma actualização da actual situação de transferências ao GoSS e estados produtores de petróleo numa reunião com o Grupo de Partilha da Riqueza. O Comité salientou que o montante total recebido pelo GoSS tinha excedido 1 bilião de dólares.

88. Em relação à questão de Abyei, importa realçar que as partes decidiram submeter a sua disputa sobre as fronteiras permanentes de Abyei à “arbitragem final e obrigatória ao abrigo das Normas Opcionais do Tribunal Permanente de Arbitragem”. A 28 de Outubro de 2008, o Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia anunciou a nomeação do Árbitro Presidente do Conselho de Arbitragem de Abyei, de acordo com o Roteiro de Abyei de 8 de Junho de 2008. O Tribunal deve emitir a sua decisão definitiva em Junho de 2009.

89. O Conselho relembra que o APG incumbiu a Presidência Sudanesa a criar um Comité Técnico Ad hoc de Fronteiras para demarcar com precisão o limite Norte/Sul de

1/1/1956. O Comité iniciou o seu trabalho em Janeiro de 2007, e esforços estão a ser feitos para concluir esse processo.

90. No período em análise, o meu Enviado Especial para a implementação do APG, Embaixador Oluyemi Adeniji, visitou o Sudão, onde realizou consultas exaustivas com os membros de GoNU, GoSS e representantes da comunidade internacional. Antes, em Julho de 2008, ele deslocou-se a Pretória, onde se reuniu com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Dr. Nkosazana Dlamini Zuma, na sua qualidade de Presidente do Comité Ministerial da UA sobre a Reconstrução Pós-conflito do Sudão. Do mesmo modo, realizou consultas com o Enviado Especial da Paz do Quênia para o Sudão, antigo Presidente Daniel Arap Moi, em Nairobi, em Junho de 2008, bem como o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, Sr Amre Moussa, também em Junho de 2008, em Sharm El Sheikh, à margem da Cimeira da UA. Apraz-me informar que o Escritório de Coordenação da UA em Cartum, com um Gabinete em Juba, está completamente operacional. O Gabinete está a trabalhar estreitamente com as Nações Unidas e outras partes interessadas internacionais no processo de implementação do GPA.

91. Embora a implementação do GPA tenha alcançado avanços significativos, é também evidente que ainda existem muitos desafios pela frente, relacionados, entre outros, com a conclusão dos preparativos para a realização da eleição de 2009 e o referendo de 2011, a demarcação da fronteira Norte/Sul e a questão crucial de reconstrução e desenvolvimento no Sul. Neste contexto, não posso deixar de realçar a necessidade de um compromisso político contínuo e confiança mútua entre as partes no GPA para poderem cumprir as suas obrigações e contribuir para a paz e estabilidade duradouras no Sul do Sudão.

ii. Darfur

92. Durante o período considerado, esforços continuaram a ser empreendidos para relançar o processo político em Darfur. A 1 de Julho de 2008, eu e o Secretário-geral das Nações Unidas, conjuntamente, anunciámos a nomeação de Djibrill Yipèné Bassolé, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Burkina Faso, como o Principal Mediador Comum de UA-ONU para Darfur, que ficará a residir em El Fasher. O Principal Mediador Comum assumiu as funções a 1 de Agosto de 2008. Desde então, efectuou consultas exaustivas com o GoNU, incluindo o Presidente Omar Hassan Al Bashir, os líderes dos movimentos armados, e com representantes das PIDs e outras partes interessadas de Darfur. Com base nestas consultas, pode-se constatar que a maior parte dos intervenientes desejam ardentemente a paz, apesar das diferenças de abordagens e reservas em relação ao processo de paz.

93. No quadro das iniciativas para o relançamento do processo de paz, um Comité Ministerial sobre Darfur foi estabelecido sob a presidência conjunta do Primeiro-ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado de Qatar, Sheikh Hamad bin Jassim bin Jabr Al Thani, o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, Sr Amre Moussa, e eu. O Comité, conhecido como a “Iniciativa de Qatar”, teve encontros com as autoridades do Chade e do Sudão, alguns movimentos de Darfur e direcção de UNAMID, para a discussão de formas e meios de retomar as negociações entre todos os intervenientes em

Darfur Enquanto o Governo do Sudão manifestou a sua disponibilidade e compromisso de prosseguir com as conversações em Doha, os movimentos rebeldes continuam a ter reservas.

94. Em Outubro de 2008, o Fórum Popular do Sudão (SPF) foi lançado pelo Presidente Omar Hassan Al-Bashir, constituindo um passo importante nos esforços para encontrar uma solução política inclusiva e duradoura para a crise de Darfur. O SPF contou com a participação de altos dirigentes da maioria dos principais partidos políticos do Sudão e incluiu numerosos representantes de Darfur, embora não dos movimentos armados não signatários. A UA foi representada no SPF. O documento resultante da reunião aborda os principais elementos do conflito como uma base para futuras negociações. O anúncio subsequente pelo Presidente Al Bashir, a 12 de Novembro de 2008, de um cessar-fogo unilateral, desde que seja totalmente implementado pelo Governo e adoptado pelos movimentos armados, pode de forma significativa fazer avançar o processo de paz. A pedido do Governo, UNAMID está a desenvolver um mecanismo de controlo do cessar-fogo.

95. O período considerado também testemunhou uma evolução importante nas relações entre os dois signatários do Acordo de Paz de Darfur (DPA), nomeadamente o GoS e o Movimento de Libertação do Sudão-Minni Minawi (SLM/MM). No seguimento de uma reunião entre o Vice-Presidente Ali Osman Taha e o líder de SLM/MM, Minni Minawi, em 19 de Setembro de 2008, as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e o SLM/MM assinaram um Memorando de Entendimento (MdE) sobre Coordenação Política e Militar, referida como a “Declaração de El Fasher”, em 13 de Outubro de 2008. Em conformidade com o MdE, o Presidente Al-Bashir emitiu um decreto que visa a incorporação do DPA na Constituição Provisória, que está actualmente a ser analisada pela Comissão Constitucional Nacional.

96. Um outro acontecimento importante durante o período considerado refere-se ao anúncio, a 14 de Julho de 2008, pelo Promotor do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) do pedido de um mandado de captura a ser emitido contra o Presidente Al-Bashir. A 21 de Julho de 2008, o CPS analisou a situação no Sudão tendo em consideração este pedido. Nessa ocasião, o CPS solicitou o Conselho de Segurança das NU, em conformidade com as disposições do Artigo 16º do Estatuto de Roma do TIJ, a adiar o processo iniciado pelo TIJ, levando em conta a necessidade de assegurar que os esforços de paz em curso não sejam prejudicados, bem como o facto de que, nas circunstâncias actuais, uma acção judicial pode não ser do interesse da justiça e das vítimas. Embora na sua resolução 1828 (2008) de 31 de Julho de 2008, o Conselho de Segurança tomasse nota do comunicado do CPS, tendo presente as preocupações levantadas por alguns dos seus membros no que diz respeito aos eventuais acontecimentos subsequentes à petição pelo Promotor do TIJ, nenhuma medida foi tomada até então para o adiamento da petição. A Comissão envidou esforços incessantes para mobilizar o apoio internacional para esta suspensão. No seu Comunicado, o PSC solicitou também à Comissão a constituir um Painel de Alto Nível a fim de examinar profundamente a situação e submeter recomendações sobre a melhor forma de resolver eficaz e globalmente as questões de prestação de contas e de combate à impunidade, por um lado, e de reconciliação e retoma, por outro. Na sequência deste pedido, escrevi ao antigo Presidente Thabo Mbeki da África do Sul pedindo-o a presidir o Painel, que será constituído por distintas personalidades Africanas. A Comissão

está a tomar medidas para a convocação dentro em breve da primeira reunião do Painel e o início do seu trabalho.

97. Quanto às autoridades sudanesas, embora rejeitassem o pedido do TIJ, tomaram algumas medidas para resolver a questão de impunidade em Darfur. Assim, a 3 de Agosto de 2008, o Ministério de Justiça anunciou a nomeação de um Promotor Especial para investigar as alegações de abusos dos direitos humanos cometidos em Darfur desde 2003. Exorto as autoridades sudanesas a empreender todos os esforços possíveis para que a impunidade seja efectivamente resolvida, tendo em mente que sem justiça, não haverá nenhuma paz duradoura e reconciliação em Darfur.

98. A situação de segurança e humanitária continua a ser preocupante. Os agentes de ajuda humanitária bem como o pessoal e bens da UNAMID têm estado cada vez mais expostos ao risco durante o período considerado. A 8 de Julho de 2008, sete soldados da paz foram mortos e 22 feridos devido a um ataque deliberado e bem organizado a uma patrulha da UNAMID perto de Shangil Tobaya. É o ataque mais grave contra a UNAMID desde que a Missão assumiu as suas responsabilidades a 31 de Dezembro de 2007. A insegurança prevalecente levou igualmente à diminuição do acesso humanitário, aumentando deste modo as dificuldades das pessoas afectadas.

99. A UNAMID continuou a sua formação e, com a assistência do Governo do Sudão, atingiu a sua força específica de mobilização de 60 por cento de pessoal uniformizado (militares e polícias) no fim do ano. O estabelecimento de um Comité Tripartido, constituído pelo Governo do Sudão, a Comissão da UA e as Nações Unidas, juntamente com a designação de um oficial de coordenação do Governo a tempo inteiro para El Fasher, contribuiu de forma significativa para o destacamento da Missão, tendo sido concluídas algumas das principais disposições. De acordo com a situação 31 de Dezembro de 2008, o total do contingente da UNAMID era de 12.374 efectivos militares e 2.757 efectivos da polícia.

h. Relações Sudão-Chade

100. Em Sharm El Sheikh, eu tinha informado o Conselho da ruptura das relações diplomáticas entre o Chade e o Sudão e o encerramento subsequente da sua fronteira comum, após o ataque perpetrado, em Maio de 2008, pelo Movimento para a Justiça e a Igualdade (JEM) contra Omdurman, nos subúrbios de Cartum. Os dois países acusaram-se mutuamente de investidas subversivas.

101. Apraz-me realçar que o Grupo de Contacto instituído pelo Acordo de Dacar, de Março de 2008, pôde reunir-se tanto a nível ministerial como a nível de peritos de defesa, de segurança e de informação encarregados de estudar e planificar a criação rápida da força de paz e de segurança na fronteira entre os dois países. Reuniões foram sucessivamente realizadas em Brazzaville, em Junho de 2008, em Dacar, em Julho de 2008, e em Asmara, em Setembro de 2008. A UA participou em todas essas reuniões. Entre outras recomendações, o Grupo de Contacto, por ocasião da sua reunião de Brazzaville, solicitou os dois países a cessar toda a declaração mediática susceptível de agravar o seu diferendo, e a reatar as suas relações diplomáticas. Em Dacar, o Grupo foi informado da aceitação pelo Presidente Omar Hassan Al Bashir da retomada das relações

diplomáticas com o Chade, e decidiu sensibilizar a comunidade internacional sobre as suas actividades e os problemas logísticos e de financiamento que é preciso providenciar.

102. Após o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Chade e o Sudão, formalizado pela troca dos seus respectivos Embaixadores a 9 de Novembro de 2008, a 6ª reunião do Grupo de Contacto realizou-se em N'Djamena, a 15 de Novembro de 2008. Este encontro foi precedida, de 12 a 14 de Novembro, pela 4ª reunião de planificação de peritos em matéria de defesa, de segurança e de informação, cujas conclusões foram adoptadas pelo Grupo de Contacto, ao mesmo tempo que o orçamento do destacamento da força de paz e de segurança que se eleva a 21 milhões de dólares americanos. O Grupo decidiu finalmente realizar a sua sétima reunião em Cartum.

103. Em conformidade com a decisão sobre as relações entre o Chade e o Sudão adoptada pela 138ª reunião do CPS realizada em Sharm El Sheikh, a 29 de Junho de 2008, a Comissão enviou uma delegação conduzida pelo antigo Presidente do Burundi, Sr Pierre Buyoya, ao Chade, de 19 a 16 de Outubro e de 25 a 28 de Novembro de 2008, e ao Sudão, de 2 a 9 de Novembro de 2008. A delegação foi recebida em audiência pelo Presidente Idriss Débi Itno, e teve sessões de trabalho com altos responsáveis dos Governos sudanês e chadiano, e com os representantes da comunidade internacional e outros intervenientes. As autoridades dos dois países reiteraram o seu compromisso de normalizar as suas relações diplomáticas e fazer com que nenhuma acção hostil seja lançada contra os seus territórios respectivos de um e de outro lado da sua fronteira comum. Exorto o Sudão e o Chade a continuar os seus esforços. Presto homenagem ao Grupo de Contacto pelo trabalho notável já feito e encorajo-o a prosseguir os seus esforços.

104. No Chade, a situação de segurança continua globalmente calma. Todavia, algumas escaramuças opuseram o Exército nacional chadiano e os grupos rebeldes. No Leste, a situação é principalmente caracterizada pela multiplicação dos actos de banditismo, com ataques que visam os comboios humanitários ou mesmo a EUFOR. Quanto ao diálogo político do Governo-Oposição, prossegue através do Comité de Seguimento do Acordo de 13 de Agosto de 2007. Convém ainda sublinhar que, a 18 de Agosto de 2008, em Iriba, no Chade, um Protocolo de execução do Acordo de Sirte de 25 de Outubro de 2008 foi assinado entre o Governo e uma facção do '*Rassemblement des forces pour le changement*' (RFC). A 2 de Dezembro de 2008, algumas facções do Movimento para a Democracia e a Justiça no Chade (MDJT) assinaram igualmente um Protocolo.

105. Além disso, a «Comissão de Inquérito sobre os factos ocorridos na República do Chade de 28 de Janeiro a 8 de Fevereiro de 2008 e suas consequências» submeteu a 5 de Agosto de 2008 o seu relatório ao Presidente Idriss Débi Itno. No que diz respeito a Ibni Oumar Mahamat Saleh, Porta-voz da Coordenação dos Partidos Políticos para a Defesa da Constituição (CPDC), e um opositor político de que não se tem notícia até hoje, a Comissão concluiu que «dos opositores políticos raptados a 2 de Fevereiro de 2008, ele é o único que não reapareceu, e presume-se que esteja morto».

i. **República Centro-Africana (RCA)**

106. O período em análise foi marcado pela continuação dos esforços de paz na RCA sob a mediação do Presidente El Hadj Omar Bongo Ondimba, Presidente do Comité *ad hoc* sobre as questões centro-africanas no espaço CEMAC. Convém evocar que o Governo e o Exército Popular para a Restauração da Democracia (APRD) e a União das Forças Democráticas para a Reunião (UFDR) chegaram a um Acordo de paz global em Libreville, a 21 de Junho de 2008. Em Dezembro de 2008, à margem do Diálogo Político Inclusivo (DPI), em Bangui, o Movimento dos Libertadores Centro-africanos para a Justiça (MLCJ) e a União das Forças Republicanas (UFR) assinaram esse Acordo. Contudo, a Frente Democrática do Povo Centro-africano (FDPC) ainda não assinou o Acordo. A situação de segurança é marcada por uma melhoria significativa, à excepção do problema recorrente do grande banditismo e de algumas escaramuças esporádicas entre as Forças Armadas da República Centro-africana (FACA) e os grupos armados.

107. É neste contexto, e na sequência da promulgação de uma lei de amnistia, em Setembro de 2008, pelo Presidente François Bozizé, que se realizou em Bangui, de 8 a 20 de Dezembro de 2008, o Diálogo Político Inclusivo (DPI). O Presidente El Hadj Omar Bongo Ondimba participou nas sessões de abertura e de encerramento do DPI. O diálogo reuniu quase a totalidade dos intervenientes políticos centro-africanos e responsáveis dos grupos armados, nomeadamente o antigo Presidente Ange-Félix Patassé, Sr Jean-Jacques Demafouth do APRD, Abdoulaye Miskine da FDPC e Zakaria Damane da UFDR. Os trabalhos foram presididos pelo antigo Presidente do Burundi, Sr Pierre Buyoya. Os participantes decidiram, entre outras recomendações, formar um Governo que integra todas as entidades que participaram no DPI, rever o código eleitoral, criar uma Comissão Eleitoral independente, bem como implementar um programa de desmobilização, desarmamento e reinserção e o cronograma relativo à reforma do sector da segurança.

108. A UA participou no DPI. O meu Enviado Especial para a RCA, Sadok Fayala, deslocou-se a Bangui para reiterar o apoio da UA às partes centro-africanas. A Comissão, por outro lado, concedeu uma segunda contribuição de 50.000 dólares americanos, constituindo assim 100.000 dólares americanos a totalidade da contribuição financeira da UA para o sucesso do DPI. O meu Enviado Especial participou igualmente na reunião dos Enviados/Representantes Especiais para a RCA das Nações Unidas, da UA, da Organização Internacional da Francofonia (OIF) e do Presidente El Hadj Omar Bongo Ondimba, cujo objectivo era coordenar melhor os esforços que visam promover a paz e a estabilidade na RCA.

109. Além disso, o destacamento da primeira Missão de Consolidação da Paz do Conselho de Paz e Segurança da África Central (MICOPAX 1), em substituição da Força Multinacional da CEMAC (FOMUC), concretizou-se desde Julho de 2008. A MICOPAX deve contribuir para a estabilização da situação da segurança, e também apoiar as autoridades centro-africanas nos seus esforços de reconciliação, promoção do diálogo político e da paz, reconstrução e relançamento económico. A este respeito, a Comissão deu o seu aval ao pedido submetido pelo Secretariado Geral da CEEAC com vista a obter um financiamento das actividades da MICOPAX 1 para o ano de 2009, de um montante de 15 milhões de Euros, no quadro do Fundo de Paz para a África.

110. A Missão das Nações Unidas na RCA e no Chade (MINURCAT) concluiu a sua instalação nas cidades de N'Djamena, Abéché (Chade) e em Bangui (RCA), e está a instalar-se em Goz Béida, Farchana (Chade) e em Birao (RCA). Quanto à operação militar da UE na RCA e no Chade (EUFOR TCHAD/RCA), funcional desde Março de 2008, ela termina a 15 de Março de 2009. Em virtude do vazio que resultaria da retirada de EUFOR, o Secretário Geral das Nações Unidas recomendaram ao Conselho de Segurança de reforçar o mandato da MINURCAT e de considerar a criação de uma força de aproximadamente 5.000 homens para assegurar a substituição da EUFOR .

j. **Libéria**

111. A Comissão continuou a seguir de perto a situação na Libéria, em particular a reconstrução pós-conflito e os esforços de restauração da paz no país. O período considerado foi marcado por progressos significativos na implementação da reforma do sector de segurança, com a conclusão do recrutamento dos elementos das novas Forças Armadas da Libéria (AFL) e a activação da força, a elaboração de novos programas de formação militar e a adopção de uma nova Lei de Defesa Nacional. O Governo está também a desenvolver um plano de segurança nacional no quadro da sua estratégia de SSR para garantir a segurança adequada internamente e nas suas fronteiras. Além disso, a fase final do programa DDRR foi lançado a 6 de Outubro de 2008 pelo Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, com o objectivo de preencher as lacunas iniciais no programa de DDRR e abordar os restantes dossiers de assistência social dos ex-combatentes desarmados e desmobilizados que não tiveram acesso aos benefícios de reintegração no programa.

112. A 29 de Setembro de 2008, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1836 (2008) no qual decidiu alargar o mandato da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) até 30 de Setembro de 2009. Nessa resolução, o Conselho de Segurança aprovou a recomendação do Secretário-geral das NU para uma redução de 1.460 efectivos da componente militar da Missão. Ao mesmo tempo autorizou um aumento no contingente da componente policial da UNMIL, com vista a proporcionar parecer e conhecimentos estratégicos nos domínios especializados, bem como conceder apoio às actividades regulares de policiamento e reagir aos incidentes urgentes relacionados com a segurança.

113. Em Agosto de 2008, o Presidente Ellen Johnson-Sirleaf assinou uma Lei que cria a Comissão da Libéria de Luta contra a Corrupção. Ao mesmo tempo, o Governo, juntamente com os seus parceiros, desenvolveu uma estratégia global para o combate à corrupção. O Governo lançou igualmente uma estratégia de três anos para a reforma da função pública para garantir a revitalização da função pública após anos de devastação. Além disso, a Comissão de Verdade e Reconciliação da Libéria (TRC) deve concluir o seu relatório final a 21 de Dezembro de 2008 para posterior submissão à Legislatura Nacional em conformidade com o seu mandato.

114. Esforços continuam a ser empreendidos para a revitalização económica do país. A 26 de Junho de 2008, um Fórum Liberiano para a Redução da Pobreza (LPRF) foi realizado em Berlim, durante o qual o Presidente Johnson-Sirleaf apresentou a Estratégia para a Redução da Pobreza (PRS) iniciada em Abril de 2008. Embora a implementação de PRS esteja a enfrentar vários problemas, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um

aumento significativo, enquanto a dívida externa reduziu substancialmente. As infra-estruturas e os serviços sociais básicos continuam a registar algumas melhorias, embora num ritmo lento.

115. Em conclusão, gostaria, mais uma vez, de render homenagem ao Presidente Johnson-Sirleaf pela sua capacidade de liderança e iniciativas. Apelo à comunidade internacional a continuar a apoiar os esforços incessantes na restauração da paz e reconstrução pós-conflito. No momento da finalização do presente relatório, a Comissão estava a fazer os preparativos com vista a enviar um grupo multidisciplinar de peritos para avaliar as necessidades de reconstrução pós-conflito da Libéria e fazer recomendações sobre a melhor forma de a UA e os seus Estados Membros apoiarem o país. A pedido das autoridades de Sierra Leone, o âmbito da missão também foi alargado de modo a abranger Sierra Leone.

k. **Cote d'Ivoire**

116. Por ocasião da sua 11ª Sessão Ordinária, realizada em Sharm El Sheikh, a Conferência da União saudou os progressos realizados na implementação do Acordo Político de Ouagadougou e dos seus Acordos Complementares. A Conferência encorajou as partes da Cote d'Ivoire a envidar todos os esforços no sentido de respeitar o prazo de 30 de Novembro para a realização de eleições presidenciais e tomar todas as medidas necessárias para resolver as questões pendentes no processo de paz.

117. Este prazo não pôde ser respeitado devido a problemas de ordem técnica, logística e financeira, que atrassaram a operação de identificação. Esta, aliada à inscrição dos eleitores, só pôde começar a 15 e 19 de Setembro de 2008 nas 7 localidades do país e no distrito de Abidjan, embora o calendário inicial previsse a publicação da lista eleitoral provisória a 31 de Agosto de 2008 e a da lista definitiva a 15 de Novembro de 2008. A operação de identificação e de recenseamento eleitoral só foi lançada em Bouaké em meados de Novembro, antes de ser alargada a todo o país em Dezembro de 2008.

118. Desde o lançamento da identificação, surgiram dificuldades logísticas e organizacionais. Convém realçar que a operação se efectua em 11.000 locais de inscrição espalhados pelo país que enviam os seus dados a 70 centros regionais de recolha, os quais, por sua vez, enviam os dados compilados ao site central de tratamento em Abidjan. O operador técnico «Sagem Sécurité» utilizou 6.000 pacotes de registo informático, dos quais uma parte é fixa e a outra móvel.

119. Paralelamente, de 27 de Agosto a 25 de Setembro de 2008, as audiências itinerantes de compensação foram realizadas, e prosseguiu-se a operação de reconstituição de registos de estado civil desaparecidos ou destruídos completa ou parcialmente. Por fim, O Quadro Permanente de Concertação (CPC), reunido em Ouagadougou a 10 de Novembro de 2008, solicitou a Comissão Eleitoral Independente (CEI) a apresentar, antes de 31 de Dezembro de 2008, um novo cronograma para a identificação e o recenseamento eleitoral, para efeitos de fixação da nova data para a organização da eleição presidencial.

120. Entretanto, os vários partidos políticos designaram os seus candidatos à eleição presidencial. Trata-se nomeadamente do Presidente Laurent Gbagbo para FPI, Alassane Dramane Ouattara para o RDR, Henri Konan Bédié para o PDCI-RDA, Dr Mabri Toikeusse para a UDPCI e de Pr. Francis Wodié para o PIT. As Forças Novas, por ocasião de um seminário realizado em Bouaké, a 11 de Outubro de 2008, formularam várias recomendações, entre as quais a da informação da data da eleição presidencial.

121. A implementação do Acordo Político de Ouagadougou e de seus Acordos Complementares nas suas vertentes relativas ao desarmamento dos ex-combatentes, ao desarmamento e desmantelamento das milícias, bem como à reestruturação das Forças de Defesa e de Segurança, não teve progressos significativos. Além disso, os Programas de Reinserção e de Reabilitação Comunitária (PNRRC) e do Serviço Cívico (PNSC), que estão no processo de implementação, não beneficiaram de financiamentos adequados, proporcionais às suas ambições. Do mesmo modo, a reinstalação da Administração e a restauração da autoridade do Estado não foram ainda concluídas.

122. Importa, finalmente, realçar a conclusão, em Ouagadougou, a 22 de Dezembro de 2008, entre o grupo presidencial e as Forças Novas, do 4º Acordo complementar ao Acordo Político de Ouagadougou. Este apresenta soluções para as questões que ficaram pendentes, relativas nomeadamente às quotas de integração das unidades das FAFN no novo exército e as patentes militares dos elementos de FAFN que foram membros das Forças de Defesa e de Segurança, ao desarmamento dos ex-combatentes e ao desmantelamento das milícias, à restauração efectiva da autoridade do Estado, e à reinstalação da administração judiciária, fiscal e aduaneira em todo o país.

I. República da Guiné

123. Algumas horas após o anúncio do falecimento do Presidente Lansana Conte, a 23 de Dezembro de 2008, pelo Presidente da Assembleia Nacional, sucessor constitucional, acompanhado do Primeiro-ministro e do Chefe de Estado-maior do Exército, um grupo de oficiais, reagrupados no seio de um Conselho Nacional para a Democracia e o Desenvolvimento (CNDD), informaram, num comunicado, que tinham tomado o poder na Guiné. Nesse comunicado, o CNDP anunciou igualmente a dissolução do Governo e de todas as instituições, a suspensão da Constituição, bem como das actividades dos partidos políticos e das organizações sindicais. Esse anúncio, seguido por declarações contraditórias provenientes ao mesmo tempo do Primeiro-ministro, do Presidente da Assembleia Nacional e do Chefe de Estado-maior, criou uma situação confusa, que levou a pensar mais numa tentativa do que num efectivo golpe de estado.

124. É neste contexto que o CPS, reunido a 24 de Dezembro, condenou o que parecia ser uma tentativa de golpe de estado, e exigiu o respeito da Constituição guineense, incluindo as suas disposições relativas à sucessão da chefia do Estado. A este respeito, convém lembrar que o Artigo 34º da Constituição guineense estipula que, em caso de vagatura do poder, a substituição é assegurada pelo Presidente da Assembleia Nacional.

125. Os acontecimentos, em seguida, intensificaram-se. O Capitão Moussa Dadis Câmara, até então Porta-voz do CNDD, assumiu o comando desta estrutura. Ele proclamou-se de imediato Presidente da República, Chefe de Estado. Depois

comprometeu-se a organizar as eleições presidenciais livres, credíveis e transparentes, às quais nenhum membro do CNDD seria candidato, no final de Dezembro de 2010.

126. Tendo em conta esta evolução, o CPS reuniu-se, de novo, a 29 de Dezembro de 2008 para analisar a situação. O Conselho decidiu, entre outros, suspender a participação da Guiné nas actividades da UA até o regresso à ordem constitucional nesse país, em conformidade com os instrumentos pertinentes da UA. O CPS encorajou-me a prosseguir, em estreita coordenação com os países da região, os esforços que iniciei com vista ao regresso à ordem constitucional. Gostaria, assim, de sublinhar que tive ocasião de me reunir com os autores do golpe de estado em Conacri bem como com outros dirigentes da região, à margem das exéquias do Presidente Lansana Conte em que participei. Nessa ocasião, reiterei a posição da UA sobre as mudanças anti-constitucionais de Governos e a necessidade do regresso rápido à legalidade.

m. **Guiné-Bissau**

127. Os esforços que visam consolidar a paz e aprofundar o processo democrático na Guiné-Bissau tiveram um avanço notável, com a realização, a 16 de Novembro de 2008, de eleições legislativas, cujo desenvolvimento foi considerado satisfatório por todos os observadores internacionais, incluindo os da UA. Dos 100 assentos que existem na Assembleia Nacional Popular, os resultados provisórios, proclamados a 21 de Novembro de 2008, deram 67 assentos ao Partido Africano para a Independência de Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), 28 ao Partido da Renovação Social (PRS), 3 ao Partido Republicano para a Independência e o Desenvolvimento (PRID), 1 ao Partido da Nova Democracia (PND) e 1 à Aliança Democrática, uma coligação de pequenos partidos.

128. É neste contexto que ocorreu, a 23 de Novembro de 2008, um ataque contra a residência do Presidente João Bernardo Vieira. Convém salientar que este ataque se efectuou num momento em que o clima político estava dominado por tensões muito intensas entre os principais dirigentes políticos do país. Informado da situação, condenei imediatamente este ataque e evoquei a rejeição da UA de qualquer tentativa de tomada de poder pela força. Enviei em seguida um emissário a Guiné-Bissau, na pessoa de Francisco Madeira, Ministro da Presidência de Moçambique, para exprimir o apoio e a solidariedade da UA ao Presidente Vieira e para fazer uma avaliação da situação. O meu emissário deslocou-se igualmente a Dakar e a Ouagadougou, onde teve consultas com as autoridades do Senegal e do Burkina Faso sobre as modalidades de um maior envolvimento da UA nos esforços já empreendidos a nível regional.

129. A 163ª reunião do CPS realizada a 22 de Dezembro de 2008 manifestou o seu apoio ao Presidente Vieira, encorajando tanto ele como a classe política em geral a proceder, na base dos resultados definitivos das eleições legislativas de 16 de Novembro de 2008, à constituição da nova Assembleia Nacional Popular e à formação do novo Governo a fim de permitir a retomada do curso normal da vida política no país. O CPS exprimiu igualmente a sua preocupação face à persistência e ao agravamento do tráfico da droga no país, lançando um apelo urgente aos Estados Membros e aos parceiros bilaterais e multilaterais da UA, para que apoiem a Guiné-Bissau na reorganização dos seus serviços de segurança.

130. Em conclusão, a Guiné-Bissau deve superar vários desafios, tanto políticos e de segurança como socioeconómicos. Gostaria de aproveitar esta ocasião para reiterar o meu apoio às autoridades da Guiné-Bissau e assegurar-lhes o compromisso da UA de contribuir para a consolidação das conquistas democráticas e para a reconstrução socioeconómica do país. Exorto a comunidade internacional a conceder uma maior assistência a este país.

n. **Mauritânia**

131. A 6 de Agosto de 2008, um novo golpe de estado ocorreu na Mauritânia, que derrubou o regime democraticamente eleito do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi. Este golpe foi conduzido pelo General Mohamed Ould Abdel Aziz, até então Chefe da Guarda Presidencial, e realizou-se depois que o Presidente Sidi decidiu substituí-lo, bem como outros oficiais gerais, das suas funções. O Conselho lembrar-se-á que a eleição do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi tinha concluído uma transição exemplar apoiada tanto pela UA como pelos outros membros da comunidade internacional. Em conformidade com os instrumentos pertinentes da UA, o CPS e eu próprio condenámos veementemente esse golpe de estado; além disso, o CPS suspendeu a participação da Mauritânia nas actividades da UA.

132. Quase cinco meses após o golpe de estado, e apesar dos esforços envidados pela UA, com o apoio dos parceiros internacionais, nomeadamente as visitas que eu e o Comissário para a Paz e Segurança efectuámos a Nouakchott, não se registou nenhum avanço no regresso à ordem constitucional. Por ocasião da sua 151^a reunião, realizada em Nova York, a 22 de Setembro de 2008, o CPS exigiu, entre outros, o regresso à ordem constitucional e ao restabelecimento do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi nas suas funções, o mais tardar até 6 de Outubro de 2008; declarou nulas e sem efeito todas as medidas de natureza constitucional, institucional e legislativa tomadas pelas autoridades militares; e solicitou urgentemente os Estados Membros da UA e a comunidade internacional em geral a considerar como ilegítimas e ilegais todas as acções e iniciativas dos autores do golpe de estado destinadas a impedir a restauração da ordem constitucional.

133. Numa carta que me endereçaram a 28 de Setembro de 2008, as autoridades provenientes do golpe de estado tomaram nota da decisão do CPS, e proclamaram a sua disposição de prosseguir o diálogo. A 7 de Outubro de 2008, recebi, em Adis Abeba, uma delegação enviada pelas autoridades provenientes do golpe de estado. Nessa ocasião, solicitei, mais uma vez, a essas autoridades a reconsiderar a sua posição e a levar em conta a determinação da UA e dos seus Estados Membros de não aceitar o facto consumado. A 26 de Outubro de 2008, o Presidente Jakaya Kikwete, na sua qualidade de Presidente da União, recebeu os emissários das autoridades provenientes do golpe de estado. Ele aproveitou a oportunidade para reiterar a posição da UA e sublinhar que nenhum Governo Africano reconhecerá as autoridades actuais, se optarem por manter o *statu quo*. No início de Novembro de 2008, uma delegação das autoridades provenientes do golpe de estado deslocaram-se a Adis Abeba, e submeteram nessa ocasião propostas de saída da crise, que depois foram julgadas insuficientes pela comunidade internacional.

134. Gostaria igualmente de informar que a Comissão manteve contactos restritos com as partes mauritanianas opostas ao golpe de estado. Assim, a 26 de Novembro de 2008, recebi uma delegação da Frente Nacional para a Defesa da Democracia (FNDD) dirigida pelo Presidente da Assembleia Nacional, Sr Messaoud Ould Boulkheir. Nessa altura, reafirmei a posição de princípio da UA, bem como a determinação de empreender todos os esforços para virar definitivamente a página dos golpes de estado em África.

135. Entretanto, as consultas encetadas, nos termos do Artigo 96 do Acordo de Cotonou, em Paris a 18 e 20 de Outubro de 2008, entre, por um lado, o Grupo dos Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e a UE e, por outro, a Mauritânia, não produziram os resultados esperados. Neste sentido, a UE propôs à parte mauritaniana que as consultas permaneçam abertas durante um período de um mês. Na falta de novos elementos, durante esse intervalo, as consultas seriam encerradas e medidas apropriadas propostas às instâncias de decisão da UE.

136. Na gestão da crise causada pelo golpe de estado de 6 de Agosto de 2008, a Comissão dedicou-se à mobilização da comunidade internacional para o apoio à posição da UA. É neste quadro que várias reuniões consultivas, que integram a Organização da Conferência Islâmica (OCI), a OIP, a Liga Árabe, as Nações Unidas e a UE, se realizaram por iniciativa da UA. No prolongamento dessas reuniões, uma delegação conduzida pela UA deslocou-se a Mauritânia de 4 a 7 de Dezembro, e reuniu-se nessa ocasião com o Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi e o General Mohamed Ould Abdel Aziz. Contudo, nenhum progresso se registou na busca de uma solução adequada aos elementos de saída de crise conforme estipulados pela comunidade internacional, nomeadamente a libertação incondicional do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi, a sua contribuição na sua qualidade de Presidente para a busca de uma solução, a participação de todas as partes interessadas e o respeito total da Constituição mauritaniana.

137. A 24 de Dezembro, as autoridades de facto anunciaram a libertação do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi, que até então estava condenado a residência fixa na sua aldeia natal, Lemden, para onde tinha sido transferido a 13 de Novembro de 2008, após várias semanas de detenção em Nouakchott. O Presidente Sidi reafirmou várias vezes seguidas a sua determinação de frustrar o golpe de estado e solicitou a comunidade internacional, em particular a UA, a assegurar o restabelecimento da ordem constitucional na Mauritânia. A 27 de Dezembro, as autoridades provenientes do golpe de estado lançaram o que designaram os « Estados gerais da democracia », que devem discutir as modalidades do regresso à ordem constitucional. As forças políticas opostas ao golpe de estado recusaram participar nessas reuniões, que indicam que o objectivo prosseguido é legitimar o golpe de estado.

138. Por ocasião da sua 163ª reunião realizada a 22 de Dezembro de 2008, o CPS tomou nota da libertação do Presidente Sidi Ould Cheikh Abdallahi, mas considerou que essa evolução não constituía um elemento suficiente para o regresso à ordem constitucional. A este respeito, o CPS decidiu que, se até 5 de Fevereiro de 2009, a ordem constitucional não for restabelecida, medidas, nomeadamente restrições em relação a viagens e congelamento de bens, serão impostas contra todas as pessoas, tanto civis como militares, cujas actividades tenham por objectivo manter o *statu quo* anticonstitucional.

o. **Sahara Ocidental**

139. No período considerado, não se registaram progressos na resolução do diferendo em relação a Sahara Ocidental. Como o Conselho sabe, ao longo do período de um ano e meio houve a adopção, pelo Conselho de Segurança das NU, de três importantes resoluções – 1754, de Abril de 2007, 1783, de Outubro de 2007 e 1813, de Abril de 2008, em cujas bases foram lançadas negociações directas entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO. As conversações visam alcançar *uma solução política justa e mutuamente aceitável, cujo objectivo seria proporcionar a autodeterminação do povo de Sahara Ocidental, no contexto de mecanismos consistentes com os princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas.*

140. Quatro rondas de negociações directas foram desde então realizadas em Manhasset, Nova York, sob a presidência do Embaixador van Walsum, o Enviado Pessoal do Secretário-geral das NU para o Sahara Ocidental, mas sem quaisquer progressos. Contudo, as duas partes concordaram com a realização da 5ª ronda, no mesmo local e numa data a ser determinada através de consultas.

141. O atraso na realização da 5ª ronda de negociações deve-se em grande medida ao facto de o cargo de Enviado Pessoal ter repentinamente ficado vago, em virtude do afastamento do Embaixador van Walsum das suas responsabilidades como mediador. Deve-se evocar que, durante a sessão do Conselho de Segurança no passado mês de Abril, em que o relatório do Secretário-geral sobre Sahara Ocidental foi analisado, o então Enviado Pessoal submeteu uma nota aos membros do Conselho contendo o que, segundo ele, eram a sua avaliação do processo de paz e as respectivas conclusões. Posteriormente constatou-se que as sugestões propostas pelo Enviado Pessoal como uma solução para o diferendo não obedecem aos princípios estabelecidos pelas NU relativos à disposição de territórios não autónomos. A consequência resultante dessa controvérsia foi na realidade a perda de confiança na integridade do Enviado Pessoal por um dos protagonistas no diferendo, que, subsequentemente, declarou a sua indisponibilidade de participar nas futuras negociações que ele realizasse. A posterior nomeação de um novo Enviado Pessoal do Secretário-geral das NU foi atrAASda aparentemente devido ao desejo da outra parte de chegar a um acordo prévio sobre a via a seguir. Após outras consultas com as partes, o Secretário-geral das NU anunciou a nomeação de um novo Enviado Pessoal do Secretário-geral das NU para o Sahara Ocidental na pessoa do Embaixador Christopher Ross dos Estados Unidos.

142. A UA espera ansiosamente que as negociações entre as partes sejam imediatamente retomadas. As negociações não devem ser transformadas numa outra ilustração de uma oportunidade perdida mas sim uma de resolução no desafio de alcançar progressos que estejam em conformidade com a legalidade internacional.

p. **Zimbabué**

143. Em Sharm El Sheikh, a Conferência da União debateu exaustivamente a situação no Zimbabué, tendo em conta as eleições que se realizaram em Março e Junho de 2008 e outros acontecimentos afins, incluindo as conclusões das missões de observadores

levadas a cabo pela UA, SADC e o Parlamento Pan-africano. No final das suas deliberações, a Conferência adoptou uma decisão em que encorajou o Presidente Robert Mugabe e o líder do Movimento para a Mudança Democrática (MDC-T), Sr Morgan Tsvangirai, a honrarem os seus compromissos de iniciar o diálogo com vista a promover a paz, estabilidade, democracia e reconciliação do povo do Zimbabué; reiterou a solicitação da criação de um Governo de Unidade Nacional; e exprimiu o apoio para a facilitação da SADC, recomendando, neste sentido, a continuação dos esforços de mediação da SADC e o estabelecimento de um mecanismo no terreno para acelerar a promoção de uma solução negociada.

144. Na sequência dessa decisão, desloquei-me a Harare e Pretória, em meados de Julho de 2008. Durante as minhas consultas, o Facilitador, Presidente Thabo Mbeki, decidiu criar um Grupo de Referência constituído por representantes da UA, da SADC e das Nações Unidas para ajudar nos esforços de mediação. A 23 de Julho de 2008, designei o Emb. Seydina Oumar Sy, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, como meu representante no Grupo de Referência.

145. Para facilitar as negociações, o Sr Thabo Mbeki designou uma equipa de mediação que integra 3 membros. Após prolongadas negociações que incidiram na natureza de uma nova Constituição, a duração de um acordo de transição, o estado de direito, e o estabelecimento de órgãos estatais e uma nova autoridade executiva, as partes, nomeadamente a ZANU-PF, o MDC-T e a do Sr Arthur Mutambara (MDC-M), assinou em Harare, a 15 de Setembro de 2008, um Acordo de Paz Global (GPA). Participei na cerimónia de assinatura, juntamente com o Presidente da União, Presidente Kikwete, o Facilitador e outros líderes regionais.

146. Contudo, até a data, não se registaram progressos na implementação do acordo sobre a partilha do poder, devido principalmente a diferenças entre as partes na atribuição de pastas ministeriais, incluindo o Ministério do Interior. Na realidade, embora o GPA fizesse referência ao número de pastas ministeriais e outras questões afins, continuou a ser omissa na sua atribuição. No quadro dos esforços para ultrapassar este impasse, a Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Sandton, África do Sul, a 9 de Novembro de 2008, decidiu que o Governo inclusivo fosse formado imediatamente e que o Ministério do Interior fosse co-gerido entre a ZANU-PF e o MDC-T, com o entendimento de que a eficácia do acordo seria analisada após seis meses. MDC (T) rejeitou esta proposta. Além disso, o MDC-T continua a queixar-se de violência persistente e outras violações dos direitos humanos, incluindo detenção dos seus membros.

147. Na sua reunião acima referida, SADC observou que o atraso na formação de um Governo impediu Zimbabué de resolver os problemas que afectam o seu povo. O Painel dos Sábios, na sua reunião realizada em Nairobi no final de Novembro de 2008, manifestou a sua preocupação com a situação humanitária e socioeconómica prevalecente no país, e solicitou a SADC e a UA a incutir um novo sentido de urgência nos seus esforços destinados a superar o actual obstáculo na implementação do acordo sobre a partilha do poder. Gostaria de reiterar essas preocupações e realçar a necessidade de intensificação de esforços no sentido de ajudar as partes do Zimbabué a ultrapassar os seus diferendos. Neste contexto, Regozijei-me com os esforços envidados

pela SADC e o seu Facilitador no sentido de fazer avançar o processo de implementação do Acordo Global de Paz. Regozijei-me também com o Acordo alcançado pelas partes, em princípios de Dezembro de 2008, sobre a Emenda 19 da Constituição do Zimbabué a fim de integrar as novas mudanças relativas ao acordo de partilha de poder, e a sua publicação no jornal oficial a 18 de Dezembro de 2008, um que depois será seguido das mudanças constitucionais, uma vez adoptadas pelo Parlamento quando se reunir em princípios de 2009.

4. **Prevenção e Combate ao Terrorismo**

148. A Comissão continuou os seus esforços visando prevenir e combater o terrorismo, com base nos instrumentos pertinentes da UA. Durante o período em análise, centrou-se na elaboração de uma Lei Tipo da UA, no quadro do Plano de Acção da UA sobre a prevenção e o combate ao terrorismo, que foi adoptado em 2002. Medidas necessárias estão sendo tomadas com vista à convocação de uma reunião, em Abril do ano em curso, para rever o Projecto de Lei Tipo.

149. A Comissão continuou também a monitorizar os desenvolvimentos conexos no mundo. Neste âmbito, importa mencionar os ataques de Mumbai, em Novembro de 2008. Enviei uma mensagem de condolências e de apoio ao Primeiro-ministro da Índia. Gostaria de reiterar a condenação veemente da UA deste ataque terrorista e sublinhar a necessidade de uma acção mais concertada ao nível internacional a fim de combater este flagelo.

150. Tal como indicado previamente, a Comissão iniciou o processo de elaboração de modalidades apropriadas para a operacionalização do Artigo 20º do Protocolo relativo ao Conselho de Paz e de Segurança (CPS) que prevê o apoio da sociedade civil para o trabalho do Conselho de Paz e Segurança da União. A Comissão tem estado a desenvolver as modalidades práticas neste sentido em consulta com todos os Intervenientes. Uma reunião de avaliação das OSC foi realizada em Lusaka, Zâmbia, de 27 a 29 de Novembro de 2008, para colaborar com a Comissão na consolidação de um documento quadro que foi submetido a um retiro do Conselho de Paz e Segurança (CPS) em Lusaka, Zâmbia, aos 4 e 5 de Dezembro de 2008. O respectivo relatório deve ser apresentado para consideração dos órgãos políticos da União de modo a permitir a efectiva participação da sociedade civil na implementação do Programa de paz e de segurança da União.

151. No domínio da Paz e da Segurança, o Escritório de Washington acompanhou a reacção e a abordagem de vários parceiros face aos recentes acontecimentos no continente. Foram particularmente a situação na Mauritânia como consequência do golpe de estado, a situação prevalecente no Zimbabué, na sequência do impasse das eleições e o papel de mediação da União Africana, bem como a situação no Darfur, Somália e Leste da RDC.

152. No decurso dos seus contactos e interacções com os diversos intervenientes, o Escritório defendeu as posições da UA contidas nas Decisões da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Sharm-El-Sheik assim como as do Conselho de Paz e de Segurança da União Africana que foram amplamente divulgadas. Esses contactos e interacções não só foram instrutivos mas também úteis para esclarecer as posições da União Africana e orientar as opções dos EUA. Convém realçar particularmente um encontro promovido pelo Escritório de Washington, entre o Presidente da Comissão e o Subsecretário de Estado que proporcionou um fórum importante e uma oportunidade, ao mais alto nível, para a clarificação das posições da UA e também para a abordagem das preocupações da Administração Norte Americana no que diz respeito a situações específicas de conflito no continente.

153. O Escritório de Washington participou na Cerimónia Inaugural sobre a criação do Comando da África (AFRICOM) realizada em Estugarda, Alemanha. Antes disso e durante o processo de concepção de AFRICOM, o Escritório aproveitou todas as oportunidades pela via de consultas bilaterais e outras plataformas para manifestar a preocupação sobre o carácter unilateral das consultas acerca de AFRICOM. Outras preocupações que foram igualmente comunicadas à Comissão referem-se à falta de um entendimento claro dos objectivos, bem como a relação entre AFRICOM e Arquitecturas Regionais e Continentais de Segurança e o mecanismo de coordenação com outros intervenientes no terreno.

154. O Escritório de Washington, através dos seus Fóruns de Políticas, continuará a envolver várias partes interessadas nas questões de paz e segurança no continente. Interacção e diálogo regulares aos mais elevados níveis de políticas e de tomadas de decisão da CUA e da Administração dos EUA serão de importância estratégica para a harmonização das posições da UA com as Políticas dos EUA.

155. O Escritório de Washington continuará a seguir de perto as evoluções sobre AFRICOM no contexto de sérias reservas de várias organizações da sociedade e não governamentais. Estes grupos continuam a realizar campanhas de sensibilização contra AFRICOM destinadas a propagar que AFRICOM é uma “militarização e neo-colonização do Continente.”

Processo de paz na Palestina e no Médio Oriente

156. A Comissão, directamente através da sua Delegação Permanente no Cairo, continua a empreender actividades de informação, em colaboração com os departamentos competentes do Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes, as Missões diplomáticas árabes acreditadas junto da Liga dos Estados Árabes, sobre o apoio da União Africana à questão palestina e os esforços que visam encontrar uma solução justa para esta questão, em conformidade com a decisão da Cimeira da União Africana relativa ao apoio à iniciativa árabe de paz.

157. A reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Árabes, na sua 130ª sessão, congratulou-se com a posição da União Africana e com os esforços do Presidente da Comissão a esse respeito.

158. A Missão da UA em Nova York continuou igualmente a acompanhar as iniciativas das NU, particularmente as do Comité das NU sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, que organizou a Reunião Internacional das Nações Unidas sobre a questão da Palestina em Malta em Junho de 2008. A reunião reiterou a necessidade de um acordo de paz que resultasse no termo de ocupação e conflito, e a criação de um Estado da Palestina vivendo lado a lado em paz com o Estado de Israel. O Comité sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do povo Palestino organizou ainda o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino a 24 de Novembro de 2008 para expressar o seu apoio incessante para as aspirações do povo palestino, incluindo os direitos à autodeterminação, à soberania e ao regresso dos refugiados à Palestina.

159. A Comissão, através do seu Comité de Inteligência e Segurança (ISC) que se situa no Gabinete do Presidente e que funciona como interface entre a Comissão e o Secretariado de CISSA, participou nas seguintes actividades:

- (i) Análise e informação sobre situações de crise na Somália, Darfur, Côte d'Ivoire, RDC, Ideologia de Genocídio e actividades de algumas ONGs potencialmente perigosas concebidas pelo Secretariado de CISSA;
- (ii) Apoio à eleição de grupos de observadores em alguns Estados Membros e análise e prognóstico do seu resultado e cenários pós-eleição;
- (iii) Participação num Workshop sobre a Conferência Multidisciplinar sobre a Cooperação contra o Ciber Crime realizada em Estrasburgo, França, em Abril de 2008;
- (iv) Participação em Seminários sobre a legislação relativa ao Ciber Crime e reforço de capacidades dos Estados da África Ocidental e África Austral, e África Oriental e África Austral realizados em Cotonou, Benin, em Julho e Nairobi, Quênia, em Dezembro, respectivamente, organizados pelo Departamento de Justiça dos EUA em articulação com o Conselho da Europa;
- (v) Participação na 77ª Assembleia Geral da INTERPOL realizada em São Petersburgo, Rússia em Outubro de 2008 e preparação de uma análise sobre a implementação do MdE entre CUA e a INTERPOL;
- (vi) Participação na reunião dos peritos da CEDEAO e a Conferência Ministerial sobre o tráfico de drogas (narcóticos) na África Ocidental, realizada na Praia, Cabo Verde em Outubro de 2008.
- (vii) Participação na missão de investigação levada a cabo pelo antigo Presidente Pierre Buyoya em Cartum (Sudão) e Ndjamená (Chade) em Outubro e Novembro, para a implementação da Decisão 138 do CPS (Sharm-el-Sheikh) sobre as relações entre o Sudão e o Chade;

III. INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

III.1 INTEGRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

1. EDUCAÇÃO

160. A Comissão prosseguiu os seus esforços no sentido de implementar o Plano de Acção da Segunda Década de Educação para a África e as recomendações da COMEDAF aprovadas pela Decisão da Conferência *Assembly/AU/Dec. 174(X)* sobre a Criação do Fundo Africano para Educação, Ciência e Tecnologia.

a) Sistema Integrado de Gestão da Educação (EMIS)

161. **Sistemas Integrado de Gestão da Educação (EMIS)** é talvez a área de interesse mais estrategicamente importante na segunda década da educação para a África, uma vez que é impossível planificar de forma adequada o que não pode ser avaliado. Além disso, como informação é poder, a África deve encarregar-se da sua própria estatística em todas as áreas, incluindo na área da educação. Dados e informação precisos, de qualidade e oportunos são essenciais para a planificação baseada no conhecimento e intervenções nos programas. É através de um EMIS continental bem fundamentado relacionado com os níveis das CER's e dos países que a África avaliará os seus progressos e assegurará a realização da sua visão para o fim da Segunda Década de educação, e depois. Por esta razão, a Comissão deu início ao reforço de capacidades do Instituto Pan-africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED), para o seu funcionamento como Observatório de Educação da África. A Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) é um parceiro essencial, que presta apoio técnico nesta área de EMIS.

162. Para reforçar as capacidades dos Estados Membros nos Sistemas de Informação de Gestão de Educação, é necessário primeiro avaliar a capacidade actual. Neste sentido, o "Instrumento Africano de Avaliação de EMIS" foi elaborado e um estudo piloto foi lançado em Maio de 2008 para avaliar a capacidade dos Estados Membros na área de estatística da educação a partir de uma amostra de 13 Estados Membros, abrangendo dois de cada uma das cinco regiões geográficas do continente e dos países membros da Mesa da COMEDAF. A resposta tem sido muito lenta. ADEA apoiará a análise dos estudos e produzirá o relatório final. No entanto, o mesmo estudo foi feito com todos os Estados Membros da SADC e as respostas estão actualmente a ser analisadas.

163. Os indicadores para a supervisão do desempenho dos Estados membros na segunda década da educação para a África (e depois disso) foram também elaborados em estreita colaboração com os principais parceiros incluindo ADEA, Instituto de Estatística da UNESCO (UIS) e o Pólo de UNESCO de Dakar, e as CER's. O documento foi apresentado aos peritos para validação num seminário organizado em Adis Abeba em Agosto de 2008, com participantes de 18 Estados Membros, três CER's, agências

especializadas relevantes da UA; parceiros estratégicos ADEA, UNICEF, UNESCO e outras instituições nomeadamente a Conferência de Ministros da Educação de Países que têm o Francês como Língua Comum (CONFEMEN) através do seu Programa para a Análise dos Sistemas Educacionais (PASEC) e o Centro Africano de Estatística (ACS) da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA). A contribuição técnica do seminário foi incorporada no documento de Indicadores. Convém estabelecer a ordem de prioridades dos indicadores e identificar quais serão utilizados de imediato, quais devem ser testados primeiro e quais serão utilizados apenas no mais longo prazo, com base na reconhecida capacidade dos Estados Membros, e a necessidade de ter o primeiro “Relatório de Observação da Educação em África” (*África Eye on Education*) na COMEDAF IV cuja realização está prevista para Novembro de 2009. Um instrumento de EMIS para a elaboração do relatório sobre a educação a nível continental foi adaptado por ADEA, e aprovado pelos peritos no seminário acima referido. O instrumento foi designado “África Eye on Education”, e baseia-se no software distribuído gratuitamente InfoDev concebido pela UNICEF.

164. O processo de reforço de capacidades do IPED teve início. Actualmente, um alto funcionário de finanças da Comissão encontra-se em KinshAAS para estabelecer sistemas de gestão de recursos e começar a renovar e a equipar a instituição.

165. De igual modo, uma nova estrutura para o Centro Internacional de Educação das Raparigas e Mulheres em África (CIEFFA) foi proposta para aprovação, enquanto isso, recorrer-se-á a contratos de consultoria de curta duração com o pessoal existente e outro relevante.

b) Ensino Superior

166. Na sequência do seminário de validação para o Mecanismo Africano de Avaliação da Qualidade e Estratégia de Harmonização do Ensino Superior realizado em Acra, Gana, em Março de 2008, a Comissão enviou a Convenção de Arusha tal como revista pela UNESCO, a todos os Estados Membros para apreciação. A Convenção de Arusha é um instrumento para reconhecimento de graus e certificados do ensino superior em todos os países Africanos. Será finalizado depois que os Estados Membros proporcionarem as suas contribuições, para a assumpção de responsabilidades e garantia de que a nova Convenção satisfaz as suas aspirações no sentido de facilitar a sua imediata ratificação e implementação.

167. A Comissão concluiu contratos com estudantes bem sucedidos para o primeiro grupo de Plano de Bolsas de Estudo da União Africana Mwalimu Nyerere. Contactar os estudantes e instituições, e obter as informações e documentação necessárias tem sido particularmente desafiador. Espera-se que os primeiros pagamentos sejam completados antes do fim de 2008, antes que seja efectuado o segundo processo. Após uma série de teleconferências, foram elaborados termos de referência em colaboração com a Comissão Europeia, para a realização de um estudo de viabilidade sobre a colaboração entre MNAUSS e o Programa Europeu Erasmus Mundus. Isto é necessário para garantir a harmonia entre as várias modalidades de operação.

c) A Universidade Pan-africana (UPA)

168. Para contribuir para a revitalização do ensino superior em África, em conformidade com o Plano de Acção para a Segunda Década da Educação da África, a Comissão elaborou um documento de base sobre o estabelecimento de redes da Universidade Pan-africana. A UPA pretende promover a Ciência e a Tecnologia no continente e ligar a investigação científica e a inovação ao desenvolvimento económico.

169. Essencialmente, a UPA será constituída por redes de universidades temáticas e campos satélites, ligados a campus centrais localizados em cada uma das cinco regiões geográficas do continente, com base no interesse regional e vantagem comparativa. As prioridades temáticas foram seleccionadas do Plano de Acção Consolidado de Ciência e Tecnologia da África, nomeadamente: Ciência, Tecnologia e Inovação; Água e Energia; Ciências da Vida e da Terra; Ciência Espacial; e Ciências Humanas e Sociais.

170. Uma reunião de peritos foi realizada em Outubro de 2008 para aperfeiçoar o documento de base, que foi posteriormente apresentado aos Decanos de Embaixadores Africanos junto da UA, e à Mesa da Conferência de Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF). A Comissão realizará um estudo de viabilidade e ocupar-se-á mais intensivamente do conceito antes da implementação.

d) Género e Cultura

171. Uma análise da situação a nível continental do género e da cultura em matéria de educação foi encomendada pela Comissão. Com base na análise da situação e no Plano de Acção, uma estratégia de implementação será elaborada e apresentada para validação técnica num seminário de peritos a ser organizado pelo Centro Internacional da UA para a Educação de Raparigas e Mulheres em África (CIEFFA) em Abril de 2009, no Burkina Faso. A estratégia servirá de quadro para as actividades do programa do CIEFFA e para o estabelecimento da parceria com a Fundação das Educadoras Africanas (FAWE).

172. A Comissão realizou uma visita de auditoria em Novembro de 2008 ao CIEFFA, que inspirará o plano de acção para o reforço de capacidade do CIEFFA para desempenhar o seu papel como instituição especializada da UA, incluindo a criação de sistemas de gestão de recursos apropriados, compatíveis com os da Comissão. Neste sentido, uma nova estrutura para CIEFFA foi submetida para aprovação aos órgãos de tomada de decisão. No entanto, um Memorando de Entendimento com a Fundação das Educadoras Africanas (FAWE) foi assinado.

e) Formação de Professores

173. Um seminário de peritos, co-organizado pela Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) da UA em Pretória, foi realizado em Junho de 2008. Esta reunião congregou peritos Africanos dos Estados Membros, CER's, instituições de formação de professores e a Sociedade Civil. A conclusão da reunião foi uma estratégia de implementação para abordar o desafio dos professores Africanos em Ciência,

Matemática e Tecnologia; assim como uma estratégia para a formação de professores através do Ensino Aberto e à Distância. A colaboração foi iniciada com várias instituições, incluindo o Conselho Africano do Ensino à Distância, Secretariado da Commonwealth, Centro Pan-africano de Professores, Centro de Ensino de Matemática e de Ciência em África, e Ensino Internacional, entre outros. Decidiu-se que o Protocolo da Commonwealth sobre a Mobilidade de Professores deve ser utilizado para preparar um quadro a nível continental para otimizar a mobilidade de professores de países que têm excesso para os que têm falta. O quadro continental abrangerá questões de reconhecimento de certificação, protecção e segurança dos professores.

174. As discussões foram realizadas com o Embaixador do Japão em Adis Abeba e com o Centro do Ensino de Matemática, Ciência e Tecnologia em África (CEMASTEA) sobre a colaboração na área de reforço do ensino de Ciência e Tecnologia. Os referidos contactos prosseguirão em 2009. A Comissão participou numa conferência de CEMASTEA e avaliou o seu programa como sendo útil para a implementação da Segunda Década de Educação para a África.

f) Currículos e Materiais Didácticos

175. A Primeira Conferência Pan-africana sobre Alfabetização, Currículo e Desenvolvimento do Livro em África, patrocinada pela Associação da África Oriental para o Desenvolvimento do Livro, será realizada em Março de 2009 e reunirá os principais intervenientes na publicação educativa Africana para o desenvolvimento de uma Política continental sobre Livros e um quadro para as políticas nacionais e regionais sobre livros. A Conferência elaborará igualmente estratégias práticas para o reforço da produção e da publicação em África; reflectindo os valores Africanos; restabelecimento de revistas académicas nas universidades Africanas; intensificação da colaboração intra-africana no sector de livros educativos; reforço de línguas Africanas no sistema educativo e promoção de acesso de material de leitura de qualidade. O Departamento Britânico de Desenvolvimento Internacional (DFID) manifestou o seu apoio à conferência. A UNICEF solicitou aos seus escritórios a nível dos países a apoiar a participação de peritos.

g) Outras actividades

176. A Comissão realizou a segunda sessão ordinária da Mesa da Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF) em Novembro de 2008. A Mesa analisou os progressos registados na implementação do Plano de Acção da Segunda Década de Educação para a África e fez recomendações sobre o reforço de capacidades, parcerias. A COMEDAF IV realizar-se-á em Novembro de 2009 no Quênia. Os Ministros comprometeram-se a acompanhar a socialização regional e implementação do Plano de Acção e a apresentar um relatório sobre os progressos e desafios na próxima reunião da Mesa.

177. Na sequência de uma decisão da Conferência da UA de Janeiro de 2008, a Mesa dos Ministros da Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) transformou-se na Mesa de Ministros da Conferência dos Ministros da Educação da União Africana (COMEDAF). Isto facilitará a harmonização do trabalho de ADEA com o

programa da União Africana sobre a educação, de acordo com a mesma Decisão da Conferência. ADEA coordena redes de alto nível de competências no domínio da educação, e é por conseguinte um parceiro estratégico. A Comissão continuou a construir novas parcerias na área da educação. O plano de acção foi apresentado duas vezes ao Comité de Educação e Cultura do Parlamento Pan-africano.

178. Há necessidade de reforçar a capacidade da Comissão de implementar o EMIS e Outros programas sobre a educação no âmbito da Segunda Década da Educação em África e intensificar a colaboração com as CER's a este propósito. Do mesmo modo, a cooperação com as agências de desenvolvimento devem visar a promoção da realização dos objectivos dos programas da UA, como a principal instituição que deve estabelecer a agenda do continente. Neste sentido, há necessidade de reforçar a publicidade e a apropriação no seio dos Estados Membros, que devem ser os principais defensores do Plano de Acção. O envolvimento do Parlamento Pan-africano nas principais reuniões da Comissão sobre a educação contribuirá igualmente para a popularização e divulgação do Plano de Acção nos Estados Membros.

2. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

a) Ciência e Tecnologia

179. Guiadas pelos programas de grupo do Plano de Acção Consolidado (GPA) sobre a Ciência e a Tecnologia da África, as decisões da Conferência Ministerial Africana sobre a Ciência e a Tecnologia e a Conferência da UA sobre a promoção da participação pública e a compreensão dos programas da C&T em África, a Comissão realizou várias actividades para a sensibilização da comunidade sobre o papel essencial que a ciência e a Tecnologia desempenham na prossecução dos objectivos económicos e sociais de desenvolvimento, incluindo a celebração do Dia da Ciência e da Tecnologia (30 de Junho de 2008) nos Estados Membros, o lançamento do Prémio do Melhor Cientista da União Africana para o Concurso de 2009 a níveis nacional, regional e continental; e a formulação de programas de formação para jornalistas em ciência e tecnologia.

180. A Comissão continuou também a apoiar as actividades da AMCOST, nomeadamente a realização de duas reuniões em Maio e Dezembro de 2008 da Mesa da AMCOST em Adis Abeba, Etiópia e Abuja, Nigéria, que fizeram importantes recomendações, nomeadamente: a criação do Cluster Africano da Ciência e da Tecnologia como mecanismo para coordenar as actividades do GPA com vista a eliminar duplicações e desperdício de recursos; a inclusão de UNESCO como um membro do Comité Directivo de AMCOST como a principal agência das NU sobre ciência e tecnologia em África; o desenvolvimento de um quadro de política comum sobre ciência e tecnologia bem como a rápida criação do Fundo de Educação, Ciência e Tecnologia. A Comissão submeterá um relatório sobre parcerias em ciência e tecnologia e cooperação internacional na próxima reunião da Mesa.

181. A Comissão efectuou consultas intensivas em Julho de 2008 com UNESCO que se debruçaram sobre esforços conjuntos destinados a promover a rápida implementação do Plano de Acção Consolidado de Ciência e Tecnologia da África. A este respeito, as duas partes decidiram analisar o Protocolo de Acordo com vista a reforçar a sua cooperação. Um Grupo de Trabalho Conjunto está a ser criado para conduzir o trabalho sobre áreas temáticas de política tais como:

- Quadro de política geral de C&T;
- Análises de políticas nacionais de C&T nos Estados Membros da UA;
- Programas de Indicadores de C&T;
- Observatório (instituição) de STI; e
- O Campus Virtual Africano de C&T.

182. De acordo com as recomendações da Mesa da AMCOST, um Cluster Africano da Ciência e da Tecnologia foi operacionalizado através de esforços conjuntos da Comissão, CEA e UNESCO em Julho de 2008. A segunda reunião foi realizada a 2 de Dezembro de 2008 em Abuja, Nigéria.

183. Para encorajar a implementação do GPA, o livro dos projectos-piloto foi elaborado pela Comissão com o apoio da omissão Europeia. O livro é composto por 19 projectos que abordam os desafios africanos nos domínios de Ciência, Sociedade da Informação e Espaço. A Comissão recomenda que este livro seja uma referência para todas as parcerias a empreender no futuro.

184. Em relação à Organização Mundial da Propriedade Intelectual, o Escritório da UA em Genebra manteve o seu apoio ao Grupo Africano durante as negociações que se realizaram no seio da WIPO (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). O CDIP (Comité de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual) continua as suas actividades que permitem a implementação das recomendações que visam o desenvolvimento da propriedade intelectual a nível global. Contrariamente, os países desenvolvidos não exerceram muitos esforços, nem fizeram nenhum compromisso durante a décima terceira sessão do Comité Intergovernamental dos Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Expressões Culturais Tradicionais na elaboração de um plano de trabalho destinado a acelerar o trabalho do referido Comité, que deve conduzir à elaboração de instrumentos internacionais legalmente vinculativos para proteger os interesses da África.

b) Biossegurança

185. O Comité dos Consultores Técnicos de Biossegurança realizou uma reunião e discutiu um quadro estratégico de cinco anos do Programa de Biossegurança da UA. O programa que se destina a apoiar os Estados Membros na implementação do Protocolo de Biossegurança e o Modelo de Lei Africano ser-lhes-á enviado para apreciação. Este foi apresentado num Congresso Africano sobre a Biotecnologia realizado em Setembro de 2000, em Nairobi, Quénia, para sensibilizar os participantes sobre a Estratégia Africana relativa à Biossegurança e o Modelo de Lei. De igual modo, a Comissão realizou a Reunião Regional da África do Norte sobre Biossegurança para debater questões de

harmonização de iniciativas regionais com vista a promover a Estratégia Africana sobre a Biossegurança e o Modelo de Lei Africano. Outras reuniões regionais com o mesmo objectivo estão previstas para o primeiro semestre de 2009.

3. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

186. Na sequência da 2ª sessão da Conferência Ministerial de CITMC, realizada de 11 a 14 de Maio de 2008, que aprovou os projectos prioritários de ARAPKE, a Comissão está a trabalhar no estabelecimento de um Cluster Africano de TIC para servir como um mecanismo de coordenação para articular as actividades de ARAPKE e todos os programas e actividades das TIC.

187. No que diz respeito ao programa de incubadoras da África, a Comissão realizou em Adis Abeba, a 10 de Setembro de 2008, uma reunião com a InforDev do Banco Mundial com vista a assegurar o seu apoio ao programa. Neste sentido, um Protocolo de Acordo está a ser elaborado entre as duas partes. Além disso, a Comissão convidou representantes da Rede de Incubação Africana de várias regiões para partilharem as suas experiências e conhecimentos.

188. Como tem sido prática, a Comissão organizou várias actividades durante a semana anual de TIC realizada este ano de 17 a 23 de Novembro de 2008. A semana de TIC contribuiu para a sensibilização entre os Estados Membros e o pessoal sobre o Dia Sem Papel em particular e a importância das TIC em geral.

189. Nos esforços conjuntos entre o Governo de Côte d'Ivoire e a Organização da Francofonia, a Comissão co-organizou a Conferência Africana de Cibersegurança que se realizou de 17 a 20 de Novembro de 2008 sob os auspícios de S.E. o Presidente Laurent Gbagbo, Presidente da República de Cote d'Ivoire com a participação do Primeiro-ministro da Guiné-Bissau e vários Ministros Africanos.

4. SAÚDE E SANEAMENTO

a) VIH e SIDA, Tuberculose, Paludismo (ATP)

190. Convém lembrar que a Cimeira Especial da UA sobre VIH e SIDA, Tuberculose e Malária (ATM) foi realizada de 2-4 de Maio de 2006 em Abuja, Nigéria. Na Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo adoptaram os seguintes importantes documentos de orientação e Decisões em que os Líderes se dedicaram eles mesmos e os seus países às seguintes grandes prioridades:

- Liderança a níveis Nacional, Regional e Continental
- Mobilização de Recursos
- Protecção de Direitos Humanos
- Redução da Pobreza, Saúde e Desenvolvimento
- Reforço de Sistemas de Saúde

- Prevenção, Tratamento e Cuidados
- Acesso aos Medicamentos e Tecnologias Disponíveis
- Investigação e Desenvolvimento
- Implementação
- Parcerias
- Monitorização, Avaliação e Informação.

i. *Acompanhamento e Mecanismo para a elaboração de relatórios com vista à Implementação dos Compromissos de Abuja, assumidos em 2006 sobre o VIH/SIDA, a Tuberculose e o Paludismo (ATP), (2007-2010)*

191. Na sua Terceira Sessão em Joanesburgo, em Abril de 2007, a Conferência dos Ministros de Saúde da UA adoptaram um Mecanismo de elaboração de relatórios sobre a Implementação dos resultados de Abuja de 2006. O referido Mecanismo proporciona um quadro estratégico operacional para a Cimeira Especial de Abuja de 2006. Define as principais responsabilidades para cada parceiro e estabelece as linhas gerais das actividades de implementação para as prioridades dos programas adoptados pelos Líderes na Cimeira de Abuja. O Mecanismo identifica igualmente Agências ou Organizações que apoiarão os Estados Membros no processo de implementação das conclusões de Abuja. O documento também inclui pontos de referência e calendários que orientarão a implementação dos Compromissos de Abuja pelos Estados Membros.

ii. *Relatório de Actividades sobre a Implementação das Conclusões da Cimeira Especial de Abuja de 2006 sobre o VIH/SIDA, TB e Paludismo: Sessão Especial da Conferência dos Ministros de Saúde da UA (CAMH), 17 de Maio de 2008 em Genebra, Suíça.*

192. Uma Sessão Especial da Conferência dos Ministros de Saúde da UA realizou-se a 17 de Maio de 2008 à margem da Assembleia Mundial da Saúde em Genebra. Entre outras coisas, a Sessão analisou o Relatório de Actividades sobre a Implementação dos Compromissos da Cimeira Especial de Abuja, de Maio de 2006, sobre VIH/SIDA, Tuberculose e Malária (ATM). Entre as conclusões, Organizações bilaterais e multilaterais aumentaram o seu apoio ao Fundo Global para a Luta Contra SIDA, TB e Malária. A maioria dos países informou que tem política ou directivas sobre a provisão de Anti-retrovirais (ART) que beneficia mais de 2,1 milhões de pessoas que recebem ART, Prevenção de Transmissão de VIH de Mãe para Filho (PMTCT) e Serviços de Testes e de Aconselhamento sobre o VIH (HTC).

193. Além disso, cerca de 65% dos Estados Membros tinham uma política que permitia os profissionais de saúde de nível mais baixo, uma vez formados, a proporcionar serviços auxiliares, como tratamento dos pacientes com VIH e SIDA. Em resumo, os Estados Membros obtiveram grandes progressos em relação ao Acesso Universal à prevenção, cuidados e tratamento do VIH. Entre as realizações documentadas figuram maior acesso a ART, PMTCT e HTC. No entanto, a África ainda enfrenta desafios na luta contra VIH e SIDA. Alguns dos desafios incluem iniciativas e financiamento insuficientes para uma investigação acelerada de uma vacina. Além disso, conflitos internos e guerras civis

originam pessoas internamente deslocadas e refugiados, dificultando a provisão de serviços necessários e sustentáveis a esses grupos vulneráveis.

iii. Relatório de Actividades sobre o Paludismo

194. Durante a Sessão Especial da CAMH em Genebra, salientou-se que os Estados Membros fizeram enormes esforços na luta contra o Paludismo. 74% dos países prescindiram de impostos sobre produtos anti-palúdicos, 64% eliminaram impostos ou introduziram isenções sobre Redes Tratadas com Insecticidas (ITNs), enquanto cerca de 50% prescindiram de taxas e tarifas sobre redes, materiais de redes e insecticidas no período de 2006-2007. Contudo, a distribuição de redes às famílias era ainda inferior a 40% na maioria dos países. Foi encorajador saber que todos os países, excepto dois, tinham adoptado as Terapias de Combinação da Artemisina como o tratamento de primeira linha para o Paludismo (ACTs). De um modo geral, surgiram várias iniciativas para aumentar o acesso aos produtos de controlo da malária. Os parceiros apoiaram essas iniciativas. A Facilidade de Medicamentos Acessíveis para a Malária (AMFm) foi criada para reduzir o custo de ACTs e contribuir para o planeamento das monoterapias para evitar o desenvolvimento de resistência. Todos os países estabeleceram parcerias a nível nacional e regional.

195. De realçar que, durante a 3ª Sessão da CAMH em Joanesburgo em Abril de 2007, a UA lançou a “Campanha para a Eliminação do Paludismo em África”. O objectivo específico é atingir as metas globais, continentais, regionais e nacionais até 2010 através da redução da morbidez e mortalidade devido ao paludismo em 50% em comparação com o nível de 2000 e combater os Mosquitos pela redução da morbidez e mortalidade devido ao paludismo em 75% em comparação com os níveis de 2000 em todos os países endémicos através do acesso universal às intervenções para a prevenção e controlo da malária.

iv. Relatório de Actividades sobre a Tuberculose em África

196. As taxas estimadas de prevalência, de incidência e de morte por causa da TB continuam a aumentar em muitos países; as taxas de notificação dos casos passaram de 82 por 100.000, em 1990, para 160 por 100.000, em 2006. Nessa proporção, a meta de ODM para a incidência e prevalência de TB pode não ser alcançada até 2015. Convém realçar igualmente que o medicamento resistente à TB, especialmente o multi-medicamento resistente à TB que como se sabe é muito predominante. A sua coabitação com a infecção do VIH dificulta muito o tratamento, os cuidados e apoio desses infectados. Uma das abordagens para o tratamento da TB consiste na afectação por parte dos Estados Membros de recursos suficientes para garantir o fornecimento ininterrupto de medicamentos essenciais contra a TB a níveis central e periférico, incluindo stocks reguladores adequados aos vários níveis nos países.

v. Estratégia Regional Africana da Nutrição (ARNS) 2005-2015

197. A Comissão está no processo de revitalizar o Grupo Especial Africano para o Desenvolvimento da Alimentação e da Nutrição (ATFFND). A revitalização do ATFFND é uma iniciativa conjunta da UA, OMS, UNICEF, Programa Alimentar Mundial (PAM), CEA, BAD, Banco Mundial, ONG's e OSC. Considerando o elevado custo dos alimentos e artigos afins na produção alimentar; tendo em conta as tendências crescentes da malnutrição e particularmente entre as crianças, mulheres e Outros grupos vulneráveis, os principais objectivos do ATFFND são:

- Defender e sensibilizar os governantes Africanos no que diz respeito ao papel básico da segurança alimentar e da nutrição no desenvolvimento socioeconómico da África.
- Apoiar os Estados Membros nos seus esforços para alcançar os OMD relacionados com a Saúde.

198. Uma reunião técnica entre os parceiros realizou-se a 5 de Novembro de 2008 e recomendou que a primeira reunião do ATFFND fosse realizada em Fevereiro de 2009. ATFFND reunir-se-á duas vezes por ano ou mais dependendo do estado da situação alimentar e nutricional no continente.

vi. A Estratégia de Saúde da África

199. A Estratégia de Saúde da África foi adoptada durante a 3ª Sessão da Conferência dos Ministros de Saúde da União Africana, realizada em Joanesburgo, África do Sul, em Abril de 2007, sob o tema "Reforço dos Sistemas de Saúde para a Equidade e Desenvolvimento". Estipula um quadro geral para orientar o desenvolvimento harmonizado e/ou revisão das Estratégias Nacionais de Saúde e programas. Tem o objectivo geral de contribuir para o desenvolvimento social e económico da África através da promoção do acesso aos cuidados de saúde essenciais para todos, particularmente os mais pobres e marginalizados. A Comissão, em colaboração com o Governo da África do Sul, mandou imprimir o documento para distribuição aos Estados Membros. O Plano de Acção para a implementação da Estratégia de Saúde da África foi elaborado e analisado durante a Sessão especial da Conferência da UA dos Ministros de Saúde realizada em Maio de 2008 em Genebra e actualmente está a ser impresso para distribuição aos Estados Membros.

200. De 12 a 14 de Novembro de 2008, uma Conferência dos Presidentes dos Comités Parlamentares Africanos de Saúde, VIH, Género e Finanças sobre Financiamento da Estratégia de Saúde da África, os OMD relacionados com a Saúde, relatório de CHGA da CEA e Planos de Parcerias Globais para a Saúde foi organizada pela Comissão em colaboração com a CEA e a Aliança da Saúde Pública da África. Realçou-se o papel dos Parlamentares na implementação dos quadros de políticas da UA.

201. Convém salientar igualmente que a 3ª Sessão da Reunião Intergovernamental sobre a Prevenção dos casos da Gripe Pandémica se realizou em Genebra em meados de Dezembro de 2008. Áreas de importância para a região Africana são o reforço de

capacidades para detectar eficaz e rapidamente e conter os surtos de gripe pandémica e outras doenças bem como a informação adequada e oportuna sobre o vírus e benefícios derivados. A Comissão participou na Sessão através do seu Escritório em Genebra.

vii. Plano de Produção de Produtos Farmacêuticos para a África

202. O Plano de Produção Farmacêutica da África foi desenvolvido em conformidade com a Decisão da Conferência da UA adoptada em Abuja em Janeiro de 2005 e também de acordo com a Declaração de Gaborone. Em Abril de 2007, a Conferência dos Ministros de Saúde da União Africana incumbiu um comité técnico composto por cinco Estados Membros e alguns peritos do continente coordenados pela Comissão a estudar as implicações detalhadas da produção local de medicamentos essenciais no continente. Neste contexto, algumas regiões já estão a participar na produção local de fármacos, nomeadamente a Comunidade da África Oriental (EAC) e Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

203. Uma proposta de projecto foi ainda elaborada para utilização na mobilização de fundos para a implementação do Plano Farmacêutico da África. O Plano Farmacêutico da África está entre as propostas de projectos submetidos para serem executados no âmbito da Estratégia Conjunta África-UE e o Primeiro Plano de Acção (2008-2010).

viii. Reforço dos Sistemas de Saúde

204. Desde os princípios de 2008, a Comissão, em colaboração com a OMS, iniciou a implementação da Auto-estrada da Informação sobre a Saúde em África (*Africa Health Infoway – AHI*), uma iniciativa baseada nas TIC destinada a reforçar a gestão da informação da saúde para a tomada de decisão baseada na evidência e a utilização eficaz de soluções de tele-saúde, tais como telemedicina e tele-ensino nos Países Africanos. Os Estados Membros da Região da África Oriental, Central e Austral já aprovaram o programa de AHI durante a sua 46ª Conferência Ministerial realizada em Seicheles, em Fevereiro de 2008. Diligências estão a ser feitas para a mobilização dos fundos e da competência técnica com vista a alargar o âmbito do programa para cobrir o resto do continente Africano.

ix. A Década da UA sobre a Medicina Tradicional Africana

205. Desde a Declaração de Alma Ata sobre os cuidados primários de saúde há 30 anos (1978) que reconheceu o papel da medicina tradicional e os seus profissionais como importantes aliados na realização de saúde para todos, importantes progressos foram registados na área de Medicina Tradicional. A Decisão da OUA sobre a década de Medicina Tradicional foi feita em Abril de 2003 em Trípoli, adoptou o plano de acção e o mecanismo de implementação aprovado pela Conferência da UA em Maputo em 2003. O principal objectivo do plano de acção é o reconhecimento, aceitação, desenvolvimento e integração/institucionalização de Medicina Tradicional por todos os Estados Membros no sistema de cuidados de saúde pública em 2010. Uma avaliação a meio percurso da Década foi realizada no início deste ano e foi submetida à consideração da conferência

dos Ministros de Saúde da UA por ocasião da comemoração do Dia da Medicina Tradicional Africana, a 31 de Agosto em launde. As recomendações feitas durante a conferência foram distribuídas a todos os Estados Membros e os preparativos para um relatório detalhado no fim da década estão em curso em colaboração com a OMS-Afro.

x. População e saúde reprodutiva

206. Com o objectivo de partilhar informações e melhores práticas nos domínios de população, desenvolvimento e saúde reprodutiva, a Comissão tem estado a publicar e a divulgar o Relatório da Situação da População Africana desde 2004. Até então, duas edições foram produzidas (2004 e 2006) sob diferentes temas. A terceira (2008) edição foi produzida nos finais de Dezembro de 2008 sob o tema “*Dinâmica da População e Alterações Climáticas em África: Implicações para o Desenvolvimento Sustentável da África*” e está a ser distribuída aos Estados Membros, CER’s e parceiros ao desenvolvimento.

207. Sobre a saúde reprodutiva, a Comissão organização de 11 a 13 de Dezembro de 2008, um “Fórum Regional sobre Maternidade Segura para a África oriental e Reunião Consultiva sobre a Implementação do Plano de Acção de Maputo sobre a Saúde Sexual e Reprodutiva e os Direitos”, Nairobi, Quénia. Um dos objectivos do Fórum era “avaliar a importância da Maternidade Segura e problemas da mortalidade materna na sub-região”. A Reunião contou com a participação de peritos nacionais no domínio da saúde reprodutiva, dirigentes/responsáveis pelas decisões políticas, representantes das associações de planeamento familiar, Comunidades Económicas Regionais (CER’s), Membros da Mesa da Comissão da População Africana (APC), Parlamento Pan-africano, agências das NU, ONG’s/OSC.

5. BEM-ESTAR SOCIAL E HUMANO

208. A Agenda global de desenvolvimento social da União Africana é baseada na melhoria das vidas dos povos Africanos em conformidade com os princípios do Acto Constitutivo e da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos. Os programas são, por conseguinte, orientados para a abordagem dos direitos humanos e melhor interesse dos vários sectores da população, especialmente os grupos vulneráveis e marginalizados. Neste sentido, é importante criar uma sociedade para todos em que os direitos de cada grupo social são respeitados e a cada grupo é dada uma oportunidade para contribuir para o desenvolvimento do país.

a) Promoção do Bem-estar das Pessoas Idosas e Envelhecimento

209. A Comissão continuou a fazer o seguimento da implementação do Quadro da Política e do Plano de Acção da UA sobre Envelhecimento adoptado em 2002. Neste sentido, uma proposta para a criação de um Comité Directivo até a instalação de um Conselho Consultivo sobre Envelhecimento tal como estipulado no Plano de Acção foi aprovada pela 1ª Sessão da Conferência dos Ministros Responsáveis do Desenvolvimento Social da UA realizada na Namíbia nos finais de Outubro de 2008. A Comissão está no processo de implementação da recomendação.

b) Questões ligadas à Incapacidade

i. O Instituto Africano de Reabilitação (ARI)

210. O Instituto Africano de Reabilitação (ARI) que foi criado para coordenar as questões ligadas à incapacidade e reabilitação no continente continua a enfrentar problemas administrativos e financeiros. Conforme solicitação do Conselho de Administração do ARI, a Comissão contratou um Consultor para realizar um estudo sobre a reestruturação, revitalização e reforço do Instituto. O Consultor concluiu o seu trabalho e o relatório foi posteriormente submetido ao ARI para que este convoque a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração para analisar o Relatório. O ARI deve ainda convocar a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.

ii. Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência

211. Deve-se evocar que 1999-2009 foi proclamada como a Década Africana de Pessoas Portadoras de Deficiência e um Plano de Acção foi adoptado em 2002 para implementar os objectivos da Década. A década termina no próximo ano e não foram alcançados muitos progressos na melhoria das vidas das pessoas portadoras de deficiência no continente. É por esta razão que a 1ª Sessão da Conferência dos Ministros Responsáveis do Desenvolvimento Social da UA recomendou que a Década Africana fosse renovada de 2010-2019 e que uma avaliação fosse efectuada em relação à década anterior. Recomendou-se igualmente que o programa de ARI fosse relacionado com a Convenção das NU sobre os Direitos de Pessoas Portadoras de Deficiência e que a deficiência não deve restringir-se à reabilitação mas ser incluída nas questões de desenvolvimento. A Comissão seguirá as recomendações e realizará a avaliação.

c) Família e Desenvolvimento

212. Com vista a controlar as realizações feitas na implementação do Plano de Acção da UA sobre a Família que foi adoptado em 2004, a Comissão elaborou um questionário sobre as áreas prioritárias estipuladas no Plano de Acção. O questionário foi enviado a todos os Estados Membros para o devido preenchimento e devolução à Comissão. Até a data, apenas 12 Estados Membros enviaram as suas respostas. A Comissão reenviou o questionário aos Estados Membros que não responderam e solicitou-lhes que encaminhassem o questionário devidamente preenchido o mais tardar até finais de Fevereiro de 2009. As respostas serão consolidadas num Relatório que deve ser analisado por uma reunião de Peritos a realizar durante o ano de 2009.

d) Protecção Social

213. A protecção social, que faz parte do desenvolvimento social, atingiu um grande avanço nos últimos anos e contribuiu para a elevação do nível de vida de muitas pessoas, sobretudo as pessoas marginalizadas e vulneráveis. Entre Abril e Junho de 2008, a Comissão, em colaboração com HelpAge International, realizou três Reuniões Regionais sobre Protecção Social sob o tema: "*Investir na Protecção Social em África* com vista a partilhar experiências e ficar informada dos programas e políticas sociais nacionais eficazes de protecção social em cada região. A Comissão contratou igualmente um

Consultor para a realização de um estudo sobre Protecção Social em África com vista a complementar as Reuniões Regionais. As conclusões das reuniões bem como o estudo foram apresentados à 1ª Sessão da Conferência dos Ministros Responsáveis do Desenvolvimento Social da UA realizada em Windhoek nos finais de Outubro de 2008. Entre outros, a Conferência salientou a importância da integração da protecção social em todos os programas de desenvolvimento social incluindo os programas de redução da pobreza e de ajustamentos estruturais. A Comissão foi solicitada a sensibilizar os Estados membros sobre a necessidade de investir na protecção social, porque é um elemento importante no reforço do capital humano de um país. A Comissão continuará a trabalhar com as partes interessadas relevantes na implementação da recomendação.

e) Quadro de Política Social

214. O Projecto do Quadro de Política Social da África foi analisado e adoptado pela 1ª Sessão da Conferência dos Ministros Responsáveis do Desenvolvimento Social da UA realizada em Windhoek, Namíbia, de 27 a 31 de Outubro de 2008. O documento proporciona um quadro de política geral para ajudar os Estados Membros a reforçar e a dar prioridade às suas políticas sociais nacionais e promove a capacitação humana e o desenvolvimento. Abrange 18 principais áreas temáticas sociais prioritárias e sugere recomendações gerais para ajudar os Estados Membros na formulação das suas políticas sociais nacionais e programas de desenvolvimento social. Exortam-se assim os Estados Membros a utilizar este Quadro na elaboração das suas políticas nacionais de desenvolvimento social. A Comissão trabalhará com as CER's e outros parceiros para divulgar o Quadro de Política Social o mais amplamente possível e assegurar que seja efectivamente utilizado a todos os níveis.

215. A 1ª Sessão da Conferência dos Ministros Responsáveis do Desenvolvimento Social da UA realizou-se na Namíbia de 27 a 31 de Outubro de 2009 sob o tema: “*Para uma Agenda de Desenvolvimento Social Sustentável da África.*” A conferência foi organizada como implementação da Decisão EX.CL.290 (IX) adoptada pela 9ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo e aprovada pela 7ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo em Julho de 2006. A Conferência adoptou os seguintes principais documentos: o Quadro de Política Social da África, a Declaração de Windhoek sobre o Desenvolvimento Social; e a Posição Comum Africana sobre a Integração Social que constituirá a contribuição da África para a 47ª Comissão das NU sobre Desenvolvimento Social a ser realizada em Fevereiro de 2009 sob o tema integração social. A Conferência decidiu que o Presidente da Conferência, a República da Namíbia, apresente a Posição Comum à Comissão Social das NU em nome da África. Entre outros, a Conferência recomendou igualmente que a Conferência dos Ministros responsáveis do Desenvolvimento Social da UA deve ser institucionalizado e reunir-se de dois em dois anos.

f) O Combate à Droga e o Desporto

i. Bem-estar Humano e Social: Controlo da Droga e crimes afins

216. A Comissão estabeleceu a coordenação com as CER's e outros Parceiros para facilitar o seu reforço institucional para a implementação do Plano de Acção da UA sobre

o Combate à Droga e a Prevenção do Crime (2007-2012). Um Mecanismo de Coordenação Interdepartamental tornou-se operacional no seio da Comissão para assegurar o acompanhamento da implementação de todas as áreas prioritárias do Plano de Acção aos níveis regional e nacional. A Comissão pretende submeter o projecto de orientações políticas para consideração à 4ª Conferência Ministerial da UA dos Ministros Responsáveis pelo Controlo da Droga e a Prevenção do Crime, prevista para Novembro de 2009 em Bamaco, Mali.

ii. Desporto

217. Um grande avanço foi alcançado na Agenda do Desenvolvimento Social com a elaboração e aprovação do Quadro de Política para o Desenvolvimento Sustentável do Desporto em África. A 2ª Conferência de Ministros da UA, realizada em Acra, Gana, em Outubro de 2008, adoptou ainda um Código sobre as Relações entre os Governos, Organizações Desportivas Nacionais e Internacionais. A coordenação e a implementação das referidas medidas pela Comissão, em cooperação com as CER's e Estados Membros nos próximos anos, salientarão o papel do desporto no desenvolvimento social e restauração da paz. A organização da Copa do Mundo pela Federação Internacional de Futebol Associação (FIFA), em 2010, no continente, permitirá aumentar as oportunidades económicas para os empresários, ligadas não só à excelência e reforço de capacidades do desporto, mas também explorará as forças positivas do entusiasmo desportivo, turismo e espectáculo.

g) Trabalho, Emprego e Migração

i. Trabalho e Emprego

218. Na Cimeira Extraordinária de 2004 de Ouagadougou, os Chefes de Estado e de Governo exprimiram a sua preocupação em relação à pobreza generalizada, ao desemprego e ao subemprego que podem comprometer os direitos fundamentais do homem e a dignidade dos indivíduos e comunidades afectadas. As actuais tendências económicas mundiais evocam a necessidade imperiosa de implementar a Declaração e o Plano de Acção de Ouagadougou, de 2004, sobre a Promoção do Emprego e a Redução da Pobreza. Para facilitar a implementação efectiva, coordenada e harmonizada destes instrumentos, a Comissão elaborou um Programa Prioritário Quadriénio 2008-2012 (4YPP).

219. O 4YPP tem por objectivo fazer progressos significativos no âmbito dos cinco pilares estratégicos, nomeadamente (i) melhoria da administração do mercado de trabalho através da promoção e modernização das instituições de mercado de trabalho do diálogo social; (ii) promoção de um Crescimento Inclusivo para melhorar a situação dos grupos vulneráveis no mercado de trabalho; (iii) aumento da Produtividade no Continente; (iv) desenvolvimento da cooperação com parceiros internacionais e garantia de seguimento, controlo e avaliação eficazes.

220. De acordo com o relatório da OIT sobre os indicadores do mercado de trabalho de 2007, que avalia o preço por hora de trabalho efectuado, a África é a Região do Mundo

menos produtiva. A União Africana tem estado a demonstrar a sua preocupação com a Promoção da Produtividade no Continente há muito tempo, através de muitas decisões. Em estreita colaboração com a Associação Pan-africana de Produtividade, os parceiros sociais e a OIT, a Comissão definirá e realizará um Programa para promover a produtividade no Continente.

221. A Comissão empreendeu uma missão de informação e de avaliação das necessidades de Mercado de trabalho em dois países que estão a sair de conflitos, Sierra Leone e Libéria. O objectivo é acelerar a implementação do Plano de Acção de Ouagadougou nos países pós-conflito, em apoio à consolidação da paz, reconstrução e desenvolvimento. Neste sentido, um Programa de Rápido Impacto para a Promoção do Emprego 2009-1012 (QIPEP) será elaborado e implementado.

222. A Comissão organizou um Seminário em Dakar, em Outubro de 2008, sobre a Economia Informal. Com base nos resultados deste seminário, a Comissão desenvolverá um programa de apoio para a economia informal para mais e melhor criação de emprego neste intensivo segmento de trabalho do mercado de trabalho. Em conformidade com a solicitação da Cimeira Extraordinária, a Comissão está a elaborar um Documento estratégico sobre a Mobilização de Recursos a favor da implementação das suas estratégias.

223. Os Relatórios Bienais de 2006 e 2008 demonstram que ainda muitos Estados Membros da União e Comunidades Económicas Regionais não estabeleceram instituições de seguimento. A SADC estabeleceu estruturas operacionais que contribuirão em grande medida para algumas realizações, que podem ser partilhadas com as outras CER's. A Comissão intensificará os seus esforços para ajudar os Estados Membros e as CER's a assumir as suas funções e papel em relação às conclusões da Cimeira Extraordinária de Ouagadougou.

ii. Migração

224. No que diz respeito à Migração e Desenvolvimento, a Comissão iniciou e está a implementar vários projectos em conformidade com os quatro documentos de base da UA sobre migração e desenvolvimento, nomeadamente Quadro de Política de Migração da África, a Declaração Conjunta África-UE de Tripoli sobre Migração e Desenvolvimento, a Posição Africana Comum sobre Migração e Desenvolvimento, e Plano de Acção de Ouagadougou sobre o Tráfico Humano, Especialmente Mulheres e Crianças. Até então os progressos no Seguimento, Controlo, e Implementação incluem a divulgação dos conteúdos essenciais dessas políticas através de missões. O Processo Consultivo Regional e Visitas Consultivas às Comunidades Económicas Regionais foram realizados (Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD), Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Senegal e Argélia) e projectos conjuntos foram identificados. Além disso, um Seminário de IGAD sobre *Cooperação Inter-estados e Intra-regional sobre*

Gestão de Migração, 12-14 de Maio de 2008, Adis Abeba, Etiópia, foi realizado, o que conduziu ao lançamento do Processo Consultivo IGAD-Regional sobre Migração (RCPM) e três seminários de formação de seguimento para funcionários dos Estados Membros de IGAD. A Comissão, IGAD e Organização Internacional organizaram conjuntamente a iniciativa para a Migração.

225. A Comissão participou e apresentou o documento sobre a posição à Conferência Internacional de Lómen sobre Protecção dos Refugiados e Migração Internacional no Golfo de Adém, Saná, Lómen, aos 19 e 20 de Maio de 2008, que foi organizada pelo Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR). Esta conferência foi muito importante para explorar possibilidades para a UA e a Liga Árabe para elaborar a declaração conjunta semelhante à Declaração Conjunta África-UE de Trípoli sobre Migração e Desenvolvimento bem como promover a capacidade de IGAD de trabalhar com os Estados Membros e países de destino e de trânsito na rota da imigração da África Oriental particularmente o Golfo de Adém.

226. Uma Consulta Inter-departamental sobre a criação de um Instituto Africano de Remessas (AIR) foi realizada em Agosto de 2008. Foi preparada uma Nota sobre a Consulta para o AIR que visa o reforço de capacidades da União Africana no estabelecimento de relações institucionais e parcerias entre a União Africana, os Estados Membros e outros intervenientes (instituições financeiras e económicas Africanas, Comunidades Económicas Regionais, a Diáspora Africana e bancos de investimento local e comerciais, instituições de microfinanças expedidores e receptores de remessas, doadores multilaterais e bilaterais, fundações, sector privado, e instituições de ensino superior e investigação). Além disso, a Comissão tomou uma iniciativa para a criação do Fundo de Imigração da África. Ambas as iniciativas estão a ser discutidas com parceiros, particularmente a UE.

227. A Comissão também participou na Segunda Reunião do Fórum Global sobre Imigração e Desenvolvimento. Informações foram dadas aos Estados Membros, e Comunidades Económicas Regionais sobre o Cartão Azul da EU, e o Tratamento de Imigrantes Ilegais.

228. Convém realçar que as actividades acima mencionadas tomaram em consideração o Plano de Acção de Ouagadougou sobre o Tráfico Humano. Um projecto de estratégia para combater o tráfico está em preparação para submissão aos Órgãos Políticos da UA.

6. CRIANÇA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento da Criança

(viii) A Carta Africana dos Direitos e Bem-estar da Criança

229. Mobilizar os Estados Membros para a ratificação da Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança tem sido a principal preocupação em relação às questões relacionadas com as crianças. A Carta que foi adoptada em 1990, até então foi ratificada por 43 Estados Membros. Diligências continuaram no sentido de exortar os Estados Membros que ainda não o fizeram a acelerar o processo de ratificação da Carta.

230. O Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-estar da Criança começou a análise do Relatório do Estado Parte sobre a implementação da Carta. Apenas poucos países enviaram o seu relatório e os Estados Membros foram constantemente exortados a enviar o seu relatório em tempo oportuno.

(ii) Apelo para Acção Acelerada na Implementação do Plano de Acção para África Própria para a Criança

231. A Comissão continuou a fazer o seguimento sobre a implementação do Apelo para a Acção Acelerada na Implementação do Plano de Acção para África Digna da Criança adoptado pelo 2º Fórum Pan-africano sobre a Criança realizado no Cairo, Egipto, em Outubro/Novembro de 2007. Um primeiro passo para a sensibilização sobre o Apelo para a Acção Acelerada foi a sua apresentação ao Grupo Africano em Nova York e na Reunião Plenária de Alto Nível Comemorativa da Assembleia Geral das Nações Unidas, dedicada ao seguimento da Sessão Especial das NU de 2002 sobre a Criança, realizada em Nova York em Dezembro de 2007. O Relatório da reunião, o Apelo para a Acção Acelerada bem como Outros documentos relevantes foram colocados num CD para ampla distribuição aos Estados Membros, parceiros de desenvolvimento e outros intervenientes. A Comissão continuará a controlar a implementação do Apelo para a Acção Acelerada com base nas funções e responsabilidades a serem realizadas por várias partes interessadas de acordo com o documento e um relatório de actividades será posteriormente elaborado. Em conformidade com o mandato conferido à Comissão, um Relatório sobre a Situação da Criança em África será também elaborado.

b) Política da Juventude – Quadro de Desenvolvimento e de Cooperação: Carta Africana da Juventude e actividades afins

232. No quadro da Política de Desenvolvimento da Juventude e na sequência da 2ª sessão ordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis pela Juventude da União Africana, foram feitas recomendações para a aceleração da popularização, assinatura, ratificação e implementação da Carta da Juventude nos Estados Membros. Os Estados Membros foram solicitados a desenvolver e a rever as suas políticas nacionais da juventude e harmonizá-las com a Carta, com vista a formular planos de acção e promover a coordenação das questões ligadas ao desenvolvimento da juventude. Os Ministros Responsáveis pela Juventude adoptaram igualmente o Plano de Acção 2007-2015

proposto para acelerar a Ratificação da Carta. Instruíram especificamente que o Plano de Acção fosse reforçado com prazos claramente definidos de modo a acelerar a sua implementação pela Comissão, Estados Membros e outros intervenientes.

233. Convém recordar que o ano de 2008 foi declarado “Ano Africano da Juventude” (Decisão EX.CL/Dec.292 (IX), de Banjul), que incidiu sobre o tema: “Juventude Africana para a Paz e o Desenvolvimento”. Da parte da Comissão, cerca de 70% das actividades previstas foram implementadas. Todas as actividades não puderam ser empreendidas devido à indisponibilidade de recursos adequados. Um relatório completo sobre o ano de 2008 foi submetido à Mesa da Conferência em Dezembro de 2008 para análise. A Comissão elaborou e enviou aos Estados-membros, no quadro da implementação do Plano de Acção, vários materiais de campanha e apoios de comunicação com vista a promover a Carta da Juventude e dar-lhe mais visibilidade entre as pessoas. O Hino Africano da Juventude (lírica e música, CD e DVD), posters, pinos, T-shirts, entrevistas televisivas e radiofónicas, faixas, etc., estão a ser utilizados para a sensibilização não só sobre a Carta Africana da Juventude, mas também para promover o programa e as questões ligadas ao desenvolvimento da juventude em África.

234. Além disso, a Comissão mobilizou apoio dos parceiros para a agenda da Juventude e levou a cabo actividades de sensibilização da Sociedade Civil e Organizações Juvenis Africanas, juventude na Diáspora para as envolver na implementação do programa de acção. Nesse aspecto, importante apoio foi recebido da UNICEF e UNHR na promoção da Carta e outras políticas de desenvolvimento da Juventude. A iniciativa “*Speak Africa*”, como rede da juventude de defesa e comunicação para a mudança, foi também envolvida no processo de implementação do programa da juventude e vários eventos que celebram a juventude Africana. O Dia Africano da Juventude, neste Ano de 2008, foi celebrado com o envolvimento de jovens e autoridades anfitriãs.

235. No mesmo quadro, a Delegação Permanente junto da Liga dos Estados Árabes realizou as seguintes actividades, em colaboração com a Aliança Africana Unida e a Associação Africana no Cairo:

- Um seminário sobre a seca e a desertificação em África (28/10/2008)
- A segurança alimentar em África (27/11/2008)
- Um ciclo de formação administrativa (1-3 de Novembro de 2008)
- Construção de sites Internet (14-18 de Dezembro de 2008)

236. Até então, dos 31 Estados Membros que assinaram a Carta, 11 ratificaram-na, nomeadamente : Rwanda, Mali, Gabão, Maurícias, Burkina Faso, Djibuti, Guiné-Bissau, Moçambique, Namíbia, Níger e Uganda. O objectivo do Ano consistia em fazer com que a Carta entrasse em vigor com o mínimo de 15 ratificações exigidas.

c) Reforço de capacidades: Desenvolvimento e capacitação da Juventude para a sua participação efectiva e significativa no processo de desenvolvimento:

237. No âmbito da estratégia adoptada para a revitalização da União Pan-africana da Juventude (UPJ), em conformidade com a Decisão EX.CL/Dec.292 (IX) de Banjul, as seguintes actividades foram consideradas na área do processo de reforço de capacidade institucional:

- (i) A realização do Congresso da UPJ, em Brazzaville, República do Congo, de 29 de Julho a 1 de Agosto de 2008 com a participação de 27 Estados Membros e com os seguintes resultados;
 - Adopção dos Estatutos Revistos da UPJ em conformidade com a orientação e disposições da Carta Africana da Juventude;
 - Adopção da nova estrutura da UPJ e
 - A eleição dos novos Membros da Mesa da PYU para um período de 3 anos (Presidente -Nigéria) e 5 Vice-Presidentes: Argélia (África do Norte) ; Gabão (África Central) ; Etiópia (África Oriental) ; Mali (África Ocidental); e África do Sul (África Austral). Uma estrutura operacional foi também criada constituída por um Secretário-geral (Angola) e 5 Secretários Gerais Adjuntos: Líbia (África do Norte) ; Congo Brazzaville (África Central) ; Djibuti (África Oriental) ; Zimbabué (África Austral).
- (ii) A primeira reunião do Comité Executivo sob a direcção do novo Presidente eleito realizou-se em Novembro de 2008 com o objectivo de estabelecer modalidades operacionais e identificar áreas de interesse no desenvolvimento do programa de formação para apoiar o reforço de capacidades da Mesa da UPJ;
- (iii) A Comissão instituiu programas de formação para 2009;
- (iv) Um Memorando de Entendimento entre a UPJ e a CUA está a ser preparado e será assinado em 2009. O referido memorando regerá as relações de trabalho e a colaboração entre as duas partes.

238. No âmbito do processo de reconstrução pós-conflito, a Comissão está a recomendar a formação profissional e o ensino técnico para capacitar os jovens envolvidos em ou afectados pelos conflitos. O principal objectivo é apoiar programas de formação e reabilitação e facilitar o envolvimento dos jovens no processo de reabilitação e de reconstrução. Na sequência da recomendação da COMY II para a implementação dos projectos-piloto adoptados nos três países seleccionados (Libéria, Congo e Burundi), a Comissão ajudou estes países a lançar os projectos através de apoio técnico, material e logístico.

239. Os projectos-piloto foram lançados em Novembro e Dezembro de 2008, em Monróvia (Libéria), Brazzaville (Congo) e Bujumbura (Burundi), na sequência da

assinatura do Protocolo de Acordo entre a Comissão e os três países. Os recursos necessários foram disponibilizados aos três (3) países piloto com o equipamento adequado, em conformidade com a avaliação das necessidades realizada em 2007 e os projectos-piloto adoptados em Fevereiro de 2008 com as suas metas identificadas. Um consultor e coordenador é responsável pela coordenação da implementação em todos os 3 países e informará regularmente a Comissão dos progressos. Cerca de 600 jovens (jovens vítimas do recente conflito armado, raparigas/mães muito jovens maltratadas, ex-crianças soldado, ex-combatentes e jovens vítimas de abusos relacionados com os conflitos) beneficiarão dos projectos nas várias áreas de formação com o objectivo primordial de que esses jovens participarão de modo eficaz nos processos de reconstrução, e estarão habilitados para o empresariado, criação de emprego e emprego autónomo.

240. A Comissão prosseguirá os seus esforços de mobilização de recursos para apoiar e seguir os cursos de formação, fornecimento de equipamento e desenvolvimento de trabalho com ferramentas. Prevê-se o alargamento da iniciativa através da ligação dos projectos-piloto e programa de voluntários. Considerando os recursos atribuídos pelo orçamento de 2008 às referidas actividades e os desafios enfrentados, grandes parcerias são ainda necessárias para os projectos-piloto, que incluem a alfabetização de adultos. A satisfação das necessidades no que diz respeito ao reforço de capacidades dos jovens e reabilitação na vida socioeconómica normal é mais urgente.

241. A Juventude Africana na Diáspora continua a ser um alvo importante a atingir. O programa de estágios da UA e o Programa de Voluntários são também uma preocupação para a Comissão a nível programático. Contactos estão a ser feitos com parceiros com vista a desenvolver estratégias destinadas a assegurar o envolvimento da juventude nas actividades e programas juvenis da África. Além disso, um documento de base está a ser elaborado sobre um programa geral de estágios.

242. No que diz respeito à criação de um programa de Voluntários da União Africana, a Comissão pretende organizar um seminário em 2009 em parceria com o programa de Voluntários das NU e da União Europeia. Esta iniciativa centra-se especialmente nos jovens em África, com base nas boas práticas em alguns países da CEDEAO e em particular as despesas dos antigos voluntários da Nigéria.

243. Está a decorrer o processo de recrutamento de consultores para a elaboração de um plano de acção consolidado de 10 anos para a capacitação e desenvolvimento da juventude, com o envolvimento dos Estados Membros, Organizações Juvenis e Parceiros.

244. Convém também realçar que uma das recomendações da 2ª Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Responsáveis da Juventude da UA realizada em Fevereiro de 2008 solicitou a Comissão a realizar um estudo de viabilidade do Fundo para os projectos de desenvolvimento da juventude e a identificar o mecanismo de gestão do referido Fundo. O principal objectivo do Fundo é reforçar a capacidade da CUA de providenciar,

numa base mais flexível, pragmática e eficiente, a assistência financeira e técnica para os Estados Membros e para as organizações juvenis na implementação das iniciativas e projectos de desenvolvimento da juventude. Neste sentido, um consultor foi recrutado para realizar o estudo que está agora concluído e que será submetido à Mesa da COMYII. O estudo incide sobre o seguinte:

- Justificação e principais objectivos da criação do Fundo;
- Mecanismo para a mobilização e gestão do Fundo;
- Principais fases da criação do Fundo;
- Regulamentação geral do Fundo;
- Modelo de pedido para os candidatos ao Fundo; e
- Modelo de Relatório para os beneficiários do Fundo.

245. Para manter os programas de desenvolvimento da juventude, será necessário estabelecer uma cooperação coerente ou quadro de parceria e mecanismo de colaboração com vista a promover uma melhor troca de experiência com organizações internacionais e países que têm bom conhecimento e práticas nas áreas de reforço de capacidades através de TVET e outras questões relacionadas com a capacitação da juventude (Estágio, programa de Voluntários, Relações de Trabalho com a Diáspora, etc.). Mecanismos para controlo, avaliação e informação devem ser igualmente desenvolvidos para avaliar os progressos e o impacto dos programas da juventude nos esforços de desenvolvimento da África.

III.2 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INTERCONNECTIVIDADE

246. No domínio de transporte, energia, Telecom/TIC e Correios, as actividades da Comissão incidiram a atenção na implementação das decisões da Primeira Conferência dos Ministros Africanos de Transporte (CAMT) realizada em Argel, Argélia, em Abril de 2008 e a Segunda Conferência dos Ministros Africanos da Tecnologia da Comunicação e da Informação realizada no Cairo, em Maio de 2008 e a implementação de projectos específicos.

247. Os projectos específicos cuja implementação foi iniciada e/ou continuada durante este período incluíram o estudo de pré-viabilidade sobre os corredores de transporte de Dakar – Djibuti e Djibuti-Libreville, o projecto de Rede Electrónica Pan-africana para Tele-educação e Telemedicina em cooperação com o Governo da Índia e o estudo sobre o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA), uma iniciativa conjunta da Comissão da União Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Secretariado de NEPAD. A Comissão iniciou igualmente os preparativos para o Tema de Infra-estrutura da Cimeira da União Africana de Janeiro de 2009.

TRANSPORTES (RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO, AÉREO E MARÍTIMO)

248. O Escritório de Washington facilitou a visita e a participação do Comissário da União Africana para Infra-estrutura e Energia numa Conferência do Sector Privado organizada pelo Conselho Corporativo da África que estabeleceu uma boa plataforma

para articular a visão da União Africana para Infra-estrutura e Energia. Visitas ao “*Center for the Association of Blacks in Energy*” na Universidade da Carolina do Norte bem como interação com funcionários do Departamento de Energia dos EUA foram também facilitadas pelo Escritório. Estes encontros visavam estabelecer os pontos de encontro necessários para futura colaboração entre a Comissão da União Africana e essas principais entidades. A Comissão empreenderá acções de seguimento e actividades concretas para reforçar esta colaboração.

249. A Comissão centrou a sua atenção na implementação da Declaração e Planos de Acção modais adoptados pela Primeira Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes (CAMT) realizada em Argel, Argélia, em Abril de 2008, e aprovados pela decisão da Décima Terceira Sessão Ordinária do Conselho Executivo realizada em Sharm-El-Sheikh, Egipto, em Julho de 2008 [Decisão EX.CL/Dec.432 (XIII)].

a. Transporte Aéreo

250. No transporte aéreo, as principais actividades em implementação abrangem a Decisão de Yamoussoukro de 1999 sobre a liberalização dos mercados de transporte aéreo em África e estabelecimento de Directivas para a Negociação de Acordos de Serviço Aéreo entre os Estados Membros da União Africana (UA) e Comissão Económica (CE) / Estados Membros da União Europeia (UE).

i. Directivas para a Negociação de Acordos de Serviço Aéreo entre os Estados Membros da UA e a CE / Estados Membros da UE

251. Deve-se evocar que a Conferência dos Ministros Africanos de Transporte realizada em Argel, Argélia, em Abril de 2008 decidiu adoptar directivas não obrigatórias para os Estados Membros na sua negociação de acordos de serviço aéreo com a União Europeia. A Comissão enviou as Directivas aos Estados Membros, CER's e partes interessadas para implementação com a recomendação de garantir a sua aplicação judiciosa em benefício de toda a indústria da aviação Africana.

252. A Comissão em colaboração com o Governo da Namíbia está a organizar conjuntamente com a Comissão Europeia uma Conferência UE-África sobre Aviação cuja agenda abrangerá questões de cooperação na aviação civil incluindo políticas externas de transporte aéreo das duas regiões. A Conferência está prevista para Abril de 2009.

ii. Implementação da Decisão de Yamoussoukro

253. A Comissão está a acelerar o processo de criação de um quadro jurídico e institucional adequado para a implementação da Decisão de Yamoussoukro em conformidade com a decisão dos Ministros responsáveis pelo transporte aéreo tomada em Maio de 2007, de confiar as funções da Agência de Execução da Aviação Civil Africana (AFCAC). Para o efeito, a Comissão iniciou um estudo cujo projecto de relatório foi apresentado à Conferência dos Ministros Africanos de Transporte em Argel em Abril de 2008. Após observações e opiniões substanciais expressas na Conferência, o relatório do

estudo está actualmente a ser revisto. Também, a Comissão tem estado a efectuar consultas com a Comissão Africana da Aviação Civil com vista a assegurar uma conclusão adequada da tarefa.

254. Consultas estão em curso com o Governo da República de Cote d'Ivoire, que ofereceu acolher a Quarta Conferência dos Ministros responsáveis do Transporte Aéreo da União Africana para analisar o assunto.

b. Transporte Ferroviário

255. O desenvolvimento do transporte ferroviário continua a ser um grande desafio em África. O modo é essencial para o transporte de mercadorias volumosas, que constituem a maior parte das exportações da África, através de longas distâncias entre o interior e os portos marítimos do continente. Contudo, devido a enormes investimentos necessários e longo período de reembolso do capital investido, o modo continua a ser menos atractivo para os investidores. Além disso, a multiplicidade da largura das vias dificulta um pouco a existência de operações equilibradas e económicas no continente.

256. A Comissão organizou uma reunião de peritos para discutir estratégias para a implementação do Plano de Acção sobre transporte ferroviário em África que se realizou na sua Sede em 21 e 22 de Outubro de 2008. A reunião estabeleceu as principais prioridades para a recuperação da situação do transporte aéreo como o modo de transporte terrestre mais económico. Algumas das principais actividades a serem iniciadas em 2009 são:

- Elaboração de uma Visão de Caminhos-de-ferro Africanos 2025
- Estudo sobre a criação de um fundo de desenvolvimento de caminhos-de-ferro em África
- Avaliação da privatização dos caminhos-de-ferro Africanos
- Harmonização de padrões para infra-estruturas ferroviárias e material circulante
- Reforço de Capacidades

c. Transporte Rodoviário

257. As principais actividades que estão actualmente a ser realizadas no domínio de transporte rodoviário incluem o início dos estudos prévios de viabilidade sobre dois corredores de transporte. Tratam-se dos corredores de Dacar-Djibuti e Djibuti-Libreville. Estas actividades são o resultado de uma mesa-redonda realizada em Saly-Portudal, Senegal, em Janeiro de 2008 sob a direcção do Presidente do Senegal, como o coordenador da componente de infra-estruturas de NEPAD para discutir as prioridades bem como as vias e meios de acelerar a implementação de importantes projectos de infra-estruturas em África.

258. A Comissão já assegurou o financiamento da Facilidade de Projectos de Infra-estruturas de (NEPAD-IPPF) no âmbito do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

para estudos de pré-viabilidade desses corredores com o objectivo de identificar os elos necessários e elaborar um programa de desenvolvimento de infra-estruturas ao longo dos corredores com vista a proporcionar serviços de transporte contínuos entre a África Ocidental, Central e Oriental.

259. Os preparativos para a execução dos estudos prévios de viabilidade estão em curso com o objectivo de lançar os estudos no início de 2009.

d. Transporte Marítimo

260. No domínio do transporte marítimo, a Comissão fez progressos na definição de um quadro político e está também a iniciar acções para desenvolver um mecanismo institucional adequado para a coordenação das actividades marítimas no continente. Os actuais desafios na garantia de um tratamento justo pelas grandes companhias marítimas internacionais, bem como protecção contra a pirataria, a pesca ilegal e poluição marinha, entre outros, são as principais preocupações da Comissão.

i. Revisão e Actualização da Carta Africana dos Transportes Marítimos

261. Realizou-se uma reunião de peritos em 14 e 15 de Outubro de 2008 durante a qual o projecto final da Carta, revisto em conformidade com as observações e recomendações da Conferência de Ministros dos Transportes de Argel, de Abril de 2008, foi analisado e adoptado pelos peritos.

262. O projecto de Carta finalizado foi enviado aos Estados Membros para comentários e parecer, e será submetido à aprovação da Conferência dos Ministros responsáveis pelos transportes marítimos.

ii. Criação de uma entidade para assegurar uma melhor coordenação continental em matéria de Transporte Marítimo

263. A Comissão concluiu os termos de referência da criação de uma entidade para assegurar uma melhor coordenação a nível continental e propor um quadro institucional adequado no qual as questões de desenvolvimento do subsector marítimo serão tratadas a nível continental, numa abordagem coerente. A estrutura pretendida deverá coordenar estratégias que permitem à África adaptar-se à nova ordem marítima que se baseia cada vez mais nos princípios da globalização, sobre os imperativos de segurança e as exigências de desenvolvimento sustentável.

264. Prevê-se que o Banco Africano de Desenvolvimento financie a elaboração deste estudo que será realizado nos princípios de 2009.

iii. *Assistência aos Estados Membros na implementação das convenções internacionais em matéria de Transporte Marítimo*

265. A Comissão ainda não pôde assegurar, devido a constrangimentos de recursos humanos e financeiros, a assistência às CER's e aos Estados Membros na implementação das convenções internacionais sobre a eficácia e segurança marítima. Esta assistência será iniciada em 2009.

1. **ENERGIA (CRISE ENERGÉTICA)**

a. **Estudo jurídico e institucional sobre a implementação de uma Estrutura Continental de Coordenação do Desenvolvimento de Grandes Projectos hidroeléctricos integradores em África**

266. Convém lembrar que a Primeira Conferência dos Ministros da União Africana responsáveis da energia eléctrica, realizada de 20 a 24 de Março de 2006 em Adis Abeba, Etiópia, fez as seguintes recomendações:

- Trabalhar em conjunto para desenvolver os recursos energéticos, incluindo hidroeléctricos, de África como uma das principais opções de energias renováveis para o desenvolvimento sustentável, integração regional, segurança energética assim como a erradicação da pobreza;
- Criar uma Comissão de Coordenação de desenvolvimento de grandes projectos hidroeléctricos integradores.

267. É neste quadro e com vista a cumprir as recomendações dos diversos seminários e mesas redondas dos parceiros de desenvolvimento sobre o financiamento de grandes projectos integradores, realizados nos últimos dois anos, que a Comissão realizou um estudo jurídico e institucional sobre a gestão de grandes projectos hidroeléctricos integradores de África, com vista ao estabelecimento de uma Estrutura Continental de Coordenação desses projectos.

268. O estudo pretende:

- a. fazer o inventário das boas práticas no domínio de grandes projectos integradores;
- b. definir o regime jurídico dos grandes projectos hidroeléctricos integradores, Africanos ;
- c. elaborar o quadro institucional, mais apropriado, para a implementação dos regulamentos jurídicos predefinidos na perspectiva de uma melhor gestão desses grandes projectos integradores

• ***Oficina de validação do estudo sobre os grandes projectos hidroeléctricos***

269. Após a conclusão deste estudo, a Comissão organizou de 26 e 28 de Novembro de 2008, em Adis Abeba (Etiópia), uma Oficina de validação, com o objectivo de informar os

principais intervenientes, examinar, analisar e emendar o relatório de estudo para elaborar um documento consensual e permitir a apropriação do estudo pelos participantes a fim de facilitar a sua posterior implementação. As conclusões desta oficina serão submetidas à próxima Conferência de Ministros Africanos responsáveis pela Energia. A Oficina elegeu uma Mesa composta pela Etiópia (Presidente), Togo (Vice-presidente) e Egipto (Relator). O seminário contou com a participação de peritos dos Estados Membros da UA, Comunidades Económicas Regionais (CER), Centros Energéticos Regionais, Instituições Especializadas do sector da Energia (Africanas e Internacionais), Bacias Fluviais e Lacustres e Parceiros de desenvolvimento.

270. A Oficina fez as seguintes recomendações à Comissão:

- Aprofundar a reflexão no que se refere ao quadro institucional e competências da estrutura de coordenação tendo em conta todos os parâmetros do quadro institucional da Comissão e evitar a invasão de competências entre a referida estrutura e outras instituições existentes (AFREC, Secretariado da NEPAD) e prever as modalidades de colaboração e os mecanismos de sinergia entre elas.
- Alargar a perspectiva do Estudo tanto no plano espacial como no conteúdo, adoptando um método inclusivo que possa ter em conta todas as partes interessadas e fundos documentais existentes e que conduz ao alargamento do campo de investigação com vista a fazer um estudo abrangente e juridicamente informado em matéria de gestão integrada dos recursos hídricos, bem como a integração de todas as Comunidades Económicas Regionais (CER), as Instituições Africanas Especializadas do sector da Electricidade, as Organizações de Melhoramento das Bacias Hidrográficas, bem como o BAD e a NEPAD, no leque de estruturas e instituições a consultar
- Extensão do domínio de competências da Comissão de Coordenação aos outros subsectores da energia (gás, petróleo, energias renováveis, etc.).

271. O sucesso da implementação desta Estrutura pode facilmente inspirar qualquer outro grande projecto de infra-estruturas, de carácter integrador.

b. Estudos conjuntos CUA/BAD sobre o sector dos hidrocarbonetos (Petróleo e Gás) em África nomeadamente sobre o impacto das flutuações dos preços do petróleo nas economias Africanas e as modalidades e mecanismos do Fundo Africano do Petróleo

272. O preço do petróleo tem oscilado nos últimos anos. A subida do custo do petróleo, representa um maná para os países produtores, e constitui um grande problema para os países importadores de petróleo, especialmente os países pobres. Isso tem um impacto negativo na balança de pagamentos, inflação, emprego, crescimento, investimentos, serviço da dívida, nível de vida das populações, etc.

273. Para este efeito, a Comissão e o Banco Africano de Desenvolvimento, lançaram um estudo conjunto abarcando por um lado, “o impacto dos preços elevados do petróleo e do gás natural nas economias Africanas” e, por outro, “o mecanismo de criação e de funcionamento de um Fundo Africano do Petróleo” para ajudar os países Africanos importadores de petróleo a conter os choques petrolíferos e facilitar o financiamento de suas importações de petróleo. Convém lembrar que os primeiros resultados desse estudo foram apresentados à Primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pelos hidrocarbonetos (petróleo e gás), no Cairo (Egipto), em 14 de Dezembro de 2006. As recomendações saídas dessa Conferência Ministerial foram aprovadas na Conferência da União Africana, em Janeiro de 2007, tendo sido solicitado à Comissão que finalizasse os estudos e apresentasse aos Estados Membros os resultados definitivos.

274. Os estudos acabam de ser concluídos e um seminário de validação desses resultados foi organizado pela Comissão de 10 a 12 de Dezembro de 2008 em Adis Abeba (Etiópia).

275. O principal objectivo do seminário foi, por um lado, familiarizar-se e adaptar-se ao modelo de simulação das flutuações dos preços do petróleo nas economias Africanas e, por outro lado, adoptar um roteiro para o estabelecimento e funcionamento do Fundo Africano do Petróleo destinado a ajudar os países importadores de petróleo a conter os choques petrolíferos.

276. A oficina contou com a participação de peritos dos Estados Membros da União Africana responsáveis das políticas e estratégias em matéria de hidrocarbonetos, e políticas e estratégias económicas e financeiras; Instituições Especializadas do sector: Comissão Africana de Energia (AFREC), a Associação dos Países Produtores de Petróleo (APPA), a Associação dos Países não Produtores de Petróleo (APNPP), etc., os peritos em questões de energia das Comunidades Económicas Regionais, Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Secretariado da NEPAD.

277. Os principais resultados desse seminário foram:

- A apropriação do modelo de simulação das flutuações dos preços do petróleo nas economias Africanas a fim de o explorar continuamente;
- A adopção de mecanismos e modalidades operacionais do Fundo Africano do Petróleo
- A adopção de um roteiro para a operacionalização do Fundo Africano do Petróleo

c. Relatório da Primeira Reunião Conjunta África-UE do Grupo de Trabalho dos Peritos sobre a Implementação da Parceria em Energia, 15-16 de Outubro de 2008, Adis Abeba, Etiópia

278. A Primeira Reunião Conjunta África-UE do Grupo de Trabalho de Peritos sobre a implementação do Plano de Acção da Parceria em Energia foi realizada aos 15 e 16 de Outubro de 2008, na sede da Comissão, em Adis Abeba, Etiópia.

279. A reunião foi realizada na sequência das conversações bem-sucedidas dos Comissários da UE para o Desenvolvimento, Sr. Louis Michel, e da Energia, Sr. Andris Piebalgs, com o Comissário da UA para Infra-estruturas & Energia, Dr. Elham M.A. Ibrahim, em Adis Abeba, em Setembro de 2008.

280. Do lado da UE, os participantes eram Peritos da Presidência da UE (França), a Delegação da União Europeia junto da União Africana, a Comissão Europeia e alguns Estados Membros da UE da equipa de implementação (Alemanha, Reino Unido, Áustria, Países Baixos, Suécia e República Checa). Do lado Africano, os participantes eram peritos da Comissão), as CER's (COMESA, CEEAC, UEMOA, e CEMAC), os Centros Energéticos Regionais (EAPP, PEAC e WAPP), as Instituições Especializadas (AFREC, UPDEA e AFUR), e cinco Estados Membros da UA que representam a Mesa da Conferência dos Ministros da Energia da UA: a África do Sul, o Congo, o Egipto, o Uganda e o Senegal.

281. O objectivo da reunião foi, entre outros, discutir a estrutura de governação da Parceria Energética, o mandato, a composição, as funções, responsabilidades e métodos de trabalho da Reunião Conjunta do Grupo de Peritos, bem como as comunicações sobre as principais actividades levadas a cabo pelas instituições da UA-UE em curso, no sector da energia e o Roteiro para a implementação do Plano de Acção da Parceria de Energia.

282. No contexto actual de procura global crescente de energia e preços elevados da energia, as duas partes sublinharam a importância de reforçar as formas de cooperação energética entre a UE e a África. Neste sentido, os especialistas identificaram as seguintes áreas prioritárias do Roteiro:

- Segurança energética, acesso à energia e Integração Regional;
- Energias renováveis e eficácia da energia;
- Maior acesso e maior investimento do sector privado,
- Diálogo África-UE sobre a política da energia e outras questões incluindo o reforço de capacidades, políticas, conhecimentos e transferência de tecnologias.

283. A próxima Reunião Conjunta de Peritos está prevista para finais de Fevereiro de 2009. O seu objectivo principal será adoptar o Roteiro da Implementação da Parceria Energética, bem como preparar a Reunião de Alto Nível do Diálogo África-UE sobre a Energia (Ministerial) e o Fórum da Parceria de Energia África-UE, envolvendo a sociedade civil, institutos de investigação e os sectores privados de ambos os continentes. Ambas as reuniões estão programadas para o segundo semestre de 2009 para fazer um balanço dos progressos alcançados na implementação da Parceria África-UE sobre a Energia, decidir sobre outras prioridades até 2010 e lançar debates sobre as prioridades para o período 2011-2013.

2. TELECOMUNICAÇÕES, CORREIOS E TIC

284. Desde a eleição do Sr. Hamadoun TOURE como Secretário-geral da UIT (União Internacional das Telecomunicações), em 2006, a cooperação entre esta Organização

internacional e o Grupo Africano tem sido altamente melhorada através de esforços dos Escritórios de Genebra. Foi estabelecido que as reuniões entre o Grupo Africano e o Secretariado da UIT devem ser regularmente organizadas, a fim de fomentar a comunicação e chamar a atenção do Grupo sobre questões altamente técnicas actualmente em discussão no âmbito da UIT. No decurso do presente semestre, realizou-se um seminário no qual participaram o Sr. TOURE e os seus principais colaboradores. Na sequência deste seminário foi solicitado o apoio dos países Africanos para as iniciativas lideradas pela UIT, os quais naturalmente foram convidados a apresentar projectos ao secretariado da UIT para financiamento. O dinamismo do Senhor TOURE é visto como um catalisador para a implementação do Memorando de Entendimento entre a UIT e a Comissão, que foi assinado em Novembro de 2005, em Tunes. A aplicação deste Acordo será certamente fundamental para o desenvolvimento das telecomunicações em África, ao mesmo tempo que contribui para o reforço da integração, a nível continental, através de projectos e acções acordadas.

285. O 24º Congresso da UPU (União Postal Universal), realizado em Genebra, durante o Verão de 2008, levou à adopção de uma estratégia denominada Estratégia de Nairobi, que será implementada durante os próximos quatro anos, permitindo à África beneficiar de um conjunto de projectos e programas que contribuirão para o desenvolvimento do sector postal em África. O Quénia assumiu a presidência deste Congresso, que deverá ser realizado em Nairobi, juntamente com o do órgão directivo da organização, durante o período 2009-2012. O Quénia também concordou em acolher a Conferência estratégica da UPU em 2010, em Nairobi. Convém que os países Africanos estreitem os laços com esta organização, a fim de identificarem parcerias mutuamente benéficas.

a. Projecto de rede Pan-africana de Serviços em linha para a Telemedicina e Tele-educação

286. Convém recordar que o projecto Pan-africano de serviços em linha (Rede Electrónica Pan-africana) é uma iniciativa do Governo da Índia, com o principal objectivo de criar uma rede Pan-africana de telecomunicações via satélite e fibra óptica para fornecer serviços de Telemedicina e Tele-educação e Comunicações Diplomáticas aos 53 Estados Membros da União Africana.

287. A Índia comprometeu-se a financiar o projecto até 501 milhões¹ de dólares para o fornecimento e instalação de equipamentos e softwares, aluguer de banda de satélite e cabo submarino de fibra óptica e exploração e manutenção da rede por um período de cinco (5) anos. Além disso, a Índia será encarregada de reforçar as capacidades através da formação de pessoal dos Estados participantes e honorários das universidades indianas que ministrarão cursos a 10.000 estudantes, 500 médicos e 1.000 enfermeiros.

288. As responsabilidades da União Africana, do Governo da Índia e dos Estados-Membros, que são as partes interessadas na execução do projecto são especificadas nos diversos acordos assinados para o efeito.

¹ Montante da oferta da Índia, o montante real actualizado não foi transmitido oficialmente à Comissão.

289. A assinatura dos Acordos em 2006 marcou o início da implementação efectiva do projecto cujas principais realizações em 31 de Outubro de 2008 são as seguintes :

- i) Compromisso dos Estados Membros de participar no projecto: a sensibilização dos Estados Membros e o seguimento da assinatura do Acordo de participação no projecto, foram realizados pela Comissão da União Africana e a Índia. Em 31 de Outubro de 2008, o Acordo de participação no projecto foi assinado por 60% dos Estados Membros da União ou seja os 32 seguintes Estados Membros: Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Comores, Congo, Cote d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Malawi, Maurícias, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Sierra Leone, Senegal, Seicheles, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Zâmbia, Zimbabué.
- ii) Instalação da Estação Terrena Hub: os trabalhos de instalação da estação terrena Hub (Estação Master) em Gandoul, Dacar, foram concluídos. A estação foi ligada por fibra óptica à Índia em Julho de 2008 e os ensaios técnicos e serviços de desenvolvimento foram decisivos
- iii) Instalação das Estações VSAT e outros equipamentos e software nos Estados Membros
 - Instalações e testes de VSAT concluídos e testes efectuados em 12 Estados membros;
 - Instalações de equipamentos de TIC concluídas em 9 Estados Membros
 - Instalações e testes dos equipamentos de Telemedicina e Tele-educação concluídos em 8 Estados ;
- iv) Instalação de estações VSAT e outros equipamentos e software.
- v) Escolha das Principais Universidades Africanas Regionais e 5 Hospitais Africanos Regionais Altamente Especializados. Uma universidade e um hospital universitário por região geográfica devem ser seleccionados numa base de apresentação de candidaturas. A 31 de Outubro de 2008 foram feitas as seguintes selecções :
 - 2 Hospitais: Hospital Ibadan, Nigéria e o Centro Hospitalar Universitário (CHU), em Brazzaville, Congo;
 - 3 Universidades: O Grupo da Universidade Kwame Nkrumah e da Universidade do Gana, Universidade Makerere no Uganda e a Universidade de Yaoundé I nos Camarões.
- vi) Selecção dos Hospitais e Universidades da Índia: a Índia assinou acordos com 5 universidades e 11 hospitais :

- vii) Estudos em curso sobre as tarifas dos serviços e sobre as modalidades e estruturas de gestão da rede para a África depois dos cinco anos de apoio da Índia;
- viii) A selecção dos cursos propostos pela Índia aos Estados Membros continua. A este respeito um programa de cinco cursos foi proposto pela Índia, que recentemente apresentou opções adicionais;
- ix) Planificação alvo de operacionalização: Serão envidados esforços para implementar a Rede Pan-africana de serviços on-line entre Janeiro e Março de 2009;
- x) Início dos serviços de Tele-educação em finais de Março de 2009 e consultas de Telemedicina entre Fevereiro e Março de 2009, dando prioridade à prestação de serviços de medicina interna, cardiologia, radiologia, neurologia e doenças infecciosas / VIH-SIDA, etc.

b. Harmonização das políticas e quadros regulamentares das Telecomunicações e Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), e do sector postal em África

290. A Segunda Conferência de Ministros Africanos Responsáveis pelas Comunicações e Tecnologia de Informação (CTI), realizada a 14 de Maio de 2008, no Cairo, Egipto adoptou recomendações sobre os seguintes pontos:

- A Governação da Conferência dos Ministros de CTI;
- O Quadro de referência para a harmonização das políticas e regulamentação das Telecomunicações/TIC em África;
- O Plano de Acção para o desenvolvimento dos serviços postais em África
- Os onze projectos emblemáticos do Plano de Acção Regional Africano para a Economia do Saber (PARAES)
- A criação de um Fundo das Técnicas de Informação e Comunicações (Fundo das TIC) antes de 2010

291. Em Sharm El Sheikh em Julho de 2008, o Conselho Executivo aprovou as conclusões da Segunda Conferência de Ministros de CTI, através da Decisão EX.CL/434 (XIII).

292. No quadro da implementação das conclusões da Conferência dos Ministros e da decisão do Conselho Executivo, um plano de implementação foi elaborado e apresentado à Mesa da Conferência de Ministros.

293. Enquanto aguarda a revisão e aprovação do Plano de Acção pela Mesa da Conferência dos Ministros, a Comissão deu início às actividades no âmbito do Plano de Acção da seguinte forma:

- i) Tradução e envio de todos os documentos pertinentes aos Estados, CER's, e Parceiros, indicando a sua contribuição esperada;
- ii) Elaboração de Termos de Referência para a implementação de acções prioritárias, incluindo o estudo dos modelos regionais de linhas de orientação, regulamentos e legislação de Telecomunicações e das TIC, em benefício das CERs;
- iii) Participação no processo de criação da Assembleia dos Reguladores Africanos das Telecomunicações e TIC;
- iv) Preparação da primeira reunião da Mesa da Conferência dos Ministros prevista para o primeiro trimestre de 2009.

III.3 INTEGRAÇÃO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS

1. IMPACTO DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E QUESTÕES GERAIS PREOCUPANTES

a) Redução dos Riscos de Calamidades

294. Reconhecendo o risco de calamidades no continente, a Comissão tem acompanhado com grande interesse o desenvolvimento e implementação da Estratégia de Redução de Riscos de Calamidades através do reforço de capacidades, tanto a nível regional como nacional. O apoio prestado pela Estratégia Internacional para a Redução de Riscos de Calamidades é visto com profundo apreço e espera-se que essa parceria seja reforçada nos próximos anos.

b) Monitorização Africana do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (AMESD)

295. A Comissão está a acolher o Controlo Africano do Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, financiado pela União Europeia através do FED9. Este projecto pretende dotar os decisores com informações fiáveis, oportunas e rigorosas sobre a disponibilidade e qualidade dos recursos, através da detecção atempada da falta de água e alimentos e fazer uma melhor avaliação do impacto das políticas e outras medidas de intervenção sobre a sustentabilidade ambiental.

c) A Iniciativa da Grande Muralha Verde para o Sahara e o Sahel

296. O programa da União Africana sobre a Grande Muralha Verde para o Sahara e o Sahel está a ser implementado com compromisso renovado com a análise plena dos potenciais benefícios desta iniciativa tanto em termos de gestão sustentável do ambiente como da melhoria das condições de vida nas zonas rurais e nas zonas áridas e semi-áridas de África. Um projecto de plano de acção harmonizado foi elaborado em

colaboração com a Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos (CEN-SAD) e com uma contribuição do Senegal.

297. Os objectivos da Grande Muralha Verde para o Sahara e o Sahel estão a ser complementados através da implementação de duas redes de programas temáticos (TPN3 e TPN6) executadas, respectivamente, por UA/IBAR e UA/SAFGRAD) no contexto do combate à desertificação. São nomeadamente (TPN3) Projecto Ambiental da Pecuária e Vida Selvagem em Terrenos Áridos (DLWEIP) a ser executado pela União Africana - Escritório Inter-africano para os Recursos Animais (UA/ IBAR).

298. Um documento separado sobre esta questão importante é submetido à presente Sessão do Conselho

d) Programa de Gestão integrada de Fouta Djallon

299. O Gabinete de Coordenação da CUA de Fouta Djallon, em Conacry, Guiné, está a trabalhar com os Estados Membros, Instituições Africanas, sociedade civil e parceiros de desenvolvimento no sentido de promover a sensibilização e acções-piloto que irão inverter o processo de degradação nas Terras Altas de Fouta Djallon e outras terras de água de África, a fim de melhorar a vida dos povos Africanos, através de uma gestão sustentável dos solos e recursos hídricos em África. As consultas de peritos regionais sobre a criação de um observatório regional para o acompanhamento dos recursos naturais das Terras Altas de Fouta Djallon já se encontram num estágio adiantado. O Escritório também está a colaborar com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e outros parceiros para desenvolver novas iniciativas para a protecção dos recursos naturais das Terras Altas de Fouta Djallon.

300. Uma Oficina regional foi planeada para meados de Dezembro de 2008 para reforçar a coordenação e a criação de sinergias entre os diversos actores que operam nas Terras Altas de Fouta Djallon e nas áreas circunvizinhas. Espera-se que um quadro formal para a colaboração e cooperação nas Terras Altas de Fouta Djallon e Extensões resulte deste evento.

e) Integração da Conferência Ministerial dos Ministros Africanos do Meio Ambiente (AMCEN) e da Conferência Africana sobre a Água (AMCOW) nas estruturas da CUA

301. As funções e o estatuto do Conselho Ministerial Africano sobre a Água e o seu órgão homólogo do Conselho Ministerial Africano sobre o Meio Ambiente precisam ser reforçados com vista a transformar esses órgãos num Comité Técnico Especializado da Comissão.

302. A determinação da Comissão no reforço da capacidade da África de mitigar e adaptar as alterações climáticas está consubstanciada no Programa do Clima para o Desenvolvimento em África (CLIMDEV-ÁFRICA) que está a ser elaborado em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África. ClimDev-África é um passo essencial na via para garantir que a adaptação às alterações climáticas em África seja tanto oportuna como eficaz, e

esteja plenamente integrada no processo de desenvolvimento. Estão em curso preparativos abrangentes para garantir uma participação efectiva do Grupo da África, em todas as negociações sobre as alterações climáticas para a Cimeira de 2009 sobre as Alterações Climáticas a realizar em Argel.

303. As iniciativas acima referidas serão complementadas com a implementação de um programa de Reforço de Capacidades de um Acordo Multilateral do Ambiente da UE, a ser acolhido pela Comissão. Este programa visa especificamente reforçar as capacidades dos países ACP nas negociações ambientais.

f) **Gestão dos recursos Florestais**

304. A utilização sustentável dos vastos recursos hídricos do continente continua a merecer a atenção da Comissão. Estão a ser envidados esforços para reforçar as Organizações de Rios e Bacias Hidrográficas já existentes e apoiar a criação de novas. As capacidades das Organizações das bacias estão a ser reforçadas com o apoio da Comissão, em colaboração com os outros parceiros bilaterais e multilaterais.

g) **Gestão de Recursos Hídricos**

305. Na sequência da Decisão de Sharm El-Sheikh sobre Água e Saneamento aprovada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, no Egipto, em Julho de 2008, a Comissão, em concertação com os principais parceiros da União Africana, incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Económica para a África e a Agência das Nações Unidas para o Ambiente, tem tomado as medidas necessárias para acelerar a implementação da Decisão.

III.4 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MERCADOS E DE ACTIVOS FINANCEIROS

a) **A crise financeira**

306. O mundo está actualmente a atravessar uma crise financeira sem precedentes desde a dos anos 29-30. Esta crise, originada dos créditos hipotecários nos Estados Unidos, estendeu-se, em virtude da globalização, como um rastilho em todo o planeta. A crise foi primeiramente financeira antes de ser económica e social. A África tem sido relativamente poupada do aspecto financeiro desta crise, devido à sua fraca ligação à globalização financeira.

307. No entanto, ela não pôde escapar à crise económica e social que gerou a crise financeira. E por boas razões, a África está indexada à globalização comercial e produtiva através da exportação de matérias-primas agrícolas, energia e mineração. Na verdade, a crise económica ao provocar uma recessão económica nos países industrializados, irá de facto conduzir a um declínio na procura de matérias-primas do continente Africano, que parece ser o principal fornecedor. Esta terá, sem dúvida, nos próximos meses, efeitos concretos sobre a economia dos países Africanos os quais serão avaliados pela diminuição drástica do investimento, consumo, poupança, e nível geral de emprego...

308. Além disso, a África conhecerá, sem dúvida, uma redução ou extinção das principais fontes de financiamento externo de que beneficia e uma redução da sua capacidade de satisfazer a dívida externa, e os desafios ligados à realização dos ODM. A África, por isso, não poderá ficar indiferente a esta crise que ela não contribuiu para criar, mas que deve enfrentar. Assim, para permitir que os nossos países possam travar os efeitos nefastos desta crise e para lhes fornecer os meios para que no futuro possam antecipar, uma crise desta natureza, a Comissão, em estreita colaboração com o BAD e a CEA, realizou em Tunes (Tunísia) a 12 de Novembro de 2008 a Conferência Extraordinária dos Ministros Africanos da Economia e das Finanças e dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos. Após um exame teórico e prático de todos os contornos desta crise, a Conferência pôs em evidência os seus efeitos negativos nas economias Africanas e identificou as principais pistas a explorar para não apenas conter os choques exógenos devido à crise, mas também prever no futuro, o surgimento de crises desta natureza. As principais recomendações da Conferência de Tunes estão contidas num Comunicado já disponibilizado aos Estados Membros.

309. Todos nós verificamos que a África não participou na reunião do G20 realizada em Washington em 21 de Novembro de 2008. O motivo para a ausência da África reside, ao que parece, na sua fraca participação no desenvolvimento da economia global. Por um lado, este argumento tem significado na medida em que as variáveis que sustentam a própria existência das supostas instituições que regulam o funcionamento do sistema monetário e financeiro internacional são essencialmente do domínio económico. Por outro lado, podemos desenvolver outro argumento de que a África é uma parte integral de assembleias constituintes do planeta, tem o direito e o dever de contribuir para a definição de novas regras do jogo da reforma da arquitectura monetária e financeira internacional, mesmo que o seu peso económico seja baixo. A gestão dos assuntos mundiais exige a participação de todos, em nome do princípio da igualdade e da solidariedade entre os Povos e entre as Nações.

310. Na perspectiva de uma eventual participação da África na próxima reunião dos G20, que se realizará em Londres em Abril de 2009, a Comissão, em cooperação total com o BAD e a CEA, realizou a 16 de Janeiro de 2009, uma reunião do Comité dos dez (5 Ministros da Economia e das Finanças e 5 Governadores dos Bancos Centrais Africanos) recomendada pela Conferência de Tunes, na África do Sul. No final dos seus trabalhos, o Comité dos Dez aprovou um relatório que será submetido à consideração da Conferência. Este documento poderá servir como referência à delegação Africana para defender os interesses dos nossos países e do nosso continente durante a próxima reunião dos G20.

311. A crise financeira e a situação económica envolve todos os líderes Africanos e constitui para eles um convite para:

- Acelerar o processo de integração económica e política da nossa região e do nosso continente;
- Reabilitar o papel do poder público na gestão das nossas economias; papel que se tornou obsoleto desde os anos 80 através de programas de ajustamento estrutural da Bretton Woods
- Rever a política de ajuda ao desenvolvimento, em virtude da sua actual ineficácia;

- Acelerar o estabelecimento de instituições financeiras, nos termos do artigo 19 do Acto Constitutivo;
- Apoiar a Comissão nos seus esforços para a criação da Bolsa Pan-africana de Valores.
- Voltar a capitalizar, se for necessário, as instituições bancárias e financeiras a nível nacional, regional e continental, para torná-las imunes aos efeitos nocivos dos produtos financeiros.

b) Implementação de um Programa Mínimo de Integração

312. O Programa Mínimo de Integração (PMI) é uma abordagem escolhida pela Comissão não só para acelerar o processo de integração regional e continental, mas também para dar mais visibilidade ao processo. Este programa mínimo abrange um período de quatro anos que cobre o plano estratégico da União Africana. Esta ligação com o plano estratégico reveste o interesse de poder avaliar a implementação da Agenda Mínima para a Integração, paralelamente ao plano estratégico, e fazer os ajustes necessários em função dos resultados alcançados e novos constrangimentos colocados pela evolução internacional. O Programa Mínimo de Integração tem três fases que se manifestam como se segue:

- i) Na primeira etapa situam-se todos os projectos regionais e continentais, cuja implementação preenche uma necessidade urgente de integração:
 - A livre circulação de pessoas, capitais, bens e serviços
 - A criação da união aduaneira regional ou mercado comum
 - A harmonização das estatísticas sobre a união económica e monetária
 - O advento da moeda única Africana da democracia
 - A criação de um sistema continental de telecomunicações
 - A implementação de infra-estruturas físicas a nível regional e continental, etc.
- ii) Na segunda etapa estão todos os projectos prioritários para cada CER, em função dos progressos alcançados em relação às seis fases previstas no Tratado de Abuja
- iii) Na terceira etapa, há projectos inter-CER's que visam harmonizar as políticas destas no contexto da arquitectura de integração continental. A Cimeira tripartida que reuniu a Comunidade da África Oriental (EAC), COMESA e SADC em 22 de Outubro de 2008, em Kampala, Uganda ilustra de forma edificante as actividades dessa terceira vertente.

313. O programa aprovado pelos órgãos competentes está a ser desenvolvido em estreita colaboração com as CER's. Logo que esteja finalizado, servirá de roteiro na condução do processo de integração regional e continental. Os projectos ou programas identificados no âmbito de cada nível impor-se-ão a todas as partes envolvidas na implementação da arquitectura de integração regional e continental nomeadamente: Estados Membros, CER, a Comissão, BAD, CEA e todos os parceiros de desenvolvimento do nosso continente.

c) Estabelecimento do Banco Africano de Investimento (BAI), do Fundo Monetário Africano (FMA) e do Banco Central Africano (BCA)

314. Para mera informação, deve-se lembrar que a criação destas três instituições financeiras resulta do artigo 19 do Acto Constitutivo da UA. Desde o lançamento da União Africana em 2002 em Durban (África do Sul), e a adopção dos seus órgãos em 2003 na Cimeira de Maputo (Moçambique), a Comissão está pronta para concretizar o conteúdo deste artigo 19. Assim, embora se tenham registado progressos tangíveis, muito fica ainda por fazer. A maior parte dos constrangimentos até então identificados residem no grupo dos Estados-Membros designados pelos Chefes de Estado e de Governo para acolher estas instituições financeiras:

i) Banco Africano de Investimentos (BAI)

315. A nível desta instituição, a Comissão gostaria de registar com grande satisfação que foram realizados progressos substanciais, devido à vontade política expressa constantemente por parte das autoridades da Grande Jamahiriya Árabe Líbia, de auxiliar a Comissão da UA. Com efeito, as autoridades competentes desse país, após a assinatura do protocolo de acordo com a Comissão, colocaram de imediato um edifício, novo e com equipamentos adequados, à disposição do Comité Técnico de Pilotagem, conforme estipulado no protocolo de acordo a fim de lhe permitir exercer as suas funções. A Comissão contratou peritos que estão em função desde Junho de 2008. O comité técnico de pilotagem do BAI, sob a liderança do Governador do Banco Central da Líbia, que fornece orientações gerais, já elaborou o projecto de protocolo que deve reger o funcionamento quotidiano do futuro BAI. O projecto de protocolo foi analisado pelos Ministros Africanos da Economia e das Finanças, numa Conferência extraordinária realizada em Adis Abeba (Etiópia), em 14 de Janeiro de 2009. Os outros documentos de base do BAI estão a ser elaborados. A Comissão tenciona submetê-los à consideração dos órgãos de decisão da UA por ocasião da Cimeira de Julho de 2009.

316. Além disso, a Comissão gostaria de exortar as autoridades da Grande Jamahiriya Líbia a continuar a apoiar o comité de pilotagem no exercício das suas funções a fim de lhe permitir conduzir a execução do seu mandato, dentro dos prazos estabelecidos nos seus termos de referência.

ii) Fundo Monetário Africano (FMA)

317. Aqui, o ritmo de implementação foi significativo devido à vontade política expressa pelos Camarões, país anfitrião dessa instituição para rubricar o Protocolo de Acordo em 24 de Abril de 2008 e, finalmente assinar em Julho à margem da cimeira de Sharm El-Sheikh. Desde a assinatura do Protocolo de Acordo, em Sharm El-Sheikh, as autoridades camaronesas não responderam às várias cartas que a Comissão lhes dirigiu a chamar a atenção para a necessidade urgente da implementação do referido Protocolo. Através dessas correspondências, a Comissão sublinhou a necessidade urgente de dotar o Comité Técnico Directivo do FMA de instalações e equipamentos que lhe permitam elaborar todos os projectos de textos que criam a instituição de acordo com os prazos definidos. O Comissário para os Assuntos Económicos manteve contactos informais com

os Ministros competentes na matéria, e exortou-os a tomarem todas as disposições necessárias sobre a questão que não registou nenhum progresso desde então. Gostaria de aproveitar da presente oportunidade para exortar as autoridades dos Camarões a honrarem os seus compromissos contidos no Protocolo de Acordo.

318. A Comissão gostaria, por conseguinte, de convidar os Estados Membros que desejam acolher instituições da UA a proporcionarem todas as oportunidades possíveis para facilitar a sua implementação nos prazos exigidos.

iii) Banco Central Africano (BCA)

319. O processo de criação desta outra instituição enfrenta também dificuldades. O projecto de Protocolo de Acordo para a constituição do Comité Técnico Directivo foi assinado apenas a 25 de Novembro de 2008, após vários apelos às autoridades da República Federal da Nigéria. Este documento está à espera de ser assinado por ambas as partes (Nigéria e Comissão), para ser implementado. A Comissão deseja receber da Nigéria as informações relativas à data da assinatura do Protocolo de Acordo.

320. Note-se, entretanto, que as autoridades da Nigéria identificaram um edifício, visitado pela delegação da Comissão e que prometeram pôr à disposição do Comité Técnico Directivo. Também, as autoridades da Nigéria, são exortados a facilitar o processo de criação do Banco Central Africano, cuja principal tarefa será cunhar a moeda única Africana, símbolo, por excelência, da soberania e da unidade do nosso continente.

d) A Carta Africana da Estatística

321. De acordo com a sua missão de apoiar o processo de integração Africana, a Comissão procurou, através da sua Unidade de Estatística, definir, em colaboração com as outras partes interessadas do sistema estatístico Africano, o quadro de regulação das estatísticas em África e fornecer dados consistentes, harmonizados e disponíveis em tempo real.

322. A Comissão congratula-se com o facto de, após laborioso trabalho, o projecto da Carta Africana de Estatística ter sido subscrito por todos os estatísticos Africanos e parceiros de desenvolvimento para regular a actividade estatística em África e servir como uma estratégia para o desenvolvimento de estatísticas e código de referência de ética profissional e de boas práticas para o exercício da profissão de estatístico em África. O projecto de Carta foi posteriormente adoptado pelos Ministros Africanos da Economia e das Finanças, em Abril de 2008, antes de ser submetido a uma revisão por parte dos Ministros Africanos da Justiça, em Novembro de 2008. A Carta Africana de Estatística é agora submetida à análise da presente Sessão da Conferência. A Carta, uma vez aprovada, será, sem dúvida, um instrumento jurídico de promoção da estatística de todos os membros do sistema estatístico Africano.

323. A Comissão elaborou o mecanismo de implementação da Carta, com vista a estabelecer as condições para uma melhor coordenação estatística na África e proporcionar dados harmonizados de qualidade. Este mecanismo identifica os actores do sistema estatístico Africano e clarifica as suas respectivas funções, define os órgãos de

coordenação estatística em África e respectivos termos de referência e desenvolve uma estratégia harmoniosa para a operacionalização da Carta. O mecanismo de coordenação para a implementação da Carta estabelece as bases para uma melhor coordenação da actividade estatística e o início do verdadeiro processo de harmonização estatística em África.

324. A definição do mecanismo de implementação da Carta Africana de Estatística tem sido associada à realização de um estudo de viabilidade para a criação de um Fundo Africano de Estatística. A questão do financiamento é crucial para o desenvolvimento estatístico, é necessário ponderar formas e meios que permitem remover barreiras financeiras para facilitar a implementação da Carta e definir os impactos positivos significativos no sistema estatístico Africano. O fundo estatístico contribuirá para elevar o nível da estatística em África.

325. A Comissão tenciona lançar em Janeiro de 2009 um Anuário Estatístico de dados económicos e financeiros dos países Africanos. Esta publicação poderá informar não só os indicadores de convergência de primeira ordem, mas também outros indicadores macroeconómicos e de recursos financeiros necessários para clarificar a realização do processo de integração e a criação da moeda única Africana. Um banco de dados, designado AUSTAT foi concebido com base em mais de 700 indicadores sobre todos os aspectos da integração Africana.

326. O principal objectivo da actividade estatística é disponibilizar estatísticas elaboradas, validadas e certificadas pelos Estados Membros para as necessidades das políticas e programas da UA. Até à concretização deste processo e para satisfazer as necessidades diárias e evitar a exploração de dados discordantes que não levam em conta os padrões/normas comuns e das deontologias estatísticas da África, a Comissão comprometeu-se a realizar a recolha e a avaliação de dados secundários compilados pelas CER's. Alguns dados sobre a demografia, comércio exterior e finanças já estão disponíveis. A Comissão tem participado em todas as actividades organizadas a nível continental pelas instituições Pan-africanas (ACBF, CEA e BAD, em particular), bem como nas realizadas por organizações regionais (AFRISTAT, CEDEAO). Ela também estabeleceu relações com Parceiros Técnicos e Financeiros, nomeadamente a União Europeia (através do EUROSTAT) e a Parceria para o Desenvolvimento da Estatística no Século XXI (PARIS21).

e) Fontes alternativas do financiamento da UA

327. As Instituições Financeiras referidas no Acto constitutivo da UA prefiguram a importância das novas necessidades, com recursos muito mais substanciais e regulares a mobilizar para a execução de programas regionais e continentais. O mecanismo de financiamento actual das actividades da UA, em grande parte dependente das contribuições estatutárias dos Estados Membros e das contribuições dos parceiros ao desenvolvimento, tem muitas deficiências. A dimensão dos desafios destaca a necessidade de se repensar todo o sistema financeiro herdado da OUA, na perspectiva de um sistema mais eficiente, mais autónomo em relação à ajuda internacional e menos dependente das limitações orçamentais dos Estados Membros. Daí a necessidade de encontrar vias alternativas de financiamento para garantir à UA, recursos consensuais,

realistas e fiáveis, cuja aplicação deverá dotar a UA de um financiamento em conformidade com as suas ambições. O objectivo da acção consiste em permitir que a UA seja autónoma em relação às suas fontes tradicionais de financiamento, o que lhe permitirá implementar de forma eficaz e eficiente os seus programas regionais e continentais

328. Tal como reflectido no documento submetido às presentes sessões sobre a questão, vários estudos foram realizados, que propõem fontes alternativas de financiamento para a União Africana, de uma forma mais sustentável nomeadamente, (i) o imposto sobre as importações, (ii) o imposto sobre as apólices de seguro, (iii) o imposto sobre as viagens internacionais, (iv) o imposto sobre as exportações com base na estrutura das exportações dos Estados (v) o imposto sobre a exportação de hidrocarbonetos (vi) o imposto de turismo, e (vii) a mobilização de recursos através do sector privado. Várias propostas foram apresentadas para consideração dos peritos dos Estados Membros, posteriormente à Conferência dos Chefes de Estado e de Governo que solicitou que fosse realizado um debate mais aprofundado para determinar o impacto de cada proposta nas economias dos Estados Membros e a avaliação da viabilidade e sustentabilidade de cada proposta, como outras fontes de rendimento para a União Africana. Um relatório actualizado do estudo foi submetido a uma reunião de peritos dos Ministérios da Economia e das Finanças, em 11 e 12 de Janeiro de 2009 e as recomendações adoptadas pelos Ministros da Economia e das Finanças durante a sua reunião extraordinária de 14 de Janeiro de 2009 em Adis Abeba, Etiópia, são submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos.

329. Os resultados do recente estudo realçaram que seis das oito propostas são viáveis e que têm um impacto limitado nas economias dos Estados Membros. Trata-se de: (i) o imposto sobre importações, (ii) o imposto sobre as apólices de seguro, (iii) o imposto sobre as viagens internacionais, (iv) o imposto sobre as exportações com base na estrutura das exportações dos Estados (v) o imposto sobre a exportação de hidrocarbonetos, e (vi) a mobilização de recursos através do sector privado. No entanto, o imposto de importação pode ser aplicado apenas a longo prazo, uma vez reunidas as condições da implementação.

f) Plano de acção para o desenvolvimento das microfinanças em África

330. O acesso aos serviços financeiros através das microfinanças, reforça a capacidade dos pobres de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) pelos seus próprios meios e de forma sustentável. Permite aos pobres aumentar e diversificar os seus rendimentos para melhorar suas vidas. Este objectivo do microfinanciamento é consistente com um dos objectivos da UA de promover a cooperação e o desenvolvimento em todas as esferas da actividade humana para elevar o nível de vida dos povos Africanos. Essa acção é realizada no quadro dos esforços desenvolvidos pela União Africana para desenvolver microfinanças, num contexto mais amplo do crescimento económico do continente e esforços para reduzir a pobreza e a miséria em África. O objectivo desta acção consiste em permitir que a UA tenha um roteiro e um plano de acção claro para o desenvolvimento de microfinanças em África.

331. Um estudo sobre a elaboração de um roteiro e de um plano de acção para o desenvolvimento de microfinanças em África foi feito durante o primeiro semestre de 2008. O estudo foi validado num seminário que reuniu 27 peritos em microfinanças, nomeadamente representantes de instituições de microfinanças e organismos de regulação provenientes das cinco regiões do continente. O seminário foi realizado em Dakar, Senegal, em 30 e 31 de Julho de 2008. As recomendações do seminário devem ser analisadas pelos Ministros da Economia e das Finanças durante a sua reunião extraordinária de 14 de Janeiro de 2009 em Adis Abeba, Etiópia.

332. A etapa seguinte das actividades no âmbito desta acção é a apresentação do roteiro e do plano de acção para o desenvolvimento de microfinanças em África, aos órgãos de deliberação da União Africana.

III.5 INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DE PRODUÇÃO

1. AGRICULTURA (CAADP, CRISE ALIMENTAR)

333. Com o mandato de promover o desenvolvimento agrícola do continente Africano, para garantir o crescimento sustentável e melhoria das condições de vida para a população com o apoio de boa gestão do ambiente e dos recursos naturais, a Comissão implementou vários programas e actividades sob a sua competência e em conformidade com o Programa Alargado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) e os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). A importância do sector agrícola para os países Africanos não pode ser subestimada. A agricultura domina as economias da maioria dos países Africanos no que respeita à sua contribuição para o PIB, emprego e exportações. Num futuro próximo, a agricultura continuará a ter o maior impacto na segurança alimentar e redução da pobreza e continuará a ser o principal motor do crescimento económico.

i. Preços Elevados dos Alimentos

334. Ao longo dos últimos 10 anos, há indícios de um crescimento mais sustentado e mais rápido no sector da agricultura, com cerca de uma dúzia de países que cresceram a taxas anuais de 5% ou mais entre 2003 e 2005. No entanto, a crise global dos Preços Elevados dos Alimentos ameaça inverter os ganhos obtidos ao longo dos últimos 10 anos. Em 2006, o Índice de Preços dos Alimentos da FAO aumentou 8 por cento, e em 2007 mais 24 por cento. Nos primeiros três meses de 2008, o índice médio foi 53 por cento, superior ao do mesmo período em 2007. Este aumento dos preços dos alimentos tem sido rápido, sustentado e em todos os principais produtos agrícolas. Os seus impactos podem ser sentidos tanto a nível macroeconómico, como doméstico e da segurança alimentar.

335. A África é uma das regiões mais afectadas pela crise alimentar mundial. Os países Africanos geralmente são importadores de alimentos, o que sugere que os aumentos dos preços dos produtos alimentares levaram a uma perda significativa dos seus termos de comércio. Além disso, os alimentos normalmente representam uma grande parte do índice de preços ao consumidor na maioria dos países Africanos; por isso a subida dos preços dos alimentos levará ao aumento da pressão inflacionária. Prevê-se que a inflação global em África aumente de 6,3 por cento em 2007 para 7,5 por cento em 2008, devendo mais

de 10 países ter taxas de inflação de dois dígitos. Devido ao aumento dos preços dos alimentos, a situação da balança de pagamentos deteriorou-se fortemente em muitos países Africanos.

336. Os preços mais elevados dos alimentos também prejudicarão a luta contra a fome, tendo as famílias cada vez mais dificuldades para terem acesso aos alimentos. Os grupos da população mais vulneráveis à subida dos preços dos produtos alimentares são aqueles que são compradores de alimentos a retalho, gastam uma grande parte do seu rendimento em alimentos e têm poucos meios ao seu dispor. Esses grupos incluem os pobres urbanos, os rurais sem terra, pastores e muitos agricultores de pequena escala e agro-pastoris. Para as famílias vulneráveis, os preços mais elevados terão um impacto imediato na quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos. Eles reduzirão o número de refeições, reduzirão a quantidade das refeições e reduzirão as despesas em cuidados de saúde e educação e venderão activos.

ii. Busca de uma Solução para a crise alimentar através da implementação do CAADP

337. Os Estados Membros da UA estão a abordar a Crise da Subida dos Preços dos Produtos Alimentares através da implementação do Programa Alargado de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP). O quadro de CAADP aborda opções de crescimento a longo prazo e emergências a curto prazo, como a Crise da Subida dos Preços dos Produtos Alimentares. Em resposta à crise alimentar, a UA/NEPAD criou uma equipa de trabalho conjunta com parceiros tais como FAO, PAM, FIDA e Banco Mundial para missões conjuntas com vista a abordar a crise alimentar de forma coordenada. Até agora já houve missões conjuntas em 12 países.

338. No quadro da implementação do CAADP, mais de duas dezenas de países, sob a liderança de duas das CER's, ou seja, COMESA e CEDEAO, estão altamente envolvidas na melhoria de políticas sectoriais, desenvolvendo programas de investimento, e estabelecendo as parcerias e alianças necessárias à execução bem-sucedida da agenda do CAADP para alcançarem as suas metas anuais de 6% na taxa de crescimento agrícola e 10% das parcelas do orçamento agrícola. Para promover a agenda do CAADP, a Comissão organizou duas reuniões de alto nível à margem das reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2008 e à margem das Reuniões do Banco Mundial/FMI, em Outubro de 2008, respectivamente. Estas reuniões incluíram o Presidente da Comissão, os Ministros da Agricultura da UA e outros altos funcionários dos parceiros de desenvolvimento. Nessas reuniões os Estados Membros comprometeram-se a acelerar a conclusão do processo da Mesa Redonda e assinar os pacotes do CAADP nos seus respectivos países. As reuniões propuseram a realização de uma reunião a nível de Chefes de Estado e de Governo para lançar parcerias globais e adoptar mecanismos de financiamento para a execução acelerada da agenda do CAADP, incluindo a criação de um Fundo Fiduciário para financiar as actividades a nível dos seus pilares. Exortou os doadores a disponibilizar recursos financeiros para preencher as lacunas financeiras para a produção agrícola de 2008/2009 no que respeita à introdução de adubos e sementes para atenuar o impacto da crise alimentar.

iii. Quadro de Política Fundiária

339. O direito de acesso à terra é fundamental para garantir a segurança alimentar, e é neste contexto que a Comissão, numa iniciativa conjunta com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) está a desenvolver um Quadro de Política Agrária Pan-africana e Orientações para ajudar os Estados Membros a levar a cabo e aproveitar reformas da política agrária para reforçar os direitos à terra, aumentar a produtividade e garantir meios de subsistência. Neste sentido, foram realizadas avaliações e consultas regionais em cada uma das cinco sub-regiões da África que destacam as iniciativas existentes e os ensinamentos que podem enriquecer o quadro. Foi desenvolvido um Projecto de Quadro e Orientações sobre a Política Agrária em África.

iv. A Iniciativa da Política Pastoril

340. Reconhecendo a importância e as necessidades específicas das comunidades pastoris em África, a Comissão, em parceria com o Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (UNOCHA) está a liderar a Iniciativa Política Pastoril Pan-africana. O objectivo é desenvolver um quadro político que ajudará na promoção dos processos de desenvolvimento que satisfaçam as necessidades das comunidades pastoris em África, em parceria com os pastores, as suas organizações e as outras partes interessadas.

v. Combate à Gripe Aviária

341. Desde o 1º surto de gripe das aves em África, a União Africana - Escritório Inter-Africano para Recursos Animais (IBAR), liderou uma iniciativa continental para o controlo da doença através do **Programa de Apoio para Planos de Acção Nacionais Integrados (SPINAP)**. O projecto do SPINAP visa fornecer apoio financeiro e técnico a fim de permitir aos países Africanos estabelecer e reforçar os seus planos nacionais de preparação e de resposta à emergência. Foi mobilizada a quantia de 22.6M € através deste projecto destinado a todos os países da ACP. Os fundos já foram disponibilizados a 12 países que cumpriram plenamente os requisitos do projecto. Outros 20 países já preencheram os requisitos e os financiamentos foram aprovados, e aguarda-se o desembolso.

vi. Erradicação da Peste bovina e das outras doenças animais

342. A UA-IBAR está a implementar a **Unidade de Erradicação e Controlo da Peste Bovina do Ecossistema da Somália (SERECU)**. Este projecto é dedicado à erradicação definitiva da doença da África. Suspeita-se que os últimos focos da doença estejam no ecossistema da Somália. Os esforços estão agora centrados em comprovar a inexistência da doença, proteger contra o ressurgimento e conseguir a acreditação da OIE da erradicação da doença, o que marcará o fim da peste bovina em África.

343. A UA-IBAR está também a executar o Programa de Desenvolvimento Pastoril do Nordeste (NEPDP) financiado pela USAID no Norte do Quênia. O programa NEPDP visa identificar formas de aumentar o rendimento do agregado familiar dos pastores, abordando três principais constrangimentos enfrentados pelos pastores no que respeita

ao acesso a mercados e serviços veterinários. O programa através de uma intervenção orientada para estes constrangimentos vem alcançando benefícios concretos e obtido ensinamentos úteis sobre a programação pastoril. Através da oferta de laboratórios móveis e facilitação de ligações entre os prestadores de serviços de saúde animal dos sectores público e privado, conseguiu que a doença e a resposta a surtos melhorassem significativamente.

vii. Combate às ervas parasitas

344. Para melhorar a segurança alimentar, a UA/Centro de Investigação e Desenvolvimento de Cereais em Zonas Semi-áridas no Burkina Faso tem estado a colaborar com instituições regionais e internacionais de investigação e parceiros no sentido de tornar acessíveis os resultados da investigação em vários países da África Ocidental sobre o controlo e erradicação de plantas daninhas parasitárias especialmente a *Striga hermonthica*. As principais realizações do programa incluem uma ampla difusão de variedades de milho tolerantes e tecnologias agrárias para mitigação dos efeitos da *Striga* na produtividade do milho e outros cereais em áreas semi-áridas dos países participantes. Outras actividades incluem o escalonamento das estratégias de gestão das colheitas, da água e dos nutrientes na bacia do Volta através de uma metodologia mais eficiente de informação e mecanismos de divulgação.

viii. PATTEC

345. O papel do Gabinete de Coordenação da Campanha Pan-africana de Erradicação da Mosca Tsé-tsé e da Tripanossomiase (PATTEC) na mobilização, organização e coordenação das acções que visam a erradicação da Tripanossomiase está a tornar-se consolidado e apreciado. Sob a coordenação da Comissão e com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, várias actividades estão sendo desenvolvidas para reforçar os esforços dos países afectados, com o objectivo de erradicar a tripanossomiase. A implementação do programa do Banco Africano de Desenvolvimento de apoio do PATTEC em seis países (Etiópia, Quénia, Uganda, Burkina Faso, Gana e Mali) entrou no terceiro ano e está agora plenamente em curso e em franco progresso.

346. Foram realizadas amplas consultas com os governos dos países da região da África Central (Angola, Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial e Gabão) sobre a implementação de PATTEC. Vários seminários técnicos de planeamento para discutir os detalhes das propostas de projectos em vários países da região foram organizados pelo Gabinete de Coordenação de PATTEC. Foram elaboradas quatro propostas de projectos multi-nacionais para a erradicação da mosca tsé-tsé para áreas identificadas na região, que serão utilizadas para mobilizar os recursos necessários dos países afectados e seus parceiros. Numa conferência especial de parceiros sobre PATTEC para a Região da África Central, que se realizou em N'djamena, Chade, de 3-4 de Dezembro de 2008, foram discutidos os planos técnicos, as possibilidades e necessidades de investimento para a erradicação do tsé-tsé e da tripanossomiase em diferentes países e foram feitas promessas e manifestação de compromissos em prol da implementação de PATTEC.

347. O Gabinete de Coordenação de PATTEC desenvolveu recentemente um plano de apoio para orientar os esforços destinados a resolver as deficiências da informação existentes a vários níveis, incluindo líderes políticos, dirigentes, a população em geral e parceiros de desenvolvimento. O plano estratégico foi apresentado aos pontos focais e pessoas de contacto designados pelos governos em vários países afectados pela mosca tsé-tsé (Angola, República Centro Africano, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Conacri, Quênia, Malawi, Nigéria, Sudão, Uganda e Tanzânia) que foram convidados a desenvolver as suas próprias estratégias para o lançamento de actividades de apoio à luta da África contra a tripanossomíase. Estão a ser tomadas providências com vista a organizar um seminário técnico, em Adis Abeba, de 19 - 20 Janeiro de 2009, para avaliar as propostas dos diferentes países e discutir as possibilidades e modalidades de apoio para início das actividades previstas. Foi elaborado um conceito para a proposta de um projecto conjunto entre a Etiópia e o Sudão para erradicação do tsé-tsé na zona comum do tsé-tsé, ao longo da fronteira entre os 2 países, e esforços estão em curso para preparar uma proposta de projecto susceptíveis de ser financiados pelos bancos a ser utilizado na mobilização de recursos. Uma reunião interministerial para discutir os planos para a implementação do PATTEC nos países ao longo da Costa Oeste Africana (Gâmbia, Guiné-Bissau, Senegal, Guiné, Sierra Leone, Libéria e Côte d'Ivoire), será realizada em Julho/Agosto de 2009 em Freetown, Sierra Leone.

348. O trabalho de mobilização do apoio necessário à execução de projectos nos países afectados e parceiros de desenvolvimento foi iniciado. Os governos de Angola e da Zâmbia confirmaram a disponibilidade dos fundos prometidos para apoio ao projecto regional de erradicação do tsé-tsé e tripanossomíase na região Kwando/Zambeze. Angola transferiu 5,1 milhões de \$EU para a Conta Bancária de PATTEC Regional em Katima Mulilo. A Zâmbia concluiu o processo de adjudicação dos concursos e contratos para operações de pulverização aérea e serviços e fornecimentos afins. As operações de pulverização aérea terão início em Março/Abril de 2009 e abrangem uma área total combinada de cerca de 15.000 km², em ambos os países.

349. O Banco Africano de Desenvolvimento salientou que a segunda fase do apoio no valor de 75 milhões de US\$ prometidos por ocasião da conferência dos parceiros, realizada em Adis Abeba, em Fevereiro de 2007, será lançada em 2010. Após uma pausa de alguns meses a missão liderada pela 1ª Dama do Sudão aos 6 Estados Árabes do Golfo, para mobilização de apoio para o PATTEC, retomou os trabalhos com uma visita ao Reino da Arábia Saudita. Foi recebida uma resposta positiva às recentes abordagens e pedidos de apoio para o PATTEC feitos ao BADEA, indicando que BADEA aprovou um montante de 170.000 \$EU para apoiar a gestão da formação do pessoal envolvido na execução de projectos de PATTEC. Em colaboração com uma organização não-governamental com sede em Washington, DC, estão em curso planos para activar a Fundação para Pesquisa e Controlo do Vector de Tripanossomíase (TVRC), uma organização de caridade 501 (c) (3) criada e registada nos EUA para mobilizar o apoio para o controlo de tripanossomíase em África e América Latina. Um Memorando de Entendimento entre a Comissão e a Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a cooperação e apoio na execução do PATTEC deve ser assinado a 19 de Dezembro 2008.

350. Foi elaborado um protocolo de acompanhamento e avaliação a fim de facilitar a supervisão da implementação do projecto e está ser testado. O processo de criação de

uma rede electrónica de PATTEC está em curso e em conexão com a rede está a ser desenvolvido um site dedicado ao PATTEC. Foi planificada uma variedade de cursos de formação regionais concebidos para proporcionar a capacidade técnica e quadros necessários para a execução dos projectos de PATTEC a realizar durante 2009 e o financiamento dos cursos está a ser discutido com vários parceiros.

351. À luz da Decisão da Conferência em Cartum, em Janeiro de 2006, a Comissão esforçar-se-á por aumentar a estrutura do Gabinete de Coordenação de PATTEC para lhe permitir cumprir as suas actividades e alargar o âmbito de cobertura com recursos humanos adequados. A Comissão também deve ser incumbida de procurar e obter informação, nos países afectados pela tripanossomiase ou parceiros internacionais, relacionadas com a utilização de quaisquer fundos destinados a resolver o problema de tripanossomiase e apresentar as conclusões à Cimeira.

352. Em virtude de um maior e previsível aumento do alcance e das actividades da Iniciativa do PATTEC e no interesse de uma maior eficácia na coordenação das actividades na implementação do PATTEC, Escritórios Regionais de Coordenação do PATTEC ou Pontos Focais, devem ser estabelecidos no Secretariado das Comunidades Económicas Regionais (CER's).

353. A Comissão expressa a sua gratidão e reconhecimento aos esforços feitos pela 1ª Dama do Sudão, que a ajudou na mobilização de apoios para o PATTEC.

ix. Monitorização da Gripe das Aves

354. Para melhor controlar a Gripe Aviária e outras doenças transmissíveis e também para estar mais perto dos países e Comunidades Económicas Regionais, UA/IBAR criou, no âmbito do SPINAP, Delegações Regionais da Saúde Animal, no Mali, Botsuana, e Quênia. Outra delegação será criada na Tunísia, na devida altura. Estas delegações trabalham em colaboração com os homólogos técnicos da OIE e da FAO, a fim de harmonizarem as estratégias de vigilância da Gripe Aviária como uma primeira etapa, e, mais tarde, outras doenças na região. Esta colaboração entre as três organizações leva em conta os mandatos e experiência inerente de cada instituição e as respectivas capacidades para realizar as intervenções.

x. Gestão dos Recursos Haliêuticos

355. Vivamente preocupada com o esgotamento dos recursos haliêuticos do continente, a Comissão, numa parceria estratégica com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, O Fundo Mundial de Vida Selvagem (WWF), o Banco Mundial e o Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), implementou o Fundo de Investimento Sustentável da Pesca nos Grandes Ecossistemas Marinhos (LMEs) de África. Esta iniciativa destina-se a apoiar países de nível de investimentos estratégicos a fim de lutar contra o esgotamento dos recursos haliêuticos nos LMEs da África e ajudar individualmente os países costeiros limítrofes destes LMEs a cumprir as metas da pesca e da erradicação da pobreza da Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Para atingir estes objectivos, o GEF criou um Fundo de Investimento Sustentável de 60

milhões de US\$ a serem desembolsados como subvenções, durante um período de dez anos.

xi. Reunião com os Parceiros sobre o CAADP

356. Com o apoio do Escritório de Washington, a Comissão realizou uma reunião sobre a implementação do Programa Alargado de Desenvolvimento da Agricultura de África (CAADP), à margem da Reunião Anual de 2008 dos Conselhos de Governadores do FMI e do Grupo do Banco Mundial. O encontro reuniu os Ministros das Finanças e da Agricultura de "Países Defensores de CAADP " (**Benin, Burkina Faso, Etiópia, Quênia, Malawi, Mali, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Togo, Tanzânia, Uganda e Zâmbia**), os Chefes de Agências de Parceiros e as Comunidades Económicas Regionais (CER's). O objectivo das reuniões é galvanizar os esforços globais para o desenvolvimento de um roteiro com vista a acelerar a implementação do CAADP e, ao mesmo tempo resolver as necessidades imediatas decorrentes da subida dos preços dos alimentos.

357. A reunião teve sucesso na sensibilização global sobre o impacto desproporcionado da crise alimentar mundial no Continente e, também chamou a atenção para a necessidade de acelerar a implementação do CAADP como estrutura mais viável para o aumento do crescimento agrícola e segurança alimentar. A Comissão promoverá uma resposta coordenada, trabalhando em colaboração com os parceiros de desenvolvimento e o sector privado e, especialmente as CER's, como um avanço concreto, com a estreita participação do programa da NEPAD e Escritórios de Representação relevantes.

xii. Parceria Activa

358. No âmbito do seu mandato de promover a produtividade na pecuária em África, a UA/IBAR está envolvida na implementação da Parceria Activa, que é uma plataforma da Pecuária Africana de Múltiplos Doares criada em 2005. O projecto visa melhorar todo o sector pecuário, criando assim um impacto na subsistência sustentável em especial das comunidades pastoris.

2. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E EXPLORAÇÃO MINEIRA

i. Conferência dos Ministros Responsáveis pela Valorização dos Recursos Minerais, Adis Abeba, Etiópia, 16-17 de Outubro de 2008

359. A Primeira Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros da União Africana responsáveis pela Valorização dos Recursos Minerais foi realizada na sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 16 a 17 de Outubro de 2008. O principal objectivo da conferência era propor aos líderes Africanos uma visão estratégica para a gestão responsável dos recursos minerais da África, a fim de promover o crescimento, reduzir a pobreza e assegurar o desenvolvimento sustentável em África.

360. A Conferência analisou e discutiu a Visão da Exploração Mineira Africana até 2050, que visa garantir o aproveitamento dos recursos minerais da África de forma transparente, equitativa e excelente para apoiar uma ampla base de crescimento sustentável e

desenvolvimento socioeconómico. O principal objectivo da Visão da Exploração Mineira Africana de 2050 é ter uma Posição comum Africana sobre a utilização dos recursos minerais para o crescimento e desenvolvimento com a retrospectiva de que a actual expansão de mercadorias oferece uma nova janela de oportunidades à África.

361. Os Ministros adoptaram a sua Declaração e decidiram:

- Adiar a aprovação da Visão da Exploração Mineira para Fevereiro de 2009 durante a Reunião da Parceria para a Exploração Mineira Africana (AMP) em Durban, África do Sul, a fim de permitir aos Estados Membros tempo suficiente para analisarem o documento com maior profundidade.
- Que devem ser tomadas medidas apropriadas, para institucionalizar a Conferência dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Desenvolvimento dos Recursos Minerais para passarem a participar nas reuniões periódicas dos órgãos políticos da União Africana, e para que a Parceria para a Exploração Mineira Africana (AMP) seja associada à Conferência.

ii. *Décima oitava Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-18), Durban, África do Sul, 27-28 de Outubro de 2008.*

362. A Décima Oitava Sessão Ordinária da Conferência dos Ministros Africanos da Indústria (CAMI-18) foi realizada em Durban, África do Sul, a 27 e 28 de Outubro de 2008. O principal objectivo da conferência foi desenvolver uma estratégia para a implementação do Plano de Acção para a aceleração do desenvolvimento industrial de África em conformidade com a determinação da 10ª Sessão Ordinária da Conferência.

363. Dado o grande interesse que a questão do desenvolvimento industrial de África gera entre os parceiros e as partes interessadas, foi organizado em Durban um Fórum envolvendo Presidentes Executivos Africanos e não Africanos (CEOs) e uma reunião da Associação das Agências Africanas Promotoras de Investimento (AfrIPaNet), em paralelo com CAMI-18. O objectivo global das reuniões paralelas foi solicitar os contributos do sector privado na implementação estratégica e proporcionar uma plataforma para o diálogo sobre questões relativas à política de desenvolvimento industrial em África.

364. Os Ministros adoptaram a Declaração e incumbiram a Mesa do CAMI a garantir que as suas observações sejam incorporadas na estratégia de implementação, especialmente no que diz respeito à inclusão de um mecanismo de acompanhamento e avaliação, a níveis nacional, regional e continental.

III.6 INTEGRAÇÃO E REFORÇO DAS CAPACIDADES COMERCIAIS

1. REFORÇO DAS CAPACIDADES DE ACESSO AO MERCADO

365. A Comissão levou a cabo as seguintes actividades para desenvolver as capacidades dos que trabalham em coordenação com as uniões aduaneiras:

i. Reforço de capacidades das alfândegas : Segundo Seminário do Grupo Técnico de trabalho sobre o reforço das capacidades, aos 14 e 15 de Julho de 2008

366. De acordo com as conclusões da primeira Conferência dos Ministros Africanos responsáveis pela integração de 2006, conforme adoptadas pelo Conselho Executivo no mesmo ano, sobre a racionalização e a harmonização das actividades a nível regional, a Comissão lançou uma iniciativa de racionalização e harmonização do reforço de capacidades nas Alfândegas, a nível continental. Embora a capacitação esteja na ordem do dia em todas as Administrações Aduaneiras do continente, a questão da escassez de recursos exige que as iniciativas sejam harmonizadas e que os recursos sejam aproveitados.

367. Na sequência desta oficina, um projecto de estratégia de reforço das capacidades das Alfândega da União Africana, foi elaborado e será submetido para validação na próxima reunião do subcomité dos Directores-gerais das Alfândegas que se realizará em Yaoundé, Camarões em Maio de 2009.

ii. Regras de 'Origem : Segundo Seminário do Grupo de Trabalho da União Africana sobre as Regras de Origem APE, em Adis Abeba a 1 e 2 de Dezembro de 2008

368. Por ocasião do Primeiro Seminário do Grupo Técnico (GTT), que se reuniu em Adis Abeba de 21 a 22 de Abril de 2008, foi recomendado entre outras coisas, que a Comissão convoque uma segunda reunião do grupo de trabalho para analisar os novos desenvolvimentos tendo em vista a elaboração de recomendações sobre a via a seguir.

369. Nos termos dessa recomendação, a Comissão realizou o segundo seminário a 1 e 2 de Dezembro de 2008, a fim de permitir aos peritos Africanos:

- Proceder a uma análise dos últimos desenvolvimentos no quadro das últimas reuniões sobre as regras de origem;
- Efectuar uma análise crítica das regras de origem contidas nos acordos provisórios aprovados;
- Acordar os elementos de uma estratégia de negociação sobre as regras de origem a propor aos principais negociadores.

370. As conclusões desse seminário sustentarão a reflexão da reunião dos peritos de APE sobre o projecto de modelo APE.

iii. Coordenação CUA/CER's nas alfândegas : Segunda reunião do Comité de Coordenação CUA/CER's sobre as Alfândegas, 4 e 5 de Dezembro de 2008, em Adis Abeba

371. A primeira reunião teve lugar em Adis Abeba de 23 a 25 de Abril de 2008. A razão de ser deste comité que inclui representantes da Comissão e das CER's é facilitar a criação da União Aduaneira Continental conforme estipulado no Tratado de Abuja. O objectivo da segunda reunião do comité de coordenação foi rever os resultados da

primeira e discutir questões que não puderam ser abordadas na última reunião devido ao baixo nível de participação registado. Ela participou igualmente num processo de reflexão estratégica sobre o tema «Em prol de uma União Aduaneira Continental».

iv. Capacidades de acesso ao mercado:

372. O Grupo de Indústria, Comércio e Acesso ao Mercado (ITMA) é uma medida do Sistema das Nações Unidas de apoio ao programa da União Africana e à NEPAD nas áreas da indústria, do comércio e do acesso ao mercado para produtos Africanos. O objectivo principal do grupo é reforçar e acrescentar valor aos esforços em curso para melhorar a coordenação e colaboração em todo o Sistema das NU em apoio à UA e à NEPAD. O grupo tem como objectivo criar sinergias em programas e actividades do Sistema das NU e promover esforços conjuntos de modo a maximizar a acção coordenada, coerência e eficácia do seu apoio à UA e ao seu programa NEPAD.

373. Desde a sua tomada de posse em Viena, Áustria, em 2007, o grupo realizou várias reuniões consultivas regionais (RCMs) com o propósito de alinhar e desenvolver um programa de trabalho de acções a serem realizadas pelo Sistema das Nações Unidas num dado período de tempo. O grupo é composto por programas nas áreas de desenvolvimento industrial, comércio e acesso ao mercado. Uma proposta de matriz de actividades, abrangendo o período de 2009-2010, já foi elaborada e consiste em programas nas seguintes grandes áreas do comércio e desenvolvimento industrial: Partilha de Conhecimentos e Ligação em Rede, Pesquisa e Avaliação de Políticas e Desenvolvimento de Capacidades. A implementação destes programas deve começar no primeiro semestre de 2009.

v. O Fórum Pan-africano de Competitividade (PACF)

374. Cada vez mais os parceiros Africanos da indústria, empresariado, universidades e governo reconhecem o papel dum sector privado competitivo em iniciativas de crescimento e redução da pobreza em África. Esta iniciativa oferece uma oportunidade única para os parceiros Africanos envolvidos em iniciativas em grupo na área da competitividade contribuírem significativamente para reforçar e repensar actividades de desenvolvimento do sector privado. Alguns parceiros dos Estados Membros, representando o empresariado, universidades e governo, reuniram-se em 2008 em seminários regionais e internacionais para discutirem como iniciar e implementar eficazmente iniciativas em grupo na área da competitividade em África.

375. A Comissão desempenhou um papel preponderante na facilitação de algumas destas actividades de modo a assegurar sinergias com iniciativas afins na área da competitividade nos Estados Membros e contribuiu para as plataformas Africanas existentes colaborarem quanto à competitividade.

376. O Instituto da Competitividade (TCI) e outros parceiros internacionais do desenvolvimento, envolvidos em iniciativas de grupo em África, organizaram estas actividades. Além disso, o Fórum de Competitividade Pan-africano (PACF) definiu alguns objectivos importantes para uma colaboração a nível pan-africano em matéria de inovação e da competitividade em grupo.

vi. Programas com a UE

377. No quadro da Troika África-UE, a cooperação com a Comissão Europeia permitiu identificar as áreas que necessitam de reforço das capacidades. Estas áreas estão relacionadas com:

- a. Políticas de desenvolvimento e gestão, transferência da perícia e a sua sustentabilidade bem como capacidades institucionais de implementação de acordos comerciais regionais.
- b. Reforço e desenvolvimento de quadros regionais de regulação com uma atenção particular às estratégias para a harmonização de leis sobre negócios.
- c. Acções prioritárias a realizar a nível dos padrões (SPS e industriais) e da regularização.
- d. Ajuda ao comércio: A parte europeia comprometeu-se a continuar a sua iniciativa para uma definição conjunta (que poderia incluir outros doadores) de programas regionais de ajuda ao comércio. Estes programas regionais serão os principais instrumentos de apoio por parte da UE à integração regional e às medidas de acompanhamento dos APE. Todavia, é evidente que só o FED não será suficiente para honrar estes compromissos.

vii. Conferência Ministerial dos Países Menos Desenvolvidos (PMDs) sobre a Ajuda ao Comércio, 19-20 de Novembro de 2008, Cambodja

378. A Comissão participou na Conferência Ministerial de Países Menos Desenvolvidos (PMDs) organizada pela ONUDI e realizada em Siem Reap, Reino do Cambodja, de 19 a 20 de Novembro de 2008. O objectivo geral da Conferência era deliberar sobre o modo como a agenda de desenvolvimento industrial dos PMDs podia ser apoiada utilizando o Quadro Integrado Melhorado (EIF) e a Ajuda para o Comércio (AFT) em geral. Os programas da Ajuda para o Comércio constituem elementos importantes de respostas coordenadas pela comunidade internacional a fim de facilitar e apressar a integração orientada para o comércio dos PMDs na economia mundial. No fim da Conferência, os ministros adoptaram uma Declaração na qual as responsabilidades e os compromissos tanto dos PMDs como da comunidade internacional ficaram definidos claramente.

viii. Questões Sanitárias e Fitossanitárias

379. Nas suas tentativas para resolver as preocupações fitossanitárias e promover o comércio regional, o Conselho Fitossanitário da UA/ Inter-africano (AU/IAPSC) em laundé, Camarões, realizou um estudo de impacto acerca de questões de fumigação e inspecção sobre o comércio seguro de plantas e produtos de plantas na economia dos países da África Ocidental e Central. Foi realizado um inquérito sobre procedimentos de fumigação e inspecção em estações identificadas de protecção vegetal e quarentena, nos principais pontos de entrada, com potencial volume de troca de plantas e produtos de plantas em cinco países da África Ocidental e Central.

380. O AU/IAPSC continua a incentivar a utilização racional de pesticidas e outros produtos químicos usados na produção agrícola e pecuária a fim de proteger os géneros alimentícios armazenados. Em conformidade com este objectivo, o AU/IAPSC está a monitorizar de perto as legislações nacionais sobre pesticidas em vários países Africanos para ver o que se pode aprender com estes países e apoiar na harmonização de políticas, quando necessário, a fim de estimular o comércio através das fronteiras nacionais e regiões.

381. Para manter as condições sanitárias e fitossanitárias ideais e preservar a adesão a critérios internacionais por toda a África, o Gabinete para Recursos Animais (IBAR) da UA/Inter-africano, com o apoio do Secretariado do ACP, está a implementar o projecto sobre a Participação de Países Africanos em Organizações de Definição de Critérios Sanitários e Fitossanitários (PAN-PSO). Este projecto pretende reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar em África através de melhor acesso ao comércio e a mercados internacionais. Facilitará também a participação efectiva dos Estados Membros para que se encontrem com organizações de definição dos critérios internacionais e melhorem a capacitação na implementação de critérios e medidas de segurança alimentar.

ix. Combate às pragas das frutas

382. A fim de facilitar o comércio dos produtos agrícolas africanos, a AU/SAFEGUARD em colaboração com o Burkina Faso, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Instituto Internacional para Agricultura Tropical (IITA) e outros países na sub-região da África Ocidental, lançou uma iniciativa regional para controlo biológico da praga da mangueira na África Ocidental. Os preparativos estão numa fase adiantada tendo em vista a implementação rápida deste projecto.

x. Promoção de Serviços Veterinários Eficientes

383. Para melhorar a produção e produtividade do gado e proteger a uniformização da produção de vacinas veterinárias, o Centro Africano de Vacina Veterinária AU/PANVAC está a promover a disponibilidade de vacinas veterinárias seguras, eficazes e a um preço acessível, facilitando o desenvolvimento e a introdução de vacinas melhoradas ou novas e reforçando a capacidade africana na matéria.

xi. Biotecnologia para a Agricultura e a Segurança Alimentar

384. Há já algum tempo que a Comissão se dedica à questão controversa da biotecnologia para agricultura e segurança alimentar. É importante que a África assuma uma posição comum nesta matéria e as actividades da Comissão vão nesse sentido e buscam a máxima utilização dos benefícios oferecidos pela biotecnologia, minimizando ao mesmo tempo os riscos inerentes. A Comissão co-organizou o 1º Congresso Africano sobre Biotecnologia de 22 a 26 de Setembro de 2008, em Nairobi, Quênia, no qual participaram mais de 400 cientistas, decisores, peritos dos media, agricultores, investigadores, parceiros do desenvolvimento, reguladores e empresários de todo o mundo para discutir o futuro da biotecnologia em África. Uma ideia importante que ficou clara neste evento foi que, apesar da necessidade de África de aplicar biotecnologia

moderna para melhorar a produtividade agrícola, esta foi afectada principalmente por atrasos prolongados na promulgação de leis sobre a biossegurança e pelo receio de pôr em perigo o comércio com a União Europeia.

385. A conferência recomendou (i) a criação de um Fundo Fiduciário Africano para a Biotecnologia a ser gerido pela Comissão da UA para a implementação de programas e projectos regionais na área da biotecnologia; (ii) a UA estreita colaboração da Comissão com os parceiros na organização do 2º Congresso Toda a África dentro de 2 a 3 anos; (iii) a necessidade de implementar eficazmente as recomendações e declarações de Nairobi e Tripoli através da criação de programas práticos sobre biotecnologia; e (iv) a criação dum Programa Africano de Sensibilização sobre a Biotecnologia (ABOP) a fim de coordenar actividades biotecnológicas no Fórum Africano dos Parceiros da Biotecnologia.

2. REGRAS COMERCIAIS E NEGOCIAÇÕES MULTILATERAIS (APE, OMC,...)

i. Negociações Comerciais Multilaterais no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC)

386. A seguir ao fracasso da reunião mini ministerial de Julho de 2008 na OMC, foram retomadas as negociações da Ronda de Doha em Genebra. Contudo, devido ao pouco entusiasmo e à falta de confiança provocados pelo fracasso, as discussões foram mínimas. Apenas os planos de trabalho para o resto de 2008 foram elaborados e as actividades realizaram-se principalmente a nível de consultas informais.

387. Os principais impulsionadores do processo continuam a ser as negociações sobre a agricultura e o Acesso ao Mercado Não Agrícola (NAMA). Sobre esta matéria, os respectivos presidentes dos Grupos de Negociação continuaram as consultas informais com pequenos grupos de membros nos intervalos a fim de avaliar a atmosfera e a disponibilidade para negociações plenas sobre as modalidades. Os relatórios indicam que as posições continuam a divergir numa vasta gama de questões. Sobre os Serviços, a actual crise financeira mundial parece estar a enviar sinais aos membros, em particular aos países em desenvolvimento, para que verifiquem com objectividade os seus níveis de ambição e, portanto, os tipos e níveis de compromissos que devem assumir.

388. A opinião é que não há grande coisa a fazer enquanto os membros aguardam pela tomada de posse da nova administração nos Estados Unidos, um factor muito crucial que não pode ser ignorado nos processos da OMC. Embora a África deseje concluir as negociações oportunamente, segundo as posições defendidas os processos em curso devem ter em conta flexibilidades apropriadas para os países em desenvolvimento, em particular os países africanos, com relação aos princípios de menos do que a total reciprocidade na redução dos compromissos, compromissos significativos de acesso ao mercado, fontes adicionais eficazes e previsíveis de ajuda ao comércio e outras preocupações relativas ao desenvolvimento.

389. Quanto às negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), realizou-se uma mini ministerial em Julho de 2008 com a finalidade de efectuar escolhas políticas claras, o que permitiria em seguida aperfeiçoar técnica e legalmente as modalidades

discutidas na OMC. Contudo, não se chegou a um acordo em vários tópicos, incluindo a redução nos subsídios à agricultura, maior abertura dos mercados a produtos agrícolas e não agrícolas, maior concorrência pela exportação de produtos agrícolas, uma abertura nos mercados de serviços, a revelação da origem de recursos genéticos e de conhecimentos contidos nas patentes, a extensão da protecção de indicações geográficas a outros produtos bem como a questão do acesso da banana aos mercados da União Europeia.

390. Na sequência do fracasso das Negociações Mini Ministeriais, foram retomadas mais tarde as discussões sobre estas questões chave. A África está muito activa nestas negociações, recebendo o apoio total do Escritório de Genebra. Na verdade, para reforçar as capacidades do grupo, foram organizados três seminários sobre questões relativas à OMC. Durante o último seminário, que foi realizado na véspera da Conferência Ministerial, participaram oito ministros Africanos e foram informados sobre os assuntos debatidos e as posições comuns adoptadas pelo Grupo. A Representação de Genebra também trabalhou com o Grupo Africano na preparação da Declaração sobre as negociações da OMC.

391. Relativamente à Conferência das Nações Únicas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), o Grupo Africano, apoiado pelo Escritório de Genebra, realçou a necessidade, em todos os fóruns, duma implementação efectiva das conclusões acordadas por UNCTAD XII em Acra, em particular a conclusão sobre mercadorias. Além disso, o Grupo Africano reafirmou que a tarefa da CNUCED era não só contribuir eficazmente, através das suas avaliações técnicas, para se encontrar soluções sustentáveis para as crises alimentar e financeira que afectam o mundo, em particular os países Africanos, mas também contribuir para a inserção genuína dos países Africanos no Sistema de Comércio Multilateral, a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio bem como assegurar as disposições básicas relativas à aplicação do parágrafo 183 do Acordo de Acra, referentes à criação duma unidade única para mercadorias das quais os países africanos ainda estão muito dependentes para o seu próprio desenvolvimento.

392. O Centro de Comércio Internacional colabora intensamente com o Escritório da União Africana em Genebra na elaboração de programas que apoiem acções para aumentar o potencial dos países africanos, melhorando as exportações, desenvolvendo o sector privado e as capacidades produtivas, de modo a permitir que a África se integre no Sistema de Comércio Mundial. A este respeito, o CCI lançou um programa de reforço das capacidades (PACCIA II) com o objectivo de aumentar a capacitação de instituições nacionais e regionais relevantes, a concorrência nas exportações, as ligações ao mercado e as receitas das exportações das PME's Africanas em sectores de potencial elevado. Dotado dum orçamento de USD 20.2 milhões, por um período de cinco anos, o PACCIA II realçará a integração regional e o reforço das capacidades institucionais; arrancou no terceiro trimestre de 2008.

ii. Negociações de Acordos de Parceria Económica (APE)

393. As negociações de Acordos de Parceria Económica (APE) completos e abrangentes entre os grupos africanos de negociação e a Comissão Europeia continuam. Durante este período, a Zâmbia iniciou um APE provisório com a UE, aumentando assim

para dezanove o número de países africanos que já o fizeram. Prevê-se que os países que iniciaram acordos provisórios os assinem no primeiro semestre do próximo ano, o que seria seguido pela comunicação dos acordos à Organização Mundial do Comércio (OMC).

394. A Conferência de Ministros do Comércio e das Finanças da União Africana, realizada em Adis Abeba em Abril de 2008, identificou algumas questões controversas nos acordos provisórios, que precisam de ser devidamente tratadas no contexto das negociações visando APE completos e abrangentes. Contudo, nos seus compromissos actuais com a CE, as regiões negociadoras em África estão a enfrentar desafios importantes nestas questões, em especial nas relativas ao princípio de Nação Mais Favorecida (NMF), taxas de exportação e cláusula de não exclusão. Ainda existem divergências sobre a questão da concessão de recursos adequados e adicionais, para além do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), para o financiamento dos APE. Há também diferenças no tratamento de questões relativas ao comércio.

395. A Comissão, em colaboração com a UNECA, concluiu o trabalho da versão zero do modelo de APE. Prevê-se que o modelo, que foi encomendado pela Conferência Conjunta de Ministros do Comércio e das Finanças da UA e a Cimeira da UA, ajudará os grupos negociadores africanos nas suas negociações sobre o APE. Também ajudará na harmonização e coordenação de posições sobre os APE e a garantir que os APE sirvam de instrumento para a realização do desenvolvimento e da promoção da integração regional em África.

396. A unidade e solidariedade de África bem como a mobilização de apoio na Europa para a Posição comum Africana sobre os APE continuam a ser essenciais para um resultado positivo das negociações do APE.

iii. 7º Fórum da AGOA

397. Com a facilitação do Escritório de Washington, a Comissão participou no 7º Fórum da AGOA, realizado em Julho de 2008. Este Fórum proporcionou oportunidades únicas, baseando-se nas conclusões da Cimeira da UA em Sharm-El-Sheikh, para articular a posição de África sobre questões relativas ao comércio em geral bem como negociar a nova Lei AGOA para que tenha em conta essa posição.

III.7 PAPEL DE TODOS OS INTERVENIENTES NO REFORÇO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO

398. A Comissão continuou as suas actividades com o objectivo de reforçar as suas relações com Cidadãos africanos, Organizações da Sociedade Civil, Sector Público e Privado bem como a Diáspora. Foram constatados progressos nas seguintes áreas durante o período em análise: arranque e institucionalização da Assembleia Geral Permanente do Conselho Económico, Social e Cultural da União (ECOSOCC) e a capacitação do CIDO, apoio a parcerias internacionais e consolidação da Iniciativa Diáspora e o desenvolvimento do Programa de Voluntários africanos

a) Reforço das Capacidades do CIDO

399. A Comissão iniciou o trabalho sobre a necessidade de reforçar a Direcção de Cidadãos Africanos e Diáspora como recomendado pelo Relatório de Auditoria e aprovado pelo Conselho Executivo na sua Sessão Extraordinária em Arusha, Tanzânia, em Maio de 2008. Para este fim, foi preparada uma estrutura modificada da Direcção a ser analisada e finalizada pela Comissão e pelo Subcomité sobre as Estruturas a fim de submeter uma nova estrutura à consideração dos Órgãos Políticos competentes.

b) Apoio as Parcerias Internacionais: Fórum Pré-Cimeira das OSC África-Turquia, Ancara, Agosto de 2008

400. A Comissão também esteve a promover a participação e o apoio da sociedade civil ao programa de parcerias internacionais. Como parte deste processo, a Comissão, em concertação com TAASM na Turquia, organizou um Fórum Pré-Cimeira OSC África-Turquia de 14 a 16 de Agosto de 2008 para dar o contributo das bases ao processo de cooperação entre a África e a Turquia. O Fórum adoptou uma Declaração e acordou um plano de acção comum que, entre outros, permitirá uma rede de comunicação eficaz e a criação de grupos de estudo que apoiarão o processo de cooperação. Também chegou a um acordo sobre a necessidade duma plataforma para Redes e Organizações Internacionais da Sociedade Civil (USTKIP) a fim de apoiar o processo de colaboração entre a África e a Turquia.

c) Consolidação da Iniciativa Diáspora através de Preparativos para a Cimeira da Diáspora Africana

401. De acordo com a Decisão da Assembleia AU/Dec. 203 (XI), a Comissão e o Governo da África do Sul continuaram a trabalhar estreitamente para organizar a Cimeira da Diáspora Africana. Consequentemente, em Julho de 2008 convocaram o Seminário Técnico em Sun City na África do Sul, para considerar acções a curto prazo, desenvolver uma implementação consolidada e preparar uma proposta de Declaração, conforme ordenado pela Conferência Ministerial anterior. O documento que daí resultou foi depois distribuído a todos os Estados Membros da UA, a CARICOM e aos países em causa na América do Sul e central como parte dos preparativos para a Cimeira prevista. Os preparativos da própria Cimeira continuaram rapidamente com a negociação do acordo de acolhimento e consultas e acordo sobre a proposta de programa de trabalhos e disposições sobre as estruturas de recepção e reunião. Todas as disposições estiveram no rumo certo até serem interrompidas por acontecimentos políticos que levaram ao adiamento da reunião. Desde então, prosseguiram as consultas entre a Comissão e o Governo da África do Sul a fim de escolher novas datas para a Cimeira. Prevê-se que as consultas fiquem concluídas logo que possível para que as novas datas e disposições sejam comunicadas a todos a quem dizem respeito.

d) O Papel da Diáspora nas Américas e nas Caraíbas

402. Construir Relações com a Diáspora nas Américas (América do Norte e América Latina) e nas Caraíbas de modo a envolver a Diáspora Africana no desenvolvimento do

continente é uma das prioridades principais para o Escritório da UA em Washington. As seguintes são as razões imperiosas para cooperar com este grupo importante de indivíduos:

- Os estudos demonstraram que a Diáspora Africana na América do Norte é uma das mais instruídas, capacitadas e cheia de recursos;
- Calcula-se que o número de emigrantes africanos nos EUA seja de 881.300 a 1 milhão (censo de 2000 nos EUA e Inquérito à Comunidade nos EUA 2002). Mais de 282.600 vivem no Canadá. Da África Ocidental (36%), da África Oriental (24%), da África Austral (8%) e da África Central (3%);
- Segundo as estatísticas, houve nos EUA um aumento de 142% nos residentes nascidos em África entre 1990 e 2000;
- As remessas dos emigrantes africanos residentes nos EUA constituem uma percentagem significativa do PIB dos países Africanos. Os nigerianos e os ganeses estão na dianteira, tendo enviado mais de mil milhões de USD para os seus respectivos países em 2006;
- Os afro-americanos têm desempenhado historicamente um papel essencial na emancipação do continente. O eleitorado continua a apoiar o desenvolvimento e a agenda política de África através duma sensibilização efectiva tanto no ramo legislativo como no executivo do governo americano, a nível de organizações da sociedade civil e não governamentais, universidades e grupos de reflexão;
- Há uma forte presença de descendentes de Africanos na América Latina e Caraíbas. O Brasil encabeça a lista embora a presença na Colômbia, no Peru, Panamá, Guadalupe e Martinica bem como noutros pontos da América seja bastante significativa.

403. Graças aos esforços do Escritório da UA em Washington, um Fundo de Desenvolvimento Institucional (IDF) no montante de USD 487,900 foi assinado pela Comissão e o Banco Mundial a 15 de Julho de 2008. O Fundo destina-se a reforçar a capacidade do Escritório para apoiar a Iniciativa Diáspora da União Africana e criar um ambiente propício para que a Diáspora Africana participe no desenvolvimento económico do continente africano.

404. As actividades de capacitação do Escritório de Washington incidem principalmente em:

- Desenvolvimento duma Base de Dados segura de redes e indivíduos da Diáspora Africana;
- Facilitar o envio de redes profissionais da Diáspora, em especial nas áreas da saúde e educação;

- Equipar a Missão da UA para que seja um Centro de Coordenação de Políticas da Diáspora para a Mobilização da Diáspora Africana.

405. As actividades chave a serem realizadas pelo Escritório de Washington abrangem:

- Conseguir a participação de instituições bilaterais, multilaterais e internacionais nas Américas (por ex: Banco Inter-americano de Desenvolvimento, IADB). O IADB tem bons antecedentes a nível das economias da América Latina e da sua Diáspora. O IADB podia ajudar os governos Africanos a formular políticas para a reforma da banca e serviços de valor acrescentado para os destinatários e remetentes das remessas, bem como a emissão de títulos da Diáspora e a titularização de remessas futuras;
- Iniciar Mesas Redondas de Negócios da Diáspora Africana – estas Mesas Redondas periódicas, a serem realizadas tanto nas Américas como nas Caraíbas com a participação de gestores de capital e fundo de investimento da Diáspora, incidirão nas oportunidades de investimento em África;
- Desenvolver estratégias de mobilização de fundos visando a mobilização de recursos para a participação da Diáspora na prestação de serviços no sector público (educação, saúde).

406. Outra realização notável durante o período em análise foi o lançamento, na sexta-feira, 25 de Setembro de 2008, pelo Presidente de Comissão da “Iniciativa da Diáspora para a Saúde Africana” integrada nas Séries anuais Assuntos Africanos Ronald H. Brown, organizadas pelo Circulo Eleitoral para África. A Iniciativa da Diáspora Africana para a Saúde é um projecto-piloto que tem como objectivo implementar a Estratégia da União Africana para a Saúde.

407. A estratégia da Comissão para envolver a Diáspora Africana no desenvolvimento do continente é ambiciosa, mas virada para o futuro. Contudo, as limitadas capacidades em recursos humanos são um obstáculo sério à conversão disto em realidade prática em qualquer dos programas/ actividades supracitados. Deve ser concedida uma atenção urgente às necessidades em termos de pessoal da Comissão e das suas Representações. A Comissão assegurará e facilitará uma Estratégia da Diáspora Africana coerente e coordenada, que tenha em consideração o papel crucial das Representações no quadro do seu mandato.

III.8 PARCERIAS E RELAÇÕES COM O MUNDO

1. PARCERIAS EM CURSO

408. O Conselho na sua Decisão EX.CL/Dec.428 (XIII) pediu à Comissão que tomasse todas as medidas necessárias para facilitar a realização bem-sucedida de várias parcerias estratégicas da União Africana.

a) Realizar a Primeira Cimeira da Parceria África-Turquia

409. A Primeira Cimeira da Parceria África-Turquia realizou-se em Ciragan Palace, Istambul, Turquia, de 18 a 20 de Agosto de 2008. A Cimeira foi realizada a três níveis distintos: funcionários superiores, ministros, chefes de estado e de governo. O formato da Cimeira não seguiu o modelo aprovado durante a Cimeira de Banjul sobre a representação de África nas cimeiras com um parceiro dum único país. Isto aconteceu porque a Turquia convidou todos os países Africanos e a maior parte dos países, que não estavam abrangidos pela Decisão da Cimeira de Banjul, participaram na Cimeira.

410. Sete (7) chefes de Estado e de Governo Africanos, um dado número de Vice-presidentes, de primeiros-ministros e de ministros Africanos participaram na Cimeira. Ao todo, estiveram representados na reunião cinquenta (50) países Africanos, incluindo também o Presidente e o Vice-presidente da Comissão da União Africana. Foi constituída uma Cimeira da Parceria África-Turquia, que se reunirá cada cinco (5) anos em África e na Turquia, numa base rotativa, além da criação de um mecanismo de seguimento aos vários níveis. Neste contexto, a segunda Cimeira África-Turquia será realizada em África em 2013.

411. Salienta-se que um relatório detalhado sobre a Cimeira já foi distribuído pela Comissão aos Estados Membros. Portanto, basta indicar que a Cimeira adoptou dois documentos, nomeadamente a Declaração de Istambul e o Quadro de Cooperação.

412. Entre outros, a Cimeira decidiu que a parceria devia reunir-se a nível de Cimeira de cinco em cinco anos e encontros a nível ministerial e de altos funcionários realizar-se-ão nesse intervalo. O Quadro de Cooperação definiu as áreas em que a África e a Turquia podiam cooperar, mas os pormenores ainda vão ser trabalhados num plano de acção. Isto deve ser feito dentro de um ano, pelo Subcomité de Cooperação Multilateral e o CRP. Em geral, a Cimeira foi um sucesso pois demonstrou o desejo genuíno de África e da Turquia de intensificarem e aprofundarem ainda mais as suas relações. O sucesso da Cimeira, do lado Africano, podia ser atribuído à excelente relação de trabalho que existe entre o Subcomité de Cooperação Multilateral e a Comissão, que trabalharam sem descanso no processo preparatório e durante a cimeira. Espera-se que continue a prevalecer a mesma franqueza no futuro, tanto neste processo como nos compromissos semelhantes em que a África esteja envolvida.

413. Contudo, duas questões importantes ocorridas na Cimeira merecem ser realçadas. A primeira refere-se à questão da participação dos Estados Membros numa parceria dum único país. Embora a Índia tenha seguido rigorosamente o formato de Banjul, como comunicado pela União Africana, a Turquia não o fez porque convidou todos os Estados Membros e foi mais longe convidando todos os Representantes Permanentes de África nas NU, sem convidar especificamente os membros do CRP em Adis Abeba. O assunto foi discutido a nível do CRP e o consenso foi de que, na avaliação final, competia aos Estados Membros respeitar e implementar decisões que tomaram ao mais alto nível. Uma avaliação da política de parceria da União pode ajudar a tratar desta questão espinhosa.

414. A segunda refere-se ao facto de durante a última reunião de altos funcionários com altos funcionários turcos em Istambul, o lado Africano ter voltado a falar de muitos assuntos para os quais já tinha sido acordada uma posição final em Adis Abeba pelo CRP. Infelizmente, isto deu uma imagem muito má de África uma vez que houve discussões acesas entre as delegações africanas. O mesmo também aconteceu em Nova Delí durante o Fórum com a Índia. A Comissão recomenda fortemente que sejam envidados todos os esforços para evitar que tal aconteça no futuro. Isto exigirá talvez mais consultas e comunicação entre Adis Abeba e a sede para que as decisões tomadas pelo CRP, após preparativos exaustivos, não sejam reabertas nas reuniões com os parceiros.

b) Segunda Cimeira África – América do Sul

415. A Segunda Cimeira África – América do Sul (AAS) devia ter lugar de 28 a 29 de Novembro de 2008, mas foi adiada para Março de 2009. Contudo, foram feitos alguns preparativos em perspectiva deste encontro. Estes incluíram a realização da Primeira Reunião de Altos Funcionários (SOM) da Cimeira da AAS que se realizou no Palácio Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores da República do Brasil, em Brasília aos 10 e 11 de Junho de 2008. A Terceira Reunião de Coordenadores da AAS, que se realizou a 9 de Junho de 2008, antecedeu o encontro dos Altos Funcionários. Os resultados destas duas reuniões já foram transmitidos ao CRP. Todavia, uma vez que foram tomadas decisões de grande alcance durante estas reuniões, estas são aqui reiteradas brevemente.

416. Estas decisões incluem o acordo sobre terminologia da AAS, estrutura da AAS, mecanismos de acompanhamento e criação de oito (8) grupos de trabalho. Também definiu o papel do Secretariado provisório e dos Pontos Focais no trabalho dos Grupos de Trabalho. Outras áreas sobre as quais se chegou a um acordo foram a composição do Comité Consultivo dos Embaixadores, as línguas oficiais, os símbolos e a bandeira da AAS.

417. Na implementação das decisões da 1ª SOM, os lados Africano e sul-americano tomaram medidas para constituir os 8 Grupos de Trabalho, incluindo a designação dos seus co-presidentes. Após a sua criação, os Grupos de Trabalho africanos começaram a trabalhar na preparação da 2ª Cimeira da AAS. Alguns deles já tiveram reuniões para considerar as propostas de projecto recebidas de Brasil, Venezuela, Nigéria e da Comissão para cada área de cooperação a fim de apresentarem propostas concretas do lado Africano. Este processo estava em curso antes do anúncio do adiamento da 2ª Cimeira da AAS. Espera-se que a Cimeira se realize em finais do primeiro trimestre de 2009. Deve-se esclarecer que a Cimeira da Venezuela foi adiada a pedido de alguns Chefes de Estado e de Governo Africanos, que queriam participar na Conferência de Seguimento das NU sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Doha, Qatar, que coincidia com a Cimeira da AAS.

418. Contudo, para garantir o sucesso da Cimeira, é importante que os co-presidentes Africanos e membros dos grupos de trabalho acelerem o processo de definição de propostas de projecto concretas africanas, para que sejam discutidas com o lado sul-americano antes da Cimeira e participem activamente nos preparativos da cimeira.

419. Finalmente, convém sublinhar que a 4ª Reunião do Grupo de Coordenação da Cimeira da AAS realizou-se em Caracas, Venezuela, aos 8 e 9 de Janeiro de 2009. Durante a referida reunião, a Venezuela ofereceu-se a acolher a 2ª Cimeira da AAS em finais de Maio de 2009.

c) Cimeira do Fórum África-Índia

420. Como já foi informado ao Conselho Executivo no relatório EX.CL/421 (XIII) em Junho de 2008, a Primeira Cimeira África-Índia, que se realizou em Nova Deli, Índia, aos 8 e 9 de Abril de 2008, foi um sucesso devido à grande participação dos Chefes de Estado e de Governo Africanos e ao pacote económico que foi revelado pela Índia durante a Cimeira.

421. De momento, a Comissão reuniu-se com responsáveis indianos visando desenvolver um plano de acção, que realçará os benefícios concretos que a África deseja obter com a parceria. O plano de acção proposto será apresentado ao Subcomité de Cooperação Multilateral e ao CRP antes de ser concluído com a parte indiana.

d) Fórum China-África (FOCAC)

422. Como se sabe, o Conselho na sua última sessão de Janeiro em Adis Abeba decidiu, entre outras coisas, que a Comissão devia desempenhar um papel coordenador com relação a todas as parcerias entre África e outros, incluindo parcerias com um único país. Esta decisão EX.CL/374 (XII) deve, portanto, aplicar-se ao Fórum China-África.

423. Contudo, isto não foi implementado uma vez que a Comissão não foi informada sobre quaisquer actividades sobre o FOCAC desde a Cimeira de Pequim em 2006. Um exemplo concreto foi uma reunião de peritos que se realizou no Cairo, Egipto, em Outubro de 2008, em que a Comissão não esteve envolvida na preparação da reunião e foi de facto convidada como observador. Isto significa que as decisões de Banjul e Adis Abeba não estão a ser respeitadas com relação ao FOCAC, embora tivessem sido comunicadas oficialmente à China e ao Egipto como próximo anfitrião da reunião ministerial. Consciente destes acontecimentos, a Comissão teve um encontro com uma delegação chinesa em Adis Abeba a 24 de Novembro de 2008, a fim de encontrar formas e medidas para ajudar a Comissão a desempenhar o papel de coordenador no processo FOCAC, de modo a implementar a decisão de Adis Abeba.

424. Em relação ao Irão, note-se que o Governo Iraniano convidou o Subcomité para a Cooperação Multilateral e a Comissão para uma reunião, em Teerão, de 21 a 26 de Fevereiro de 2009, com vista a iniciar os preparativos da Cimeira proposta África-Irão. A referida proposta foi submetida à consideração do Subcomité. Recorde-se que funcionários da Comissão realizaram uma missão de informação em Teerão, em Fevereiro de 2008, e o relatório da referida visita foi submetido ao Subcomité.

e) O Processo de Revisão Global

425. Em Janeiro de 2008, o Conselho deu instruções (Decisão Ex.CL/Dec.397 (XII)) para que fossem tomadas medidas visando a realização duma avaliação de todas as

parcerias a fim de se implementar eficazmente estratégias e planos de acção acordados entre a África e os seus parceiros internacionais, racionalizar o número de cimeiras, identificar os critérios para essas parcerias e fazer as recomendações necessárias ao Conselho e à Conferência. A este respeito, a Comissão foi convidada a submeter as suas recomendações sobre o estudo supracitado antes de lançar novas parcerias estratégicas.

426. Implementando a decisão do Conselho, a Comissão concluiu um estudo preliminar sobre o processo de avaliação mundial e o resultado será apresentado aos órgãos apropriados da União como uma medida de avaliação documentada, que guiará decisões políticas. A Comissão analisará as suas conclusões com o Subcomité de Cooperação Multilateral e o CRP a fim de formular uma posição comum para apresentação ulterior ao Conselho para consideração e adopção.

427. Deve-se realçar que a Parceria Estratégica de África com o resto do mundo está a num movimento ascendente, no contexto do quadro da União Africana. No entanto, é preciso harmonizar este quadro institucional para garantir sinergias e uma abordagem coordenada da parceria. Ao fazê-lo, estas disposições sobre a parceria atrairão benefícios e resultados concretos para África e para o seu povo e elevarão ainda mais o perfil e o prestígio da União Africana num mundo mais globalizado. Assim, é uma necessidade explícita de África aproveitar ao máximo as parcerias para acelerar o crescimento e o desenvolvimento do continente.

2. COOPERAÇÃO AFRO-ÁRABE

428. A União Africana e a Liga de Estados Árabes (LEA) iniciaram o Quadro de Cooperação Afro-Árabe sobre o Desenvolvimento Agrícola e a Segurança Alimentar. Houve discussões e reuniões nos últimos dois anos sobre esta iniciativa e um estudo sobre o Plano de Acção Conjunto para Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar foi efectuado e concluído com a realização de uma Reunião de Peritos de Alto Nível em Riade, Arábia Saudita, de 9 a 11 de Novembro de 2008. Esta reunião aprovou um Plano de Acção Conjunto (JAP), que incidirá em 4 áreas principais para acção conjunta, incluindo (i) Intensificação Agrícola (factores de produção, valor acrescentado), Iniciativa Estratégica de Reserva de Alimentos, (iii) Comércio e Acesso ao Mercado, (iv) Pesquisa Agrícola e Desenvolvimento e Iniciativa de Transferência de Tecnologia. Foram identificadas duas áreas transversais: Alterações Climáticas e Reforço de Capacidades.

429. No quadro do reforço da cooperação afro-árabe, a Delegação Permanente junto à Liga dos Estados Árabes no Cairo participou em inúmeras reuniões e actividades tendo acolhido algumas:

a) Reunião de peritos de alto nível sobre o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar em África e no mundo árabe

430. Realizaram-se três reuniões preparatórias em Cartum, Damasco e Cairo. Estes encontros preparatórios permitiram, em particular, elaborar um documento de trabalho e mobilizar fundos suplementares por parte do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA). A reunião realizou-se em Riade (Arábia Saudita) de 9 a 11 de Novembro de 2008. Adoptou um Plano de Acção Afro-Árabe sobre o

desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar e recomendou a realização de actividades conjuntas em várias áreas, entre as quais as seguintes:

- Maior utilização de meios de produção agrícolas para melhorar a produção agrícola, a produtividade e a segurança alimentar, os sistemas de irrigação e a utilização sensata dos recursos hídricos através de programas conjuntos entre países árabes e países Africanos;
- Criação de reservas alimentares de urgência e estratégicas através do estabelecimento, a nível nacional, duma rede afro-árabe de reservas alimentares estratégicas para garantir a toda a população a disponibilidade e o acesso, de modo sustentável, aos produtos alimentares;
- Reforço da cooperação afro-árabe no desenvolvimento e financiamento de programas relativos às infra-estruturas rurais, incentivando o investimento privado Africano e árabe na área agro-alimentar e nas trocas de produtos agrícolas;
- Incentivar a cooperação nas áreas de pesquisa agrícola, transferência de tecnologia, conhecimentos e implementação dos resultados da pesquisa. Criar Centros de Excelência conjuntos para investigação com o apoio do sector privado.

431. A reunião de peritos também adoptou recomendações visando implementar e seguir de perto as seguintes actividades conjuntas:

- A Criação de uma Unidade ou de um Órgão conjunto afro-árabe encarregue da facilitação da implementação do Plano de Acção: Esta unidade será responsável pela formulação de programas detalhados relativos ao Plano de Acção conjunto, por campanhas de sensibilização para a sua implementação pelos sectores público e privado, pela identificação de fontes de investimento apropriadas, pela facilitação da interacção entre países árabes e países africanos que fazem parte do Plano de Acção e pela apresentação de relatórios periódicos à União Africana e à Liga de Estados Árabes;
- A Criação dum Fundo de Investimento Agrícola Afro-Árabe. O Fundo terá como função mobilizar recursos financeiros e investimentos afro-árabes na área agrícola. A União Africana e a Liga de Estados Árabes deverão realizar um estudo de viabilidade deste Fundo, que irá mobilizar os investimentos africanos e árabes na área do desenvolvimento agrícola e da segurança alimentar.

b) Estabelecimento de relações de trabalho entre as câmaras de comércio africanas e árabes, 29 e 30 de Novembro de 2008

432. A Delegação Permanente organizou, em colaboração com a Liga de Estados Árabes e a união das câmaras de comércio africanas e árabes, com a participação do Banco Africano de Importação e Exportação, uma oficina sobre o papel das câmaras de

comércio no desenvolvimento de relações comerciais entre a África e o mundo árabe. Esta reunião examinou, entre outras coisas, o estado do comércio afro-árabe, o papel das câmaras de comércio na promoção de relações comerciais afro-árabes e inter-africanas. Adoptou as seguintes recomendações:

- A necessidade de criar um quadro para as relações regulares de trabalho entre as duas uniões das câmaras africanas e árabes;
 - A criação dum banco de dados sobre as trocas comerciais e o investimento em África e no mundo árabe;
 - A participação eficaz do sector privado em feiras comerciais africanas e árabes;
 - A organização de feiras comerciais especializadas (madeira, produtos agrícolas e industriais, etc.).
- c) Organização de uma oficina sobre “o papel da mulher africana e árabe perante a crise alimentar mundial: desafios e soluções”, 14 de Dezembro de 2008, Cairo**

433. No quadro da campanha de divulgação da visão estratégica da União Africana na luta contra a crise alimentar mundial e a sensibilização das partes árabe e africana a este respeito, a Delegação Permanente organizou, a 14 de Dezembro, a oficina supracitada, com a colaboração do Instituto de Pesquisa e de Estudos Estratégicos Africanos da Universidade do Cairo. Os principais eixos do seminário centraram-se na (o):

- A crise alimentar : causas e consequências;
 - O papel económico e social da mulher no fornecimento de alimentos;
 - O papel das organizações não governamentais e das organizações sem fins lucrativos (experiências adquiridas a nível africano e árabe);
 - O papel da mulher africana e árabe em zonas urbanas desfavorecidas na luta contra a crise alimentar.
- d) Quarta reunião consultiva entre a Comissão da União Africana e o Secretariado Geral da Liga de Estados Árabes (1 – 4 de Dezembro de 2008)**

434. A Delegação Permanente assegurou os preparativos da reunião acima, em colaboração com o Secretariado Geral da Liga de Estados Árabes. A Agenda da reunião continha os seguintes pontos essenciais:

- Paz e segurança (Darfur, Mauritânia, Somália. Próximo Oriente e Palestina);

- Disposições visando a realização da segunda Cimeira Afro-Árabe e da 13ª Sessão da Comissão Permanente sobre a Cooperação Afro-Árabe e a 7ª Feira Comercial Afro-Árabe;
- Estabelecimento de relações directas entre os órgãos e as instituições africanas e árabes homólogas: Conselho de Paz e Segurança da UA e Conselho Árabe de Paz e Segurança, alargamento do nível de participação à reunião consultiva entre a Comissão da União Africana e o Secretariado Geral da Liga de Estados Árabes (instituição por instituição);
- Propostas relativas ao programa de cooperação afro-árabe durante o ano de 2009: organização dum reunião ministerial sobre o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar, reunião de peritos de alto nível sobre as perspectivas de investimento em África e no mundo árabe e organização de torneios desportivos, rotativamente, em países africanos e em países árabes.

e) Programa de trabalho da Delegação Permanente para o ano de 2009

435. A Delegação Permanente conta levar a cabo as seguintes actividades :

- Contribuição para os preparativos da segunda Cimeira Afro-Árabe;
- Contribuição para os preparativos da sétima feira comercial afro-árabe;
- Elaboração de programas conjuntos com instituições/ organizações árabes especializadas com as quais existem relações institucionais;
- Organização dum reunião de alto nível sobre as perspectivas de investimento em África e no mundo árabe;
- Organização dum reunião ministerial sobre o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar em África e no mundo árabe;
- Organização de torneios desportivos regulares entre as organizações dos países africanos e dos países árabes;
- Publicação dum boletim trimestral de informação sobre a popularização da União Africana.

3. ESCRITÓRIOS DE REPRESENTAÇÃO

a) Escritório de Nova Iorque

i. Questões Políticas

436. A fim de implementar a Assembly/AU/Dec.199 (XI), a questão do **abuso do princípio de jurisdição internacional** foi considerada pelo Grupo Africano nas suas

reuniões a 27 de Agosto de 2008 e 10 de Setembro de 2008. A missão também facilitou e participou em encontros com funcionários das NU e transmitiu ao Secretariado e à Assembleia Geral das NU as decisões e os relatórios da UA sobre o assunto, a serem considerados como documentos oficiais das Nações Unidas. O Conselho Jurídico da UA fez um briefing sobre este assunto ao Grupo Africano e ao Movimento dos Não-Alinhados em Dezembro de 2008.

437. A Missão acompanhou de perto as discussões em curso nas **NU sobre a Reforma do Conselho de Segurança**. Um dos acontecimentos dignos de nota foi a decisão 62/557 de 15 de Setembro de 2008 segundo a qual a Assembleia Geral pediu para “continuar imediatamente a tratar no seio do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG) do quadro e das modalidades a fim de preparar e facilitar as negociações inter-governamentais”. A este respeito, o OEWG reuniu-se a 11 e 17 de Novembro de 2008, antes do debate na Assembleia Geral a 17 de Novembro de 2008 sobre a “Questão da Representação Equitativa e Aumento do Número de Membros do Conselho de Segurança e Outros Assuntos Relativos ao Conselho de Segurança”. Foi então acordado que o OEWG continuará a tratar das questões referentes ao quadro e às modalidades de Negociação Intergovernamental, que não devem começar depois de 28 de Fevereiro de 2008. A Missão continuou a apoiar o Grupo Africano na sua determinação de participar nas negociações, conforme mandatado pela Cimeira da UA nas suas decisões Assembly/AU/Dec.184 (X) e Assembly/AU/Dec.204 (XI).

438. A Missão participou na iniciativa do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA) que organizou nas Nações Unidas um Painel de Discussão sobre o Plano de Actividade Conjunto (JAP) em apoio à Carta Africana sobre a **Democracia, as Eleições e a Governação** a 31 de Outubro de 2008. A Missão também organizou um Painel de Discussão sobre “Valores Comuns africanos de Democracia, Boa Governação e Direitos Humanos no Quadro do Programa Decenal de Reforço de Capacidades da UA-NU” a 9 de Dezembro de 2008, com a participação do Comissário para os Assuntos Políticos e funcionários das Nações Unidas, do Internacional IDEA e do Instituto Democrático Nacional para Assuntos Internacionais, sedado em Washington.

439. Sobre as questões de **não proliferação, desarmamento e combate ao terrorismo**, os acontecimentos dignos de nota nas NU incluíram: o Relatório do Relator Especial sobre “a promoção e protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais ao combater o terrorismo” publicado a 6 de Agosto de 2008; o segundo relatório do Comité 1540 ([S/2008/493](#)) ao Conselho de Segurança sobre o estado de implementação da resolução [1540](#) sobre terrorismo e armas de destruição maciça; a adopção da [resolução 1823](#) (2008) pelo Conselho de Segurança que acabou com a proibição de fornecimento de armas para utilização no Ruanda e dissolveu o comité encarregue de monitorizar o cumprimento das sanções.

ii. Candidaturas Africanas no Sistema Internacional

440. A Missão facilitou a implementação da Decisão EX.CL/Dec.453 (XIII) da União Africana e várias decisões do Grupo Africano em Nova Iorque com relação a candidaturas africanas no sistema internacional. O escritório informou sobre o elevado nível de sucesso dos candidatos aprovados, como a eleição do Uganda como membro não permanente do

Conselho de Segurança para o período 2009-2010, a do Dr. Abdulqawi Ahmed Yusuf (Somália) para o Tribunal Internacional de Justiça para um mandato de 9 anos a ter início a 9 de Fevereiro de 2009 e a eleição de três dos quatro candidatos apoiados (Argélia, Egipto, Maurícias) para membros da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas para o período 2009-2010. Violet Awori (Quénia) também foi eleita para o Comité para a Eliminação de Discriminação contra as Mulheres, com um mandato de quatro anos a começar a 1 de Janeiro de 2009. Convém sublinhar com apreço a aprovação pela Assembleia Geral durante a sua 116ª Sessão Plenária, realizada a 28 de Julho de 2008, da decisão do Secretário-geral das NU de nomear o juiz Navanethem Pillay (África do Sul) como o novo Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o que constitui um orgulho para a África.

iii. Questões Económicas e Sociais

441. Durante o período em análise, a Missão assistiu à Sessão de Fundo do ECOSOC (30 de Junho a 24 de Julho de 2008) que incidiu no estado da economia mundial e as suas implicações para a realização da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas, nos progressos feitos quanto aos objectivos e metas da Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas e na abordagem integrada do desenvolvimento rural tendo em conta a crise alimentar mundial e as discussões recentes sobre o papel da bioenergia.

442. A Missão participou plenamente na preparação da Reunião de Alto Nível sobre “Necessidades de desenvolvimento de África: estado de implementação de vários compromissos, desafios e o caminho a seguir”, realizada a 22 de Setembro de 2008, à margem do debate geral da 63ª sessão. A Missão facilitou a participação do Presidente da Comissão, que fez um comunicado na sessão de abertura. A reunião terminou com os Chefes de Estado e de Governo a adoptarem uma Declaração Política que sublinhou a necessidade de mais esforços, incluindo mobilização de recursos, perdão da dívida, medidas para resolver o VIH/SIDA e outras doenças, resolução de conflitos bem como dos impactos das alterações climáticas e da crise alimentar mundial. A declaração tinha como objectivo fortalecer os compromissos existentes, como os assumidos na Declaração do Milénio, o Consenso de Monterey de 2002 sobre o financiamento do desenvolvimento e a Declaração de Joanesburgo de 2002 sobre desenvolvimento sustentável.

443. A Missão também facilitou a participação do Presidente e da sua delegação no evento de alto nível sobre os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD), convocado conjuntamente pelo Secretário-geral das NU e pelo Presidente da Assembleia Geral a 25 de Setembro de 2008. Um dos primeiros pontos alto foi a adopção duma declaração política sobre as necessidades de África em termos de desenvolvimento, que reconheceu a pobreza como o maior desafio do continente, sublinhando a necessidade de crescimento económico para poder vencê-la. A validade da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) também foi reafirmada como o quadro predominante para o desenvolvimento sustentável na região. A reunião terminou com a informação de que os novos anúncios feitos durante a reunião e em 50 eventos paralelos totalizavam mais de 16 milhões de \$EU.

444. A Missão participou na revisão a **meio percurso do Programa de Acção de Almaty 2003** realizada nas NU aos 2 e 3 de Outubro de 2008. A reunião tinha como

objectivo forjar parcerias globais para tratar das necessidades especiais de países sem litoral, resolvendo a sua marginalização contínua da economia mundial. O Programa de Acção de Almaty definiu um conjunto de prioridades para acção em políticas de trânsito, desenvolvimento e manutenção de infra-estruturas, comércio internacional e facilitação do comércio e medidas internacionais de apoio. Reconheceu-se durante a reunião que tinham sido realizados progressos consideráveis desde que o Programa de Acção de Almaty foi adoptado há cinco anos.

445. A Missão também monitorizou a discussão do Painel interactivo sobre a crise financeira, convocada pelo Presidente da Assembleia Geral a 30 de Outubro de 2008. Os Estados Membros admitiram que as Nações Unidas devem intervir como única instituição com legitimidade política para resolver a crise financeira mundial, que a crise requer uma resposta global que deve estar de acordo com a justiça e solidariedade social para todos os países, reflectindo uma compreensão do equilíbrio necessário entre Governo e mercados e respeitando os princípios do processo democrático, incluindo a transparência total.

446. A Missão acompanhou de perto a preparação do seguimento da Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento para rever a implementação do consenso de Monterey a realizar-se em Doha. Esta Conferência incluiu, entre outras coisas, seis sessões de revisão, informais, substantivas sobre as seis áreas temáticas do Consenso de Monterey. A Assembleia Geral instruiu o Seguimento da Conferência Internacional sobre Financiamento para Desenvolvimento para que “avaliasse os progressos realizados, reafirmasse os objectivos e compromissos, partilhasse as melhores práticas e lições aprendidas e identificasse obstáculos e constrangimentos encontrados, acções e iniciativas para os ultrapassar e medidas importantes para implementação futura, bem como novos desafios e questões emergentes”. Foi preparada uma proposta de resolução sobre sistema financeiro internacional e desenvolvimento que sublinhou o impacto da crise financeira no financiamento para o desenvolvimento.

447. A Missão acompanhou a 41ª sessão do Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) realizada de 30 de Junho a 18 de Julho de 2008 em Nova Iorque. Para esta sessão, foram considerados os relatórios da Nigéria e da Tanzânia e o Comité também adoptou a agenda provisória para a sua 2ª sessão, que foi marcada para 20 de Outubro a 7 de Novembro em Genebra. Os relatórios a serem vistos eram de 13 estados parte, dois dos quais são da África, nomeadamente, os Camarões e o Madagáscar. Além disso, o Comité decidiu enviar cartas de advertência com datas específicas para a apresentação de relatórios aos estados parte, cujos relatórios iniciais estavam com atrasos de cinco anos, nomeadamente o Djibuti em África, a aos que tinham relatórios com 10 anos de atraso; o Senegal e o Zimbabué apareceram nesta categoria.

448. A Missão acolheu um fórum interactivo para celebrar o Dia Africano da Juventude 2008, organizado pelos Amigos de *Africa Internacional* a 3 de Novembro de 2008. O evento foi marcado por uma discussão interactiva dum painel sobre o tema: “Juventude Africana Promove Valores Positivos Africanos”. O resultado deste fórum foi o Plano de Acção, que será apresentado no próximo Fórum Pan-Áfricano de Liderança da Juventude em Madagáscar em Junho de 2009.

449. A Missão também participou na 1ª Conferência da UA dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Desenvolvimento Social de 27 a 31 de Outubro de 2008, em Windhoek, Namíbia. O resultado principal desta conferência foi a adopção do Quadro de Política Social para África CMSD/EXP/4 (I), a Declaração de Windhoek sobre o Desenvolvimento Social e a Posição Comum Africana sobre a Integração Social. A reunião pediu ao Ministro da Saúde e dos Assuntos Sociais da Namíbia, como Presidente da 1ª Sessão da Conferência da UA dos Ministros Africanos Responsáveis pelo Desenvolvimento Social, que apresentasse a Posição Comum na 47ª Sessão da Comissão das NU para o Desenvolvimento Social a ter lugar de 4 a 13 de Fevereiro de 2009 em Nova Iorque.

450. A Missão também acompanhou a reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral sobre a Cultura da Paz, realizada de 12 a 13 de Novembro de 2008, na qual o Presidente da Assembleia Geral convidou os Estados-membros a participarem ao mais alto nível possível. Esta reunião será seguida do Fórum da Segunda Aliança de Civilizações a realizar-se em Istambul, em Abril de 2009.

iv. Actividades do Grupo Africano

451. Durante o período em análise, a Missão facilitou um total de 18 reuniões do Grupo Africano a nível de embaixadores. O Grupo também teve alguns briefings feitos por vários representantes do sistema das NU, governos e Estados Membros. O Grupo esteve sobretudo ocupado com a preparação da Reunião de Alto Nível sobre “As Necessidades de África em termos de Desenvolvimento”. O Grupo também considerou a Agenda da 63ª sessão da Assembleia Geral das NU. O Grupo teve que tratar de vários assuntos, nomeadamente a Aceleração da Realização dos OMD, Coerência em Todo o Sistema das NU, Tráfico de Pessoas, Reforma do Conselho de Segurança das NU, Crise Alimentar Mundial, Crise Financeira Mundial, Abuso do Princípio da Jurisdição Universal e Direitos Humanos. O Grupo, entre outras coisas, convidou o Representante permanente para o Haiti a informá-lo sobre as tragédias recentes neste país, a 19 de Novembro de 2008, e deu uma contribuição simbólica como expressão de solidariedade. Além disso, o Grupo também tratou de questões relativas às candidaturas africanas no sistema das NU e das estratégias pertinentes para ter sucesso. A Missão facilitou ainda 30 reuniões de Peritos africanos dos vários comités das NU.

v. Interacção Multilateral e Bilateral

452. A Missão facilitou a participação da Comissão da União Africana em várias reuniões e consultas à margem do Debate Geral da 63ª Sessão da Assembleia Geral de 23 de Setembro a 1 de Outubro de 2008. O debate geral contou com a presença de vários líderes mundiais, entre os quais 27 Chefes de Estado e de Governo Africanos. Incidiu sobretudo no reforço da coligação visando a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e em Paz e Segurança, Alterações Climáticas, Alimentação, Combustíveis e Crise Financeira.

453. A Missão facilitou igualmente mais de 24 consultas bilaterais organizadas pelo Presidente da Comissão e as dos membros da sua delegação, à margem da abertura da 63ª Sessão da Assembleia Geral. Estas incluíram o encontro com o Secretário-geral das

Nações Unidas a 19 de Setembro de 2008 e a sua participação como orador convidado na 2ª Série Anual de Líderes Africanos do Instituto Internacional de Paz e como convidado de honra num almoço para chefes de delegações africanas oferecido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. A Missão também manteve um contacto activo com vários responsáveis do sistema das NU em Nova Iorque e com organizações da sociedade civil e de peritos relevantes.

vi. Comunicação e Documentação

454. Durante o período em análise, a Missão trabalhou em várias reuniões do Grupo Africano e em vários encontros/ seminários das Nações Unidas e os documentos necessários estiveram disponíveis nas reuniões. As decisões da Conferência de Julho de 2008 foram transmitidas à Assembleia Geral como documentos oficiais da 63ª Sessão e foi concedida uma atenção particular à Decisão sobre o Abuso do Princípio de Jurisdição Universal. Os Comunicados do Conselho de Paz e de Segurança também foram transmitidos ao Conselho de Segurança das NU e distribuídos aos órgãos e aos media das NU logo que ficaram disponíveis. A Missão continuou a desenvolver o seu website para aumentar a visibilidade do seu trabalho e a popularização da UA em geral. O processo de criação dum Centro de Documentação está em curso. O equipamento para videoconferência para fins de comunicação com a CUA e os seus escritórios regionais foi instalado, mas ainda não está em funcionamento devido a dificuldades técnicas.

b) Escritório de Washington

i. Relações com o Banco Mundial

455. O Escritório de Washington facilitou a assinatura a 26 de Setembro de 2008 de um Memorando de Entendimento (MdE) entre as duas organizações pelo Presidente da Comissão e pelo Presidente do Banco Mundial.

456. Este memorando constitui um quadro para reforçar as relações de trabalho institucionais entre o Banco Mundial e a Comissão em áreas concretas: Paz e Segurança, Integração Regional, Reconstrução Pós Conflito, VIH/SIDA/ Malária e Diáspora.

457. O Escritório de Washington continuará os contactos com o Banco Mundial para acelerar as acções nas áreas identificadas de modo a assegurar resultados tangíveis para a União Africana.

458. A este respeito, a Comissão está no processo de identificação de actividades concretas em áreas relevantes acordadas pelas duas instituições tendo em conta as suas vantagens comparativas.

ii. Relações com a Organização dos Estados Americanos (OEA)

459. O Escritório continuou a envolver a OEA no quadro da “Carta de Intenção” assinada por esta última e pela Comissão da União Africana, em Julho de 2007.

460. A Comissão está a trabalhar juntamente com a OEA numa proposta de Protocolo de Acordo a ser acordado sobre as eventuais áreas de cooperação. O Governo do Brasil assumirá a presidência rotativa da OEA no próximo ano e exprimiu a sua intenção de levar este assunto à sua conclusão lógica.

iii. Novos Acontecimentos registados nos Estados Unidos da América

461. A eleição de Barack Obama como primeiro presidente afro-americano nos Estados Unidos é um acontecimento histórico extraordinário com implicações geopolíticas que ultrapassam os limites da política americana. Esta eleição traz grandes expectativas tanto a nível nacional como mundial. Gerir estas expectativas será o primeiro teste ao futuro presidente dos EUA. Para África e o resto do mundo em desenvolvimento, o Presidente Barack Obama não pode ser nada menos que um Aliado Chave devido às suas raízes Africanas e por ter vivido num país em desenvolvimento (Indonésia). Portanto a África não pode permitir-se ficar passiva. Uma abordagem proactiva e unida para compromisso imediato plantará sementes precoces para relações equitativas EUA/ África com a nova administração e um congresso de maioria democrata.

462. Os Órgãos Políticos da UA podem querer considerar uma Conferência, EUA/África semelhante à da UE e da TICAD, como um primeiro passo na construção dum novo paradigma para as relações EUA/ África. O estabelecimento dum Escritório da UA em Washington não podia ocorrer em momento mais oportuno. Contudo, o Escritório só pode desempenhar eficazmente o seu papel se lhe forem concedidos recursos financeiros e humanos adequados e puder manter a imagem, legitimidade e credibilidade da Representação da UA nos EUA.

c) Escritório de Genebra

463. Durante o segundo semestre de 2008, a Comissão, através da sua representação em Genebra, realizou várias actividades (reuniões, workshops e seminários) em apoio ao Grupo Africano, que defende os interesses do continente nas negociações com as organizações internacionais sediadas em Genebra e promove relações mais estreitas com estas últimas.

464. Para manter esse diálogo e estabelecer canais de comunicação e intercâmbio com os nossos parceiros, a Representação de Genebra iniciou o diálogo e consultas com várias organizações internacionais sediadas em Genebra, convidando os chefes de agências e executivos destas agências e organizações internacionais a participarem em reuniões e actividades organizadas com a participação activa do Grupo Africano. O resultado destas reuniões encontra-se publicado no website da Comissão da União Africana, a fim de partilhar informação com a comunidade internacional em geral.

i. ONUSIDA

465. Uma Reunião Extraordinária do Conselho de Coordenação do Programa ONUSIDA (CCP) foi convocada a 2 de Outubro de 2008 em Genebra para discutir o processo de nomeação do próximo Director Executivo (DE) do ONUSIDA. Foram pré-seleccionados dois candidatos africanos para essa posição, o Dr. Michel Sdibe (Mali) e o Dr. Debrework

Zewdie (Etiópia). Embora o CCP não possa votar nem eleger o Director Executivo da ONUSIDA, o seu apoio a um determinado candidato pode influenciar o resultado final do processo de nomeação. No termo do processo, o Secretário-geral designou o Dr. Michel Sdibe como Director Executivo da ONUSIDA.

ii. Organização Mundial da Saúde (OMS)

466. A elaboração dum protocolo para controlar o comércio ilícito em produtos de tabaco no quadro do *Órgão de Negociação Intergovernamental sobre um Protocolo acerca do Comércio Ilícito em Produtos de Tabaco (INB2)* é da maior importância em África, que está a ser cada vez mais infiltrada por produtos de tabaco ilícitos e contrafeitos. O impacto desse comércio ilícito é multidimensional, exigindo assim cooperação internacional e uma abordagem multisectorial para o combater. Depois dos inputs dados pelas delegações na primeira sessão do INB realizada no começo deste ano, o Presidente do INB trabalhou num projecto de protocolo, que foi apresentado à segunda sessão deste Órgão de Negociação Intergovernamental que teve a sua reunião em Genebra de 20 a 25 de Outubro de 2008.

467. Para a Região Africana, os principais pontos fracos do texto proposto é que a sua implementação exige capacidade institucional que actualmente não existe em muitos países em desenvolvimento. A disparidade na capacidade entre países desenvolvidos e em desenvolvimento deve ser devidamente tratada para que um protocolo, baseado em cooperação internacional, possa funcionar eficazmente além fronteiras. O trabalho do INB ainda está incompleto e requer mais reuniões entre sessões e contribuições dos peritos em várias questões chave realçadas no encontro.

468. A Representação de Genebra participou em várias reuniões, sessões e conferências de organizações parceiras em Genebra, algumas delas com a presença de altos funcionários da Comissão da sede.

iii. Organização Internacional do Trabalho (OIT)

469. A 303ª Sessão do Conselho de Administração da OIT (CA) foi realizada em Genebra de 6 a 21 de Novembro de 2008. Uma questão significativa para o Grupo Africano é a composição do CA. Tradicionalmente, a região africana tem estado representada equitativamente no CA. A este respeito, a região africana adoptou uma resolução na sua 11ª Reunião Regional Africana da OIT em Adis Abeba em Abril de 2007, apelando a uma distribuição geográfica equilibrada de assentos no CA. Após deliberações em sessões anteriores do CA, em particular a 201ª sessão em Março deste ano, o Grupo Africano pediu que o Director Geral apresentasse uma proposta concreta para resolver este desequilíbrio. Como consequência, a sessão considerou uma proposta da OIT sobre aumentar o número de assentos permanente no CA, passando dos dez actuais para doze, de modo a incluir concretamente países africanos na lista de estados não electivos de grande importância industrial. Embora o Grupo Africano estivesse de acordo com a necessidade de rectificar o desequilíbrio histórico na representação no CA, não conseguiu chegar a um consenso sobre a proposta acima pois alguns países manifestaram a sua preferência pela revitalização do instrumento de 1986 de emenda à constituição da OIT que, entre outras coisas, apela à eliminação de assentos não electivos ou permanentes.

Devido à falta de consenso o CA adiou o assunto para a próxima sessão em Março de 2009.

470. Ao facilitar o consenso no seio da Região africana, é necessário começar as consultas tanto dentro da região como com outras regiões e Estados Membros. O 303º CA revelou que outras regiões têm posições divergentes sobre a proposta actual bem como o instrumento de emenda de 1986. Para facilitar o consenso sobre este tema, pode ser necessário que os Ministros Africanos do Trabalho se reúnam para deliberar sobre uma posição Africana comum, para apresentação ao 304º CA em Março de 2009 ou para discutir o assunto na 7ª Sessão da Comissão de Trabalho e dos Assuntos Sociais da UA em Abril de 2009.

iv. Organização Internacional para as Migrações (OIM)

471. O Grupo Africano tem estado activo no seu apoio ao estabelecimento duma Missão da OIM com Funções Regionais (MRF) na África Central e um Centro de Reforço de Capacidades (CBC) para o continente. Esta questão está na agenda do Grupo Africano desde 2007 e foi reiterada nas reuniões do conselho de administração da OIM e nas reuniões de embaixadores do Grupo Africano com o antigo Director Geral (DG) da OIM, bem como com o recém-eleito DG, Embaixador William Lacy Swing. Com a eleição de um novo DG, continua a ser importante avaliar a visão da nova liderança em termos de necessidades africanas e também para que o Grupo Africano seja mais proactivo na definição dos seus objectivos para um CBC, em particular.

d) Escritório do Cairo

472. A Delegação Permanente da União Africana Junto da Liga dos Estados Árabes continua a acompanhar de perto as actividades da Liga Árabe, nomeadamente no quadro do reforço e da consolidação das relações de cooperação nas várias áreas políticas, económicas e socioculturais.

473. O período em análise caracterizou-se por uma coordenação contínua entre o Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes e a Comissão da União Africana, designadamente sobre as questões relativas à paz e segurança para as quais foram organizadas reuniões consultivas entre o Presidente da Comissão e o Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, com o fim de imprimir um novo impulso à cooperação entre as duas organizações e à coordenação sobre questões de segurança, nomeadamente em Darfur e na Somália.

474. As actividades conjuntas debruçaram-se igualmente sobre a cooperação afro-árabe nas áreas económica e sociocultural. Convém dar uma ideia de todas as decisões tomadas pela Liga dos Estados Árabes relativas às questões que interessam à União Africana, principalmente no domínio da paz e da segurança.

475. A Delegação Permanente assegurou a coordenação entre a União Africana e a Liga dos Estados Árabes sobre a situação em Darfur, na Somália e na Mauritânia. Neste contexto e a convite do Secretariado Geral da Liga dos Estados Árabes, a Comissão, representada pelo Comissário para a Paz e Segurança, participou nos trabalhos da

reunião de ministros dos negócios estrangeiros árabes, que se realizou a 8 de Setembro de 2008 no Cairo. O Comissário apresentou um relatório sobre a situação em Darfur, na Somália e na Mauritânia.

476. Acerca do Darfur, foi decidido criar um comité ministerial afro-árabe sob a presidência do ministro dos negócios estrangeiros do Qatar e do Secretário-geral da Liga dos Estados Árabes e do Presidente da Comissão da União Africana. Este Comité compreende ainda os seguintes países: Argélia, Arábia Saudita, Síria, Líbia e Egipto. O comité está encarregue de organizar negociações de paz entre o governo sudanês e o movimento armado em Darfur com o objectivo de alcançar, o mais breve possível, uma paz global em Darfur, em estreita cooperação com o representante conjunto da União Africana e das Nações Unidas.

477. A reunião ministerial da Liga Árabe exprimiu a sua solidariedade com o Sudão nos seus esforços para fazer respeitar a sua soberania, integridade territorial e estabilidade e reafirmou a competência e a independência do sistema judiciário sudanês e a rejeição de qualquer tentativa visando politizar o princípio da legalidade internacional e reafirmou de novo a não-aceitação da posição desequilibrada do Procurador-Geral do Tribunal Penal Internacional. Também lançou um apelo à coordenação das posições da Liga dos Estados Árabes, da União Africana, da Conferência da Organização Islâmica e do Movimento dos Não Alinhados para pôr termo às perseguições do Tribunal Penal Internacional.

478. A reunião também se congratulou pelas medidas tomadas acerca da implementação do Acordo de Paz Global, assinado entre o Governo e o Movimento Popular para a Libertação do Sudão para pôr cobro à crise de Abyei. Este Acordo contém um roteiro para se encontrar uma solução para esta crise e um pedido aos países árabes para que concedam o apoio financeiro necessário ao desenvolvimento e ao investimento no sul do Sudão.

479. Quanto à Somália, a reunião dos ministros árabes felicitou-se pelo Acordo celebrado a 8 de Agosto de 2008, em Djibuti, entre o Governo somali e a Aliança para a Libertação da Somália. O Acordo prevê uma disposição relativa ao apoio à Delegação da União Africana na Somália e a condenação de acções militares contra as forças africanas e o apoio ao pedido da União Africana relativo ao envio, o mais rápido possível, de forças das Nações Unidas para substituir as forças africanas.

480. Em relação à Mauritânia, a reunião dos ministros dos negócios estrangeiros árabes adoptou uma declaração solicitando às autoridades mauritanianas actuais que libertem o Presidente Sidi Mohamed Ould Cheikh Abdallah e encontrem uma solução de compromisso que restabeleça rapidamente a legalidade constitucional e que permita ultrapassar a crise política, preservar o processo democrático e manter a estabilidade da Mauritânia. A este respeito, o Conselho também pediu que continuem os esforços de consulta e coordenação entre a Liga dos Estados Árabes, a União Africana e as Nações Unidas.

e) Escritório de Bruxelas

481. Durante o período em análise, a Missão Permanente da União Africana em Bruxelas realizou as principais actividades nas áreas a seguir indicadas:

i. Implementação da Estratégia Conjunta UA-UE

482. A Missão mobilizou-se para contribuir para a implementação da Estratégia Conjunta UA/UE e do respectivo Plano de Acção, que foram adoptadas pela 2ª Cimeira África-UE em Dezembro de 2007. Assim, participou activamente nas seguintes reuniões realizadas neste quadro:

- reunião ministerial da Troika UE-África que se realizou de 12 a 16 de Setembro de 2008 em Bruxelas bem como reuniões preparatórias de peritos e altos funcionários que a precederam;
- reunião de colegas das comissões europeias e da União Africana, realizada a 1 de Outubro de 2008 em Bruxelas, bem como as reuniões preparatórias que a precederam;
- reunião ministerial da Troika UE-África que se realizou de 20 a 21 de Novembro de 2008 em Adis Abeba.

ii. A implementação do Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonou

483. A Missão continua a acompanhar quotidianamente a implementação do Acordo de Parceria ACP-UE de Cotonou. Neste quadro, dedica-se sobretudo a observar a evolução das negociações ACP-UE dos Acordos de Parceria Económica (APE), zelando pela implementação de decisões e declarações que a Cimeira e o Conselho Executivo da UA adoptaram sobre a questão.

484. É neste quadro que a Missão organizou um retiro a 5 e 6 de Dezembro de 2008, a fim de permitir ao Grupo Africano de Embaixadores em Bruxelas debruçar-se sobre as problemáticas da negociação dos APE e da 2ª revisão do Acordo de Cotonou em presença, nomeadamente, da Comissária responsável pelo Comércio e Indústria.

485. Relativamente à revisão do Acordo de Cotonou cujas negociações se desenrolam de Março de 2009 a Fevereiro de 2010, a Missão aproveitou este retiro para defender uma formalização concreta do papel da UA no dito Acordo a fim de se conseguir uma maior coerência nos instrumentos que regem a cooperação entre a UE e a África, nomeadamente a Estratégia Conjunta e o respectivo Plano de Acção. Neste sentido, a Missão preparou um documento de reflexão sobre o papel da UA no processo de revisão deste Acordo para servir de posição comum à componente africana do Grupo dos Países ACP.

486. Uma delegação do CRP (Subcomité para o Comércio e a Indústria), do Grupo de Embaixadores Africanos em Genebra, os representantes de certas CERs e de organizações internacionais também participaram neste retiro.

iii. Participação nas actividades do Grupo dos Países ACP e de outros parceiros ao desenvolvimento

487. A Missão tomou parte nas seguintes actividades do Grupo de Países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP):

- A 6ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Grupo de Países ACP que se realizou a 2 e 3 de Outubro de 2008 em Acra (Gana) sobre o tema “Promover a segurança e o desenvolvimento humanos”. A Cimeira examinou um certo número de questões e desafios com os quais o Grupo ACP é confrontado em matéria de desenvolvimento, nomeadamente a pobreza, a paz e a segurança, a subida de preços dos alimentos e do petróleo, os acordos de parceria económica com a UE, a realização dos OMD, as alterações climáticas;
- A 13ª Sessão da Assembleia Parlamentar ACP que se desenrolou de 8 a 12 de Setembro em Bruxelas. A Missão aproveitou a ocasião para contribuir para harmonizar as posições dos Estados Membros Africanos com as adoptadas pela UA, designadamente com relação a questões políticas, em particular as relativas à resolução de certos conflitos em África;
- A reunião dos ministros ACP responsáveis pela educação (22-23 de Outubro de 2008 em Bruxelas), cujo objectivo principal era examinar as vias e os meios de promover nos países ACP uma educação virada para o desenvolvimento e que possa contribuir para reforçar as capacidades do sistema educativo destes países;
- A 2ª Reunião do Fórum Mundial sobre a Migração e o Desenvolvimento, que se realizou de 27 a 30 de Outubro de 2008 em Manila, Filipinas, cujo Grupo ACP era co-organizador. O Fórum debruçou-se sobre os laços estreitos existentes entre a migração e o desenvolvimento e examinou as vias e os meios de promover sobretudo os direitos dos migrantes, nomeadamente nos países de acolhimento.

488. A Missão também participou em reuniões de vários parceiros do desenvolvimento tais como:

- 15ª Conferência Ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados, realizada a 29 e 30 de Julho de 2008 em Teerão, sobre o tema “a solidariedade para a paz e a justiça”. Nesta ocasião, os ministros Africanos lançaram um apelo para que seja concedida uma atenção especial a África de modo a permitir que este continente vença os desafios da paz e que o acompanhem nos seus esforços de realização dos OMD;
- o dia da industrialização da África, celebrado a 20 de Novembro em Bruxelas pelo escritório da ONUDI sobre o tema: “Transformação de matérias-primas para o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis”. A Missão defendeu a

acção da UA para acelerar a industrialização do continente, nomeadamente através da transformação das suas matérias-primas no local;

- as “Jornadas Europeias do Desenvolvimento” realizadas em Novembro em Estrasburgo, durante as quais a cooperação, ou mesmo a parceria UE/África em geral e UE/UA, em particular, foram longamente evocadas;
- o colóquio sobre o tema “Cultura, economia, integração regional: a cultura, alavanca do desenvolvimento em África”, co-organizado a 16 de Dezembro em Paris pela UNESCO e pela Rede Africana de Promotores e Empresários Culturais (RAPEC), uma associação da diáspora Africana em França. A Missão apresentou a acção da UA para promover o papel essencial da cultura no desenvolvimento e para um melhor tratamento das indústrias culturais africanas.

iv. Estabelecimento de relações de trabalho com o AIDCO

489. A Missão, além disso, iniciou conjuntamente com o AIDCO (Escritório de Cooperação de EuropeAid) uma reunião de concertação para conhecer melhor os seus respectivos papéis e mandatos. Este encontro teve lugar a 12 de Dezembro de 2008 em Bruxelas. As duas organizações resolveram reforçar as suas relações de trabalho. Deve-se sublinhar que o AIDCO gere, entre outras questões de cooperação UA/UE, o que se refere à Estrutura de Paz em África.

v. Popularização da União

490. A Missão participou activamente num seminário africano, organizado de 8 a 12 de Setembro de 2008 em Bruxelas pelo Parlamento Europeu no quadro do Ano Europeu de Diálogo Intercultural. Esta importante manifestação desenrolou-se na presença duma delegação do Parlamento Pan-africano dirigida pela sua presidente, inúmeros artistas e escritores africanos, entre os quais o Prémio Nobel da Literatura, o nigeriano Wole Soyinka. Foi uma oportunidade de intercâmbios e diálogos proveitosos no plano cultural e político para uma melhor compreensão mútua entre parceiros europeus e africanos.

491. A Missão co-organizou com uma agência de comunicação belga, *Echo Communication*, com a Associação das Cidades Unidas de África e a colaboração da Comissão Europeia, uma grande manifestação sobre o tema “Harabuntu – Aqui (em África) há valor”. Trata-se de pôr em evidência a África dos criadores e dos produtores de riqueza bem como o enorme potencial de desenvolvimento de que é dotado este continente. O objectivo era dar uma outra imagem de África, diferente da imagem miserável que lhe tem sido atribuída. O sucesso desta manifestação foi tal que foi decidido voltar a fazê-la todos os anos.

vi. Aquisição de um novo imóvel

492. A Missão contribuiu activamente para a implementação adequada da Decisão EX.CL/Dec.403 (XII) segundo a qual o Conselho Executivo autorizou a Comissão a

proceder à compra dum novo imóvel para acolher a Missão Permanente da UA em Bruxelas. A Comissão decidiu que as representações das CER's em Bruxelas, que o desejarem, ficarão sob o mesmo tecto que a Missão da UA em Bruxelas.

493. O processo de aquisição iniciado formalmente em Junho último, sob a supervisão da Direcção da Administração e do Gabinete do Conselheiro Jurídico, levou à assinatura do contrato de compra, em Outubro de 2008, de um imóvel identificado segundo os procedimentos da Comissão nesta matéria.

494. Também, sob a supervisão desta Direcção de Administração, a Missão está a terminar os trâmites necessários para o arranjo do imóvel adquirido (sala de reuniões) e equipamento (cabines de interpretação) antes dos escritórios se mudarem.

495. Na medida em que o imóvel onde se encontram actualmente os escritórios da Missão é propriedade da UA e a Missão, segundo as directivas da Comissão, tomará as disposições necessárias para o pôr à venda, em total conformidade com os procedimentos da UA nesta matéria.

Escritório de Lilongwe

496. Em Agosto de 2008, no quadro do seu Plano Regional Indicativo de Desenvolvimento Estratégico (RISDP), a SADC lançou a sua Zona de Comércio Livre que foi um passo importante no aprofundamento do seu processo de integração. A implementação pelos Estados Membros conduziria à expansão do comércio entre eles. Contribuiria igualmente para maiores oportunidades de emprego e crescimento e desenvolvimento económico.

497. A Cimeira Tripartida dos Chefes de Estado e de Governo da COMESA-EAC-SADC, de 22 de Outubro de 2008, foi um desenvolvimento importante no regionalismo na região e Africa. Foi orientada por uma visão para um único mercado para a Africa Austral e Oriental. As três Comunidades Económicas Regionais (CER's) decidiram fundir-se numa única CER, com o objectivo de acelerar a realização da Comunidade Económica Africana. A decisão da Cimeira de desenvolver mecanismos conjuntos de implementação e de financiamento para o desenvolvimento de infra-estruturas dará um grande avanço na intensificação das CER. Também, o estabelecimento do quadro jurídico e institucional do novo acordo reforçará a vontade política dos Estados Membros e promoverá a integração.

498. O Escritório Regional da União Africana na África Austral (SARO/UA – *Southern African Regional Office*) realizou várias actividades para a promoção da integração e do desenvolvimento na região durante este período. O Escritório participou no Fórum de Desenvolvimento Africano sobre Progressos na Implementação de Protocolos na Africa Austral, 29 – 30 de Maio de 2008, em Lusaka, Zâmbia, e a Quarta Reunião do Comité Intergovernamental de Peritos para a Africa Austral, a 2 de Junho de 2008, em Lusaka, ambos organizados pela CEA-SA. O Delegado Regional da UA pronunciou o Discurso de Abertura em primeiro lugar. Ele salientou os desafios na integração regional que incluem, entre outros, estabilidade política, soberania, fraco envolvimento dos intervenientes do sector privado, e infra-estruturas e instituições deficientes.

499. O SARO/UA, em colaboração com a CEA-SA e o BAD, organizou dois Seminários em Lusaka, de 10 a 13 de Dezembro de 2008. O primeiro focou o tema “Água e Saneamento na Comunidade para o Desenvolvimento da Africa Austral (SADC): Abordagens Inovadoras para a Mobilização de Recursos e Implementação de Políticas “. O objectivo do Seminário consistia em facilitar a implementação das várias declarações da UA e da SADC sobre a água e o saneamento. O seminário produziu recomendações adequadas para todos os intervenientes. Recomendações que ajudarão os Estados Membros a tomar medidas apropriadas para alcançar os OMD sobre a água e o saneamento e a reduzir a pobreza até 2015.

500. O segundo seminário foi consultivo como preparação do documento da posição da África para o 5º Fórum Mundial da Água previsto para 16-22 de Março de 2009 em Istambul, Turquia. Recomendações significativas surgiram das consultas na região. Proporcionam a estrutura que outras consultas em outras regiões desenvolveriam nos seminários a ser organizados mais tarde pelo BAD.

501. Com o objectivo de maior divulgação sobre a União Africana, o Escritório realizou palestras públicas nas seguintes Universidades: Mzuzu University, Mzuzu, Malawi (17 de Outubro de 2008), Catholic University, Nguludi, Malawi (22 de Outubro de 2008), e Chancellor College, Zomba, Malawi (4 de Novembro de 2008). O tema das palestras foi “A União Africana e o Desenvolvimento da África”. As palestras incidiram nas estruturas e modalidades de operações da UA. Os problemas de desenvolvimento da África foram analisados e o papel da UA e a integração continental foram realçados. As palestras foram muito informativas e despertaram ânimo e interesse. Consequentemente suscitaram pedidos para a realização de mais palestras no futuro em outras áreas específicas de integração e desenvolvimento da África bem como desenvolvimento internacional.

502. Sensibilizar é importante para a promoção de melhor compreensão da UA na região que é constituída por 15 países. A promoção deve ocorrer a todos os níveis, incluindo, particularmente, o sector privado e as sociedades civis. Porém, estas iniciativas só podem ser levadas a cabo com recursos financeiros adicionais. As limitações de recursos financeiros representam um grande obstáculo na promoção das actividades da integração da UA em outros países na região.

503. A sensibilização deve ainda ser reforçada com a participação e apoio da UA para os projectos de desenvolvimento comunitário especialmente nas zonas rurais nos Estados Membros, o que implicará mais recursos orçamentais adicionais e competências técnicas no escritório regional. Com isso, a UA contribuirá directamente para a redução da pobreza e o apoio a nível local para os ideais da integração africana com vista aos Estados Unidos da África.

504. Outras actividades de sensibilização do Escritório foram incluídas na publicação do Boletim do SARO-UA e organização de reuniões do Grupo Africano e SADC em Lilongwe. O Boletim apresenta notícias actuais sobre as actividades da CUA e do SARO-UA e é amplamente distribuído através da internet e e-mail.

505. As reuniões do Grupo Africano e SADC proporcionam os fóruns para a troca de ideias sobre o desenvolvimento político, económico e social na região, no continente e na comunidade internacional.

4. QUOTA-PARTE DA ÁFRICA NO COMÉRCIO MUNDIAL

Exposição Universal de 2010 – Xangai, China

506. A Comissão aceitou participar pela primeira vez na sua história na Exposição Universal de 2010, que terá lugar na cidade de Xangai (China), depois de ter sido seleccionada a nível do Gabinete Internacional das Exposições. O tema central é “Melhor cidade, Melhor vida”. A exposição irá de 1 de Maio a 31 de Outubro de 2010. Até 13 de Novembro de 2008, 182 países entre os quais 48 países africanos e 45 organizações internacionais já tinham confirmado a sua participação neste evento. A Comissão designou um comissário geral do sector e assinou um contrato de participação a 13 de Novembro de 2008. O pavilhão da Comissão, que tem uma área de 252 m², está situado no interior do pavilhão Africano. A parte chinesa oferecerá uma ajuda financeira aos PMD. A assistência financeira à Comissão para o estabelecimento do seu pavilhão ainda está a ser negociada.

507. Já houve três reuniões dos participantes durante as quais foram discutidas principalmente as questões logísticas, os objectos a expor, as questões aduaneiras e de segurança. A participação da Comissão bem como dos países africanos nesta exposição permitirá dar mais visibilidade a África e aproveitar várias experiências em matéria de urbanização, ordenamento de cidades e gestão dos vários serviços a prestar ao cidadão visando condições de vida mais decentes.

IV. VALORES COMUNS

IV.1 DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E GOVERNAÇÃO

1. DEMOCRACIA, ELEIÇÕES E GOVERNAÇÃO

508. No cumprimento da sua missão de promover e consolidar a Governação e a Democracia no continente, a Comissão realizou uma série de actividades de projectos e programas. Estas actividades, com o objectivo de implantar princípios democráticos e de governação e valores contidos no Acto Constitutivo da União Africana, compreendem: i) *Popularizar a Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação*, ii) *Arraigar o Constitucionalismo em África*, iii) *Desenvolver um Esquema de Intervenções na Área da Governação*, iv) *Combater a Corrupção*, v) *Melhorar a Capacidade do Estado*, vi) *Observar e Monitorizar Eleições*, vii) *Promover os Direitos Humanos*, viii) *Conferência Preparatória Regional Africana sobre a Avaliação da Conferência de Durban* e ix) *Continuar o Diálogo União Africana – União Europeia sobre Direitos Humanos*. Deve-se realçar que estas actividades fundamentais do projecto são características intrínsecas do

quadro de valores comuns da União Africana e do modo como esses valores são comunicados e divulgados em todos os Estados Membros.

a. Carta Africana sobre a Democracia, as Eleições e a Governação

509. Na campanha em curso para popularizar e terminar a ratificação da Carta, três reuniões regionais organizadas em Lesoto, de 20 a 22 de Dezembro de 2007, Bujumbura de 17 a 19 de Março de 2008 e Ruanda de 29 a 31 de Maio de 2008, reuniram representantes dos Estados Membros das regiões da África Austral, Oriental, Central, Ocidental e do Norte bem como representantes de organizações parceiras e da sociedade civil.

510. Estes encontros permitiram sensibilizar os representantes acerca da popularização e ratificação da Carta entre os Estados Membros e para reforçar mais os planos de acção colectivos que emanaram da reunião de peritos na Namíbia.

511. O sucesso das reuniões regionais quanto à popularização e ratificação da Carta reflecte-se na dinâmica de ratificação entre os Estados Membros. Antes das reuniões apenas dois Estados Membros tinham assinado a Carta. Hoje, um total de 25 Estados Membros assinaram a Carta e 2 ratificaram-na.

512. Embora a assinatura da Carta contribua para criar a dinâmica necessária, a sua ratificação é fundamental para o compromisso colectivo dos Estados Membros. Na verdade, a ratificação é essencial e facultará à União Africana a base para dialogar com os Estados Membros quando houver mudanças inconstitucionais no governo e quando houver preocupações com a governação existente e as práticas em matéria de direitos humanos.

b. Constitucionalismo em África

513. A oficina sobre as Constituições Africanas, em Novembro de 2007, aumentou a sensibilização e o conhecimento sobre o estado das práticas democráticas em África. Esta oficina forneceu as bases para uma melhor reflexão sobre o estado das Constituições Africanas e desenvolveu estratégias para melhorar o constitucionalismo em África. Também concluiu que se devia fazer mais trabalho para reforçar a aplicação das constituições em todos os Estados Membros.

514. Como prelúdio à Conferência sobre as Constituições, realizada em Novembro de 2008 em Cotonou, Benim, houve uma sessão de reflexão à margem da reunião sobre a Carta em Kigali, Ruanda, na qual os peritos criaram a dinâmica para a Conferência sobre as Constituições prevista e definiram o programa. Estes esforços proporcionaram as estratégias de base necessárias para reafirmar a autoridade das constituições e consolidar o processo eleitoral no continente.

515. A Conferência sobre as Constituições Africanas, realizada de 25 a 27 de Novembro de 2008, abriu caminho para mais trabalho colectivo acerca das Constituições Africanas e

criou as bases para estabelecer pontos de referência sobre as constituições, que serviriam para melhorar a integração no continente. No âmbito da Conferência, deu-se ênfase ao desafio de estabelecer valores comuns através de compromissos de pessoa para pessoa, o que fornecerá os alicerces para assegurar que os valores comuns se fundamentam em valores dos povos do continente.

c. Arquitectura das Intervenções na Área da Governação

516. Com o intuito de melhorar a cooperação com parceiros do desenvolvimento e outras organizações activas em “governação”, a Comissão concluiu um estudo inicial sobre intervenções na área da governação em África e o modo como estas podem ser reunidas e qual seria o papel de liderança da União Africana neste contexto.

517. Com este cenário, será organizada uma oficina no primeiro trimestre de 2009 com o objectivo de melhorar o diálogo sobre o papel da Comissão e de parceiros relevantes. A este respeito, a Comissão irá formular uma proposta para a eventual criação duma estrutura de governação no Conselho de Paz e Segurança. Essa estrutura proporcionará um canal para levar à atenção do Conselho todos os assuntos relativos aos desafios da governação entre os Estados Membros.

518. Espera-se que o projecto de Esquema de Governação também sirva de base para assegurar abordagens coordenadas das questões de governação e que todas as acções e actividades cumpram os mandatos estabelecidos pela Conferência da União Africana. Em particular, o processo tem como finalidade assegurar uma melhor coordenação com organizações como a CEA e o Secretariado do MAAP.

d. Combate à Corrupção

519. No quadro da Convenção da UA de Prevenção e Combate à Corrupção, o processo de nomeação dos membros do Conselho Consultivo Anti-Corrupção já foi iniciado e foram recebidas nomeações. A nomeação de membros do Conselho Consultivo está sujeita a aprovação da Conferência durante a sua sessão actual.

520. Nos últimos meses, a Mesa da 2ª Reunião de Órgãos Anti-Corrupção esteve activa e está a desenvolver um “plano de acção” por cinco anos sobre a implementação da Convenção e outros esforços de combate à corrupção. Foram desenvolvidos uma lista de verificação e um instrumento de autoavaliação para apoiar a implementação da Convenção pelos Estados Membros, que serão enviados aos Estados Membros que ratificaram a Convenção para utilização após a nomeação do Conselho.

521. Como mais uma demonstração do compromisso da CUA de combater a corrupção, a 3ª Reunião de Órgãos Anti-Corrupção irá ter lugar no primeiro trimestre de 2009. Esta reunião servirá para apressar a ratificação e melhorar o diálogo sobre o estado da corrupção nos Estados Membros e sobre as medidas a serem criadas para prevenir e combater a corrupção. Através da Convenção, temos demonstrado que estamos

dispostos a agir contra a corrupção; o próximo passo visa demonstrar o compromisso da Comissão e dos Estados Membros através de acções concretas.

e. Reforço das Capacidades do Estado

522. A Comissão tem estado activa na área do desenvolvimento da capacidade do estado através da 5ª Conferência de Ministros Africanos da Função Pública. Através da Declaração de Adis Abeba da 5ª Conferência, os Ministros da Função Pública desenvolveram algumas iniciativas e defenderam-nas colectivamente de forma muito directa. O trabalho dos ministros reflecte o valor que se pode conseguir quando os Estados Membros se apropriam e responsabilizam pelas iniciativas que eles próprios criam.

523. Como indicado no Relatório separado dos Ministros apresentado ao Conselho Executivo, a 6ª Conferência de Ministros, realizada em Outubro de 2008 na África do Sul, adoptou um Carta para Função Pública e Administração e acordou um amplo plano de acção para apoio e troca de conhecimentos entre os Estados Membros. Embora os Estados Membros tenham chefiado o processo na 6ª Conferência, é imperativo que a Comissão consiga mais capacidade para esta área de trabalho.

f. Prémio da Inovação no Sector Público Pan-africano

524. A primeira edição do Prémio da Inovação no Sector Público Pan-africano criado para reconhecer as boas práticas no serviço público em todos os Estados Membros e servir de quadro para a troca de experiências e boas práticas, foi lançada durante a 6ª Conferência, em Outubro de 2008, sob a liderança das Maurícias como vencedor. Foram recebidas nomeações em todas as categorias existentes e o júri decidiu quais os vencedores em cada categoria, antes da 6ª Conferência. Os projectos vencedores serão documentados para partilha de informação entre os Estados Membros.

g. A Carta da Função Pública Africana

525. Realizou-se uma reunião em Argel em Agosto de 2008, sob a liderança da Argélia, como proponente, para considerar a proposta de Carta da Função Pública e Administração. Esta reunião serviu para reafirmar o compromisso dos Estados Membros de melhorar o estado dos seus serviços públicos e assegurar que são estabelecidos critérios comuns nos Estados Membros. A reunião de Argel concluiu que a Carta devia ser revista para assegurar que se torne um documento vinculativo da União Africana, conforme a Declaração de Adis Abeba.

526. Ao seguir a decisão do Conselho Executivo, a Carta da Função Pública Africana foi melhorada para assegurar a sua harmonização em todas as línguas da UA. O documento revisto foi adoptado pela 6ª Conferência e será apresentado numa reunião de juristas dos Estados Membros para finalização e subsequente apresentação aos órgãos políticos relevantes da União Africana para adopção.

h. Dia Africano da Função Pública

527. O Dia Africano da Função Pública, criado pelo Ministros Africanos da Função Pública, foi celebrado a 23 de Junho nos Estados Membros e proporcionou-nos a oportunidade de realçar o papel da função pública no continente e em organizações africanas, como a Comissão da União Africana. A importância deste dia foi comunicada a todos os Estados Membros e é essencial que sejam realizados mais esforços para que também seja celebrado a nível continental a fim de salientar o prestígio da função pública nas nossas comunidades e na sociedade em geral.

528. O tema para o Dia da Função Pública de África 2008, conforme decidido pelos Ministros da Função Pública foi: “De Política para Implementação com Base nos Resultados”. Além da celebração em todos os Estados Membros, foi organizada pela Namíbia uma reunião para troca de informações.

2. OBSERVAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE ELEIÇÕES

a. Eleições observadas

529. Prosseguindo o processo de democratização iniciado no começo dos anos 90, a Comissão dedicou-se à observação de eleições. Ao longo dos anos, a Comissão continuou a observar as eleições por todo o continente. O objectivo principal desta actividade é contribuir para o estabelecimento e a consolidação de democracias emergentes no continente africano. Como consequência, para 2008 a UA enviou equipas multissetoriais de observadores para observarem as eleições presidenciais e parlamentares em: Zimbabué, Angola, Ruanda, Suazilândia, Zâmbia, Guiné-Bissau e Gana.

530. Também foram enviadas missões de avaliação antes das eleições, com uma duração de dez dias, de 17 a 27 de Agosto de 2008 à Guiné-Bissau e Côte d'Ivoire. Guiada pelas Directivas da União Africana para Observação e Monitorização de Eleições e pela Declaração da UA sobre os Princípios que regem as eleições democráticas em África, a equipa devia, entre outro, avaliar as necessidades técnicas dos Órgãos de Gestão das Eleições e anotar se existiam ou não condições óptimas, que facilitariam a concorrência eleitoral livre entre os candidatos às eleições. As missões também tinham como mandato orientar a Comissão sobre a natureza e o âmbito das missões de observação a serem enviadas. Depois destas missões de avaliação prévia de eleições, a equipa informou que a Côte d'Ivoire ia adiar as eleições para Junho de 2009.

531. A missão de observação de eleições da UA, enviada a convite do Governo do Zimbabué, observou a segunda volta das eleições presidenciais de 27 de Junho de 2008. A missão da UA concluiu no seu relatório que “embora a votação em si tenha sido efectuada de acordo com as leis eleitorais do Zimbabué, considerava que o ambiente pré-eleitoral não era propício para a realização de eleições competitivas, abrangentes, livres e justas”. O ambiente no Zimbabué depois das eleições ficou cheio de tensão, o que teve como resultado um impasse na governação. Eventualmente, após meses de negociações difíceis, chefiadas pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, foi negociado um governo de transição e um acordo assinado por ambas as partes. As questões chave negociadas

envolviam o estabelecimento de um novo executivo e a natureza e duração das disposições transitórias. Contudo, a situação continua num impasse e a União Africana juntamente com a SADC, como principal interlocutor, tem trabalhado estreitamente com as principais partes para resolver a crise, que agora se agravou com um surto de cólera que já causou 1.000 mortes.

532. A Comissão enviou uma missão de observação às eleições legislativas no Ruanda, realizadas de 15 a 18 de Setembro de 2008. As eleições no Ruanda foram realizadas de forma pacífica e bem preparadas. O processo eleitoral observado deu uma grande lição de que, com leis eleitorais explícitas e justas, um órgão eleitoral nacional imparcial e bem constituído, bem como processos eleitorais transparentes, é possível realizar eleições nacionais livres e abertas.

533. Em Setembro deste ano, foram enviadas simultaneamente missões de observação a Angola e Suazilândia para observar as eleições legislativas. A Missão de Observação da União Africana a Angola notou com satisfação que havia áreas em que Angola merecia ser felicitada. Apesar destas realizações, a missão da UA realçou algumas deficiências eleitorais que contribuíram para a desorganização constatada durante a votação. De igual modo, as eleições na Suazilândia decorreram de forma ordeira e pacífica. Contudo, foram constatadas algumas deficiências no processo de votação bem como outras falhas relativas ao ambiente político e pré-eleitoral, que devem ser resolvidas para reforçar a cultura democrática na Suazilândia.

534. A Zâmbia foi às urnas a 30 de Outubro de 2008 a fim de eleger um novo presidente na sequência do falecimento do 3º Presidente da Zâmbia, Dr. Levy Patrick MwanawAAS, a 19 de Agosto de 2008. A Comissão enviou uma missão para observar as eleições presidenciais parciais. Embora a missão da UA fosse de opinião de que as eleições se realizaram de acordo com a Constituição e as leis da República da Zâmbia e com os instrumentos relevantes da UA, os resultados foram ainda assim contestados por um dos partidos da oposição.

b. A Unidade para a Democracia e a Assistência Eleitoral (DEAU)

535. A Unidade para a Democracia e a Assistência Eleitoral está agora totalmente operacional e tem a responsabilidade não só de coordenar e organizar a participação da União Africana na observação de eleições, mas também de implementar o programa da Comissão para a promoção da democracia e de eleições democráticas no Continente.

536. Com a operacionalização da Unidade, a Comissão está a mobilizar mais apoio e recursos para o seu funcionamento óptimo de modo a permitir-lhe realizar observações credíveis das eleições e prestar assistência técnica de boa qualidade aos órgãos eleitorais dos Estados Membros.

537. Além disso, a Comissão identificou as prioridades essenciais com base nas suas actividades estratégicas relativas às necessidades eleitorais na UA, tal como consta do “Estudo de Viabilidade sobre o Estabelecimento duma Unidade de Democracia e Assistência Eleitoral”. As prioridades identificadas, que orientarão o roteiro e o caminho a seguir pela Unidade incluem: desenvolver sistemas mais eficazes de observação, formular

oportunamente critérios aceitáveis para os parceiros com respeito ao processo eleitoral, mobilizar mais recursos das instituições de apoio existentes e novas para o Fundo de Democracia e Assistência Eleitoral e ajudar na capacitação das instituições eleitorais nacionais. O esquema de assistência técnica procurará aumentar ainda mais os esforços da Unidade para melhorar os critérios de realização do processo eleitoral pelos órgãos de gestão de eleições.

c. Fundo para a Democracia e a Assistência Eleitoral (DEAF)

538. De acordo com a Declaração aprovada na Cimeira de Chefes de Estado de Durban em Julho de 2002, sobre a necessidade de recursos adequados para eleições, o Fundo para a Democracia e a Assistência Eleitoral está agora operacional para apoiar exclusivamente as actividades da União Africana relativas à promoção e ao estabelecimento da democracia e à realização de eleições democráticas nos Estados Membros. Contudo, o objectivo específico do Fundo é conceder apoio às actividades da Unidade para a Assistência Eleitoral.

539. Apesar dos acidentes de percurso, o nosso continente fez progressos importantes na via da democracia. Realizam-se eleições regularmente e há alternância, dando novos líderes e novas instituições a África. Além disso, as eleições já não são uma simples formalidade. Trata-se duma verdadeira competição. É verdade que acontecimentos recentes no continente em matéria eleitoral revelaram que esta competição se tornava, em certos casos, uma fonte de conflitos. É por isso que a nível da Comissão, na perspectiva de inúmeras eleições que terão lugar este ano, se coloca em acção a diplomacia preventiva para nos assegurarmos que este processo se desenrole com transparência e sem contestação violenta. Por outro lado, nós acolhemos favoravelmente a ideia formulada pelo Presidente Bouteflika de criar um mecanismo continental de gestão das eleições. Esta ideia vai no mesmo sentido da iniciativa que o Conselho de Paz e Segurança tomou e que a Comissão está a implementar no sentido de fazer intervir o Painel de Sábios na prevenção e gestão de conflitos pós-eleitorais. Naturalmente, nós continuaremos a reflexão geral que iniciámos para tratar da problemática eleitoral na sua globalidade e, deste modo, dar-lhe uma resposta apropriada, à medida dos desafios que coloca.

IV.2 DIREITOS HUMANOS

540. A promoção e protecção dos direitos humanos continua a ser parte integrante da agenda da União Africana, que continua a implementá-las em colaboração com os seus vários parceiros tanto dentro como fora do continente. Durante o período em análise, a Comissão realizou as seguintes actividades:

a. Reforço do Centro para a Democracia, a Governação e os Direitos Humanos

541. O Centro para a Democracia, a Governação e os Direitos Humanos continua a fazer progressos nas áreas de aquisição de publicações, catalogação, visitas oficiais de potenciais doadores e organizações interessadas. A 28 de Outubro de 2008, o Centro

organizou a sua primeira Palestra Pública sobre Direitos Humanos sobre o tema “Reforço Institucional dos Direitos do Homem e dos Povos” durante a qual foram feitas apresentações pelo Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e Comité de Peritos sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança. Representantes das embaixadas dos Estados Membros, a Comissão da União Africana, as Agências das NU, Instituições de Ensino e Organizações Não Governamentais e Internacionais assistiram à Palestra.

542. Estes acontecimentos e iniciativas tinham como finalidade atingir os objectivos fixados para o Centro de prestar a uma audiência multisectorial informação em directo, contribuindo para reforçar e consolidar a capacidade institucional da União Africana e servindo de centro de formação na área de direitos humanos, governação e democracia em África.

b. Comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos

543. A Comissão participou na Conferência Internacional sobre “*A Declaração Universal dos Direitos Humanos, 60 Anos depois: Entre Retórica e Realidade*”, que foi co-organizada pela UNESCO e o Conselho Nacional para Direitos Humanos do Egipto, de 1 a 2 de Dezembro de 2008 no Cairo, Egipto.

544. No Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de Dezembro de 2008, a Comissão organizou uma exposição e um evento cultural com o apoio do Alto Comissariado para os Direitos Humanos, Fórum Africano de Política para a Infância, Instituições Educativas e outros parceiros. O evento foi dedicado especialmente à celebração do 60º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde a sua adopção a 10 de Dezembro de 1948.

545. Deve-se sublinhar que, embora tenham sido realizados progressos a nível dos direitos humanos desde a adopção da Declaração Universal, como o desenvolvimento de instrumentos regionais e internacionais para os direitos humanos, há ainda enormes desafios na área dos direitos humanos, incluindo pobreza, VIH/SIDA, violência com base no género, discriminação, etc., que exigem os nossos esforços colectivos. Portanto, a União Africana deve continuar a trabalhar estreitamente com os parceiros para fazer avançar a agenda dos direitos humanos no continente.

546. Por seu lado, a Missão em Nova Iorque participou plenamente na preparação da reunião plenária comemorativa do 60º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, agendada para 10 de Dezembro de 2008, a 53ª sessão da Comissão para o Desenvolvimento Social marcada para 4 a 13 de Fevereiro de 2009 e a 53ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher – seguimento de Pequim e Pequim + 5, que terá lugar de 2 a 13 de Março de 2009. As modalidades para convocar estas reuniões ainda estão a ser discutidas entre os Estados Membros das NU.

c. Conferência Regional Africana Preparatória da Conferência de Avaliação de Durban

547. A Comissão participou na Conferência Regional Africana Preparatória da Conferência de Avaliação de Durban, que foi organizada pelo Governo da República da

Nigéria, de 24 a 26 de Agosto de 2008. A conferência faz parte dos preparativos que conduzem à próxima Conferência de Avaliação de Durban de 20 a 24 de Abril de 2009, em Genebra, Suíça, como seguimento da Conferência Mundial das NU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Respectiva (WCAR). A União Africana deve ser parte deste processo, que deve ter em conta as iniciativas da União, incluindo a Comemoração da Abolição da Escravatura e a Reunião do Grupo de Peritos e Seguimento da Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Banjul, Gâmbia, em Junho de 2008. Neste processo e através do seu Escritório de Genebra, a Comissão está a acompanhar continuamente os debates actuais em Genebra sobre este assunto importante.

548. Além disso, o empenhamento da Comissão a favor da igualdade racial concretizou-se através da sua contribuição para o financiamento da elaboração de Critérios Internacionais Complementares, que foram negociados em Dezembro de 2008. Na verdade, o Grupo Africano em Genebra tenciona elaborar uma Proposta de Protocolo que, uma vez adoptada, será um complemento ao Código de Conduta para os Mandatários, que é um dos textos institucionais do Conselho dos Direitos Humanos e ideia do Grupo Africano em Genebra, apoiada e financiada pela Comissão.

d. Diálogo União Africana – União Europeia sobre os Direitos Humanos

549. A parceria da África com a União Europeia na área dos direitos humanos está a intensificar-se e estamos a explorar formas de consolidar esta iniciativa. As Consultas/Diálogo UA-UE sobre os Direitos Humanos cumprem a decisão da reunião da 6ª Troika Ministerial UE-África em Viena, em Maio de 2006, de ter um diálogo sobre direitos humanos a nível de peritos, que foi confirmada na 7ª reunião seguinte em Brazzaville, em Outubro de 2006.

550. O Diálogo sobre Direitos Humanos UA-UE também consiste em implementar a o Plano de Acção UA-UE e a Estratégia Conjunta (2008-2010) em relação à Governança Democrática e os Direitos Humanos, que são valores essenciais para o desenvolvimento sustentável e para a cooperação entre parceiros. O primeiro Diálogo teve lugar a 19 de Setembro de 2007, o segundo a 26 de Maio de 2008 em Bruxelas, Bélgica, e o terceiro a 27 de Outubro de 2008 em Adis Abeba, Etiópia.

e. Comissão dos Direitos Humanos (HRC)

551. A sétima, oitava e nona sessões da Comissão dos Direitos Humanos, (HRC) realizadas em Genebra, foram particularmente marcadas pela participação do Comissário para os Assuntos Políticos. Durante estas sessões, a situação dos direitos humanos no Sudão, na Somália e na RDC foi analisada. Além disso, as actividades da União Africana bem como os seus vários programas temáticos e acções nestes países foram dados a conhecer à comunidade internacional, constituindo um importante argumento de negociação a favor de países relevantes do Grupo Africano.

552. Além disso, as várias sessões do HRC deram origem ao estabelecimento de regras de funcionamento com relação à Avaliação Periódica Universal, à selecção de países a serem examinados bem como as Troikas responsáveis pelos relatórios de avaliação. Os

relatórios dos países Africanos, examinados durante o primeiro e o segundo ciclos, foram adoptados sem qualquer dificuldade. O terceiro ciclo realizou-se em Dezembro de 2008 e envolveu os seguintes países membros: Botsuana, Burundi, Burkina Faso e Cabo Verde. A Delegação Permanente da União Africana em Genebra organizou um seminário sobre a UPR, permitindo aos membros do Grupo Africano ficarem mais familiarizados com o processo. Como consequência, os países africanos a serem avaliados puderam participar neste processo com muita confiança.

IV.3 QUESTÕES HUMANITÁRIAS, REFUGIADOS E PESSOAS DESLOCADAS

553. O Conselho na sua 13ª Sessão Ordinária analisou a situação dos refugiados, retornados e pessoas internamente deslocadas em África. Foi portanto adoptada a Decisão EX/CL.Dec.423 (XIII) que, entre outras coisas, exortou os Estados Membros a participar activamente nas reuniões de Peritos e Ministros responsáveis por deslocações forçadas bem como na próxima primeira Cimeira Especial da União Africana sobre os Refugiados, os Retornados e as Pessoas Internamente Deslocadas, agora prevista para Kampala, Uganda, em Abril de 2009.

554. A África continua a albergar o maior número de refugiados e IDPs no mundo, apesar do regresso de milhares deles. Os graves problemas mundiais recentes não ajudam o continente a lidar com estes acontecimentos que têm um impacto devastador em populações já vulneráveis a deslocações forçadas. Refiro-me sobretudo a alterações climáticas, crise alimentar mundial, desastres naturais, crescimento populacional e urbanização rápida, concorrência por recursos escassos bem como migração internacional e movimentos variados de pessoas, tendo sido alguns destes factores notados pelo Conselho em Julho de 2008.

555. Tendo chamado a atenção para todos estes cenários, é crucial e da maior urgência tratar do problema das deslocações forçadas de forma concreta o que requer estratégias para reforçar a nossa parceria com a comunidade internacional, em particular com os nossos parceiros no quadro dos acordos de cooperação existentes. Deve-se informar que estamos no caminho certo, uma vez que o nosso empenhamento e a nossa dedicação estão a tratar das causas subjacentes à deslocação forçada de várias formas, como comprovado pela nossa participação activa em várias reuniões, conferências e seminários. Por exemplo, em Outubro do ano passado, realizei uma missão à República Democrática do Congo onde me encontrei com o Presidente Joseph Kabila e alguns dos nossos parceiros bem como outros intervenientes para discutir a crise do país, que afectou milhões de pessoas não só no país mas também na região.

556. Apreciei a preocupação demonstrada pelos intervenientes internacionais quando os Líderes da Região dos Grandes Lagos se reuniram em Novembro de 2008 em Nairobi, Quênia. Há, sem dúvida, outras situações humanitárias urgentes noutros países, tais como a Somália, o Chade, o Darfur no Sudão e a República Centro-Africana.

557. Entre as reuniões e conferências importantes que se realizaram em cooperação estreita com parceiros da UA podemos citar: Reuniões de Peritos e Ministerial sobre Questões Relativas a Deslocações Forçadas realizadas em Novembro de 2008 em

preparação para a Cimeira Especial de Chefes de Estado e de Governo sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas em África; a 59ª Sessão Anual do Comité Executivo do Programa do Alto Comissário (EX-COM) em Outubro de 2008; a Conferência de Oslo em Oslo, Noruega em Outubro de 2008 em comemoração dos dez anos dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Pessoas Internamente Deslocadas.

558. Além disso, os parceiros da UA optaram por desempenhar um papel activo nas missões do Subcomité do CRP sobre Refugiados juntamente com a Comissão à República Democrática do Congo e ao Uganda. Serão realizadas missões idênticas em 2009 a outros Estados Membros mais afectados pelo problema da deslocação forçada.

559. Obviamente, a União Africana não consegue sozinha enfrentar os inúmeros problemas na área dos assuntos humanitários. Por isso é que muito mais deve ser feito em termos de partilha de responsabilidades com a comunidade internacional para a eliminação do problema das deslocações forçadas.

560. Neste momento, gostaria uma vez mais de lembrar ao Conselho as várias decisões tomadas para que os Estados Membros participem activamente na primeira Cimeira Especial da União Africana sobre Refugiados, Retornados e Pessoas Internamente Deslocadas. Os Chefes de Estado e de Governo, entre outras coisas, comprometer-se-ão a tratar das causas profundas das deslocações forçadas e também aprovarão e assinarão a Convenção da União Africana para Protecção e Assistência a Pessoas Internamente Deslocadas em África, que será a primeira do género no mundo.

IV.4 GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

561. A Comissão informou sobre as actividades realizadas durante a primeira metade de 2008 no meu último relatório em Sharm El Sheikh. Nesta segunda metade, a Comissão organizou um Retiro do Pessoal WGDD e um Retiro Inter-Direcções para discutir a política de género da UA e contribuir para a integração do Plano de Acção sobre Género. A Comissão também organizou uma cimeira preparatória sobre o género em Sharm El Sheikh e realizou actividades de acompanhamento da Implementação da Decisão da Conferência Dec.134-164 (VIII) de Janeiro de 2007 sobre o Fundo Especial das Mulheres Africanas, envolvendo órgãos da UA, CER's e Estados Membros. Foi mobilizado o montante de um milhão de USD para apoiar as actividades de WGDD de Julho a Dezembro de 2008 com recursos extra orçamentais, conjuntamente com o Centro Africano para o Género e o Desenvolvimento Social da Comissão Económica das Nações Unidas para a África. Durante este período, foi organizada pela Comissão uma reunião das Ministras da Condição Feminina e Género. Também é importante informar que o 6º Fórum Africano para o Desenvolvimento (ADF VI), no qual a Comissão participou activamente, se realizou, em Outubro, sob o tema *“Acção sobre a Igualdade do Género, Autonomização da Mulher e Eliminação da Violência contra a Mulher em África”*.

562. A Comissão está empenhada na finalização do Plano de Género da UA bem como do seu Plano de Acção. A este respeito, convocou uma Reunião Extraordinária dos Ministros do Género e da Condição Feminina a 18 de Dezembro de 2008. Este importante

documento de políticas será submetido à consideração do Conselho Executivo logo que esteja concluído.

IV.5 CULTURA

563. Encorajado pelo firme compromisso e liderança demonstrados pelos Estados Membros no sentido de dar à cultura o lugar que merece na nossa agenda de desenvolvimento do continente, a Comissão tem estado a realizar algumas actividades para implementar Decisões da Conferência sobre vários aspectos da cultura africana. As seguintes actividades merecem ser mencionadas, entre outras:

- Estão em curso esforços para reforçar a capacidade da Academia de Línguas Africanas (ACALAN) sediada em Bamaco, Mali. A Comissão convocou a Segunda Reunião do Conselho de Administração Provisório da ACALAN em Bamaco, em Junho de 2008. O Secretariado da ACALAN também organizou uma série de eventos com o objectivo de promover as línguas africanas e popularizar as instituições;
- Como parte da iniciativa para reforçar os pilares regionais na área da cultura, a Comissão convocou uma Mesa-redonda de Instituições Culturais Pan-africanas a 17 de Outubro de 2008, em Argel, Argélia. Entre outras coisas, a Mesa-redonda identificou as áreas prioritárias chave para colaboração entre a Comissão e instituições culturais regionais. Este exercício baseia-se na ênfase dada pela UA à cultura como instrumento de integração continental, renascimento africano e desenvolvimento sustentável;
- A Comissão também organizou de 19 a 23 de Outubro de 2008, a Segunda Sessão da Conferência de Ministros da Cultura da União Africana em Argel, Argélia, que deliberou sobre várias questões existentes e emergentes de grande significado para o desenvolvimento da cultura africana. O Relatório e a Declaração de Argel são aqui apresentados à Cimeira para consideração e adopção;
- A Comissão está a trabalhar muito estreitamente com os parceiros da UE sobre a questão da devolução de bens culturais ilegalmente traficados para a Europa. Será realizada uma conferência sobre o inventário de bens culturais em 2009;
- A Comissão também está a acompanhar e facilitar importantes eventos culturais pan-africanos e internacionais previstos para 2009 e informará sobre estas actividades na próxima Cimeira da Conferência em Julho.

IV.6 VALORES SOCIAIS E SOLIDARIEDADE

O Desenvolvimento do Corpo de Voluntários Africanos

564. Relativamente aos valores comuns, uma das principais ênfases da Comissão foram os preparativos para o desenvolvimento do Corpo de Voluntários Africanos. Esta é uma

actividade intersectorial realizada pela Direcção de Cidadãos Africanos e Diáspora em colaboração activa com outras unidades da Comissão, em particular as Direcções de Paz e Segurança, Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia. Isto está de acordo com a recomendação do Painel de Auditoria da União que sublinha a necessidade dum programa que propague os objectivos do pan-africanismo entre os vários sectores da sociedade no continente a fim de inculcar perspectivas pan-africanas. O programa do Corpo de Voluntários é concebido em conformidade com um processo que inculcará ideais pan-africanos e criará o próximo quadro de liderança profissional africana, que constituirá um conjunto de recursos humanos para a integração. O programa obteve o apoio do PNUD, do Programa de Voluntários das Nações Unidas (VNU), do governo japonês, DED e de outras agências internacionais. A Comissão encontra-se no processo de conclusão do documento quadro para consideração pelos órgãos políticos da União.

IV.7 ASSUNTOS JURÍDICOS (ESTRUTURA JURÍDICA DA UNIÃO)

a) Funções de Depositário

565. Depois da apresentação do último relatório em Janeiro de 2008, os Estados Membros prosseguiram os seus esforços para assinar e ratificar os tratados da OUA/UA. Na altura da elaboração do relatório, dos trinta e cinco (35) tratados adoptados sob a égide da Organização de Unidade Africana (OUA) e da União Africana (AU), sendo o mais recente o Protocolo sobre o Estatuto do Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos, adoptado em Sharm El-Sheikh, Egipto, a 1 de Julho de 2008, apenas vinte e um (21) destes tratados tinham entrado em vigor enquanto dois (2) tratados adicionais, nomeadamente a Constituição da Associação de Organizações Africanas de Promoção do Comércio (1974) e a Carta Africana do Transporte Marítimo (1994) estão em vigor condicionalmente. Além disso, os únicos dois (2) tratados que foram ratificados ou aceites por todos os Estados Membros continuam a ser a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (1981) e o Acto Constitutivo da União Africana (2000).

566. Durante o período coberto pelo relatório foram acrescentadas trinta e seis (36) novas assinaturas e mais trinta e três (33) instrumentos adicionais de ratificação/aceitação foram depositados. Contudo, embora tenham sido envidados esforços gigantescos para assinar e ratificar ou aceitar os Tratados da OUA/UA, muitos continuam pendentes. Na verdade, enquanto a União Africana prossegue com os objectivos fixados de integração política e socioeconómica, é crucial que a operacionalização do quadro institucional da União seja concluído logo que possível.

567. A este respeito, o Tratado que Cria a Comunidade Económica Africana (Tratado de Abuja de 1991) e que faz parte dos instrumentos jurídicos básicos da União como indicado no Acto Constitutivo da União Africana, ainda não foi ratificado nem aceite por todos os Estados Membros. Portanto, é importante para mim reiterar o meu apelo aos quatro (4) Estados Membros, que ainda não ratificaram nem aceitaram o Tratado de Abuja, para que o façam rapidamente.

568. Também é imperativo que os cinco (5) Estados Membros que ainda não ratificaram ou aceitaram o Protocolo à Comunidade Económica Africana sobre o Parlamento Pan-africano (2001) e os dez (10) Estados Membros que ainda não ratificaram ou aceitaram o

Protocolo relativo ao estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (2002) o façam logo que possível.

569. O Protocolo sobre os Estatutos do Tribunal Africano da Justiça e dos Direitos Humanos, adoptado em Sharm El-Sheikh, Egipto, a 1 de Julho de 2008, até à data apenas foi assinado por um Estado Membro (Guiné) e não foi ratificado por qualquer Estado Membro. Se a operacionalização do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos foi saudada como um marco importante nas nossas acções comuns para fortalecer o regime de direitos humanos Africano, é igualmente importante que o Tribunal Africano da Justiça e dos Direitos Humanos seja operacionalizado rapidamente para reforçar o estado de direito e os mecanismos de resolução de disputas no continente.

b) Acreditação de Estados Não Africanos na União Africana

570. De acordo com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios para a Concessão do Estatuto de Observador e para um sistema de acreditação no seio da União Africana (os Critérios), adoptada pelo Conselho Executivo em Julho de 2005, a Comissão continuou a receber e a considerar pedidos de acreditação de vários estados não Africanos, tendo em mente o supremo interesse da União. Desde o último período coberto pelo relatório, três (3) estados não Africanos e três (3) organizações internacionais foram acreditados em conformidade com a Parte II, Secção II (3) dos Critérios de Concessão do Estatuto de Observador da UA e do Sistema de Acreditação da UA. Os nomes dos representantes acreditados desde o último relatório e dos seus respectivos estados/ organizações são indicados no quadro a seguir:

ESTADOS NÃO ÁFRICANOS		
No.	Nome e Título	País
1	Sua Exca. Sr. Mohammad Javad Zamanian Koopaie, Embaixador da República Islâmica do Irão na Etiópia	Irão
2	Sra. Lisa Filipetto, Chefe de Missão e Representante da Austrália na Comissão da União Africana	Austrália
3	Sua Exca. Sr. John A. Simon, Representante dos Estados Unidos da América na União Africana (com a categoria e o estatuto de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário)	EUA
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E DE INTEGRAÇÃO REGIONAL		
4	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA)	
5	Escritório de Ligação do Programa Alimentar Mundial (PAM-LO)	

6	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI)	

571. O número total de estados não Africanos e organizações internacionais acreditados na União é agora de cinquenta e sete (57): cinquenta (50) estados não Africanos e sete (7) Organizações Internacionais e de Integração Regional.

c) Protecção de Nomes, Abreviaturas e Símbolos da UA e NEPAD

572. Como foi informado anteriormente, os símbolos da UA (logótipo, emblema, bandeira, abreviaturas, etc.) foram registados na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e estão protegidos de acordo com a Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Intelectual (Convenção de Paris). Contudo, os Estados Membros ainda não promulgaram leis nacionais apropriadas para a protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual da União Africana nos vários países.

573. Quanto a isto, a Comissão continua a receber denúncias de tentativas para enganar o público, em particular empresas, utilizando erradamente os nomes da UA e do seu programa NEPAD ou os seus símbolos ou os burlões fazem-se passar por funcionários da UA ou da NEPAD. Apela-se a todos os Estados Membros que promulguem legislação a nível nacional para proteger os símbolos da UA e informem a Comissão acerca das medidas tomadas. Infelizmente, a Comissão, até à data, não recebeu qualquer informação dos Estados Membros sobre medidas tomadas a este respeito.

d) Estabelecimento da Comissão do Direito Internacional da União Africana

574. O Conselho deve lembrar-se de que aprovou uma proposta de criação duma Comissão do Direito Internacional da União Africana (AUCIL), que também está prevista no Artigo 14º (a) do Pacto de Não Agressão e Defesa Comum da União Africana, adoptado pela Quarta Sessão Ordinária da Conferência da União em Abuja, Nigéria, em Janeiro de 2005.

575. Os objectivos da AUCIL incluirão, entre outras coisas, a realização de actividades relativas à codificação e ao desenvolvimento progressivo do direito internacional no continente Africano, o apoio à revisão dos tratados existentes e a identificação de áreas nas quais são necessários tratados e a preparação das respectivas propostas bem como a realização de estudos sobre assuntos jurídicos de interesse para a União e os seus Estados Membros.

576. Gostaria de informar o Conselho de que a Proposta dos Estatutos da Comissão da União Africana sobre o Direito Internacional foi analisada por duas reuniões de Juristas e Justiça e/ou Procuradores Gerais realizadas de 14 a 18 de Abril de 2008 em Adis Abeba, Etiópia, e de 27 de Outubro a 4 de Novembro de 2008 em Kigali, Ruanda, respectivamente. A Conferência Ministerial adoptou a Proposta de Estatuto como

emendada e recomendou-a à Conferência da União através da sessão actual do Conselho para consideração e adopção.

e) A Proposta de Carta Africana sobre as Estatísticas

577. A Decisão EX.CL/308 (X) do Conselho adoptada na sua Décima Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2007 deu instruções à Comissão da União Africana em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e as Comunidades Económicas Regionais (CER's) bem como os Escritórios Nacionais e Regionais de Estatísticas para que tomassem as medidas necessárias a fim de desenvolverem uma Carta Africana sobre as Estatísticas como quadro regulador para o desenvolvimento estatístico no continente.

578. A proposta de Carta foi elaborada e adoptada pela Primeira Reunião Conjunta da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da UA e pela Conferência da CEA dos Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico realizada em Adis Abeba, Etiópia, Abril de 2008. A proposta foi depois transmitida a Juristas e Ministros da Justiça e/ou Procuradores Gerais para finalização.

579. A Carta, que se pretende, entre outras coisas, que sirva de quadro de políticas e de instrumento de sensibilização para o desenvolvimento de estatísticas em África bem como para reforçar a capacidade das autoridades estatísticas em África, foi adoptado pela Conferência de Ministros da Justiça e/ou Procuradores-gerais realizada em Kigali, Ruanda, em Outubro/ Novembro de 2008 e gostaria de informar o Conselho de que a Conferência Ministerial a recomendou à Conferência na sessão actual para consideração e adopção.

f) Procedimentos de Harmonização e Ratificação dos Tratados

580. Segundo a Decisão EX.CL/Dec. 128 (V) do Conselho, adoptada na sua Quinta Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Julho de 2004, foi solicitado à Comissão que realizasse um estudo sobre os procedimentos para ratificação dos tratados da OUA/UA nos Estados Membros e sobre como harmonizá-los tendo em vista a rapidez do processo de ratificação.

581. O Conselho também se deve lembrar que a Reunião de Ministros da Justiça/ Procuradores Gerais, realizada na sede da UA em Adis Abeba, Etiópia, de 14 a 18 de Abril de 2008, não conseguiu concluir a análise das recomendações contidas no estudo, devido a falta de tempo, e decidiu adiá-la para a reunião seguinte. Depois, foi realizada uma reunião de seguimento de Ministros da Justiça e/ou Procuradores-gerais em Kigali, Ruanda, de 27 de Outubro a 4 de Novembro de 2008 para considerarem algumas questões legais pendentes, incluindo o Estudo sobre os Procedimentos de Ratificação dos Tratados nos Estados Membros da União Africana e Medidas para Acelerar a Ratificação dos Tratados da OUA/UA e fizeram recomendações sobre algumas medidas: (i) incentivar a ratificação dos tratados da OUA/UA; (ii) harmonizar os procedimentos de ratificação e apressar a ratificação dos tratados da OUA/UA; (iii) sobre o problema da discrepância entre os vários textos linguísticos e sobre a implementação dos tratados. Espera-se que

as medidas recomendadas pelos Ministros da Justiça e/ou Procuradores-gerais ajudem a apressar o processo de ratificação nos Estados Membros e o cumprimento das leis e políticas acordadas da nossa Organização.

g) Sistema de Votação Electrónica

582. O estudo sobre a possibilidade da União usar um sistema electrónico de votação foi concluído. O Conselho deve-se lembrar que esta proposta foi motivada pelo número crescente de eleições pelo Conselho Executivo e a natureza pesada e longa do sistema actual. Considerando que se prevê que o Conselho realize eleições para alguns membros da Comissão, membros da Comissão Africana de Direitos do Homem e dos Povos, membros do Comité Africano de Peritos em Direitos e Bem-Estar da Criança, Membros do Conselho de Paz e de Segurança, Juizes do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos bem como membros do Conselho Consultivo sobre Corrupção, é importante que as eleições se realizem de modo a satisfazer os objectivos duplos de transparência e imparcialidade tanto na realidade como em percepção e também o objectivo igualmente importante que é a rapidez. Assim sendo, a Comissão identificou a possibilidade de adquirir um sistema electrónico de votação que aceleraria o processo de eleição ao mesmo que manteria as características primordiais de imparcialidade e transparência.

583. Contudo, deve-se chamar a atenção do Conselho para a dificuldade em adquirir tal sistema, pois não há um sistema electrónico de votação que permita aos Estados Membros votar em várias línguas. Para isto, a Comissão ainda tem que identificar um sistema que permita eleições nas quatro línguas da União. O que parece disponível de momento é um sistema que podia ser adaptado para funcionar em duas línguas. Espera-se que seja identificado um sistema apropriado num futuro próximo e os Estados Membros serão informados na devida altura. O objectivo da Comissão é assegurar que as próximas eleições sejam realizadas utilizando o sistema proposto e foram mobilizados os fundos necessários para este efeito.

h) Eleições dos Membros do Conselho Consultivo sobre a Corrupção

584. O Conselho recordar-se-á que, depois da entrada em vigor da Convenção da UA sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção (a Convenção), adoptada em Maputo em Julho de 2003, tornou-se necessário criar um Conselho Consultivo sobre a Corrupção, como previsto no Artigo 22 da Convenção. O Conselho deve lembrar-se ainda que, uma vez que o Conselho é constituído por 11 membros e apenas cinco (5) Estados Membros se candidataram, a eleição teve que ser adiada para a sessão de Julho de 2008 do Conselho.

585. Até ao momento, vinte e sete (27) Estados Membros ratificaram a Convenção contra vinte e seis (26) no último relatório ao Conselho em Junho de 2008, embora tenham sido recebidas sete (7) nomeações dos Estados Parte. Espera-se que na sessão actual sejam eleitos os primeiros onze (11) Membros do Conselho. Solicita-se aos Estados Membros, que ainda não assinaram e/ou ratificaram a Convenção, que o façam logo que possível. É escusado sublinhar a importância do Conselho tendo em conta que tem como objectivo promover e encorajar a adopção de medidas e acções pelos Estados

Parte para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção e delitos afins em África bem como acompanhar a aplicação dessas medidas.

i) Exigência de Visto pelos Estados Membros a Funcionários da UA que Viajam com o Laissez-Passer da UA

586. Segundo as disposições da decisão AHG/OAU/AEC/Dec.1(II), adoptada pela Conferência de Chefes de Estado e de Governo durante a sua 34^a Sessão Ordinária / Segunda Sessão Ordinária da Comissão Económica Africana, realizada em Ouagadougou, Burkina Faso, de 8 a 10 de Junho de 1998, os participantes na Conferência e funcionários da Comissão titulares do Laissez-Passer da UA não são obrigados a obter um visto antes de se deslocarem aos Estados Membros. Apesar desta decisão da Conferência, apenas alguns Estados Membros criaram modalidades e mecanismos para garantir a implementação desta decisão. Na verdade, alguns dos Estados Membros recusaram a entrada de funcionários da UA à chegada aos seus aeroportos e enviaram-nos de volta.

587. Este estado de coisas está a tornar muito difícil para os funcionários da UA e dos seus órgãos funcionar eficazmente, em particular quando se torna necessário viajar de repente. Por esta razão, gostaria de lançar um apelo a todos os Estados Membros para que implementem as decisões relevantes da Conferência e informem a Comissão sobre as medidas tomadas a este respeito.

IV.8 COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

a) Elaboração de uma estratégia de comunicação e informação

588. A Comissão elaborou um Projecto de Política e Quadro Estratégico da UA para a Informação, a Comunicação e a Sensibilização e um Plano de Trabalho 2008-2012. Estes dois documentos harmonizados com o projecto de Plano Estratégico 2009-2012, que foram examinados numa oficina de validação organizada a 17 e 18 de Setembro de 2008, em Adis Abeba, Etiópia, com a participação de trinta e oito representantes dos Escritórios Regionais, dos Órgãos da UA, das Comunidades Económicas Regionais (CER's), dos Departamentos da Comissão e das instituições parceiras competentes, vão guiar as actividades da Comissão pelo período em causa. A referida oficina foi uma oportunidade de analisar a política da UA em matéria de comunicação, fazer recomendações e elaborar uma abordagem sistemática e global da comunicação.

b) Organização de um Fórum sobre a Media e o Desenvolvimento

589. A Comissão afirmou a sua vontade de contribuir para o reforço das capacidades da imprensa africana e de ajudá-la a desempenhar cabalmente o papel que lhe compete no desenvolvimento socioeconómico do continente por ocasião do Fórum "Media e Desenvolvimento", que organizou conjuntamente com a Comissão Europeia, em parceria com a Organização Internacional da Francofonia (OIF), a Commonwealth e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de 11 a 13 de Setembro de 2008, em Ouagadougou, Burkina Faso.

590. Lançado no quadro da parceria estratégica UE-UA, adoptado aquando da Cimeira Europa África de Lisboa em Dezembro de 2007, o Fórum foi encerrado com a assinatura e adopção dum roteiro para a acção, que formulou uma série de propostas concretas dirigidas aos Estados Membros e também aos responsáveis e representantes da imprensa, nomeadamente a criação de um Observatório Pan-africano da Media.

591. Uma conferência de alto nível sobre o seguimento do Fórum de Ouagadougou, organizada no quadro das 3as. Jornadas Europeias do Desenvolvimento, realizadas em Estrasburgo, França, de 15 a 17 de Novembro de 2008, permitiu divulgar a nota de apresentação do Observatório Pan-africano da Media.

592. O roteiro para a acção bem como a Nota de Apresentação do Observatório Pan-africano da Media foram enviados aos Estados Membros bem como às Comunidades Económicas Regionais (CER's) a fim de os informar sobre estes resultados e associá-los ao processo de consolidação da situação e do estatuto da media em África.

c) Elaboração do estudo exaustivo sobre o estabelecimento de uma Cadeia de Rádio e Televisão Pan-africana

593. Foi organizada uma reunião em Junho de 2008 em Adis Abeba com o consultor recrutado para fazer um estudo tendo em vista o estabelecimento da Cadeia de Rádio e de Televisão pan-africana, conforme a recomendação do Conselho Executivo. O consultor, especialista em radiodifusão e em gestão de estações de radiodifusão, com qualificações e experiência reconhecidas em matéria de estabelecimento de estações de rádio e TV, deverá, em colaboração com um segundo perito, finalizar o estudo em finais de Março. O estudo, que definirá claramente a viabilidade da criação da Cadeia Pan-africana proposta, deverá dar directivas claras sobre o processo a seguir para a criação da estação bem como as grandes linhas sobre os tipos de conhecimentos especializados necessários. O documento deverá, por outro lado, propor um programa de acção claro e um planeamento exacto para a implementação da estação.

d) Conclusão do concurso para uma nova bandeira para a União Africana

594. A fase final do processo consistindo em dotar a União de uma nova bandeira, conforme a decisão Assembly /AU/Dec.151 (VIII), caracterizou-se pela organização da reunião do Comité de Selecção da Nova Bandeira da União Africana. Foram seleccionadas cinco propostas das 116 recebidas. Foi elaborado um relatório do Comité sobre este assunto.

e) Criação de um serviço de acreditação permanente de jornalistas

595. A Comissão registou um progresso coerente nas suas medidas para incentivar a relação de proximidade amigável entre os seus serviços e os representantes da media, criando um serviço de acreditação permanente de jornalistas junto da Comissão. Esta acção, que vem na sequência da dotação à sede da União de um centro de imprensa equipado para acolher as actividades da media inscrita no programa, permitirá à Comissão difundir os seus programas e as suas mensagens com o máximo de eficácia e maior celeridade.

V. REFORÇO DAS INSTITUIÇÕES

V.1 A COMISSÃO

1. GESTÃO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E HUMANOS

i. Recrutamento de Pessoal para os Postos Regulares

596. No âmbito do acompanhamento da finalização da implementação das Decisões de Maputo, a Comissão continuou o processo de recrutamento para os diversos postos vagos. O objectivo de provider todos os postos aprovados para a Comissão consiste em executar o seu mandato e prestar melhores serviços aos seus principais actores. A Comissão enfrentou desafios, no processo de recrutamento, de selecção e de contratação na medida em que leva muito tempo para a sua conclusão. Esforçar-nos-emos a reduzir o tempo do processo de recrutamento com a adopção de melhores procedimentos de recrutamento, enquanto visamos garantir à instituição os serviços de funcionários com as melhores qualidades de competência, eficiência e integridade.

597. Uma avaliação administrativa das condições de serviço levada a cabo pela Comissão aprovou os termos dos funcionários que até aqui estagnaram no desenvolvimento de carreira nos seus postos. A Comissão procura assegurar a motivação do pessoal garantindo que todo o processo de avaliação está concluído e que todos os funcionários beneficiem dos seus direitos.

ii. Tecnologia de Informação e de Comunicação (TIC)

598. Como qualquer grande Administração, a Comissão luta para responder às expectativas crescentes para prestar melhores serviços e cada vez mais rentáveis. Existem oportunidades proporcionadas pelas plataformas modernas das TIC para uma maior produtividade, transparência, eficácia e eficiência. Os objectivos da Comissão para a melhoria das TIC incluem:

- A modernização da Administração interna;
- Uma comunicação mais eficaz com o pessoal e os outros actores;
- A prestação de melhores serviços aos Estados-membros e outros actores.

599. Para este efeito, a Comissão actualizou a sua infra-estrutura das TI e instalou a rede de VLAN em todos os edifícios. Isto significa que a Comissão iniciou mudanças nas TI para um sistema de apoio modernizado para a gestão dos seus recursos humanos, financeiros, bem como dos documentos e das decisões.

600. A Comissão alargou também a sua infra-estrutura das TIC às Embaixadas dos Estados-membros aqui em Adis Abeba mantendo uma conexão com a rede da CUA. Até ao momento, somente dezassete (17) Estados-membros das quarenta e oito (48) Embaixadas dos Estados-membros são utentes activos da infra-estrutura da rede da CUA. Gostaria de instar todos os Estados-membros a assegurarem que estão conectados à rede, visto que isto vai melhorar a gestão do saber e o intercâmbio da informação.

b) Progressos sobre os Sistemas de Gestão Integrada da Informação (IMIS)

601. O objectivo estratégico dos IMIS consiste em aumentar a transparência e a prestação de contas através de processos de gestão melhorada e integrada nas finanças e na administração através do uso de uma tecnologia de ponta.

602. Além disso, os IMIS vão melhorar a imagem da Comissão na disponibilização de uma informação correcta e actualizada a todos os principais actores, incluindo os Estados-membros e os parceiros. A Comissão adquiriu programas de tecnologia avançada designados SAP para apoiar a sua visão de prestação de melhores serviços e mudar fundamentalmente a forma como as coisas são feitas na organização.

603. A implementação do Projecto do IMIS continua como previsto e o pessoal nas Direcções das Finanças e da Administração já começou a utilizar o novo sistema.

604. Todavia, note-se que o uso inovadora das TIC e um contribuinte crucial para as questões transcendentais de políticas, tais como a redução do peso da administração, a transparência e a o9bediência. Com vista a vencer estes desafios, muitos Estados-membros já iniciaram estratégias governamentais online. Por sua parte, a Comissão iniciou a sua estratégia online e a mesma será completamente operacional até Junho de 2009.

c) Serviços de Segurança

605. A Comissão está preparada para avaliar todos os desafios emergentes de segurança que enfrenta qualquer grande organização. Procura modernizar os seus sistemas de segurança a fim de fazer frente a qualquer ameaça terrorista e qualquer outra ameaça do género que possa ocorrer a qualquer momento. Neste contexto, a Comissão está a rever:

- As suas normas de operação para assegurar que o sistema actual de segurança seja capaz de fazer face aos desafios do momento e futuros;
- A formação do pessoal da segurança para fazer face a qualquer desafio inerente, incluindo a monitorização, o sistema de relatório e um melhor sistema de comunicação, assim como vários aspectos de gestão de crise e de protocolo;
- As exigências de segurança visando desenvolver uma política apropriada de segurança.

d) Serviços Administrativos

Passaporte do Pessoal da União Africana

606. A Comissão está preocupada a garantir que o Passaporte do Pessoal da UA seja da melhor qualidade e que responda às normas internacionais estabelecidas pela OACI. A Comissão já adquiriu e instalou o equipamento necessário para a produção do Passaporte da UA e vai garantir que começa a ser emitido antes de finais de Março.

e) Melhoria do Ambiente de Trabalho

607. Com o crescimento do número de efectivos da Comissão, tornou-se também enorme o desafio visando proporcionar um ambiente adequado e favorável de trabalho. A Comissão lançou um projecto de expansão para alargar o espaço de trabalho em termos de escritórios e as seguintes actividades já estão em curso:

- Foi lançada a primeira pedra de um edifício ultramoderno para escritórios e um Centro de Conferências, em Maio de 2008. A Construção será concluída em 2011 a um custo de cerca de 150 milhões de \$EU;
- Um Centro de Paz e Segurança será construído para fazer face às operações crescentes de Paz e Segurança da Comissão. A Comissão já conseguiu um financiamento para a construção de um edifício ultramoderno a um custo de cerca de 20 milhões de \$EU;
- As estruturas existentes beneficiam de restauros com vista a criar maior espaço para escritórios apetrechados com o mobiliário e os equipamentos apropriados.

f) Aquisição de bens e serviços

608. A Comissão gasta recursos enormes na aquisição de serviços e de equipamentos e facilita as suas operações para aliviar os procedimentos de aquisição. Um manual de aquisição de bens e serviços foi elaborado e o pessoal foi formado para garantir que estes cumprem os procedimentos previstos no manual. Os procedimentos serão aplicados em todas as áreas nos Escritórios de Representação e Escritórios de Ligação.

2. GESTÃO FINANCEIRA

a) Execução Orçamental

609. A Conferência na sua sessão de Janeiro realizada em Adis Abeba, Etiópia, aprovou um orçamento total de USD 140,037,880.00 para o ano económico de 2008, do qual USD 92.969m se destinam ao orçamento de funcionamento e USD 47.069m a vários programas.

610. A execução orçamental para as operações e o programa para os nove meses que terminaram em Setembro de 2008 foi a seguinte:

Rubrica Orçamental	Dotação Orçamental	Despesas e compromissos até 30 de Setembro de 2008	Percentagem da Execução do Orçamento
Orçamento de Funcionamento da Comissão	68.506.538	61.637.737	90,00%
Outros Órgãos	24.462.075	19.437.778	79,5%
Subtotal do Orçamento de Funcionamento	92.968.613	81.075.515	87,2%
Orçamento-Programa	47.069.267	17.612.567	37,4%
Total Geral	140,037,880	98.688.082	70,5%

611. Durante os doze meses de funcionamento (antes do encerramento final das contas) para o ano financeiro de 2008, foram gastos 98.688.082 \$EU, representando 70,5% do orçamento total. Do total gasto, 81.075.515 \$EU correspondem ao orçamento de funcionamento enquanto 17.612.567 \$EU correspondem ao orçamento-programa.

b) Contribuições recebidas

612. As fontes de financiamento do orçamento aprovado da UA para 2008 foram os Estados Membros e os Parceiros do Desenvolvimento. Recebeu-se dos Estados Membros o montante de 79.878.002 \$EU até 31 de Dezembro de 2008 de um total de contribuições tributadas no valor de 106.554.635 \$EU. A Comissão também recebeu 10.353.185\$EU dos Estados Membros, correspondentes a contribuições atrasadas e 876.642 \$EU como pagamentos antecipados de contribuições. O total das receitas arrecadadas em 2008 eleva-se a 91.147.830 \$EU.

613. Foi recebido um total de 4.496.644 \$EU dos Parceiros ao Desenvolvimento provenientes do montante total de 32.395.800 \$EU anunciado para financiar programas aprovados para o ano. Além disso, os Parceiros ao Desenvolvimento contribuíram com um total de 28.497.712,62 \$EU para o Fundo da Paz durante o período de Janeiro a Setembro de 2008.

c) Gestão Financeira e Recrutamento de Pessoal das Finanças para a AMISOM

614. A Comissão esforça-se a tomar medidas para melhorar a gestão financeira e presta uma atenção particular às operações de Paz e Segurança. Estes meios são necessários tendo em conta os problemas encontrados no quadro das operações da Missão da UA no Sudão (AMIS).

615. Uma das medidas que a Comissão tomou foi criar estruturas financeiras e administrativas completas para Missões de Paz e Segurança e foi concluído o recrutamento do pessoal para a AMISOM. Mais de 50% dos novos funcionários já se apresentou, incluindo o responsável pelos Serviços Administrativos.

616. A Comissão obteve a aprovação do Governo do Uganda para prolongar a estadia do funcionário que tem tratado das finanças em Mogadíscio nos últimos dois (2) anos de modo a facilitar a transferência das funções financeiras.

617. Para além de estabelecer uma estrutura financeira e administrativa forte em Missões de Manutenção da Paz e da Segurança, a Comissão começou a trabalhar no Projecto IMIS que tem módulos de finanças, recursos humanos, armazéns e IMIS. O Projecto IMIS, no âmbito do qual será implementado o novo sistema de contabilidade SAP, está a ser finalizado na sede e será alargado a Escritórios Regionais, Representações, Missões de Manutenção da Paz e Escritórios de Ligação a partir de Janeiro de 2009.

618. A AMISOM estará entre os primeiros escritórios a ser abrangido, logo depois do sistema estar a funcionar na sede. Antes do alargamento do IMIS, todos os escritórios devem apresentar relatórios semanais utilizando o formato electrónico do Projecto IMIS, que irá aumentar a transparência e a responsabilidade. A informação financeira será actualizada todos os meses e os relatórios preparados a tempo.

ii. Encerramento da AMIS

619. Depois da UNAMID assumir a Missão Africana no Sudão (AMIS), a Direcção de PBFA facilitou o encerramento e a entrega de bens à UNAMID. Todos os bens foram entregues oficialmente à UNAMID e os escritórios em Al Fasher e Cartum foram encerrados. Os documentos financeiros foram trazidos para a sede e o relatório final concluído.

3. PLANIFICAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

a) Actividades de Planificação

i. Avaliação do Plano Estratégico Anterior

620. O processo de desenvolvimento de um novo Quadro começou com uma avaliação do Plano Estratégico 2004-2007 tendo em conta a Visão da União Africana que foi posta em prática em 2004 com o seguinte lema “Construir uma África integrada, uma África próspera e pacífica, dirigida pelos seus próprios cidadãos e representando uma força dinâmica na arena internacional”.

621. Foi reafirmado que a missão da Comissão é essencialmente construir uma instituição eficiente, eficaz e de valor acrescentado, conduzir o processo de integração Africana e desenvolvimento em estreita colaboração com os Estados Membros, as

Comunidades Económicas Regionais e os cidadãos africanos. Tem os seguintes valores fundamentais:

- Respeito pela diversidade e trabalho de equipa;
- Pensar África acima de tudo;
- Transparência e responsabilidade;
- Integridade e imparcialidade;
- Eficiência e profissionalismo;

ii. Preparação da Proposta de Plano Estratégico 2009-2012

622. O Plano Estratégico 2009-2012 foi elaborado em Julho de 2008 logo depois de a nova Comissão ter assumido as suas funções. Foi preparado com base em cinco tipos de análise:

- a) Análise das expectativas dos parceiros;
- b) Avaliação do ambiente externo mundial e continental;
- c) Avaliação do ambiente interno;
- d) Análise FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças);
- e) Vantagens comparativas.

623. A Comissão encontra o seu nicho nas seguintes áreas temáticas:

- a) O mandato por 53 Estados Membros concede à Comissão uma posição para liderar e conduzir a integração política.
- b) A Comissão tem a vantagem de exercer o seu mandato de liderança política e direcção visando a integração económica, social e física do Continente.
- c) A Comissão, utilizando a plataforma da União, constitui o quadro mais prático para os critérios continentais e a abordagem das questões de governação.
- d) A Comissão é o veículo através do qual os Estados Membros podem construir instituições e capacidade para o desenvolvimento e a integração de África.
- e) A Comissão tem um papel preponderante na agenda de paz e segurança em África.

624. Com base no seu mandato, nas expectativas dos parceiros e na análise FOFA, a Comissão identificou quatro pilares estratégicos em torno dos quais serão desenvolvidas as suas prioridades e os seus programas para os próximos quatro anos 2009-2012. Estes são:

- a) Paz e Segurança;
- b) Integração, Desenvolvimento e Cooperação;
- c) Valores Comuns; e
- d) Reforço das Instituições e Capacitação.

625. O Plano Estratégico 2009-2012 será implementado através destes quatro pilares em estreita colaboração com todos os Estados Membros e outros parceiros, incluindo os outros órgãos da União, as Comunidades Económicas Regionais (CER's), o sector

privado e a sociedade civil, cidadãos Africanos no continente e na Diáspora e parceiros estratégicos e do desenvolvimento.

626. Neste sentido, a Comissão definiu os objectivos e as estratégias claras e criou uma cultura organizacional para toda a Comissão que facilitará a manutenção dos valores essenciais supracitados. Todos os departamentos e escritórios participaram activamente no processo.

627. Foram definidos os seguintes objectivos estratégicos:

- a) Reduzir os conflitos para facilitar o desenvolvimento e a integração;
- b) Assegurar a estabilidade e segurança continental como um requisito prévio para o desenvolvimento e a integração de África;
- c) Definir uma via clara para os Estados Membros atingirem o nível de desenvolvimento médio na agenda de Desenvolvimento de África;
- d) Elaborar um roteiro claro para a integração continental política, física, económica e social;
- e) Melhorar a cooperação mundial para o desenvolvimento sustentável e a integração;
- f) Definir uma abordagem e uma compreensão comuns de boa governação, democracia e direitos humanos;
- g) Criar um mecanismo de política humanitária para toda a África;
- h) Assegurar a entrada em vigor de todos os instrumentos jurídicos pendentes adoptados pela Assembleia Geral;
- i) Criar um quadro sobre a promoção do multi-culturalismo e multi-linguismo africano;
- j) Melhorar a sinergia e a colaboração entre Estados Membros, CER's e órgãos da UA visando a Agenda de Integração da UA;
- k) Instituir uma Comissão da União Africana eficaz e eficiente;
- l) Definir um quadro para partilhar as Iniciativas de Investigação e Desenvolvimento de África.

628. Contudo, deve-se realçar que o sucesso da implementação do Plano Estratégico dependerá da disponibilidade de recursos adequados. Os vários programas a serem realizados nos pilares do Plano exigirão, para o período 2009-2012, um montante estimados de USD 635 milhões ou uma média de USD 19 milhões por ano. O financiamento será mobilizado nos Estados Membros e nos parceiros do desenvolvimento para ajudar a garantir a sustentabilidade de programas e prioridades da União e melhorar a apropriação do continente em geral. As despesas estimadas por pilar, para os quatro anos do Plano, são as seguintes:

- Pilar 1 (Paz e Segurança): 131 milhões \$EU;
- Pilar 2 (Desenvolvimento, Integração Regional e Cooperação): 397 milhões \$EU;
- Pilar 3 (Valores Comuns): 20 milhões \$EU;
- Pilar 4 (Reforço de Instituições e Capacitação): 87 milhões \$EU.

629. O Projecto de Plano Estratégico faz parte da agenda desta Cimeira e a Comissão está confiante de que merecerá a maior atenção dos Estados Membros.

iii. Actividades de Monitorização e Avaliação

630. Está criado o Sistema de Monitorização e Avaliação para ajudar na implementação em geral do programa de trabalho e monitorizar de forma quotidiana o acompanhamento do Plano Estratégico da CUA, bem como promover as melhores práticas em termos de monitorização e avaliação.

631. Durante o período em análise, a Comissão elaborou o Relatório de Monitorização e Avaliação do Orçamento do Programa e um Manual de Monitorização e Avaliação, que ajudará os gestores a assegurarem a implementação suave dos seus programas com o apoio dum instrumento informático de monitorização e avaliação, chamado Instrumento Africano de Monitorização e Avaliação (AMERT), que estará operacional em Janeiro de 2009. Um programa de formação sobre a utilização do AMERT também foi apresentado ao pessoal tanto na sede da CUA como nos escritórios regionais de Outubro a Dezembro de 2008. O AMERT inclui uma componente que tem como objectivo simplificar a preparação do orçamento do programa. Um total de 52 pessoas participou neste programa.

632. A Comissão também desenvolveu um Manual de Planeamento Estratégico como instrumento chave a ser utilizado por todos os Departamentos e escritórios regionais nas suas actividades de planificação a curto, médio e longo prazo.

633. A preparação do Orçamento do Programa 2009 baseou-se num novo Plano Estratégico. A fim de assegurar que todo o orçamento da CUA era realista, foi organizado na sede um seminário sobre orçamento envolvendo todos os departamentos e escritórios regionais e seguiram-se reuniões dirigidas pelo Escritório do Presidente Adjunto para assegurar a coordenação suave do orçamento do programa para 2009. Neste processo, todos os Departamentos/ Escritórios tiveram que elaborar planos de trabalho para as respectivas componentes do orçamento do programa, usando o mesmo formato que o desenvolvido no quadro de *Process Facility*. Os planos de trabalho consolidados serão publicados depois de ser aprovado o orçamento para guiar os Departamento no processo de implementação.

634. Entre os constrangimentos encontrados, deve-se realçar que o calendário do orçamento não foi rigorosamente observado devido a capacidade inadequada. Isto será resolvido através da informatização que irá facilitar igualmente o processo de planeamento. Será dada formação em exercício para capacitar os gestores de programa e colaboração e a implementação dos novos papéis estratégicos, de planeamento e monitorização e avaliação/ AMERT será de grande ajuda a este respeito. O resultado final previsto é que o novo sistema, tal como aplicado, aumente a informação e o relato oportuno de actividades realizadas pela Comissão de forma transparente, aumentando assim a confiança entre os intervenientes e os parceiros.

a) Análise das Políticas e Investigação

635. Nesta área, a Comissão esforça-se a avaliar os resultados obtidos na implementação de programas e orçamentos e promover a apropriação de África através de reflexão estratégica sobre o seu futuro e de definição da sua própria agenda nesta matéria.

b) A Gestão do Saber

636. No quadro da transformação institucional, o portal de gestão e partilha do saber encontra-se agora operacional no seio da Comissão, o que assinala o fim da fase I. O sistema, desenvolvido mediante utilização dum programa livre, seguro, suporta todas as línguas utilizadas na Comissão e é capaz de guardar mais de 10 milhões de documentos. Para além destes 10 milhões de documentos, está previsto um arquivo automático num servidor “arquivo”.

637. O fim último do portal é fazer ganhar tempo e tornar mais produtivo o pessoal da Comissão. Com efeito, certos estudos demonstram que os profissionais do saber passam até 25% do seu tempo de trabalho à procura da informação de que necessitam e 40% deles não conseguem encontrá-la. O portal dará a possibilidade ao pessoal de encontrar rapidamente a informação disponível na Comissão, independentemente de quem a criou ou de onde se encontra. Este sistema no futuro irá abranger os escritórios regionais, as embaixadas e as comunidades económicas regionais, com a possibilidade dum acesso limitado aos parceiros de desenvolvimento.

638. Através dos serviços de Biblioteca e Arquivos, a recolha, conservação e preservação da memória cultural da comunicação da União Africana e do continente africano continuam a reter toda a atenção da Comissão, com realce para a modernização e adaptação a instrumentos e técnicas novas e uma gestão harmoniosa e racional dos recursos electrónicos e documentais.

639. Todavia, a exiguidade do local constitui um obstáculo à realização dos objectivos preconizados, o que poderá ser solucionado com a construção de novas infra-estruturas em curso para a Comissão.

4. SERVIÇO DE CONFERÊNCIAS

640. A Comissão prosseguiu as suas actividades de planificação e organização das conferências e reuniões da União Africana. Nesta área, o Plano Estratégico 2009-2012 sublinhou a necessidade imperiosa de modernizar os métodos e instrumentos de trabalho, a dotação de recursos humanos necessários e a sua actualização permanente, assim como a elaboração de manuais em matéria de gestão de conferências e de tratamento de documentos.

641. Convém notar que durante o período em causa, o serviço de conferências cobriu 231 reuniões, das quais 207 em Adis Abeba e 24 fora da sede. Além disso, 13.778

páginas foram traduzidas durante o mesmo período em análise. Entre os desafios com que foi confrontado, encontram-se as mudanças frequentes das datas das reuniões e a programação tardia de reuniões. No futuro, a Comissão zelará para que haja uma melhor coordenação interna de modo a evitar tais situações. De igual modo, a Comissão fará com que os documentos de trabalho cumpram os prazos em vigor para a transmissão dos documentos a tempo aos Estados Membros e aos intervenientes em questão.

642. No quadro da preparação dos documentos de trabalho para as reuniões da Cimeira de Janeiro de 2009, isto é desde Novembro último, 103 documentos foram submetidos e traduzidos no seio da Direcção.

643. Relativamente ao calendário das reuniões para 2009, e conforme a Decisão EX.CL/Dec.419 (XIII) adoptada pelo Conselho em Sharm-El-Sheikh, em Julho passado, a Comissão esforçou-se para que os seus vários departamentos respeitassem os prazos de modo a permitir ao Serviço de Conferências examinar a tempo as propostas de reuniões para 2009. No mesmo quadro, a Comissão promoverá uma melhor coordenação entre os departamentos para evitar sobreposições de datas e a concentração de reuniões importantes, como as de nível ministerial, em certos meses.

644. O Serviço de Conferências enfrenta sempre o desafio do número insuficiente de intérpretes e tradutores necessários. A Comissão procura acelerar os procedimentos de recrutamento para as vagas e a sua maior divulgação a fim de atrair os melhores talentos do continente, solicitando ao mesmo tempo o reforço da estrutura actual a fim de permitir que este serviço estratégico cumpra a sua missão.

645. Durante o mesmo período, o Serviço de Conferências também foi reforçado com a aquisição de vários equipamentos e programas, entre os quais 80 computadores fixos, 12 impressoras e 20 computadores portáteis. Foram também oferecidos equipamentos pela Embaixada da Turquia e estarão disponíveis neste serviço. Este serviço vai adquirir também, na sequência dum concurso público lançado no início de 2008, um instrumento chamado "*Computer Assisted Translation And Terminology Management Suite (CATTMS)*" que aumentará grandemente a produtividade e o processo de tradução na Comissão. No começo deste ano, foi lançado o concurso e várias empresas responderam. Depois da avaliação das propostas, uma empresa canadiana, a Multicorpora Inc venceu a adjudicação do contrato cujo texto está actualmente em fase de finalização.

646. Realça-se igualmente que, desde Julho de 2008, o Serviço de Conferências desenvolveu um sistema para registar todos os pedidos recebidos de tradução numa base de dados sistematizada. A base de dados consegue produzir diferente informação estatística sobre o fluxo de entrada de pedidos de tradução no departamento.

647. Quanto à documentação e aos arquivos, está a ser desenvolvida uma página web para se encontrar facilmente a nível interno todos os documentos de trabalho de todas as Decisões da Conferência e do Conselho Executivo.

648. A fim de cumprir cabalmente a sua missão, o Serviço de Conferências beneficia do apoio de certos parceiros, entre os quais a UE (Direcções Gerais de Tradução e

Interpretação) bem como da Organização Internacional da Francofonia, tanto para as necessidades de formação do pessoal como para o fornecimento de ferramentas de tradução.

5. ACTIVIDADES DE AUDITORIA

649. Nos termos do Artigo 70º do Regulamento Financeiro e das Regras de Gestão Financeira da UA, foram realizadas actividades de auditoria para avaliar as seguintes operações:

No.	Detalhes	Situação
1	Exercício de Inventário	Relatório Final Publicado
2	Aquisição de Bens e Serviços	Relatório Final Publicado
3	Registos Pessoais	Relatório Final Publicado
4	Escritório da UA em Ouagadougou (SAFGRAD)	Relatório Final Publicado
5	Escritório da UA em Argel (ACSRT)	Relatório Final Publicado
6	Programa de Apoio da CE de €55 milhões (2007)	Relatório Final Publicado
7	Processo de Recrutamento	Relatório Final Publicado
8	Contagem e Etiquetagem de Bens Imóveis	Relatório Final Publicado
9	Escritório da UA em Nairobi (IBAR)	Relatório Final Publicado
10	AMISOM-Nairobi	Relatório Preliminar Publ.
11	OLMEE Asmara	Relatório Preliminar Publ.
12	Unidade de Serviços de Transporte	Relatório Preliminar Publ.
13	PAP sobre Programa de Apoio da CE de €55 milhões	Relatório Preliminar Publ.
14	Escritório da UA em Niamey	Trabalho em curso
15	Escritório da UA em Conakry	Trabalho em curso
16	Escritório da UA em Lagos	Trabalho em curso
17	Escritório da UA em Yaoundé	Trabalho em curso
18	Escritório da UA em Bruxelas	Trabalho em curso
19	Escritório da UA no Cairo	Trabalho em curso
20	Escritório da UA em Nova Iorque	Trabalho em curso
21	Escritório da UA em Washington	Trabalho em curso
22	Programa de Apoio da CE de €55 milhões (2008)	Trabalho em curso
23	AMIS - Sudão	Trabalho em curso
24	Operações, Assuntos Financeiros e Administrativos da Comissão – Relatório do estado de avanço ao BCP	Trabalho em curso

650. Além das actividades de auditoria supracitadas, foram efectuadas outras missões como as Missões Conjuntas ao Senegal sobre a Conferência de Dakar da UA e uma auditoria organizacional ao Centro CIEFFA, em Ouagadougou. Além disso, o Escritório de

Auditoria Interna contribuiu com uma Pessoa Recurso no projecto de implementação do IMIS bem como na formação do pessoal sobre o novo Manual de Aquisições.

651. As outras actividades foram:

- Formação a curto prazo do Pessoal de Auditoria Interna nas áreas de Auditoria do Desempenho e de Programas, Auditoria de TI e Auditorias baseadas no Risco e participação numa conferência internacional de auditores organizada pelo Instituto de Auditoria Interna (IIA);
- Implementação de software de auditoria: com o apoio de parceiros, o processo de aquisição de software de auditoria está bastante adiantado. O Conselho de Propostas considerou as propostas e concedeu o concurso para fornecimento e implementação do software de auditoria a Deloitte e Touché (Quénia). O software seleccionado é um modelo dentro do pacote de aplicações SAP (IMIS). Prevê-se que o software de auditoria escolhido esteja totalmente implementado e operacional durante a primeira metade de 2009;

652. Foram envidados esforços para preencher os postos vagos no Escritório de Auditoria Interna. A Comissão tomará as medidas necessárias para preencher as vagas restantes. Considerando a necessidade de fazer auditorias a mais de 15 escritórios e subescritórios da UA e a 12 missões no terreno, será necessário aumentar a dotação para missões de auditoria a todos estes escritórios.

653. A Comissão também irá intensificar os esforços para assegurar a implementação efectiva de todas as recomendações da auditoria, conforme aprovado pelos órgãos competentes.

6. INTEGRAÇÃO DA NEPAD

654. Recorde-se que A Comissão recebeu o mandato, durante a Segunda Cimeira da União Africana (UA) , em Julho de 2003, em Maputo, para operacionalizar a integração das estruturas e processos da NEPAD na UA, em consulta com o Presidente do Comité dos Chefes de Estado e de Governo de Implementação da NEPAD (HSGIC). Contudo, a desejada integração não se concretizou apesar de inúmeros esforços, até ao 18º HSFIC e a 10ª Cimeira da UA de Janeiro/ Fevereiro de 2008, que adoptou a Decisão (Assembly/AU/Dec.191(X)) de prosseguir com a integração da NEPAD imediatamente e de forma célere. As conclusões com 13 pontos da Cimeira de Brainstorming de Argel, de Março de 2007, também constituíram a base do processo de integração e incluíram, entre outras coisas, a criação do Órgão de Planeamento e Coordenação da NEPAD como entidade sucessora do Secretariado da NEPAD.

655. Ao implementar estas Decisões, a Comissão realizou o seguinte:

- Criou a Unidade de Coordenação da NEPAD, tendo sido realizadas seis reuniões até à data;
- Concluiu os Termos de Referência (TdRs) para a Unidade de Coordenação;

- Desenvolveu um programa de trabalho para a Unidade de Coordenação;
- Completou a Assinatura do Acordo de Acolhimento com a África do Sul que concede à NEPAD o estatuto dum escritório da UA fora da sede;
- Iniciou o trabalho de implementação do Acordo de Acolhimento com as autoridades sul-africanas, que incluem o Departamento dos Negócios Estrangeiros (DFA) e o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA);
- Criação duma equipa conjunta de implementação com funcionários da CUA/ Secretariado NEPAD/ DBSA e DFA e respectivos TdRs para assegurar que a implementação do Acordo de Acolhimento seja realizada e concluída;
- Garantiu financiamento para a realização do estudo sobre a integração da NEPAD no quadro do Programa de Apoio de €55 Milhões;
- Finalizou os Termos de Referência e o dossier de concurso do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para o estudo sobre a integração da NEPAD nas estruturas e nos processos da UA, para o recrutamento de consultores;
- Concluiu o lançamento do dossier de concurso do FED sobre o estudo, avaliou as propostas e obteve a aprovação do Conselho de Propostas da CUA;
- Começou o trabalho sobre pré-finalização de actividades de integração do estudo. Estas incluem: harmonização do orçamento/ financeira, gestão e registo de bens, uso da bandeira da UA, uso do emblema da UA, emissão de Laissez-Passer, TIC e comunicações VSAT e harmonização sectorial do programa.

656. Relativamente ao recrutamento do Presidente do Conselho de Administração (PCA) da NEPAD foi realizado o seguinte:

- Concluído o perfil do posto de PCA e anunciado com êxito, tendo-se recebido 75 candidaturas, ao todo;
- Concluídos TdRs para os consultores realizarem a pré-selecção, anunciados com sucesso e contrato assinado;
- Consultores começaram a trabalhar na pré-selecção;
- Criada uma Equipa Interna de Recrutamento da CUA para supervisionar e proceder ao controlo de qualidade do processo de recrutamento; e
- Concluída a pré-selecção inicial de 12 candidatos.
- Concluídas as entrevistas dos 12 candidatos com a participação dos representantes do Presidente da União, do Presidente da NEPAD/HSGIC e dos cinco países iniciadores da NEPAD.

657. Algumas actividades estão em curso para concluir a integração da NEPAD na UA. Tratam-se nomeadamente:

- i) Garantir a “não objecção” da UA ao processo de aquisição e avaliação levado a cabo pela Comissão da EU;
- ii) Conceder o contrato aos consultores e começar o trabalho na semana de 22 de Dezembro de 2008;
- iii) Realizar um estudo que começa com a apresentação dum relatório inicial em princípios de Janeiro de 2008.

658. Em relação ao recrutamento do Secretário Executivo da NEPAD, as actividades em curso são as seguintes:

- i) Conclusão da pré-selecção e aprovação pela Equipa de Recrutamento Interno da CUA do trabalho da empresa de consultoria a que foi atribuído o projecto;
- ii) Nomeação dum painel de entrevistas de acordo com a Decisão Assembly/AU/Dec.191(X) em princípios de Janeiro de 2009;
- iii) Realização de entrevistas na segunda semana de Janeiro de 2009;
- iv) Selecção do PCA pelo Presidente da CUA em consulta com o presidente da UA e o Presidente do HSGIC da NEPAD na terceira semana de Janeiro de 2009; e
- v) Aprovação do PCA seleccionado a nível da Conferência em finais de Janeiro de 2009.

659. Apesar dos progressos mensuráveis realizados e das actividades previstas em curso, o trabalho de integração da NEPAD nas estruturas e nos processos da UA não deixou de enfrentar alguns desafios. Estes, por seu lado, criaram dificuldades e atrasaram o processo. Os constrangimentos referiram-se principalmente ao financiamento do estudo sobre a NEPAD e à pré-selecção dos candidatos a PCA da NEPAD.

660. Relativamente ao caminho a seguir e à revitalização da NEPAD, é necessário aceitação política para assegurar que o processo de integração seja duradouro e que o Secretariado da NEPAD e a entidade que lhe vai suceder sejam apoiados adequadamente com recursos financeiros e humanos. A este respeito, também é essencial que os Estados Membros contribuam com os seus pontos de vista sobre a estrutura e o perfil do novo Órgão de Planeamento e Coordenação da NEPAD de modo a ajudar a dar forma à nova entidade.

661. Quanto ao apoio externo, o envolvimento das Agências das NU com a NEPAD baseou-se inicialmente na resolução adoptada pelas Nações Unidas em 2002, reconhecendo que a NEPAD devia ser o quadro no seio do qual a comunidade internacional, incluindo as Nações Unidas, deve concentrar os seus esforços para o Desenvolvimento de África. Contudo, tendo em conta a Decisão de Chefes de Estado e de Governo solicitando a integração da NEPAD na UA, o Secretariado da NEPAD e a entidade sua sucessora devem ser considerados como um programa da UA e não como uma instituição à parte. Como não se conseguiu integrar logo a NEPAD na UA, tem sido evidente a ideia errada de que ambas as entidades constituem duas instituições. Portanto, quando estiver concluído o trabalho de integração, o apoio ao desenvolvimento de África deve ser concedido através da União Africana. Além disso, esta realidade deve ser reforçada simbolicamente na identificação do programa NEPAD de modo a mostrar que se encontra integrado na UA e a evitar confusão.

662. Em relação ao estudo sobre as modalidades de integração da NEPAD na UA e a criação do Órgão de Planificação e Coordenação, há a necessidade de considerar a NEPAD tal como é actualmente, as suas forças, fraquezas e potencial, particularmente na área de coordenação de projectos, mobilização de instituições pan-africanas e parceiros externos em torno de projectos fundamentais de desenvolvimento africano, bem como o seu potencial como agente de gestão/ investigação. Essencialmente, os papéis e

responsabilidades entre a CUA e o programa NEPAD devem ser definidos claramente de modo a evitar sobreposições e conflitos institucionais.

V.2 O ECOSOCC

Lançamento e Institucionalização da Assembleia Geral do ECOSOCC

663. Considerando a Decisão EX.CL/Dec.422 (XIII) sobre o ECOSOCC, as consultas entre a Comissão e o Governo da República Unida da Tanzânia, culminaram com o lançamento da Assembleia Geral Permanente do ECOSOCC, em Dar Es Salaam, a 9 de Setembro de 2008, sob a presidência de Sua Excelência Jakaya Mrisho Kikwete, Presidente da República Unida da Tanzânia e Presidente da União. Os representantes das Organizações da sociedade civil Africana, os membros do corpo diplomático, a diáspora Africana, o Vice-presidente da Comissão, o Presidente do Conselho, o Presidente do Comité dos Representantes Permanentes, alguns representantes de outros órgãos da UA, as Comunidades Económicas Regionais (CER's), as instituições parceiras como o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Dr. Salim Ahmed Salim, antigo Secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA) participaram também neste evento.

664. O lançamento do ECOSOCC assinalou a mudança de liderança que passou das mãos do Presidente Interino, Prof. Wangari Maathai, para o Presidente da Assembleia Geral Permanente do ECOSOCC, Sr. Akere Muna. Também foram eleitos os principais responsáveis da União, incluindo os membros da Mesa e do Comité de Credenciais e respectivo Presidente, Sua Exca. Saida Agrebi.

665. Desde o arranque do ECOSOCC, foram realizadas duas reuniões da Assembleia Geral em Nairobi, Quénia, de 15 a 18 de Outubro de 2008 e em Abuja, Nigéria, de 15 a 19 de Dezembro de 2008, respectivamente. A primeira destinava-se a preparar o Regulamento Interno da Conferência e definir um programa de trabalho para a preparação e realização de eleições nos restantes Estados Membros, em que ainda não foram realizadas eleições tal como indicado pelo Conselho. A escolha do Quénia foi motivada pela intenção de honrar a antiga Presidente Interina, Prof. Wangari Maathai. A segunda reunião foi para consolidar o plano de acção estratégico para os próximos 4 anos e proceder à revisão dos Estatutos do ECOSOCC, como proposto no relatório do Painel de Auditoria e nas recomendações do Conselho Executivo na sua Sessão Extraordinária realizada em Arusha, Tanzânia, em Maio de 2008. A reunião da Assembleia Geral do ECOSOCC em Abuja foi precedida duma reunião do Comité de Credenciais do ECOSOCC a 15 de Dezembro de 2008 a fim de continuar o processo de selecção de candidatos elegíveis para as eleições seguintes. O programa de trabalho adoptado em Nairobi, em Outubro de 2008, prevê que o processo de eleições fique concluído no primeiro trimestre de 2009 e seja seguido de uma eleição mista em launde Camarões. Em seguida, será criado o Comité Permanente do ECOSOCC como órgão executivo do ECOSOCC. A eleição do Comité Permanente criará as condições para a activação de grupos sectoriais, que actuarão como pilares principais do ECOSOCC.

VI. CONCLUSÃO

666. O presente relatório descreve um quadro das principais actividades realizadas pela Comissão durante os últimos 6 meses e depois de apenas 8 meses de funcionamento da actual Comissão. Este é um balanço que evidencia a sua determinação em obter resultados cada vez mais concretos ao longo dos próximos períodos. É evidente que muitos desafios devem ainda ser superados pela Comissão para responder eficazmente às expectativas legítimas dos nossos Estados Membros e dos povos africanos. Gostaríamos de reiterar, todavia, a todos os Estados Membros que a Comissão enfrentará com muita energia esses múltiplos desafios, confiante de que beneficiará do apoio multifacetado dos Estados Membros e que ela envidará todos os esforços necessários para merecer esta confiança.

667. O relatório incidiu sobre os quatro eixos que sustentarão a acção quotidiana das actividades da Comissão e que inspiraram o projecto de Plano Estratégico para 2009-2012 submetido à vossa elevada apreciação, nomeadamente: a paz e a segurança; o desenvolvimento, a integração e a cooperação; os valores comuns; e por fim o reforço das capacidades institucionais da União. Uma vez adoptado o Plano, a Comissão espera que recursos substanciais, políticos, diplomáticos, humanos, financeiros e materiais serão postos à disposição da Comissão para alcançar até 2012 os nobres objectivos estabelecidos e as ambições expressas no presente documento. Para o efeito, os Estados Membros terão o direito de exigir que a Comissão e todos os outros Órgãos da União apresentem resultados concretos e progressos significativos na marcha para a integração continental e a defesa do lugar e do papel da África na arena internacional.

668. O debate actual sobre o Governo da União deve também concluir-se com uma clara definição de um roteiro pragmático e realista com os factores de aceleração e os indicadores de referência precisos, bem como mecanismos credíveis de avaliação para que, de agora em diante, a União avance decididamente para a acção e não se contente de mais reflexões, de resto, já abundantes em todos os nossos textos desde o seu lançamento em Durban, em Julho de 2002. Com efeito, comparado ao resto do mundo, o nosso continente tem uma grande panóplia de textos jurídicos em todos os domínios de interesse da África, nomeadamente a arquitectura de paz e segurança, as Cartas da democracia, da governação e dos direitos humanos, os direitos da mulher e da criança, a juventude, a integração, as várias convenções sobre a luta contra a corrupção, o terrorismo, as doenças e as grandes pandemias, a investigação científica e a tecnologia, a cultura, a conservação dos recursos naturais e a protecção do ambiente, etc. O grande desafio que temos pela frente não é a produção de outros textos e decisões, mas a implementação dos textos e decisões que nos regem e que infelizmente permanecem na fase de esperanças piedosas. Para assegurar a nossa credibilidade continental e internacional, sejamos homens e mulheres que não apenas pensam, pois isso tem a sua importância, mas que sobretudo agem e reavaliam as suas próprias acções, que aceitam a autocritica e submetem-se aos mecanismos de avaliação e que estão prontos para tomar medidas, quando é preciso, para ir mais longe e avançar rapidamente na via da realização dos objectivos e das ambições da União Africana, de modo a merecer o reconhecimento da nossa Mãe África.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2009

Relatório Do Presidente Sobre As Actividades Da Comissão Referente Ao Período De Julho A Dezembro De 2008

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3933>

Downloaded from African Union Common Repository